

MARCOS TADEU DEL ROIO

Está assumindo como fundado o trabalho
base da tese defendida pelo Sr.
Marcos Tadeu Del Roio e a prova-
da pela Comissão Julgadora.
Campinas, 28 de março de 1989.

A CLASSE OPERARIA NA REVOLUÇÃO BURGUESA

(A política de alianças do PCB, 1928-1935)

ensaio histórico-político

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Conjunto de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do prof. Dr.
Leoncio Martins Rodrigues Netto.

Campinas, SP - 1988

0884/BE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"(...), o melhor que se pode fazer desde já, como contribuição útil, necessária e relativamente fácil, é a elaboração de monografias sobre determinados períodos da vida do partido, (...). Contribuição igualmente possível será a publicação de ensaios parciais ou gerais sobre a história do partido (...). A história propriamente dita virá a seu tempo, (...)." Astoriildo Pereira

INDICE

INTRODUÇÃO	6
------------------	---

CAPITULO I

O grupo dirigente do PCB e a teoria da revolução brasileira.

1 - introdução	18
2 - frente política e experiência eleitoral do PCB	22
3 - a política sindical e a origem da política de alianças do PCB	30
4 - a teorização da política de alianças na revolução brasi- leira	39
5 - oposição interna e o avanço da teoria da revolução	51
6 - o PCB nos estados	67
7 - o III Congresso do PCB	80
8 - a linha política do III Congresso e os congressos continentais	89

CAPITULO II

O encontro entre a Internacional Comunista (IC) e a América Latina e Brasil

1 - introdução	100
2 - a revolução chinesa	104
3 - origens do movimento comunista na América Latina	113
4 - a luta política na URSS e a IC	119
5 - o VI Congresso mundial da IC e a América Latina	126

6 - a implantação da ditadura stalinista na URSS e a IC	137
7 - a luta contra os "desvios de direita" da IC na América Latina	145
8 - efeitos da ditadura stalinista nos partidos comunistas da América Latina	155

CAPITULO III

A intervenção do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista (SSA/IC) e a desarticulação do grupo dirigente do PCB

1 - introdução	158
2 - o SSA/IC e o PCB	163
3 - o PCB e Luiz Carlos Prestes	175
4 - Luiz Carlos Prestes e o comunismo	192
5 - outras tendências do movimento operário	203
6 - a evolução interna do PCB e o movimento de massas	213
7 - o fim do grupo dirigente do PCB	225

CAPITULO IV

Do obreirismo à fusão com o prestismo

1 - introdução	235
2 - o obreirismo	242
3 - o prestismo	252
4 - os excluídos do PCB	262
5 - outras tendências do movimento operário	277
6 - fascismo e antifascismo	285
7 - o PCB nos estados	302

CAPITULO V

A política dos comunistas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a
gestação da alternativa nacional-popular.

1 - introdução	310
2 - a política de frente popular e a IC	316
3 - brasileiros em Moscou	333
4 - as origens da ANL	345
5 - a expansão da ANL	352
6 - a ANL na ilegalidade	367
7 - insurreição e derrota	378
CONCLUSÃO	391
BIBLIOGRAFIA	398

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 70 foi definitivamente quebrada a visão dualista da realidade brasileira que prevalecera anteriormente através da interpretação da CEPAL e do ISEB, que politicamente enfatizavam o papel da "burguesia nacional" no processo de acumulação. A visão predominante nos ambientes intelectuais e políticos da esquerda, cuja referência principal era sem dúvida o PCB, convergia com aquela ao enfatizar a dualidade feudalismo x capitalismo na formação social brasileira que estaria com seu desenvolvimento travado pela penetração imperialista apoiada nos setores agrário-feudais. Foi nos anos 30 que essa interpretação se impôs à esquerda brasileira, servindo de substrato teórico do que será aqui chamado de prestismo-stalinismo.

Antecipado de certa forma por Caio Prado Jr. no seu *A Revolução Brasileira* de 1966, Francisco de Oliveira em 1972 realizou *A Crítica da Razão Dualista*, trabalho completado em 1975 através do ensaio *A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil*, publicado na HGCB, ficando demonstrada a falsidade da teoria dual, já que esclarecia a presença de um processo de acumulação capitalista em paulatina ampliação e fortalecimento pelo menos desde o último quarto do século XIX, com o avanço da acumulação primitiva e da instauração do trabalho assalariado. O *Capitalismo Tardio* de João Manoel Cardoso de Mello (1975) completou o trabalho de revisão teórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, sintetizando um rico debate que se processava entre os economistas da UNICAMP, mas também em outros círculos intelectuais, ficando cabalmente demonstrada a associação do capital industrial ao capital agromercantil e a matriz social oligárquica da burguesia.

Desdobrando e continuando a obra de João Manoel Cardoso de Mello, O Limiar da Industrialização de Liana Aureliano (1976) analisou a crise do padrão de acumulação do capital agromercantil e a passagem ocorrida entre 1928 e 1933 ao padrão de industrialização restringida pela insuficiência técnica e financeira. A interpretação sociológica de Florestan Fernandes fez ver que A Revolução Burguesa no Brasil (1975) havia sido um processo de longo prazo, avançando por patamares, sem rupturas drásticas, incorporando e reciclando as formas antigas de produção e dominação, e mantendo sempre a exclusão das massas populares. A abordagem da ciência política, focada na questão das classes sociais e do Estado, encaminhou-se para resultado idêntico, indicando que a construção da ordem burguesa assistiu um momento crítico e tendeu a generalizar-se entre 1928 e 1937, embora tenha persistido divergências sérias na bibliografia sobre o conteúdo específico do período, assim como nas categorias analíticas utilizadas. Para Francisco Weffort (1972) teria ocorrido um "vazio de poder" que estaria na origem do "pacto populista" num "Estado de compromisso". Maria Herminia T. de Almeida (1978) e Sonia Draibe (1980) fizeram uso também da categoria "Estado de compromisso" mas negando a ocorrência de alianças sociais duradouras, defendendo a idéia da ocorrência de um reequilíbrio constante de forças sociais desequilibradas. Recusando a noção de "populismo", originado do paradigma liberal-democrático como apontou Rubem Barbosa Filho (1980), e também a de "Estado de compromisso", Luiz Werneck Vianna (1976) utilizou proficuamente a categoria lenineana de "via prussiana" para explicar a revolução burguesa no Brasil. Teria ocorrido uma autonomização relativa na política do Estado em relação às classes, tornado agente propulsor da industrialização e controlador da força de trabalho pela ação de uma "elite

prussianizada", generalizando a revolução burguesa pelo "alto". Nesse contexto a visão liberal fordista da burguesia industrial paulista só era capaz de submeter o proletariado de São Paulo, mas não tinha condições de controlar as massas agrárias sob domínio oligárquico. De qualquer maneira, diante da crise do padrão agromercantil de acumulação e do fortalecimento social da burguesia industrial de São Paulo, esta, como demonstrou Edgar De Decca (1979), passou a buscar uma autonomia de ação política que a diferenciasse de outras frações do capital, criando a FIESP e optando por agir sobre o Partido Republicano Paulista (PRP), sempre no crucial ano de 1928, e introduzindo a "racionalização" taylorista da produção fabril.

Infelizmente esse rico debate deixou várias lacunas que ficaram sem reparos, devido à perda de ímpeto na discussão desses problemas nos anos 80, que, diga-se de passagem, ultrapassou as fronteiras da universidade, calando fundo na elaboração de sujeitos políticos presentes na atualidade brasileira. Não pretendendo penetrar nas nuances da questão da revolução burguesa no Brasil que essa literatura induz, no correr deste trabalho se dará por descontado que na formação social brasileira ocorreu uma revolução burguesa pela via "passiva" e pelo "alto", i.é, pelo Estado. Entenda-se por revolução burguesa o processo de constituição das bases materiais do capitalismo, i.é, a indústria, de formação das classes sociais do capitalismo, i.é, a burguesia e a classe operária e de organização do Estado burguês, i.é, da ossatura institucional da dominação burguesa. O respaldo teórico é a hipótese de Antonio Gramsci germinada nos Cadernos do Cárcere, autor de obra de grande fortuna póstuma nos anos 70, na análise do processo de

constituição da ordem burguesa na formação social italiana, mas que tem um caráter paradigmático explicativo mais geral. Seria um modelo de revolução em que está ausente a iniciativa e a hegemonia das classes até então subalternas, mas que pelo contrário recompõe o bloco das classes dominantes, incorporando e reciclando o "atraso" e ao mesmo tempo criando condições para emergência e predomínio do "novo". A "revolução passiva" ocorre quando as forças sociais progressivas são insuficientes e incapazes para sozinhas reorganizar a economia e a cultura em detrimento das classes dominantes estabelecidas, embora a conjuntura mundial possa eventualmente se apresentar favorável.

O período crítico da revolução burguesa no Brasil quando então generalizou-se e definiu-se a forma "passiva" do desenvolvimento capitalista, foi entre 1928 e 1935. A crise do padrão de acumulação agromercantil do capital era insuperável dentro de seus próprios contornos desde 1928, ao mesmo tempo que o capital industrial alcançava autonomia de reprodução ampliada e a burguesia partia para fazer política, saindo dos limites da fábrica que até então se mantivera. O conjunto das classes subalternas se descolara da dominação oligárquica, que por sua vez se fragmentava nas suas alianças sociais tanto regionais quanto setoriais. A crise político-institucional deu margem a autonomização política do Estado que ao mesmo tempo que procurava preservar os interesses do conjunto das classes dominantes, ampliava suas funções econômicas, propulsionando a industrialização e enquadrando a força de trabalho na estrutura sindical corporativa que teve o significado de uma extensão tutelada da cidadania. A burguesia resistiu à legislação social implícita na cidadania tutelada e restringida, mas em meados de 1935 abdicou

de vez de seu projeto liberal, diante do risco representado pela emergência das massas, elegendo o Estado, que se encaminhava para formas ditatoriais abertas, como defensor de seus interesses e articulador da acomodação com os setores agrários dominantes.

Embora a literatura histórico-política, muito mais vasta que aquela aqui citada (ver bibliografia no fim do volume) tenha avançado bastante na questão da revolução burguesa no Brasil, mesmo nem sempre utilizando essa expressão, deixa em aberto a correlata questão do por que não ter havido uma revolução democrática no Brasil no momento de crise da dominação oligárquica e de passagem para um novo patamar de acumulação e de desenvolvimento das forças produtivas. A classe operária e as classes subalternas em geral, também a partir de 1928, puderam avançar nas rachaduras da dominação oligárquica e, apesar de sua fragilidade estrutural, poderiam haver constituído uma alternativa nacional-popular que, generalizando o estatuto da cidadania, inviabilizasse a forma "passiva" de revolução burguesa, embora inevitavelmente o Estado devesse ser o centro propulsor do desenvolvimento democrático da economia e da cultura. O que determinou a impossibilidade da alternativa nacional-popular, em última instância, foi a ausência de uma cultura política democrática na formação social brasileira e, mais especificamente, a incapacidade teórica e política do movimento operário de inserir-se no processo de desagregação da dominação oligárquica, mantendo sua autonomia e articulando amplas alianças sociais e políticas.

A única organização política relacionada ao movimento operário que, com toda sua fragilidade numérica, organizativa e

teórica, se esforçou para elaborar um projeto de inserção da classe operária como sujeito político autônomo tendo em vista a transformação revolucionária, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Justifica-se assim a análise histórica desse partido, de sua política de alianças e suas relações com outras tendências do movimento operário, como eixo condutor da abordagem do processo de impossibilitação da alternativa nacional-popular. Assim, como o período crítico da revolução burguesa transcorreu entre 1928 e 1935, também a análise da teoria e da ação política imprimida pelo PCB deve estar delimitada por estas datas. Em 1928 realizou-se o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista (IC) e a organização do Bloco Operário e Camponês (BOC) se relacionava com o projeto em maturação de uma alternativa nacional-popular que superasse a dominação oligárquica. A organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, mesmo ano do VII Congresso Mundial da IC, retomou de modo potencializado a perspectiva da alternativa nacional-popular, mas a derrota significou a vitória, por décadas, da via "passiva" da revolução burguesa, com a manutenção da exclusão de amplas massas da vida civil e política e a incorporação restrita e tutelada da classe operária no estatuto da cidadania, mantendo-se sua subalternidade.

Um grupo dirigente, na acepção usada por Palmiro Togliatti e depois por George Haupt, vinha se formando no PCB, entre 1927 e meados de 1929, ao mesmo tempo que, de modo relativamente autônomo, procurava formular teoricamente um projeto revolucionário centrado na classe operária, buscando compreender os mecanismos da crise da dominação oligárquica (capítulo I). Essa relativa autonomia de elaboração da linha política em relação à IC terminou no momento

que estabeleceu-se a ditadura stalinista na URSS em meados de 1929, estendida às seções da IC, no momento mesmo que aumentava o interesse pela América Latina e particularmente pelo Brasil (capítulo II). Assim, uma intervenção direta da IC no PCB, a partir do segundo semestre de 1929, colaborou para desarticular o grupo dirigente do PCB, bloquear o desenvolvimento da análise crítica da formação social brasileira e isolar politicamente a classe operária no processo de desagregação da ordem oligárquica (capítulo III). A linha isolacionista, o vazio teórico e a perene repressão estatal sobre o PCB, facilitaram a cooptação de parte da classe operária através do corporativismo, já que esta se encontrava desarmada de uma organização política autônoma capaz de formular um projeto de hegemonia. Ao mesmo tempo abriu-se espaço para que lentamente, na esteira da aproximação de Luiz Carlos Prestes do comunismo, se configurasse uma nova direção partidária, surgida dos simpatizantes do prestismo e ao mesmo tempo fiéis a orientação stalinista vigente na IC (capítulo IV). No entanto, o próprio processo social e político brasileiro fez ressurgir a possibilidade da alternativa nacional-popular, gestada em torno da luta contra o integralismo. Mas a direção prestista-stalinista, incapaz de uma análise crítica do desenvolvimento capitalista na formação social brasileira que possibilitaria a perscrução da questão da democracia como eixo principal da luta, com o fortalecimento institucional da sociedade civil, absorveu a perspectiva de um "caminho chinês" do processo revolucionário, inadequado à realidade brasileira e que tornou a derrota dificilmente evitável (capítulo V).

Para a reconstrução da história do PCB, num período em que as lacunas no conhecimento são significativas, a documentação

existente no Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano (ASMOB) de Milão, principalmente o arquivo de Astrojildo Pereira, foi fundamental. Grande quantidade de cartas, artigos manuscritos, documentos da direção partidária, retalhos e coleções de jornais, permitiram que aqui viessem à luz informações inéditas, capazes de esclarecer aspectos obscuros da história do partido. O Arquivo de História Social Edgar Leunroth da UNICAMP forneceu também quantidade significativa de fontes primárias, completadas em pesquisa realizada no Arquivo do Estado de São Paulo. Foram ao todo consultados 5 boletins, 9 revistas e 32 periódicos, além dos referidos documentos que a consciência arquivística de Astrojildo Pereira nos preservou. Outra fonte importante de informação foram as memórias de militantes publicadas ou reeditadas nessa última década, mesmo se considerando a tendência do memorialista em ampliar seu real papel e a "filtragem" da memória. As memórias de Leoncio Bausbaum tiveram grande incidência na historiografia sobre o movimento operário e o PCB, inclusive nas imprecisões, talvez por ter sido pioneiro no fornecimento de informações até então inacessíveis. As memórias de Heitor Ferreira Lima mostram, por sua vez, grande isenção, mas também são muito importantes as de Octavio Brandão, Agildo Barata e Gregório Bezerra. Na literatura historiográfica e política existentes, há destaque para o trabalho de "brazilianists", particularmente para a monumental pesquisa de John Foster Dulles, apesar das imprecisões, advindas da excessiva fé nos depoimentos e da discutível linha interpretativa. A bibliografia produzida por brasileiros, com informações sobre o período, têm caráter de histórias gerais elaboradas por autores que não deixaram de ter um objetivo "militante" de divulgação, com exceções, talvez, de Paulo Sérgio Pinheiro e Edgar Carone. Em geral, no entanto, pode-se dizer

que a literatura existente sobre o PCB é bastante insatisfatória. Houve ainda a tentativa inovadora de interpretação sociológica de 40 primeiros anos do PCB, levada a cabo por Leoncio Martins Rodrigues Netto (1981) mas que infelizmente não teve continuidade.

A inspiração teórica básica do presente trabalho foi encontrada em Antonio Gramsci, quando este sugere que para se fazer a história de um partido

"Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e o setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado, tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico" (1).

A literatura sobre a história do movimento operário e socialista tem entre seus destaques os nomes do húngaro George Haupt e do italiano Paolo Spriani que, entre outros, influenciaram esta agora proposta história da classe operária na revolução burguesa através da análise da política de alianças do PCB.

A talvez excessiva delonga nas questões internacionais teve o fito de, ao mesmo tempo colocar a situação brasileira num contexto o mais amplo possível, mostrando as mediações das determinantes externas, e também buscar cobrir uma lacuna bibliográfica existente no Brasil.

(1) Antonio Gramsci. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 2a.ed., RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1976, p.24.

As notas de rodapé foram reduzidas ao imprescindível, evitando referências à literatura disponível que serviu de fonte o que estenderia o conjunto do texto demasiadamente; o leitor é assim remetido diretamente à bibliografia no final do volume. Eventualmente a citação exagerada de nomes e datas fez-se necessária para localizar certos acontecimentos pouco ou nada conhecidos e para fazer justiça a militantes colocados no quase anonimato.

Gostaria ainda de relevar o papel dos professores Luiz Werneck Vianna, Paulo Sérgio Pinheiro e particularmente Leoncio Martins Rodrigues Netto, que sucessivamente se responsabilizaram pela orientação deste trabalho na UNICAMP, embora seja eu o responsável pelas imperfeições produzidas. Se não fosse pelo financiamento fornecido pela FAPESP este trabalho jamais teria sido levado a cabo.

CAPITULO I

O grupo dirigente do PCB e a teoria da revolução brasileira

1 - introdução

O ano de 1927 nasceu sob o signo de generalizada expectativa positiva que tem acompanhado grande parte dos governos recém empossados no Brasil. A atenuação da censura e a soltura dos prisioneiros políticos que seguiu o fim do "estado de sítio" vigente durante o quadriênio anterior, alimentou a infundada expectativa que os conflitos decorrentes da diversificação da acumulação capitalista e da emergência de uma sociedade civil se atenuassem.

A política econômico-financeira retomava a tradicional orientação de privilegiar os interesses do capital agromercantil concentrado em São Paulo na cultura do café, estimulando a produção e protegendo os preços. Essa política cega levou a uma produção sem mercado e estimulou a produção de café em países concorrentes, além de gerar novas fraturas nas alianças sociais intra-oligarquicas que davam estabilidade ao sistema político, dando origem a novos focos de descontentamento e oposição em regiões e setores econômicos onde o processo de acumulação de capital começava a ser considerável. Assim, o governo Washington Luiz contrariava a orientação anterior de Arthur Bernardes que com uma política contracionista em relação ao café e uma reforma política que apontava para uma centralização maior da máquina do Estado, procurava conter a desagregação da dominação oligárquica, levando em conta essa diversificação de interesses.

O surgimento do Partido Democrático de São Paulo (PD/SP), em fevereiro de 1926, de imediato foi uma reação contra a política de Arthur Bernardes, em nome da defesa dos princípios do liberalismo, violados pelo "estado de sítio" e pela revisão

constitucional, em defesa também dos interesses da burguesia agro-mercantil, que se sentia prejudicada pela atuação da política econômica. Mas como desdobramento representou uma fratura política decisiva no cerne da dominação oligárquica que era São Paulo. Nas eleições de 1927 o PD/SP pode se organizar e participar com bastante liberdade já que sua oposição era bastante dócil, e não podia ser de outro modo se a política econômica de Washington Luiz contemplava seus interesses. Para se firmar como organização política o PD/SP procurou atrair setores médio-urbanos e operários, que estavam em busca de canais de participação política, inserindo em seu programa a defesa da legislação social e dos direitos do trabalho. Tanto é que o Partido Democrático do Distrito Federal (PD/DF) e o Partido Democrático do Rio de Janeiro (PD/RJ), articulados após o sucesso relativo do PD/SP nas eleições de fevereiro de 1927, tinham um caráter mais acentuado de representação das camadas médias urbanas e da intelectualidade liberal. Juntamente com a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul (AL/RS), o PD/SP buscando agregar as oposições de vários estados por mais que fossem os interesses diversos, fundou em setembro de 1927 o Partido Democrático Nacional (PDN). A AL/RS, do mesmo modo que o PD/SP, foi organizada por setores da oligarquia agrária gaúcha que se sentiam prejudicadas pelo monopólio de poder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e capitalizou o descontentamento de setores médios urbanos com sua luta pela democratização do sistema político. Surgido como frente de oposições a Borges de Medeiros nas eleições de 1922, a AL/RS configurou-se como organização estável em janeiro de 1924, um mês após a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que colocava fim aos conflitos armados entre as frações da oligarquia e garantia a representatividade política da oposição. Em 1928 a AL/RS passou a se chamar Partido Libertador

(PL).

No final de 1928 os sintomas da crise do café já se faziam presentes, obrigando a uma reorientação da política econômica, da qual a imposição de taxas alfandegárias para proteger a indústria têxtil foi um indício. Como os liberais do Partido Democrático Nacional (PDN) tendiam a lutar pela implementação da legislação social, os setores mais avançados da burguesia industrial começaram a penetrar no Partido Republicano Paulista (PRP), podendo assim influir na política econômica do Estado. Isso radicalizou a oposição dos liberais, que teve como consequência a repressão estatal com a fraude e as intimidações impedindo qualquer seu sucesso eleitoral a partir de 1928. É bom lembrar que a promulgação da lei Aníbal de Toledo em agosto de 1927, que visava conter a mobilização da classe operária e das camadas médias urbanas, penalizou também os setores oligárquicos colocados na oposição. Assim, em 1928 as rachaduras no bloco de poder oligárquico eram visíveis e não havia mais possibilidade de recomposição sem, de algum modo, incorporar as camadas sociais emergentes do processo mesmo de acumulação capitalista.

Em alguns países da América Latina, surgiram partidos antioligárquicos que tinham na pequena propriedade agrária sua base material e que se prolongava até as camadas urbanas, principalmente intelectuais - era o caso da Ação Popular Revolucionária Americana (APRA) e dos partidos radicais do Chile e Argentina. Como no Brasil a pequena propriedade agrária sobrevivia apenas em algumas regiões dispersas, não poderia servir de base para a formação de um partido político estável; porém, nas cidades as camadas médias buscavam

canais de participação política e de expressão de suas reivindicações de cidadania e por melhores condições de vida, demonstrando simpatia e apoiando a movimentação política tanto da oposição oligárquica quanto a rebeldia da juventude militar. A única via de inserção das camadas médias urbanas na ossatura do Estado era através da instituição militar. Assim, os militares estavam também basicamente imbuídos da perspectiva liberal que norteava o Estado e as classes dominantes, encontrando por aí uma rota de convergência com setores oligárquicos na oposição que reivindicavam "representação e justiça", que era a síntese do programa dos democráticos. O movimento que desembocou na Coluna Prestes originou-se de uma crise da própria instituição militar, que estava com os canais de ascensão ao alto oficialato estrangulados, mas encontrou grande ressonância entre as camadas médias urbanas ansiosas por serem-se representadas e de onde, aliás, a maior parte da juventude militar tinha sua origem social. Houve várias tentativas de aproximação entre a oposição oligárquica e a juventude militar entre abril de 1927 e novembro de 1928, quando momentaneamente cessaram os contatos por falta de efeitos concretos, pois, embora ambas as vertentes se identificassem no liberalismo, os primeiros insistiam na via da reforma política pela organização partidária e pelo voto, partindo de interesses concretos de classe no interior da formação social, enquanto os segundos buscavam a solução pela via das armas, imbuídos de uma visão totalizante que partia da organização estatal. Os militares rebelados não se eximiram de manter também contatos com representantes da classe operária, embora tampouco com eles tenham chegado a algum acordo nítido.

O maior grau de unidade das oposições ao regime ocorreu

entre junho de 1927, quando iniciou-se a recrudescência repressiva do governo Washington Luiz, até março de 1928, período em que ampla frente política que incluía a classe operária e o PCB, convergiu em defesa dos direitos democráticos. Pela primeira vez a pouco diferenciada classe operária brasileira, através do PCB se inseria na luta política procurando aliados e tendo sua ação facilitada pela fragmentação em ato do bloco de poder oligárquico.

2. frente política e experiência eleitoral do PCB

Assim, ao iniciar-se o ano de 1927 o movimento operário estava em condições de procurar recompor-se da derrota de 1920-21 e buscar inserir-se na desagregação da ordem oligárquica, estabelecendo objetivos explicitamente políticos. A vertente anarco-sindicalista do movimento operário, embora em lento declínio, mantinha uma influência tal a limitar o acerto de contas da classe operária com o Estado, bloqueando o desenvolvimento da luta política. Por sua vez a orientação reformista de grande parte do movimento operário, que procurava as benesses do Estado, eximindo-se de colocar a questão da reestruturação de sua organização e gestão, colocava-se em disponibilidade para a cooptação que ampliasse a base de consenso da ordem social vigente, a ser transformada somente com a manutenção da subalternidade das forças do trabalho. O reformismo social, a partir da convocação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e da discussão sobre a legislação social (lei de férias, lei do menor) procurou se articular, por iniciativa de Evaristo de Moraes e Agripino Nazareth, num Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em maio de 1925, mas que desmoronou com a derrota eleitoral

de fevereiro de 1927; o jornal A Vanguarda era o seu porta voz. Essa corrente que nos anos 30 seria o sustentáculo do corporativismo de Estado na classe operária, participou das eleições de 1928 como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo como referência a II Internacional e especificamente o Labour Party da Inglaterra.

E' nesse contexto que o PCB encontrou fatibilidade em se propor como representante da autonomia política do proletariado, reivindicando sua legalidade. Assim, uma nota da Comissão Central Executiva do PCB (CCE/PCB) de 04 de janeiro de 1927 apresentava o partido como "Novo fator na política nacional" que daí por diante deveria ser considerado por outras forças políticas. Sempre com um embutido viés positivista o texto indicava uma referência histórico-universal dizendo:

"A existência de um partido comunista mais ou menos forte, mais ou menos influente, constitui, na atualidade política mundial, um índice dos mais seguros de grande adiantamento econômico, político e cultural de uma nação" (2).

E colocando-se na conjuntura histórico-política do país amealhava:

"Agora acabado o 'estado de sítio', terminado o período de ilegalidade, o PCB surge na arena política legal e ingressa na atividade partidária do país aclamando por um lugar ao sol, em nome da classe operária que legitimamente representa. O proletariado brasileiro, a igual do proletariado dos demais países do mundo, tem sua própria palavra de classe a dizer no movimento político nacional." (3)

As eleições federais de fevereiro eram excelente oportunidade para que a classe operária se colocasse diante da

(2) A Nação, 4-1-1927.

(3) Ibid.

questão institucional e se posicionasse diante da forma estatal vigente. O lançamento da "Carta Aberta" tendo em vista a formação do Bloco Operário, pelas páginas de A Nação, colocou pela primeira vez para o movimento operário a questão da realização de uma frente política e a questão das alianças, quando se afirmava:

"Pode-se dizer que pela primeira vez, entre nós, vê o proletariado brasileiro a possibilidade de sua intervenção direta e independente no pleito a travar-se" (4).

E' sabido que o PCB, caso único na história do movimento comunista, originou-se de uma cisão na vanguarda anarco-sindicalista do movimento operário, e seus primeiros anos de existência foram dedicados à busca de uma identidade própria, visando diferenciar-se da teoria e prática de sua matriz. Por volta de 1927 essa diferenciação estava razoavelmente estabelecida e o PCB preparava-se para fazer política.

Quando foi feita a proposta de formação do Bloco Operário na "Carta aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político Proletário do Distrito Federal, ao Centro Político dos Chauffers, ao Partido Unionista dos empregados no comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói" em nota da CCE/PCB datado de 5 de janeiro de 1927, sempre pelas páginas de A Nação, na verdade já se conhecia as respostas dos destinatários. Maurício de Lacerda estivera em contato com Octavio Brandão em fins de 1926 e já nessa ocasião havia recusado qualquer tipo de aliança eleitoral com os comunistas pois deveria ter sua candidatura apoiada pelo PSB. Na

(4) Ibid., 5-1-27.

"Carta" o PCB dizia não concordar "(...) de modo algum com sua (de M.L.) política individualista, não partidária, geradora de confusões e mal entendidos, que só podem servir aos inimigos da política proletária (...)" mas "o PCB, mesmo desconfiando quer confiar em Mauricio de Lacerda e, em nome da classe operária, propõe-lhe a formação de uma frente única proletária na campanha (...)". A Mauricio de Lacerda, um liberal com preocupações sociais, que seguidas vezes havia sofrido prisões em função de sua postura política, seria difícil submeter-se a um programa coletivo, a ponto dele ter-se recusado a responder publicamente o convite assim grosseiramente formulado.

Ao PSB, pelo qual Mauricio de Lacerda apresentava-se candidato, as palavras foram ainda mais pesadas, antevendo a dura polêmica que se seguiria. Declarando-se

"adversários intransigentes da nefasta política reformista, confusionista e colaboracionista do PSB, entendemos (os comunistas -n.d.a), todavia, que é esta uma excelente oportunidade para aos olhos das massas, por-se à prova a sinceridade dos socialistas, que se apresentam aos sufrágios proletários" (5).

O PCB inaugurava a tática de pôr à prova os aliados potenciais a fim de "desmascará-los", obtendo uma resposta evidentemente negativa dos socialistas, que pela voz de seu secretário geral Francisco Alexandre, todavia, se declarava favorável à frente única proletária, somente que esta deveria ter sido acordada antes do lançamento da "Carta aberta". Não é demais lembrar que o programa do PSB defendia a "representação por classes", isto é, o corporativismo.

(5) Ibid.

Além de Mauricio de Lacerda, também Agripino Nazareth e Nicanor Nascimento foram esmeradamente criticados por A Nação, no período que antecedeu a eleição, apesar deste último haver escrito uma carta ao diretor do diário comunista, Leônidas de Rezende, afirmando não ser de forma alguma contrário ao Bloco Operário, apesar de querer preservar sua independência em relação a partidos políticos. Toda essa polêmica teve o mérito de atrair o jovem jornalista Danton Jobim do PSB para o PCB e o Bloco Operário.

Pelo contrário, quando na "Carta aberta" o PCB afirmava que "(...) a aliança de Azevedo Lima ao Bloco Operário, cuja formação propomos, parece decorrer logicamente de todo seu recente passado e assim o esperamos firmemente", deixava transparecer a certeza da adesão que não tardaria 24 hs a se confirmar. O médico João Baptista de Azevedo Lima do bairro de São Cristóvão tinha sua eleição praticamente assegurada por sua clientela própria. Também o Centro Político Proletário (CPP) da Gávea e o CPP de Niterói eram considerados como adesões seguras "dadas as afinidades entre seu programa e o nosso (do PCB - n.d.a)" e a influência exercida pelos comunistas nessas organizações; o primeiro confirmou sua adesão no dia 8 e o segundo no dia 12 de janeiro, um dia antes de esgotar-se o prazo fixado. Os outros, ou por encontrarem-se desarticulados ou sob influência de outros interesses políticos não se exprimiram.

Se é verdade que pela primeira vez a classe operária se confrontava com as instituições representativas do Estado, apresentando-se como frente política, é também verdade que essa frente era limitada às tendências que de algum modo se referiam ao mundo operário, e a proposta de formação do Bloco Operário era uma derivação da política sindical do PCB, projetada para a política

institucional. Quando o PCB "(...) propõe a formação de uma frente única, de um bloco operário de todos os candidatos, partidos e grupos que vão disputar as próximas eleições alegando ou pleiteando representação das classes laboriosas" em base a "(...) uma política de princípios, de programas, de responsabilidades.", não se refere, por incrível que pareça, nem de passagem, à questão agrária como problema de monopólio da terra, limitando-se a reivindicar a extensão da legislação social "à lavoura". Essa a visão de quem ainda encontrava dificuldade em sair do mundo do trabalho urbano e se limitava a lutar por sua unidade buscando a formação de uma frente única proletária tanto nos sindicatos quanto nos embates eleitorais, mas não conseguindo conceber teórica e praticamente a ampliação das alianças sociais. E embora o PCB insistisse que "(...) a adesão à plataforma do Bloco Operário não implica de forma alguma adesão ao partido comunista" e que apenas "ela estabelece um terreno comum a todas as tendências proletárias" a verdade é que o programa político era aquele engendrado pela direção comunista ao qual os aderentes ao bloco deveriam submeter-se (6).

Para as eleições marcadas para 24 de fevereiro a súpula do programa do Bloco Operário apresentada era:

"1- política independente de classe, 2- crítica e combate à política plutocrática, 3- contra o imperialismo, 4- pelo reconhecimento "dejure" da URSS, 5- anistia aos presos políticos, 6- autonomia do Distrito Federal, 7- pelo desenvolvimento da legislação social, 8- contra as leis de exceção, 9- só os ricos devem pagar impostos, 10- contra os efeitos da reforma monetária e da carestia de vida, 11- pela habitação operária, 12- pelo ensino e educação das crianças pobres, 13- pelo voto secreto." (7)

(6) Ibid.

(7) Ibid., 24-2-1927.

Como se pode observar, algo bem distante de um programa "maximalista" e que em realidade poderia ser assumido e defendido por correntes reformistas e liberais, do qual Azevedo Lima, aliás, era um exemplo, e que nem ao menos reclama o fim do regime político que sustentava a dominação oligárquica. Assim, o Bloco Operário acabou por dar suporte à candidatura de João da Costa Pimenta, secretário-geral da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) e dirigente do PCB para o 1o. distrito e de Azevedo Lima para o 2o. distrito; pelo PSB concorreram Mauricio de Lacerda e o ex-anarco-sindicalista Carlos Dias. Entre os nomes de Sampaio Correa e Irineu Machado que disputavam uma vaga para o Senado, o PCB resolveu hostilizar ambos, embora este último tivesse atuação relevante em defesa das liberdades democráticas, o que ajudou a elegê-lo. Outros nomes do cenário político do Rio de Janeiro de então que se identificavam com maior ou menor nitidez com a causa popular eram Adolfo Bergamini e Nicanor Nascimento. Desses todos, conseguiram eleger-se Azevedo Lima pelo Bloco Operário e Adolfo Bergamini, este com consagradora votação, que o ajudaria a ser guindado ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro no pós-30. João da Costa Pimenta embora não se elegendo obteve expressiva votação advinda de sua campanha pelo Bloco Operário emperneada no movimento sindical, principalmente no sindicato gráfico e na atividade do CPP da Gávea. Se o comportamento tático do PCB tivesse se mostrado mais flexível, a hipótese da vitória de outros nomes ou a consecução de um maior quociente eleitoral ganharia viabilidade.

Estimulado pelo bom desempenho nessa primeira experiência eleitoral, o PCB decidiu participar também nas eleições municipais e estaduais do Estado do Rio de Janeiro marcadas para 10 de abril.

Além de intendentes (vereadores) pela legenda do Bloco Operário, foram lançados ao legislativo estadual através do CPP de Niterói para concorrer pelo 1o. distrito o nome de Astrojildo Pereira, o principal dirigente do partido, e através do CPP de Petrópolis o nome do sindicalista Rafael Garcia para concorrer pelo 4o. distrito. Apesar do processo eleitoral fraudulento e do destaque popular em relação às instituições vigentes, analisando o resultado o PCB podia afirmar otimisticamente que

"(...) onde há eleição e onde predomina a população operária nós podemos vencer e venceremos facilmente. O que é preciso, pois, fazer é arrigimentar o eleitorado operário, eleger mesários, preparar fiscais enérgicos, e comparecer em massa nas secções eleitorais" (8).

Em Petrópolis, Rafael Garcia, com cerca de 2200 votos conseguiu a terceira colocação e, em Niterói, Astrojildo Pereira foi muito mal, por falta de empenho pessoal e por irregularidades ainda maiores na votação e apuração.

Um dos sintomas da crise da dominação oligárquica era a emergência de organismos de sociedade civil e de representação política do qual o PCB era uma expressão, mas que devia fazer as contas com outros partidos que surgiam. A visão dos comunistas partia de uma análise simplista dos partidos sem qualquer tipo de mediação entendendo que quando "fala-se em partidos políticos. Esses partidos não podem ser senão dois: o burgues e o comunista" (9), traíndo a visão maniqueísta do explorador x explorado. Mas podia também chegar a uma abordagem mais específica, quando notava a diferença entre o Partido Democrático de São Paulo (PD/SP) visto

(8) A Nação, 12-4-1927

(9) Ibid., 11-3-1927.

como um partido burgues-conservador e "(...) uma variante da grande burguesia" e o Partido Democrático do Distrito Federal (PD/DF) encarado como um agrupamento liberal burguês formado por "(...) intelectuais e velhos liberais pequeno-burgueses" (10). Em relação ao PSB viu-se a intransigência e a intolerância com que foi combatido esse que de algum modo expressava a consciência de uma parte significativa da classe operária; e para a efetivação da frente única proletária propugnada pelo PCB era importante uma maior tolerância à diversidade para tentar bloquear o processo de cooptação da classe operária ativado pelo Estado, desde a convocação do CNT.

3. a política sindical e a origem da política de alianças do PCB

Embora o sectarismo não fosse apanágio exclusivo dos comunistas, mas uma característica generalizada entre as tendências do movimento operário, esse tipo de postura dificultou a subtração das bases do anarco-sindicalismo, o qual obstruía sistematicamente a busca da unidade proletária, cujo arcabouço era a organização sindical.

Para a efetivação da frente única proletária, o PCB desenvolvia ampla campanha de sindicalização utilizando como palavra de ordem "nenhum trabalhador fora do sindicato" e fazendo com que dentro dos sindicatos seus militantes e simpatizantes se organizassem por "blocos" que se colocavam diante da massa operária como vanguarda revolucionária competente para travar a luta de classes. Um exemplo vitorioso dessa campanha foi a campanha do Bloco

(10) Ibid., 29-3-1927.

Têxtil que lutava para ter o controle da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOF), embora a postura sectária tenha provocado uma ruptura com os anarco-sindicalistas. Outros sindicatos que os comunistas mantinham o controle atuando essa mesma política de blocos e de onde se originaram importantes dirigentes partidários eram o dos marmoristas, de onde veio Minervino de Oliveira, e dos marceneiros, de onde veio Roberto Morena. Decisivo na história do grupo dirigente do PCB que se formava nesse final de anos 20, como celeiro de quadros qualificados que na sua atividade faziam a ponte entre o trabalho manual e intelectual, foi, sem dúvida, a organização sindical dos gráficos. Da UTG, a qual foi o eixo da luta pela unidade sindical, vieram, por exemplo, João da Costa Pimenta e Mario Grazzini.

Para atuar sua tática de frente única proletária no movimento sindical, o PCB fazia insistente campanha pela construção da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). O comitê pró-CGT existia já desde julho de 1926, tendo sido formado em torno da agitação desencadeada pela discussão da legislação social na governista CNT. A idéia era formar algumas federações sindicais regionais e uniões sindicais nacionais por categoria que servissem de esteio para se chegar à fundação da CGTB propriamente dita. Com essa orientação em mente preparou-se para fins de abril de 1927 o Congresso Operário Regional do Rio de Janeiro, que, após uma reunião preparatória no dia 26, instalou-se solenemente no dia seguinte na sede da Associação dos Cocheiros e Carroceiros com a presença de representantes de 21 sindicatos comunistas, 33 sindicatos amarelos e 3 frações minoritárias comunistas do Rio de Janeiro e arredores. Quando do encerramento do Congresso estava fundada a Federação

Sindical Regional do Rio (FSRR), em cujo Conselho Federal, presidido por João da Costa Pimenta, dos 25 integrantes 18 eram filiados ao PCB. Por sua parte, desde 7 de fevereiro, proclamado dia do gráfico, vinha se propagandeando a formação da Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil (FTGB), que foi finalmente efetivada em Congresso realizado no Rio de Janeiro entre 1 e 3 de maio, com a presença de delegações de sete estados (Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pará, Amazonas, São Paulo e Minas Gerais) além do Distrito Federal, que elegeram um comitê diretivo de cinco membros formado por Mário Grazzini, José Pereira Dias, Omar de Oliveira Reis, Manoel Ferreira da Silva e Antonio Maria Rosette (11). A organização da União de Operários em Indústrias de Bebidas (UOIB) deu continuidade ao trabalho de criação de sindicatos locais por categoria no Rio.

Para coroar os esforços pela organização operária o PCB buscou realizar uma manifestação unitária para o 10. de maio insistindo que "continuamos a apelar para que o 10. de maio se realize a frente unica proletaria" e para que "esqueçamos a 10. de maio as nossas lutas intestinas" (12), mas o fato é que a atividade de Domingos Passos procurando rearticular a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), anarco-sindicalista, teve êxito, acirrando as formulações polêmicas que impediram a realização unitária das manifestações de 10. de maio. Mesmo assim dois grandes eventos se realizaram, fazendo ver às classes dominantes que a questão operária voltava a se colocar com força. O sindicalismo político de classe, de orientação comunista, promoveu concorrida manifestação na Praça Mauá, que contou com a presença de cerca de dez mil pessoas; a

(11) Ibid., 27-4-1927.

(12) Ibid., 1-4-1927.

vertente anarco-sindicalista realizou também expressivo evento na Praça 11 de junho com cerca de oito mil participantes; os dirigentes do sindicalismo "amarelo" embora tivessem hipotizado a organização de uma terceira manifestação, essa não se realizou.

Embora as massas operárias desorganizadas e de difícil mobilização fossem majoritárias e se encontrassem sob influência da política assistencialista do Estado atuada por intermediação do sindicalismo "amarelo", que assim conseguia significativa margem de consenso, o PCB optou por voltar suas principais energias no combate às direções anarco-sindicalista, pois aí se decidia a posição de vanguarda operária. Os comunistas se contrapunham aos anarquistas do seguinte modo:

"Totalmente diversa da dos anarquistas é a atividade dos comunistas diante do problema da organização sindical. Os anarquistas são 'aristocratas' e 'autocratas', não se submetendo nunca às maiorias não anarquistas: os comunistas, pelo contrário, são democratas, i.é., querem que dentro dos sindicatos a) seja garantida a liberdade de pensamento e de opinião a todo e qualquer associado, bem como às frações organizadas e b) seja sempre respeitado o voto soberano das maiorias, à qual deverão submeter-se às minorias. Os anarquistas são divisionistas, fracionistas, tendencionistas, i.é., só admitem a organização sindical baseada nos princípios anarquistas, e em consequência não se unem aos que pensam de modo diferente: os comunistas, pelo contrário, lutam dentro do sindicato, legalmente, na defesa de seus pontos de vista, mas preconizam o regime de porta aberta dos sindicatos a todos os trabalhadores sem distinção de tendência, e, batem-se pela união e concentração de todos os sindicatos, também sem distinção de tendências. Os anarquistas confundem sindicato e partido e fazem dos sindicatos onde predominam verdadeiras seções do seu partido, fechados aos não partidários: os comunistas distinguem o partido do sindicato: naquele só entram os partidários, ao passo que nesses entram todos os operários sejam quais forem suas idéias e partidos políticos" (13).

(13) A Nação, 6-5-1927.

Mesmo sem expressar uma posição política nítida, o PCB demonstrava, em relação à juventude militar rebelada, claros sinais de simpatia, procurando acreditar que Juarez Távora e Luiz Carlos Prestes poderiam mudar seu pensamento para uma perspectiva revolucionária e assim levantava a palavra de ordem de aliança da classe operária com os "pequenos burgueses revoltosos" (14). Essa esperança alimentava-se de atitudes de Luiz Carlos Prestes, como a recusa em se apresentar como candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, segundo a sugestão de Maurício de Lacerda, assim como a recusa da consigna dos liberais de "anistia e pacificação".

A partir de maio de 1927 acentuou-se a tendência à aproximação política com a Coluna Prestes e atenuou-se a polêmica com os liberais ao mesmo tempo que esses fundaram o PD/DF. Ora, no momento mesmo que o governo brasileiro negociava uma solução financeira com representantes ingleses, projetava-se uma greve na Light, companhia de capital anglo-canadense, que já havia se transformado em símbolo da dominação imperialista. Por outro lado, a Grã-Bretanha, com um recém empossado governo conservador, argumentando interferência em seus assuntos internos, rompeu relações diplomáticas com a URSS, seguido da ruptura do acordo sindical anglo-soviético; nessa situação realizou-se o assalto policial a Arcos, sede da associação anglo-soviética em Londres, onde foram encontrados documentos da IC que se referiam a América Latina e Brasil, provavelmente referentes ao VI e VII Plenun da Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC). A intervenção da polícia inglesa deu-se em concomitância com a realização em Moscou do VIII Plenun da CEIC. Aproveitando-se dessas circunstâncias o

(14) Ibid., 18-1-1927 e 19-1-1927.

governo brasileiro, a fim de facilitar o novo empréstimo de que necessitava, desencadeou a repressão contra os trabalhadores, iniciando processos de deportação (baseado na Lei Adolfo Gordo, 1907) ao mesmo tempo que começava tramitar no Congresso Nacional, reaberto em 3 de maio, a Lei Aníbal de Toledo, que restringia decisivamente as liberdades democráticas e os direitos civis.

A repressão antioperária e o ataque aos direitos constitucionalmente definidos criou um ponto de convergência entre os comunistas e os liberais, que procuravam lutar pela anistia aos militares rebelados e bloquear a aplicação da legislação repressiva. O desenvolvimento do processo político colocava para a classe operária e o PCB a questão de ampliar as alianças sociais e políticas em busca de objetivos comuns fazendo com que pela primeira vez, na atuação concreta, os comunistas, representando uma face do movimento operário, se aliassem a correntes políticas representativas de outras camadas sociais. Assim os comunistas começaram a levantar a bandeira da "frente única do proletariado e da pequena burguesia pela defesa das liberdades" e insistindo na "aliança do proletariado com a pequena burguesia oprimida" asseverava que "o Brasil deve seguir o ex. da China revolucionária" (15). A manifestação pelo aniversário da morte de Matteotti (11 de junho), reunindo comunistas, socialistas, anarquistas e liberais marcou a efetivação da frente única.

Nesse processo de luta amadurecia, inspirada principalmente na experiência chinesa, mas também na do Peru, a proposta, conduzida com particular entusiasmo por Leônidas de Rezende, de se constituir

(15) Ibid., 18-5-1927.

uma organização política nos moldes do Partido Nacional do Povo - Kuo-Min-Tang (KMT) ou da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Notando que "os próprios elementos de esquerda, com Assis Brasil à frente, já verificaram que o principal inimigo que nos ameaça é o imperialismo estrangeiro" (16) chamava-se para que "Venha o KMT" (17), e atuando no mesmo sentido apelava aos

"liberais! democratas! pequeno-burgueses oprimidos! intelectuais! os grilhões para o proletariado serão amanhã grilhões para vós próprios, (...). Aliados a nós, trabalhadores urbanos e rurais, representaremos a maior força do Brasil, (...). Frente única do proletariado com a pequena burguesia liberal! Aliança do livro e da pena com a foice e o martelo." (18)

Como escreveu cerca de um ano depois Astrojildo Pereira, a idéia de KMT brasileiro não era por si mesma equivocada pois correspondia a uma certa relação entre as forças sociais e políticas presentes na cena brasileira (19), mas o momento político vivido internacionalmente pelos comunistas não estimulava a proposta, pois desde janeiro, quando da realização do Congresso Antiimperialista de Bruxelas, os marxistas peruanos haviam rompido com a APRA, e na China estava ocorrendo a fratura definitiva dos comunistas chineses, sob violenta repressão, com o KMT.

Mas a realidade é que o debate em torno do projeto 712 de atualização da legislação penal proposta por intermédio do deputado Anfbald Toledo, teve por efeito a formação de uma frente da emergente sociedade civil brasileira, onde se ombrearam além do movimento

(16) Ibid., 9-7-1927.

(17) Ibid., 11-7-1927.

(18) Ibid., 18-7-1927.

(19) Astrojildo Pereira, "Brasil: a situação política" In La Correspondencia Sudamericana (2a. fase), no.4, Buenos Aires, 15-9-1928.

sindical e das forças políticas representativas da classe operária, também a maçonaria, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vários órgãos de imprensa de oposição ao regime como O Correio da Manhã, A Manhã, A Esquerda e, evidentemente, A Nação, órgão do PCB, além do anarco-sindicalista A Plebe. A luta e o protesto da sociedade civil em defesa das liberdades fundamentais novamente sob ataque decorridos apenas poucos meses da suspensão do "estado de sítio", encontrava ressonância no Congresso Nacional na atuação do representante do Bloco Operário, Azevedo Lima, nas vozes de Adolfo Bergamini e Mauricio de Medeiros, além do senador Irineu Machado.

Essa frente articulou-se em torno do Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais (NDDC), que em reunião realizada em 3 de agosto fazia o seguinte apelo:

"O NDDC convida os elementos liberais e democraticos do jornalismo, do parlamento, dos partidos políticos, das instituições culturais, científicas, artísticas, literarias e profissionais a fazer-se representar (...). Insistimos sobre a necessidade de um acordo de todas as consciências livres e de todos os homens de boa vontade, no sentido de garantir a prática do liberalismo e da democracia no Brasil." (20)

Embora, repensando esse período, anos depois, Octavio Brandão concluísse ter sido um equívoco confusionista a adesão do PCB ao NDDC, a justificativa feita pela direção partidária então para tomar essa decisão parece convincente:

"(...) Nós comunistas não somos partidários da atual Constituição da República. Queremos substituí-la, mas substituí-la num sentido progressista. Assim como a Constituição do Império realizou um progresso em relação ao regime colonial, a Constituição da República realizou um progresso em relação a do Império. Assim também a Constituição do regime soviético ou comunista realizará

(20) A Nação, 3-8-1927.

um progresso em relação ao regime atual. (...) Em suma: nós queremos dar um passo a frente, a reação dois atrás - pisando a própria Constituição do regime que diz representar. (...) Muito logicamente, assim, damos nossa adesão ao NDCC, que acaba de fundar-se. As liberdades asseguradas na Constituição da República não são uma dívida generosa feita pelo poder ao povo. Elas nada mais são de que a legalização, a codificação das conquistas feitas pelo próprio povo durante anos e anos de lutas e batalhas, de sofrimentos, lágrimas e sangue. Por conseguinte, o dever do proletariado, que forma a vanguarda da massa popular, consiste em defender, manter e ampliar tais conquistas. Esta a atitude do partido comunista, que é o partido do proletariado. (...) concitamos todos os operários do Brasil, sem distinção de tendência, comunistas e simpatizantes, socialistas e anarquistas, bem com os operários sem partido, a mobilizar todas as suas forças em apoio da ação empreendida pelo Núcleo que acaba de ser fundado. Abaixo as leis celeradas e retrógradas, com que se pretende barrar a marcha das forças progressivas da sociedade." (21)

Apesar do sempre presente viés positivista e jurídicista da noção de progresso apresentada nessa nota, possivelmente redigida pelo próprio Octavio Brandão, expressa uma flexibilidade política bastante grande, ao mesmo tempo que marca a presença autônoma do PCB como representante da classe operária e como componente de um conjunto de forças sociais progressivas que devem se apresentar aliadas contra o inimigo comum, a reação oligárquica.

A postura unitária do PCB colaborou para a aproximação da classe operária com outras camadas sociais e para que se estendesse a mobilização popular. Essa mobilização se expressou em dois grandes comícios contra a Lei Celerada e contra a elotrocação de Sacco e Vanzetti nos USA, nos dias 5 e 8 de agosto na Praça Mal. Floriano (Teatro Municipal) quando se apresentaram como oradores Mauricio de Lacerda, Irineu Machado, Assis Brasil, Adolfo Bergamini, Azevedo

(21) Ibid., 4-8-1927

Lima, Evaristo de Moraes e, pelos comunistas, Paulo de Lacerda, João da Costa Pimenta e Octavio Brandão. A grande mobilização, no entanto, não impediu que a Lei Anibal de Toledo, já aprovada na Câmara Federal em 28 de julho por 117 x 27 votos, fosse também sancionada pelo Senado em 10 de agosto. Com a entrada em vigor dessa legislação o PCB perdeu seu estatuto legal e o diário do partido, A Nação, viu-se obrigado a fechar, saindo pela última vez com o símbolo da foice e o martelo em 11 de agosto. A mesma sorte teve o jornal anarco-sindicalista A Plebe.

4. teorização da política de alianças da revolução brasileira

Colocado na ilegalidade o PCB viu-se forçado à retirada e a voltar-se sobre si mesmo, para evitar que os golpes da repressão desarticulassem sua frágil organização e para elaborar uma linha política de acordo com a nova situação apresentada.

Nesse breve período de existência legal, o PCB dedicou-se principalmente à agitação e propaganda pela frente única proletária, como havia decidido o II Congresso partidário (1925), insinuando-se no sindicalismo e fazendo ampla campanha pela habitação popular e pelo direito à escola. Como atividade sócio-cultural procurou utilizar-se, com fins educativos, de datas comemorativas do movimento revolucionário, como o aniversário da morte de Lenin, e da promoção de bailes e quermesses populares com o fito de arrecadar recursos. Organizativamente, porém, o saldo foi débil pois os recursos materiais eram esgotados pelo crescente débito financeiro de A Nação cuja redação, por sua vez, tornou-se o real centro diretivo do partido, transpassando a organização partidária, ela

mesma. Ali encontravam-se continuamente, além do diretor Leonidas de Resende, do secretário de redação Paulo Motta Lima e do gerente João Freire de Oliveira, Paulo de Lacerda, Octavio Brandão e Astrojildo Pereira, que ocupavam os principais cargos de direção do partido.

E' de se notar também que, embora muitas vezes sectário, particularmente no movimento sindical, o PCB expressava tolerância, principalmente em função da temperança de caráter de Astrojildo Pereira, em relação a amigos e simpatizantes do comunismo, independente da origem e posição social, como os casos de Leonidas de Resende e do advogado Castro Rabello, defensor das razões jurídicas do partido. Esse comportamento permitia que se mantivesse boas relações com órgãos de imprensa de oposição como A Manhã e A Esquerda, este dirigido por Pedro Motta Lima, irmão de Paulo, os quais abriam espaço para a palavra dos comunistas.

Diante da situação de ilegalidade e sofrendo os golpes da repressão, a direção partidária, em reunião ampliada, ocorrida na segunda quinzena de agosto, decidiu propor à militância o debate sobre a proposta do "KMT brasileiro", que vinha amadurecendo em meio à luta contra a Lei Celerada. Nesses mesmos dias a IC e o PC da China debatiam a falência estratégica da revolução chinesa, com o KMT unificado sob direção da "direita" e os comunistas procurando superar a crise e escapar ao desastre substituindo o secretário geral e se atirando à aventura. Embora o PCB estivesse debatendo questões concretas da formação social brasileira, a utilização simplista da expressão "KMT brasileiro" para definir uma política de alianças não poderia mais que ser o embrião de problemas futuros com a direção da IC.

Alguns artigos publicados em A Manhã por Octávio Brandão nos quais refletia sobre a conjuntura política do país serviram de base ao documento que saiu da reunião de outubro da CCE/PCB, que tirou as conclusões do debate interno, elaborando uma estratégia revolucionária fundada numa política de alianças. Era a primeira vez que essa problemática se colocava para direção política do movimento operário. O texto de Octávio Brandão "O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa" (22), posteriormente publicado, com pequenas alterações na revista interna do partido Auto-crítica, propôs um desenho estratégico para a atuação da classe operária e do PCB, na crise da dominação oligárquica que se previa. Inspirado na parca literatura marxista disponível em francês ou castelhano e quase nada em português, são expressamente referidos o Manifesto Comunista de Marx e Engels, Que fazer? e Esquerdismo, doença infantil do comunismo de Lenin, além da literatura propagada pela IC, cuja grande referência teórica naquele momento era Bucharin; Octávio Brandão procurou fazer uma análise concreta da situação concreta, conforme o método marxista, mas esta longe de uma elaboração original, demonstrando mesmo uma certa debilidade no conhecimento teórico, muito compreensível na situação de paupériedade da cultura política brasileira. Também de se notar as analogias com a geometria e a química, muito de acordo com a formação intelectual do revolucionário alagoano, apaixonado pelas ciências naturais.

Nessa elaboração estava já embutida a concepção etapista da revolução brasileira que faria muita estrada na perspectiva teórica dos comunistas brasileiros. Octávio Brandão apela para que

(22) Autocrítica, no.6, 1928. Publicado como apêndice em Michel Zaidan Filho, PCB (1922-1929), SP, Global, 1985, p.121-132.

se separe "dois problemas diferentes" embora complementares: 1o. o problema da revolução democrática pequeno burguesa, desencadeando-se num país semicolonial na fase atual do capitalismo imperialista, 2o. o problema da revolução proletária nesse mesmo país, mas insiste que "(...) o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrático pequeno burguesa, prelúdio fugaz da revolução proletária, (...)", i.é, o que está em pauta é "(...) a primeira etapa do processo revolucionário brasileiro", pois "sem o país atravessar a terceira revolta e a consequente revolução democrático pequeno burguesa, não poderemos pensar na conquista imediata do poder" (23). Mesmo enfatizando que fala sempre conforme "dada a perspectiva atual" e refletindo sobre a situação concreta, Octávio Brandão não conseguiu escapar de um certo subjetivismo na avaliação da segunda etapa quando diz:

"(...) a revolução proletária, parece-nos ser a consequência natural de uma revolução democrático pequeno burguesa, nascida da terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira (se houver coexistência da crise e da revolta) e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas trabalhadoras urbanas e rurais armadas..." (24)

Ora uma revolução nunca é uma consequência natural e a aventada terceira revolta era apenas uma hipótese.

Respalhado na comparação com a ação política dos bolcheviques e na elaboração lenineana, Octávio Brandão procura demonstrar que o proletariado brasileiro também precisava efetuar alianças sociais e políticas. Essa necessidade, embora aparentemente óbvia, era declinada, não só entre as tendências do movimento

(23) Ibid.

(24) Ibid.

operário, mas em toda a sociedade civil brasileira, então em estágio embrionário e com dificuldades em teorizar a ação política. Para a etapa presente Octávio Brandão vislumbrava a aliança

"do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o agrarismo brasileiro: o Partido Republicano, os fazendeiros do café, o Estado agrário... Seria a etapa tendo em vista a terceira revolta..." (25).

E explicitando dizia que o objetivo deve ser o de "realizar a frente única momentânea de todas as forças que lutam contra o Partido Republicano e o Estado agrário" conformando uma "aliança ideológica e orgânica até certo limite com os revoltosos pequeno burgueses" mas com a condição "que o proletariado conserve sua independência como classe, que não se transforme em reboque da pequena e grande burguesia, que conserve o direito de crítica, de análise...". Octávio Brandão não esquece de apontar no NDDC o embrião dessa frente única. Percebendo no Estado agrário o maior entrave à ascensão das forças capitalistas, Octávio Brandão propugna ampla frente política contra a ordem institucional e "contra os grandes proprietários rurais feudais e os imperialistas" mas a aliança do proletariado com os revoltosos pequeno burgueses seria de um alcance mais amplo pois deveria avançar na luta "contra todas as frações da grande burguesia: comercial, industrial, burocrática". Como o Brasil era caracterizado como país semicolonial a revolução democrática pequeno burguesa era vista também como tendo um aspecto de revolução de libertação nacional. Sempre comparando com a situação russa Octávio Brandão notava que "(...), no Brasil, o problema da pequena burguesia é urbano e não rural como na Rússia"

(25) Ibid.

evitando resvalar para transposições mecânicas que mais tarde foram feitas, quando se forçou a vista para encarar a Coluna Prestes como dirigente das massas camponesas. O teórico do PCB defendia ferozmente a necessidade extrema de o proletariado participar na revolução democrático pequeno burguesa lutando pela hegemonia do movimento em todos os momentos, e que sem dúvida "a melhor modo de trabalharmos pela revolução proletaria é procurarmos os meios de transformar a revolução democrático pequeno burguesa em revolução proletaria". Para evitar o afastamento e a dispersão da pequena burguesia em proveito da grande burguesia, Octávio Brandão propunha uma "aliança orgânica dentro do qual o proletariado lutará pela hegemonia" (26).

Não é possível saber com certeza se Octávio Brandão teria tido acesso direto ao opúsculo de Lenin, Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática (1905), mas é de se supor que não ou então dificilmente teria cometido o equívoco de confundir o conteúdo econômico-social da revolução com as forças motrizes dessa mesma revolução. Lenin concebia a revolução russa como objetivamente burguesa pois tratava-se de saber sob que correlação de forças sociais e políticas se desenvolveria as forças produtivas do capitalismo; mas como a burguesia tendia à conciliar-se com o absolutismo czarista tendo em vista uma monarquia liberal antipopular, as forças motrizes da revolução democrático-burguesa, capazes de levá-la às últimas consequências, naquelas condições, era o proletariado industrial em aliança com o campesinato revolucionário (pequena burguesia rural). A vitória da revolução estabeleceria uma república democrática pequeno burguesa, pois o

(26) Ibid.

enorme peso relativo do campesinato garantia o predomínio da pequena produção mercantil, mas se tratava de saber com qual aliança de classes e como se estabeleceria a nova forma de poder. Lenin lembra que Engels analisando a situação italiana do final do século XIX, notava a ausência de uma burguesia democrático-revolucionária e ao mesmo tempo o insuficiente desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo para que se estabelecesse o socialismo; assim a revolução italiana embora com um conteúdo burguês, no seu aspecto econômico-social, só poderia instaurar uma democracia pequeno burguesa (27).

Nessa mesma linha de pensamento, a vitória do processo revolucionário chinês, levaria à instauração de uma república democrática pequeno burguesa, segundo a abordagem feita por Bucharin, expressamente referido por Octávio Brandão em seu texto, embora também a questão na China fosse de qual bloco social dirigiria o desenvolvimento das forças de produção do capitalismo, sendo, portanto, objetivamente uma revolução de conteúdo econômico social burguês, ainda que a burguesia chinesa fosse incapaz de dirigir a revolução democrática e combater as raízes da dominação imperialista. A forma de apreensão da questão chinesa pelos círculos dirigentes da IC generalizou-se para a América Latina, propugnando-se uma frente ampla contra a oligarquia dominante em quase todos os países do continente e, nesse sentido, os frágeis partidos comunistas deveriam aproximar-se dos partidos socialistas e radicais, onde existissem. Os comunistas depositavam alguma esperança na evolução da situação política do México e da Argentina

(27) V.I.Lenin. "Dos taticas de la socialdemocracia en la revolucion democrática" In Obras Escogidas, tomo I, Moscu, 1960, p.559 e s.

que eram caracterizados como regimes de democracia pequeno burguesa, capazes de abrir espaços para o avanço da classe operária.

Assim, a elaboração teórica dos comunistas brasileiros, consubstanciada no texto de Octávio Brandão, por seus erros e seus acertos, está longe de ter sido diretamente imposta pela IC, cujo Secretariado Sul Americano (SSA), naquele momento, aliás, estava desativado, em função da crise do PC da Argentina, como também não é o produto de uma elaboração original. A verdade é que, aproveitando esse cabedal teórico referido e essa experiência histórica Octávio Brandão procurou efetuar uma análise concreta da situação concreta, observando as forças sociais e políticas presentes no momento histórico e a correlação entre elas. Octávio Brandão faz referência ao proletariado rural mas não aos camponeses, pois, além dessa expressão ser pouco utilizada no Brasil, a pequena propriedade tinha pouco potencial revolucionário na formação social brasileira, pois essa surgia na zona de fronteira econômica ou na esteira da grande propriedade de produção declinante ou ainda em regiões de pouca importância para a economia de exportação. Embora o nível de organização do proletariado rural fosse muito rudimentar é inquestionável a subestimação dessa força social em favor das camadas intermediárias urbanas, já que estas, particularmente no Rio de Janeiro e Recife contavam com uma tradição de combatividade que vinha de longe, além de exercer alguma influência sobre a instituição militar. O núcleo da estratégia revolucionária concebida pelo PCB estava fundado, portanto, na aliança entre o proletariado fabril e a pequena burguesia urbana, aliança essa que deveria encontrar alguma forma de unidade orgânica, seguindo a inspiração do KMT chinês, mesmo que não se fizesse mais essa referência devido o

recente desenlace catastrófico da linha política dos comunistas chineses.

A tese defendida por Octávio Brandão foi aprovada na reunião da CCE/PCB, realizada em outubro na casa de Joaquim Barbosa, com abstenção de voto deste e argumentação contrária de Rodolfo Coutinho, ambos mostrando uma certa reticência e dificuldade em compreender a necessidade de uma política de alianças para o movimento operário. Nesse processo de discussão foi também decidida a reorganização do Bloco Operário transformado em Bloco Operário e Camponês (BOC), tendo sido escolhido para presidir a organização o deputado federal João Batista de Azevedo Lima. Adotou-se essa denominação como modo de se adequar, mais na forma que nos fatos, às indicações da IC para os países semicoloniais, como o reconhecimento da necessidade em se ampliar as alianças e também como fachada legal para a atividade de massas do partido. E' de se supor que em princípio o BOC devesse selar a organicidade da aliança preconizada por Octávio Brandão e pela direção do PCB com a Coluna Prestes, vista como expressão política da pequena burguesia urbana. Originado no Rio de Janeiro, o BOC deveria ganhar caráter de organização nacional, mesmo mantendo o programa inicial estabelecido pela "Carta aberta", e as várias associações operárias nas quais o partido exercitava a direção deveriam assumir-se como organizações locais ou regionais do BOC. Colocava-se na sua estruturação como radicalmente democrático com assumpção de responsabilidades e controle dos representantes pelos representados. Os primeiros artigos do Estatuto do BOC expressava assim essas características:

"I- O BOC é constituído pelos centros, comitês e agrupações políticas de proletários e camponeses, existentes no Rio de Janeiro e nos estados, que aceitem,

em sua integridade, o programa de 5/1/27. II- Cada organização local pode ter programa próprio desde que não infrinja o programa de 5/1. III- Centros, comitês e agrupamentos devem pedir inscrição por escrito ao CC/BOC que depois de investigar a idoneidade propõe à Assembléia dos delegados que devem aprovar por 50% + 1. IV- A direção do BOC é constituída por uma Assembléia de delegados dos centros, comitês e agrupamentos com um representante cada mais os representantes nas camaras municipais, estaduais e federais. (...)" (28)

Na segunda quinzena de dezembro de 1927, Astrojildo Pereira, o principal dirigente do PCB, partiu para a Bolívia para encontrar Luiz Carlos Prestes, por decisão do CCE, a fim de expor as conclusões dos recentes debates dos comunistas e propor a aliança com os combatentes da Coluna. Para melhor fundamentar sua argumentação, Astrojildo Pereira levou consigo volumes da literatura marxista disponíveis no Rio de Janeiro, a maior parte dos quais em francês. De imediato esse encontro realizado na cidade fronteiriça de Porto Suarez teve poucos resultados concretos, mas traria consequências então imprevisíveis para o futuro histórico do PCB. Astrojildo Pereira, que havia embarcado levando uma carteira de jornalista por graça de Pedro Motta Lima, diretor do jornal A Esquerda, quando retornou montou uma entrevista com Luiz Carlos Prestes derivada do colóquio que com ele havia mantido. Entrevista de grande repercussão foi publicada em três vezes, dando destaque ao 30o. aniversário de Prestes, que viria a transformar-se em tradição nos períodos subsequentes.

Entretantes tinha continuidade a elaboração da teoria da revolução brasileira, em meio a escassez de recursos culturais e com o referencial maior sendo mesmo a atividade prática. Assim, o garçon João Freire de Oliveira, de Santos, insistia na "aliança

(28) O Solidário, Santos, 31-1-1928.

necessária", embora com grande confusão terminológica, indicava que "no Brasil, as tres forças liberais do país, precisam fazer uma aliança indestrutível (...)", e essas forças seriam "os intelectuais liberais, a classe média e o proletariado (...)". Se "a classe média vem do proletariado, na sua grande porcentagem, no entanto, continua a hesitar entre este e a burguesia" desse modo "ao proletariado cabe-lhe, pois, como vanguarda do liberalismo hodierno, esclarecer à classe média, sua situação trazendo-a para ser verdadeiro campo de luta das conquistas economicas e políticas" relevando-se que "ou os intelectuais e a classe média formam ao lado do proletariado, numa concentração de forças, num bloco maciço, indestrutível, ou serão vencidos, um a um, pelas forças concentradas e disciplinadas da burguesia insaciável" (29). É transparente a confusão que João Freire de Oliveira faz entre liberalismo e democratismo progressivo, que são significados que podem se entrelaçar mas não se fundem, e ao não diferenciar "classe média" que é uma camada social intermediária com forma pouco definida e intelectualidade que deve ser encarada como uma categoria social no mais das vezes derivada dessa camada social intermediária. Mais uma vez, no entanto, as massas populares agrárias não são lembradas.

Pouco tempo depois Pedro de Castro e Silva, de Cubatão, repisava a "aliança necessária dos pequeno-burgueses com o proletariado", retomando os argumentos básicos expostos por Octávio Brandão, em Agrarismo e Industrialismo (1925) mas começa a, pelo menos, referir-se aos camponeses, propondo a apresentação de um programa mínimo dos operários e camponeses a fim de apoiar a

(29) Ibid.

pequena-burguesia; o apoiar deriva da constatação da ausência de grandes e fortes organizações sindicais, assim como da incipiência da organização política do proletariado, que concretamente não pode, nessas condições propor-se como força hegemônica. Indicava, porém, que nessa situação

"(...) assim deve ser orientada a política da classe operaria: manifestar-se e agir no sentido da defesa de seus interesses próprios de classe, subordinando sempre o particular ao geral, a batalha ocasional ao objetivo final visado. A política proletaria por sua mesma natureza, agora como sempre, é uma política independente, visto que é uma política de classe (...)" (30)

E esclarecendo sobre os objetivos diz:

"a classe operaria luta pelo poder, pelo estabelecimento do governo operario e campones, pela implantação da ditadura do proletariado, pois que só assim será possível defender e proteger integralmente os interesses do trabalho, num regime de trabalho." (31)

Apesar da legislação repressiva existente, em 1928 o movimento operário continuou a avançar, mesmo que de modo insuficiente, e com ele o PCB, pois a desagregação da ordem oligárquica tomava novo impulso tornando-se irreversível, abrindo novos espaços políticos para a penetração de atores até então excluídos da cidadania. A classe operária se articulava em torno da defesa da legislação social e da luta pela sua real implementação, particularmente da Lei de Férias (decreto 4982 - 24/12/25). Um exemplo relativamente bem sucedido dessa luta foi o movimento desencadeado pela UTG/SP em fins de 1927, diante da feroz resistência da burguesia industrial paulista em cumprir a lei; e

(30) O Solidário, Santos, 31-1-1928.

(31) Ibid.

ainda procurar impor regulamentos no interior das fábricas inspirados no taylorismo, visando "racionalizar" o processo de trabalho. A mobilização operária associou manifestações e comícios com a apresentação de reivindicações perante os órgãos do Estado. Assim, em meados de janeiro de 1928, uma delegação composta por Mário Grazzini, Isis de Sflvio e Egberto Chaves representando, além da UTG também a União dos Canteiros, a Associação Auxiliadora em Calçados e O Internacional encontraram-se, no Rio de Janeiro, primeiro com o ministro da agricultura (12/1) e depois com o presidente do CNT (16/1), promovendo um comício para reforçar as exigências (18/1) na sede da UOFT, que, aparentemente, por uma provocação policial acabou em conflito e acusações mútuas entre as tendências do movimento operário. No final do mês, officio do CNT deu ganho de causa aos trabalhadores, mas a visão liberal fordista da burguesia resistiria ainda à ingerência do Estado nos seus interesses privados (32).

5. oposição interna no PCB e o avanço da teoria da revolução

A Conferência de Organização da Região do Rio, convocada pela CCE/PCB, para os dias 19 a 21 de fevereiro de 1928 desencadeou no partido um processo de discussão que culminaria no III Congresso. Dessa reunião participaram 17 elementos, dos quais 4 da Comissão Central Executiva (CCE), 2 do Comitê Regional (CR), 3 do Comitê Zonal (CZ) de Niterói, 2 do CZ do Centro, 3 do CZ da Praça da Bandeira, 2 do CZ dos Subúrbios e 1 da Comissão Executiva da

(32) O Combate, SP, 23-1-1928.

Juventude Comunista (CE da JC) (33).

Na resolução da Conferência foram encarados vários problemas, que não foram superados naquela ocasião e são de uma significativa permanência, tendo sido repostos em outros períodos da história do PCB. Assim, se iniciava fazendo um apelo à disciplina partidária o que significava assiduidade das reuniões e pontualidade nas finanças. Tomaram-se também várias decisões de caráter mais especificamente organizativo, como melhorar a repartição dos membros pelas células, evitar a acumulação de cargos e funções, compor a Comissão de Controle, que ficou a cargo de Fernando de Lacerda, e promover cursos de educação teórica e organizativa, o que ajudaria a suprir a falta de assunto nas reuniões de células.

Mas o ponto mais polêmico e que gerou desdobramentos importantes foi o referente à prática sindical do partido. Astrojildo Pereira, que foi quem redigiu a resolução, usou palavras muito duras para caracterizar a situação dessa atividade crucial para o partido. Detectou que

"a causa principal das deficiências e dos erros verificados no movimento sindical dessa região reside antes de tudo no espírito corporativista ainda dominante na vida dos sindicatos operários entre nós. Nem mesmo os militantes comunistas escapam à influência nefasta desse mal." (34)

Para procurar sanar essa situação seria necessário formar núcleos ligados entre si e subordinados à linha política do partido. A responsabilidade do fato de a FSRR não ter vingado foi

(33) Ata da Conferência Regional do Rio, fevereiro de 1928 In ARCH, A 2-10, ASMOR.

(34) Resoluções da Conferência Regional da Organização do Rio, fevereiro de 1928 In Idem.

atribuída à política corporativista desenvolvida pelos comunistas, os quais contavam com ampla maioria no CF daquele organismo. Isto é, acusava-se os responsáveis pela política sindical do partido, particularmente Joaquim Barbosa, responsável sindical da CCE, e João da Costa Pimenta, secretário geral do CF/FSRR, de estarem se adaptando ao arraigado espírito corporativista existente na classe operária do Rio de Janeiro. De modo que

"tais camaradas colocam a obra do sindicato isolado de sua corporação acima da obra dos sindicatos federados, que são de todo o proletariado. O critério deles é o seguinte: não pode haver federação sem sindicatos: tratemos, portanto, de organizar primeiro os sindicatos, que a federação virá depois. Critério corporativista que o partido condena energicamente (...)" (35)

Pois que o fortalecimento dos sindicatos, arguia-se, está associado ao crescimento das federações e da projetada Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Diante dessas críticas João da Costa Pimenta dimitiu-se da FSRR e reafirmou essa decisão em carta à CCE (9 de março), optando por manter-se em silêncio. Mas uma carta de Joaquim Barbosa a CCE (15 de março) deu início a uma crise orgânica no partido envolvendo sua política sindical que, embora dissesse respeito diretamente a CCE, restringiu-se ao Rio de Janeiro, não tendo maiores repercussões em outras regiões. Nessa carta de demissão da CCE, Joaquim Barbosa partia para a direta contraposição a Astrojildo Pereira assim se colocando:

"Tenho esperado que o camarada Pimenta, como o mais visado pela crítica feita pelo camarada Astrojildo na última conferência de organização, e por esta aprovada,

(35) Ibid.

com referência aos comunistas da Federação Sindical, soubesse rebatê-la, reduzi-la às suas verdadeiras proporções. (...) O Pimenta, porém, preferiu demitir-se do cargo de secretário geral da federação, fugindo covardemente à luta, (...). Eis por que só agora eu, que sou implicitamente atingido pelas esporadas do camarada Astrojildo decidi mostrar aos aderentes do partido, quão insustentável é o seu modo de explicar o fracasso da Federação Sindical. Mostrarei que esse fracasso era coisa perfeitamente prevista e que teve lugar graças à política sindical adotada pela direção do partido nestes últimos tempos, política contra a qual sempre me coloquei. Vejo-me portanto na contingência de desligar-me da CCE, o que faço desde já. (...)." (36)

Imediatamente Joaquim Barbosa foi convocado a comparecer em reunião da CCE para explicar sua posição, mas não o fez e escreveu uma segunda carta (18 de março) reafirmando os termos da anterior e acrescentava que mantivera silêncio na Conferência de Organização "porque queria fazer uma réplica séria por escrito" (37). A reunião da CCE de 19 de março diante da ausência de Joaquim Barbosa decidiu escrever-lhe uma carta deliberando que a) Barbosa deveria debater seus pontos de vista divergentes dentro do CCE, b) preparar o material de estudo e discussão tendo em vista o III Congresso, onde a questão sindical voltaria a ser debatida mas c) até então a resolução da Conferência de fevereiro mantém a validade e Joaquim Barbosa fica encarregado de prover a substituição do demissionário João da Costa Pimenta convocando reunião de células do núcleo sindical (38). No entanto, Joaquim Barbosa continuou não comparecendo às reuniões seguintes, mesmo sendo insistentemente convidado, inclusive pessoalmente, e notificado dos resultados das decisões da CCE. Ficou-se sabendo depois estar ele promovendo

(36) Carta de Joaquim Barbosa à CCE do PCB, 15-3-1928 In Idem.

(37) Ibid., 18-3-1928, In Idem.

(38) Carta de CCE do PCB, redigida por Astrojildo Pereira à Joaquim Barbosa, 20-3-1928. In Idem.

reuniões paralelas em sua casa, mas ainda em 28 de março, sempre pela pena de Astrojildo Pereira, a CCE/PCB ratificava que "o ponto de vista divergente em que o camarada se colocou em relação à política sindical atual do partido, não constitui motivo bastante para afastá-lo do CCE" (39), convidando-o a considerar as decisões da última reunião.

Esse comportamento tolerante da direção partidária mudou quando no último dia do mês de março, Octávio Brandão surpreendeu Joaquim Barbosa na gráfica do partido imprimindo o panfleto "Carta aberta aos membros do PCB" onde expõe suas divergências nos últimos anos. Criticava a modalidade de participação dos comunistas dentro do CNT quando ele "(...) preparava a luta fora do Conselho, contra suas mistificações" (40). Defendia a construção da unidade sindical pela base para depois chegar à CGT, indicando que os comitês pró-CGT, originados de uma imaginária unidade de pontos de vista entre os delegados operários ao CNT não tinham base real. Apontava ainda a nocividade da disputa ideológica com amarelos e anarco-sindicalistas encetada pelas páginas de A Nação, que levava uma prática política de identificação entre partido e sindicato atuada pelos "blocos". Mesmo assim é uma vez mais convidado a comparecer à reunião da CCE e diante de mais essa ausência são tomadas medidas disciplinares (6 de abril), sendo Joaquim Barbosa destituído da CCE e da secretaria do CF/FSRR, resolvendo-se ainda, diante das ameaças contidas na "Carta", publicar toda a correspondência entre Joaquim Barbosa e a CCE e, por fim, vetar a difusão da dita "Carta aberta".

(39) Ibid., 20-3-1928. In Idem.

(40) Carta Aberta aos membros do partido, de Joaquim Barbosa, abril de 1928. In idem e também em Memória e História, no.1, LECH, 1981.

A crise tendeu a se agravar com as reuniões promovidas pelo CR/RJ, alinhado com Joaquim Barbosa, para debater o texto deste; e quando, sob protesto do CR/RJ, a CCE resolveu convocar reunião sindical para recompor a FSRR, aproveitando o retorno da delegação ao IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha (ISV), quando Roberto Morena foi escolhido como novo secretário geral do CF/FSRR. O argumento usado contra a CCE de estar violando os estatutos foi refutado e o CR/RJ foi destituído de sua funções em 21 de abril, por ter-se, com exceção de um elemento, colocado coletivamente ao lado de Joaquim Barbosa. Astrojildo Pereira passou a ser provisoriamente o novo secretário do CR/RJ, substituindo Alcides Adett Brazil de Mattos, que desde julho de 1927 substituiu Berezin-Grisha, que fora deportado, até que no processo congressual fosse eleito o metalúrgico José Casini para esse cargo. Na reunião de 27 de abril da CCE convocada para estudar a resposta aos protestos do CR/RJ destituído, Rodolfo Coutinho, não concordando com a destituição, demitiu-se, também ele, da direção do partido. Em 2 de maio, através de uma carta com considerações insultuosas a CCE, o grupo articulado em torno de Joaquim Barbosa, Rodolfo Coutinho e Alcides Adett exigiu a convocação dentro dos 60 dias próximos de uma Conferência partidária coordenada por uma comissão paritária de 6 membros, divididos entre a CCE e a oposição, estabelecendo um ultimatum para 72 horas depois. Como não houve resposta dentro do prazo estipulado, no dia 8 de maio, 46 membros do partido anunciaram seu desligamento, oficializado dia 16. Nem todos os que participaram das reuniões da oposição pediram desligamento, e os que o fizeram não formavam um grupo homogêneo. Do CF/FSRR eleito em abril de 1927 somente Olivier Quintino acompanhou Joaquim Barbosa, mas voltou depois ao partido, assim como o fizeram Alcides Adett e outros;

Rodolfo Coutinho e Livio Xavier começavam a se aproximar do trotskismo; entre os demissionários estavam aqueles que tinham muita dificuldade em se adequar à disciplina interna do partido; o próprio Joaquim Barbosa voltou formalmente ao partido em 1931, mas não mais ocupou cargos de direção (41).

Em fins de maio a CCE deu ciência ao coletivo partidário da saída da oposição acusando-a de deserção (42). Até o mês seguinte continuaram chegando moções de apoio à CCE, de várias regiões do país, ao mesmo tempo que decidia-se, com votação nas células, pela convocação do Congresso confirmado para o final do ano, em vez da Conferência exigida pela oposição, conforme publicado no Auto-crítica no.1. A falta de homogeneidade da oposição impediu-a de propor uma linha política alternativa àquela que vinha sendo desenvolvida, situação agravada com os erros táticos na condução da luta interna que culminou no equívoco da demissão coletiva. Além da questão da política sindical, a oposição, que vinha se manifestando desde a ilegalização de agosto e do debate que se seguiu, contestava também a política de alianças que vinha sendo proposta através do BOC.

Os problemas suscitados pela oposição tiveram o condão de desencadear antecipadamente e estimular o debate interno em torno não somente da política sindical e da política de alianças, mas que também abordou questões de organização e disciplina partidária, da juventude, da luta ideológica contra outras tendências do movimento operário e popular, da questão agrária, procurando deslindar o

(41) "Aos camaradas da CCE do PC", 2-5-1928 In idem.

(42) "O que a ex-oposição queria: desertar", maio de 1928, nota da CCE do PCB In idem e também em Memória e História, no.1, LECH, 1981.

conteúdo da revolução brasileira. Esse debate se travou fundamentalmente nas páginas da revista interna Auto-crítica, cujo no.1 saiu no mês de maio, após ter sido sua publicação decidida na importante reunião de 19 de março. No total, 6 números circularam entre os militantes antes do III Congresso e 2 em 1929.

No decorrer do debate e por uma série de motivos, a concepção do que deveria ser o BOC e de como efetivamente se constituiu foi mudando. Inicialmente deixou-se definitivamente de lado o termo "KMT brasileiro", já que a derrota da revolução chinesa com a passagem em bloco do KMT para o campo da contra-revolução, buscando a eliminação dos comunistas, inviabilizou o projeto através dessa forma de agitação. Diante da compreensível reticência de Luiz Carlos Prestes em aceitar de imediato a proposta levada por Astrojildo Pereira, de aliança, o que parecia ser a idéia original de Octávio Brandão de realizar no BOC a aliança orgânica do proletariado com a pequena burguesia urbana, i.é, do PCB com os combatentes da Coluna, perdeu imediatividade. Por outro lado o partido começou, com muito atraso, a refletir sobre a questão dos trabalhadores do campo, em parte por indicação da IC, e para que um dia fosse possível transformar a sigla do organismo de massa em uma efetiva aliança social entre os trabalhadores da cidade e do campo. A precariedade da reflexão, no entanto, era tamanha que o partido, persistindo no limite da "Carta aberta" de 1927, não conseguiu enfocar a questão agrária como um projeto de eliminação do latifúndio, base material do poder político da oligarquia agrária. A necessidade de adaptação à legislação eleitoral vigente, fazia com que os já poucos recursos materiais e humanos à disposição fossem dispendidos no alistamento eleitoral e fazendo com que a filiação

fosse feita individualmente e não por organizações (sindicais, culturais ou políticas que fossem) como ocorria com o Partido Socialista do Equador (PSE), por exemplo - daí o tão criticado desvio eleitoralista do BOC, que do projetado organismo de massas capaz de dar expressão orgânica a uma frente política, tornou-se cada vez mais a fachada legal do PCB.

O seminário A Classe Operária, que estava suspenso desde 1925, voltou a circular a partir de 10. de maio, colocando as posições do PCB e do BOC no movimento de massas. O número inaugural dessa nova fase apelava veementemente para uma manifestação unitária dos trabalhadores para o 10. de maio, e expressando o que poderia ser um efeito das críticas da oposição, a qual apontava o sectarismo da atividade sindical do PCB, pedia a libertação do líder anarco-sindicalista Domingos Passos, então detido (43). De nada adiantou o apelo, como havia em nada resultado a tentativa de unificar os dois sindicatos da construção civil então existentes o Rio de Janeiro - a União dos Operários da Construção Civil (UOCC), anarco-sindicalista e a União Regional dos Operários da Construção Civil (UROCC), comunista -, e, assim, acabou-se por ocorrer três manifestações paralelas para o dia do trabalhador. Os comunistas, através da FSRR, promoveram a reunião da Praça Mauá com cerca de 10 mil manifestantes, quando foi publicamente anunciada a volta de A Classe Operária. Na Praça 11 de junho, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), forte principalmente na UOCC liderada por Manuel Lopes, também promoveu significativa manifestação. A novidade, no entanto, e que recebeu as mais pesadas críticas dos comunistas, foi

(43) A Classe Operária, RJ, 1-5-1928.

a manifestação organizada em Bangu pelo recém formado PD/DF, que procurando inserir-se na tendência "amarela" do movimento operário, colocava-se como defensor da legislação social.

A política sindical que os comunistas propunham tinha por objetivo fortalecer as associações classistas, com constante campanha de filiação sindical. As direções sindicais deveriam empenhar-se para reivindicar garantias de aplicação da legislação social existente, particularmente a lei de férias e da acidentes de trabalho, e pela revogação das leis coercitivas da organização sindical e partidária do proletariado. O modo mais eficiente de se conseguir esses objetivos seria através da consecução da unidade sindical, sempre propalada mas de difícil realização, já que cada tendência entendia a unidade do proletariado factível somente sob sua própria orientação. Uma das mais significativas vitórias do PCB no movimento, nesse período, foi nas eleições da Aliança dos Operários da Indústria Metalúrgica (ADIM).

Além do debate que se desenvolvia através de Auto-crítica, refletindo basicamente a atividade prática do partido, acontecimento de importância crucial para a conformação da teoria da revolução brasileira foi a participação de uma delegação no VI Congresso Mundial da IC, realizado em Moscou, entre os meses de julho e setembro. Com esse fim partiram como representante da CCE/PCB Paulo Paiva de Lacerda e como representante da JC Leoncio Basbaum, os quais se juntaram a Heitor Ferreira Lima, jovem sindicalista que desde o ano anterior estava em Moscou, estudando na Escola Leninista. Em fins de junho os delegados brasileiros participaram de uma reunião coordenada por Jules Humbert Droz, responsável da IC

para a América Latina, e Losowsky, responsável sindical e particularmente interessado nas coisas desse continente, juntamente com todos os outros delegados dos partidos comunistas da América Latina, para discutir o programa da IC para o continente e para rearticular o SSA/IC, desestruturado desde o ano anterior, com o afastamento de Penelon do PC da Argentina, que tinha grande importância naquele organismo. Paulo de Lacerda foi escolhido por seus companheiros para responder a saudação de abertura proferida por Bucharin, que dizia entre outras coisas que "(...) pela primeira vez a América Latina entra na órbita da IC", recebendo como contraposição do brasileiro que na verdade

"E' a primeira vez que a IC se interessa pelo movimento comunista da América Latina. No México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, e também na Guatemala, existem partidos comunistas desde 1920, pouco depois da fundação da IC. Mas esta começa somente agora a ocupar-se das questões da América Latina. Nós esperamos que esse interesse não diminua e que sejamos ajudados a fazer dos nossos partidos comunistas, ainda pequenos, verdadeiros partidos comunistas de massa" (44).

Escolhido também para participar na Comissão de programa, durante os debates Paulo de Lacerda reconheceu a necessidade para os partidos comunistas em manter a própria independência político-organizativa e admitiu ter sido um erro a tentativa de realizar uma aliança orgânica com a pequena burguesia. Diante da decepção com os rumos cada vez mais conservadores dos regimes de "democracia pequeno-burguesa" de México e Argentina e diante do desastre da política de alianças aplicada na China a desconfiança em relação à aliança com a pequena burguesia tendia a crescer, ao mesmo tempo que

(44) Transcrito por Perillo, G. "L'America Latina al VI Congresso dell'IC" In Movimento Operaio e Socialista (Rivista trimestrale di storia e bibliografia), no.2/3, 1970.

se dava ênfase maior à questão agrária e a aliança com o campesinato pobre.

O grande esforço para sistematizar e generalizar o conteúdo das formações sociais da América Latina e o caráter das transformações revolucionárias, levadas a cabo por Jules Humbert Droz provocou resistência de alguns delegados, como por exemplo a categoria de semicolônia ampliada para todo o continente, que subestimava o grau de autonomia política dos Estados e das classes dominantes, assim como a insistência no peso relativo do trabalho político entre os trabalhadores do campo, que, embora importante, demonstrava a subestimação do grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas e do papel das camadas médias urbanas. Isso era particularmente notório no referente a realidade de São Paulo.

O relatório de Jules Humbert Droz consagrou esses equívocos, mas corrigiu a confusão feita por Octávio Brandão do conteúdo econômico social da revolução com suas forças motrizes, caracterizando os movimentos revolucionários da América Latina, em geral como

"(...) de tipo democrático-burguês em país semicolonial, onde domina não já a luta de uma burguesia nacional pelo desenvolvimento autônomo, na base do capitalismo, mas a luta dos camponeses pela rebelião agrária contra o regime dos grande proprietários fundiários." (45)

Mais especificamente sobre o BOC asseverava, criticando a idéia de ligação orgânica com a pequena burguesia, que

"devemos encontrar a solução do problema da ligação do

(45) Relatório de Jules Humbert Droz ao VI Congresso da IC
In idem.

partido comunista com as organizações operárias e camponesas sob a forma de um bloco, no qual o partido comunista exercerá verdadeiramente a sua influência, a sua direção, no qual o partido comunista, mediante suas frações terá em mãos seriamente cada uma das organizações aderentes a esse bloco, sem que sejam admitidas a esse bloco as organizações políticas da pequena burguesia, (...)" (46)

E que se deveria limitar a realizar

"frente única ocasional das organizações da pequena burguesia e BOC, o qual deve ser duradouro e continuamente reforçado para a realização de toda uma fase histórica de desenvolvimento do movimento revolucionário; (...)" (47)

Uma das primeiras iniciativas do SSA/IC recomposto foi o de recomeçar a publicação do quinzenário La Correspondencia Sudamericana a partir de agosto, e assim, enquanto a delegação brasileira participava do VI Congresso, Astrojildo Pereira enviava à revista artigos analisando a realidade brasileira, possivelmente os mesmos que eram publicados em Auto-crítica, os quais serviram de esboço das teses do III Congresso, avançando ainda na configuração da teoria da revolução brasileira.

Sobre a economia do país Astrojildo Pereira acentuava o predomínio da grande propriedade agrária onde despontava o complexo cafeeiro e notava o "(...) processo de industrialização das fazendas, do ponto de vista técnico, do ponto de vista comercial e do ponto de vista jurídico" e ainda que "as maiores fazendas de S. Paulo são hoje propriedades de S/A constituídas por capitais nacionais e estrangeiros, destes, ingles sobretudo". A existência de cerca de 400 mil operários fabris somada à industrialização da

(46) Ibid.

(47) Ibid.

cultura do café e do açúcar indicariam a "(...) evidência do processo de industrialização da economia brasileira" e que "(...) o tempo presente se caracteriza por ser um período de transição entre a economia agrária e a economia industrial" (48). A penetração imperialista dar-se-ia através de empréstimos contraídos pelos Estado nacional, pelos estados, municípios e privados, da Inglaterra principalmente, mas desde 1921 crescentemente dos USA, embora também se notasse a presença de capitais franceses, alemães e italianos. Além dos empréstimos financeiros, o imperialismo se fazia presente com capitais investidos nos bancos, ferrovias, indústrias, portos, energia elétrica e serviços públicos, fazendas de café, etc. A tendência para predomínio do capital norte-americano era já visível (49).

Na abordagem das forças sociais e políticas, Astrojildo Pereira encontra alguma dificuldade, padecendo a análise de um certo esquematismo mas ainda assim com passagens de grande lucidez. Se o governo é agrário, i.é, conservador e reacionário é certo que "a democracia, ainda que sob forma liberal-burguesa é uma aspiração popular" fazendo ver como Astrojildo Pereira tinha presente o valor intrínseco da democracia e reconhecia a necessidade de se lutar por objetivos intermediários. Sobre as relações entre os setores das classes dominantes brasileiras apontava que

"(...) são os mesmos grandes fazendeiros e proprietários de terras, (...), que se transferem para as cidades e ali intervêm nas industriais, nos bancos, no comércio, com os capitais acumulados na exploração do solo. Todo grande industrial, é quase sempre, e ao mesmo tempo, fazendeiro e

(48) Astrojildo Pereira, "Brasil: situacion economica" In La Correspondencia Sudamericana, no.1, 1-8-1928.

(49) Astrojildo Pereira, "Brasil: el imperialismo anglo-americano" In idem, no.2, 15-8-1928.

proprietário de terras." (50)

As linhas mestras do desenvolvimento capitalista da formação social brasileira naquele estágio, Astrojildo Pereira pensava haver captado na industrialização técnica e orgânica da agricultura concomitante com a industrialização fabril, que levaria a um rearranjo das classes dominantes e que se encaminhariam para um pouco explicitado capitalismo de Estado. Esse processo teria o efeito de intensificar a exploração da força de trabalho e de proletarizar setores das camadas médias, vítimas da concentração e centralização do capital. Nesse contexto estariam inseridas as bases objetivas de uma transformação revolucionária, realizável pela aliança das forças sociais esbulhadas por esse processo. Assim, Astrojildo Pereira podia concluir, após analisar a crescente crise política que se arrastava desde 1922, que

"a situação econômica e política do país, objetivamente examinada, faz prever uma conjuntura francamente revolucionária, que resultará dos seguintes fatores: 1) crise econômica consequente a uma catástrofe na política do café, 2) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial no Brasil, 3) possibilidade de uma repetição de um novo 5 de julho" (51)

E nesse quadro, aliado à vanguarda revolucionária da pequena burguesia

"(...) o dever do partido comunista consistirá em colocar-se a frente das massas procurando conquistar não somente a direção da fração proletária mas a hegemonia de todo o movimento." (52).

(50) Astrojildo Pereira, "Brasil, síntese de la política actual" In idem, no.3, 31-8-1928.

(51) Astrojildo Pereira, "Brasil: la situacion politica" In idem, no.4, 15-9-1928.

(52) Id. ibid.

Atenuando o grau de "organicidade" da aliança proposta à Coluna, Astrojildo Pereira esclarecia as condições do PCB para efetivar essa aliança:

"1) completa independência e autonomia do partido, 2) completa liberdade de organização e propaganda para o partido, 3) liberdade de crítica para o partido e sua imprensa, 4) aceitação do programa de reivindicações imediatas sustentadas pelo BOC, 5) trabalho preparatório e convergente, desde já, do partido e do comando militar revolucionário, estabelecendo-se um mínimo de ligação, estritamente controlado, entre as duas direções, 6) representação do partido no Estado Maior revolucionário durante a luta, 7) formação de unidades proletárias de combate." (53)

Astrojildo Pereira pensava que a participação dos comunistas no movimento dos jovens militares, além de neutralizar a tendência filo-fascista existente, faria com que o próprio movimento avançasse, com o potencial fortalecimento do partido.

Completando a análise da realidade brasileira, Astrojildo Pereira terminava fazendo um apelo à direção da IC:

"(...)o Brasil (como toda a América do Sul) merece da IC, mais séria atenção do que até aqui se prestou, e nosso partido formado e mantido através das maiores dificuldades, tem o direito de esperar dos órgãos dirigentes da IC, uma assistência política mais assídua do que se prestou até o presente" (54).

E reafirmava as potencialidades revolucionárias do país dizendo que

"(...) caminhamos, na hora atual, para uma etapa revolucionária de proporções muito mais amplas que as anteriores e na qual o partido comunista deve intervir como representante específico do proletariado procurando colocar-se à frente de todo o movimento" (55).

(53) Id. ibid.

(54) Id. ibid.

(55) Id. ibid.

6. o PCB nos estados

Em meados de 1928 o PCB contava com cerca de 400 militantes organizados no Rio de Janeiro, ou seja quase metade do efetivo partidário. O Rio era a capital da República e centro político do país, e assim, naturalmente, abrigava a direção nacional do partido, a qual tendia a entender a realidade nacional a partir dessa cidade, não tendo condições de captar a diversidade regional do Brasil. Essa tendência foi se agravando conforme as relações com a IC foram se aprofundando. Além da CCE, no Rio se organizavam o CR/RJ, 5 comitês de zona e 50 células, das quais 22 de empresa e 28 de residência.

No entanto a influência de massas do partido era muito maior que sua frágil base orgânica, e isso ficava evidente pelo crescimento dos comunistas no movimento sindical e principalmente na campanha eleitoral para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro, levada avante através do BOC. João da Costa Pimenta que havia recebido uma votação significativa nas eleições federais do ano anterior não aceitou ver seu nome novamente proposto ao eleitorado, e assim Minervino de Oliveira foi escolhido para disputar uma das 12 vagas do 2o. distrito, enquanto Octávio Brandão se apresentava pelo 1o. distrito, com o mesmo número de vagas, para as eleições de 28 de outubro de 1928. A campanha conduzida através de agitação feita pelas páginas de A Classe Operária desde fins de agosto e através de cartazes, panfletos e comícios, era uma forma nova de se fazer campanha eleitoral no Brasil, habituado aos votos de clientelas. Naquele mesmo ano surgiram no Rio, além do BOC, dois outros partidos que vinham disputar o tranquilo condomínio do conservadorismo

republicano: o PD, liberal-democrata, surgido no mês de abril, e o PTB, em julho, que pretendia filiar-se a II Internacional e se referia ao Labour Party. Além de Mauricio de Lacerda e de J.J. Seabra a oposição elegeu dois candidatos do PD, Fernando Labauriau e Raul Leitão da Cunha e os dois candidatos do BOC; Luiz de Oliveira, candidato à reeleição pelo PTB foi muito mal votado e ficou fora do Conselho Municipal. O BOC teve que manter alta a mobilização também durante as apurações pois que se tentava através de invalidações de votos inverter a pequena diferença que garantia o 12o. lugar a Minervino de Oliveira e desse modo inserir outro conservador na sua vaga. O impasse ficou resolvido com a morte de Fernando Labauriau em acidente aéreo, mas a luta então passou a ser então pelo reconhecimento dos intendent~~es~~es, que foram finalmente empossados em 21 de dezembro. Octávio Brandão foi sufragado por 995 eleitores com 7638 votos e Minervino de Oliveira obteve 8160 votos de 1020 eleitores, cada um com direito a 8 votos. A orientação da direção do PCB era para que seus intendent~~es~~es mantivessem a independência mas votassem contra qualquer moção da corrente reacionária.

As fraudes eleitorais e a dissociação das massas em relação às instituições impediram que o BOC conseguisse resultados igualmente positivos em outras cidades do Estado do Rio de Janeiro. Os CPP existentes foram sendo transformados em organizações locais do BOC em vários locais. Assim, João Menezes (Cunhambebe), dirigente comunista de Niterói, coordenava o BOC naquela cidade. Do mesmo modo o tecelão Rafael Garcia agia em Petrópolis, e em Friburgo também surgiu o BOC. O CPP de Campos, base do PCB, foi das mais importantes organizações do partido e do BOC no Rio de Janeiro, pois daí eram

Ananias Pacheco Lima, o pernambucano Rodolfo Coutinho, que se afastou do partido, o gráfico Duvitiliano Ramos, que chegou a secretaria-geral do partido na década seguinte, contando ainda com a destacada atuação do agrônomo Constâncio Dulci, originário de Minas Gerais, além do médico Iedo Fiuza; em Campos o partido contava com cerca de 18 militantes em meados de 1928.

Em Vitória do Espírito Santo, por iniciativa de Carlos Vilanova, o CPP da Praia transformou-se na sede do BOC daquele estado. Em 1926, Octávio Brandão estando em Juiz de Fora, cidade com significativo movimento sindical, dada a presença da indústria têxtil e metalúrgica, conseguiu articular para o partido um grupo de operários que posteriormente vieram a formar o BOC naquela cidade mineira, embora frouxamente organizado.

Mesmo tendo sido o Rio Grande do Sul um dos berços do PCB esse teve uma grande dificuldade em af crescer em função de uma prática sectária, que, embora perpassasse todo o partido, era particularmente acentuada no Sul. Em 1928 o partido deveria contar com cerca de 80 militantes nesse estado, organizados em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Livramento. Também tentou-se organizar o BOC mas os resultados foram inconsistentes. O partido controlado por Cuervo e Salomão chegou a ser pejorativamente conhecido por "os 12 apóstolos" por não conseguir se expandir e pelo espírito de seita. A situação era tal que o médico Hugo Hungaretti consultou Astrojildo Pereira sobre a possibilidade de se organizar um CR alternativo àquele. Buscando fortalecer os comunistas no movimento sindical, tendo em vista a fundação da Confederação Regional do Trabalho (CRT), houve no segundo semestre de 1928 alguns acordos do

PCB com a corrente anarco-sindicalista organizada na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORS), que tinha muita expressão.

São Paulo contava com uma classe operária fabril maior, um proletariado agrícola significativo e que se organizava, uma burguesia industrial que despertava para a política, era o pólo de desagregação do sistema político oligárquico e onde suas rachaduras se evidenciavam mais claramente, além de ter sido palco de revoltas populares de monta: ou por outra, onde a sociedade civil era mais organizada e diversificada. Por isso tudo a debilidade do PCB em São Paulo era mais gritante, contando entre 80 e 100 seus militantes em 1928, mas muito poucos na capital, onde a influência do anarco-sindicalismo era persistente e de maior peso que no Rio de Janeiro.

O principal ponto de apoio do PCB em São Paulo era a UTG, onde despontavam os nomes de Mário Grazzini, Manoel Ferreira da Silva, Isis de Sflvio e Everardo Dias e de onde o partido pretendia irradiar sua influência no movimento sindical. Os comunistas tinham algum peso ainda na União dos Canteiros, Associação dos Empregados do Comércio, Associação Auxiliadora em Calçados e O Internacional, organização dos garçons e correlatos, mais tarde perdida para os anarco-sindicalistas. No terreno sindical o PCB desenvolveu sério trabalho visando rearticular a UOFT, que estava desorganizada desde a repressão de 1920-21, e que era a categoria mais numerosa da capital paulista, utilizando grande quantidade de força de trabalho juvenil e feminina. Como notáveis dirigentes comunistas contavam-se o jornalista Plínio Mello, que escrevia os documentos do partido e era o secretário de organização do CR, e Aristides Lobo, advogado e empregado no comércio que era secretário do agit-prop. Entre julho e outubro de 1928 foram realizadas três conferências de agit-prop

entre a células da cidade: na primeira estiveram presentes Luz, Brás, Moóca e Santa Ifigênia, na segunda, somente Centro, Bom Retiro e Moóca, e na terceira essas mesmas três. A conclusão é que imperava a indisciplina e a fluidez organizativa.

Em fins de janeiro de 1928 o CR/SP do PCB tomou medidas para a implantação do BOC, visando participar nas eleições estaduais marcadas para 24 de fevereiro, considerando que

"Já é tempo dos proletários das fábricas e dos campos tomarem parte ativa nas lides eleitorais. E' essa uma das excelentes oportunidades com que poderá contar a massa trabalhadora para o trabalho de penetração no seio da burguesia, minando-a, conseqüentemente. (...). A formação do BOC é uma necessidade do momento. (...) o objetivo principal de uma luta deveser, (...), a agitação que se fará em torno dessa luta e que terá como fruto mais precioso o arregimentamento sindical das forças dispersas do proletariado." (56)

O lançamento público do BOC foi feito no dia 2 de fevereiro em comício na sede da UTG, quando como presidente da organização e candidato às eleições estaduais foi apresentado o dirigente da Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo, Nestor Pereira Jr., que não era militante comunista. No manifesto de lançamento do BOC/SP afirmava-se que "(...) urge que eles (trabalhadores da cidade e do campo de São Paulo, n.d.a) acompanhem e secundem os passos iniciados pelos trabalhadores do Rio de Janeiro" e ainda que

"convictos dessa oportunidade é que os representantes de vários núcleos de eleitores operários e empregados no comércio dessa cidade, de Santos e Cubatão tomaram a si a tarefa de fundar, de perfeito acordo com os companheiros do Rio, o BOC/SP, filiado à organização existente na capital do país, obedecendo a mesma orientação e baseado

(56) "Manifesto-programa do BOC" In O Combate, SP, 30-1-28

na mesma plataforma de reivindicações, (...)." (57)

O BOC/SP foi fundado pelas seguintes instituições: Comitê Eleitoral dos Empregados no Comércio, Comitê Eleitoral dos Trabalhadores Gráficos, Comitê Eleitoral dos Sapateiros, Comitê Eleitoral de O Internacional, CPP do Brás, Coligação Operária de Santos, BOC/Cubatão e um representante do CC/BOC. A campanha foi feita através das páginas de O Internacional, O Trabalhador Gráfico e O Combate, o qual havia cedido uma coluna diária à propaganda do BOC, além, é claro, de comícios, cartazes e panfletos. Diante da repressão policial e da parquiza do alistamento eleitoral do BOC, este retirou sua candidatura, sugerindo que seus militantes e simpatizantes apoiassem o PD, concentrando forças contra o inimigo principal, i.é, o PRP.

Mesmo não havendo consultado a direção nacional do BOC para definir-se pela desistência, as críticas sofridas pelo CR/SP embora afáveis são um exemplo da tendência já apontada de a direção comunista extrapolar para todo o país a realidade do Rio de Janeiro. O CC/BOC condenou então em manifesto público a moção do BOC/SP indicando que

"o que deveriam ter feito naquela conjuntura era fazer da própria perseguição policial motivo para mais intensa e mais ruidosa da agitação, pela imprensa a favor do candidato operário. Era preciso fazer ruído, resistir, batalhar. (...). Teríamos alcançado nosso objetivo levando parte do proletariado a participar da luta eleitoral como força independente." (58)

(57) Ibid.

(58) "O BOC e as eleições palistas de 24-2-28". Manifesto do CC do PCB condenando a atitude assumida naquelas eleições pelo CR/SP. Rio, 15-3-1928 In ARCH, A 2-15 ASMOB

Vê-se aqui a ênfase que o PCB dava á agitação e propaganda em detrimento da organização. Esse documento conceitua o entendimento da direção comunista do que o BOC deveria ser:

"Trata-se de um bloco, i.é, uma coligação, uma concentração de grupos políticos - não de grupos políticos quaisquer, mas de grupos políticos de operarios e camponeses" e que "defendendo os interesses e as aspirações das mais largas massas laboriosas, a politica do BOC visa despertar a consciência de classe dos trabalhadores em geral, unida num só bloco, sob a hegemonia da vanguarda proletária consciente, os operarios da cidade e do campo, os lavradores pobres, as camadas mais pobres e oprimidas da população." (59)

Segundo essa proposição o BOC seria uma organização de contornos bem mais estreitos do que aquilo que se chegou a imaginar naquele perfodo mesmo. O estreitamento da política de alianças contido nesse documento do CC/BOC é maior ainda quando aponta a inadmissibilidade de qualquer acordo com o PD, visto como partido liberal-democrata:

"(...) a organização e a política do BOC, excluem, por sua mesma natureza, qualquer espécie de colaboração, ligação ou acordo com organizações políticas não operarias e nem camponesas." (60)

Mesmo tornando pública a reprovação da atitude do CR/BOC/SP, demonstrando uma tolerância e afabilidade que o futuro se encarregaria de fazer desaparecer, dizia que

"(...) a nossa crítica, (...), visa unicamente ajudar os camaradas de S.Paulo, na penosa e dura tarefa de levantar um poderoso movimento operario, (...). Erramos, tropeçamos, caímos? É natural. É mesmo inevitavel. Só não erra quem nada faz." (61)

(59) Ibid.

(60) Ibid.

(61) Ibid.

Em 3 de março de 1928 o CR/BOC/SP emitiu um manifesto sobre "O BOC e seu apoio ao PD nas eleições de fevereiro" onde demonstrava bastante flexibilidade política e adaptabilidade às condições específicas de São Paulo e da própria organização regional do BOC. Nesse manifesto é explicado que inicialmente a intenção do BOC oscilava entre a abstenção e levar a luta pela candidatura operária até o fim, tendo-se optado pela segunda, visto que a abstenção "equivalaria, a um modo indireto, em apoio às forças conservadoras". No entanto o candidato do BOC contava com certa força somente entre os empregados do comércio, enquanto outras categorias importantes como os ferroviários apoiavam os democráticos. É claro que as organizações operárias com direção anarco-sindicalista, que eram amplamente majoritárias em São Paulo, por princípio, eram pela abstenção. A repressão policial enfraqueceu ainda mais essa já frágil articulação de forças, surgindo daí a idéia de apoiar os candidatos da "burguesia liberal", já que, nessas condições, se abster ou insistir numa candidatura enfraquecida significaria fortalecer os conservadores, responsáveis pelas prisões comunistas. Assim, a fim de concentrar força contra seus inimigos políticos e econômicos, que eram os conservadores do PRP, os comunistas decidiram apoiar os inimigos políticos daqueles, embora não fossem inimigos econômicos, visando com isso despertar mais simpatia entre a massa trabalhadora "de mentalidade pequeno-burguesa" e entre "a pequena burguesia democrática" (62).

A partir daí o BOC desapareceu por completo do terreno da

(62) Panfleto In Idem.

luta política em São Paulo, em função da escassez de militantes, da baixa qualificação destes e de uma situação financeira muito difícil. Somente em fins de agosto, por iniciativa de João Freire de Oliveira, de Santos, reuniu-se a assembléia de delegados, com o fito de estudar a participação nas eleições municipais de 30 de outubro. Nesse encontro definiu-se pelo nome de Everardo Dias para presidir o BOC e para concorrer à intendência da capital paulista. Nos dois meses de campanha o BOC promoveu cinco comícios, sempre trabalhando com falta de recursos e sofrendo coação policial. Conseguiu-se um espaço no Diário da Noite e em O Combate, onde Plínio Mello redigia a "Folha do BOC", atacando tanto o PRP quanto o PD e afirmava:

"(...) o BOC, cujo programa concreto e indisfarçável, consubstanciando todas as reivindicações mínimas e imediatas do proletariado oferece a garantia de que não serão traídos os interesses das grandes massas" (63)

Enfatizou-se bastante, na campanha, a questão da habitação operária. A coação da burguesia industrial, ameaçando demitir quem fosse votar, entendendo isso como greve, e a atuação da polícia reprimindo comícios tanto os do BOC quanto os do PD, antecipavam a grande fraude eleitoral que viria a ocorrer; o candidato do BOC obteve irrisórios 82 votos, quando esperava-se pelo menos 300. Diante dessas dificuldades que pareciam insanáveis, o PCB paulista apelou aos companheiros do Rio de Janeiro para que ajudassem a superar a falta de capacitação dos já poucos militantes disponíveis.

Após o fechamento de A Nação, João Freire de Oliveira passou por São Paulo onde rearticulou O Internacional e voltou a Santos, reorganizou a Coligação Operária, desativada desde 1925, e

(63) Folha do BOC In Diário da Noite, SP, 20-10-1928.

reviveu o periódico O Solidário. Em reunião de 17 de novembro de 1927 a Coligação Operária aderiu formalmente ao BOC, cerca de um mês após a visita de Azevedo Lima a Santos, e iniciou imediatamente campanha pelo alistamento eleitoral, tendo em vista as eleições estaduais de fevereiro. Por sua vez, organizava-se, por iniciativa do empregado em comércio Antonio Simões de Paula, um núcleo do BOC congregando Cubatão, Itapera, Piassaguera, Raiz da Serra, Araras, Olaria, Casqueiro, Agua Fria e Rio das Pedras. Apelava para que "o proletariado, os pequenos lavradores, os intelectuais adiantados e os pequenos proprietários oprimidos (...)" (64) aderissem ao BOC e com os comunistas da baixada santista participassem com entusiasmo na campanha eleitoral.

As leis de exceção promulgadas em 1927 quebraram em parte a combatividade dos trabalhadores de Santos, formados em quase 70% de imigrantes portugueses e espanhóis, mas mesmo assim os comunistas de Santos montaram uma máquina eleitoral afinada, preparando-se também para o embate de outubro, quando das eleições municipais. A Coligação Operária apresentou onze nomes que eram os mais destacados dirigentes sindicais e políticos ligados ao BOC. O jornal A Praça de Santos, dirigido por Rafael Correa de Oliveira, abriu espaço para a propaganda do BOC na coluna "Vida Operária", através da qual se fazia o apelo em geral aos "Trabalhadores de Santos! prestigiem os candidatos do partido dos trabalhadores - a Coligação Operária!" (65) e as categorias particularmente importantes como os ferroviários e construção civil, esta muito numerosa. Criticava-se igualmente o PRP e o PD como partidos das classes dominantes, mas praticamente invertendo os setores dessas classes que apoiavam um e outro. Assim:

(64) O Solidário, Santos, 31-1-1928

(65) A Praça de Santos, Santos, 20-9-1928

"Quem vem a ser, por ex., os chamados PRP, PRM e de outros estados, desde tantos anos no poder? São os partidos dos grandes e poderosos conservadores, dos fazendeiros e proprietários de terras, etc. Igualmente o PD é o partido da grande burguesia industrial" (66).

Isto no exato momento em que a burguesia industrial paulista começava a fazer política por meio do PRP a fim de bloquear a implantação da legislação social; esse equívoco interpretativo foi repetido exaustivamente até recentemente... Na campanha o BOC enfatizou, a exemplo do que ocorria na capital, o problema da habitação operária e, fato acentuado pelo gráfico Mário de Castro, um dos candidatos, a apresentação por parte do BOC de um programa definido, impingiu os outros partidos a fazer o mesmo, coisa que antes não ocorria. A lista da Coligação Operária conseguiu 270 votos, resultado considerado significativo, embora não tenha sido suficiente para conseguir ocupar qualquer das 12 vagas do Conselho Municipal, distribuídas em 9 para o PRP e 3 para o PD.

No centro fabril do país que era a cidade de São Paulo, o PCB era muito frágil, como foi visto, e tinha alguma influência em Santos, porto de escoamento de café. No que diz respeito à zona produtora de café, em Campinas havia apenas uns poucos comunistas fragilmente organizados, mas na região de Sertãozinho e Ribeirão Preto havia um partido com potencial de desenvolvimento. Integrado inicialmente por militantes originados de profissões subsidiárias ao complexo cafeeiro, começava já a penetrar entre o proletariado agrícola. Assim já em 1927 a Liga Operária de Sertãozinho transformava-se em núcleo do BOC, contando de início com 13 elementos (meados de 1927), onde se destacavam como dirigentes

(66) Ibid. 1-10-1928.

Theotonio de Souza Lima e Carlos Guedes Vieira. Ainda no Estado de São Paulo, havia um núcleo partidário relativamente forte em Cruzeiro, que havia inclusive participado da fundação do PCB com Hermogêneo da Silva, e que girava fundamentalmente em torno do sindicato dos ferroviários da Rede Sul-mineira.

O Recife foi um dos fecundos berços do PCB, através da atividade pioneira do jurista e funcionário público Cristiano Cordeiro, do estudante de Direito Manoel de Souza Barros, do pequeno comerciante José Cavalcanti e do carroceiro Joaquim Francisco, entre outros. Além da herança jacobina que tendia a aproximar a embrionária classe operária às camadas médias urbanas, a presença da maçonaria foi decisiva para a formação do PCB em Pernambuco. Antecipando a proposta de aliança que Astrojildo Pereira levaria a Luiz Carlos Prestes no final do ano seguinte, já em 1926 o PCB pernambucano articulava uma aliança com os jovens militares sob ordens de Cleto Campelo, que desejava juntar-se à Coluna Prestes; as negociações foram intermediadas por lojas maçônicas.

Em abril de 1928 foi convocada uma Conferência Regional do PCB/PE para reorganizar a direção partidária, discutir a formação do BOC, que no entanto manteve o nome de Coligação Operária, e tentar rearticular a União Geral dos Trabalhadores que havia sucumbido sob os golpes da repressão desencadeada após a promulgação da lei Celerada. A organização sindical era formada pela União de Resistência, Carvão, Moinho, Panificadores, Agulheiros e duas representações no interior do estado; a influência nas usinas de açúcar era irrelevante. Concomitante ao ataque ao movimento sindical de influência comunista e anarco-sindicalista, o Estado, através das delegacias de polícia, começou a estimular uma corrente amarela no

pio operário, que não existia até então.

Lenta, mas firmemente foi-se formando no Recife e em Pernambuco um grupo dirigente regional adequado às condições históricas do Nordeste, que assumiu até as últimas consequências a política de amplas alianças sociais. O pouco contato com a direção nacional do partido e menos ainda com as diretrizes da IC, mantiveram a esse grupo dirigente formado em ligação com a maçonaria em torno da orientação intelectual de Cristiano Cordeiro uma relativa autonomia. Esse grupo, formado ao correr dos anos 20, atingiu sua máxima maturação na III Conferência Regional do PCB realizada em 5 e 6 de dezembro de 1929, quando a intervenção direta da IC nos assuntos do PCB estava apenas se iniciando. Com a presença de 11 células e 4 representantes, além de um representante do CC, provavelmente Leoncio Basbaum, elegeu-se um secretariado formado por Amundo Carvalho, José Cavalcanti, Antonio Ivo, Joaquim Francisco, Luiz Leal de Barros e Manoel de Souza Barros, sendo o CR completado por Cristiano Cordeiro, Euclides Neiva, João Justino, Francisco Medesto, Luiz Manoel, Antonio Pereira, Antonio Marques, José Francisco, Manoel Alexandre, João Laurindo, Maria Lúcia e João Mourcio. Na resolução política falava-se em transformar a revolução democrático-burguesa em revolução democrático-proletária.

No Nordeste ainda havia alguns comunistas esparsos em Alagoas e Bahia, mas que lutavam com grandes dificuldades para montar algo organizado, se encaminhando em alguns casos para outros estados.

7. o III Congresso Nacional do PCB

Astrojildo Pereira passou toda a segunda metade de 1928 dedicando-se à preparação do III Congresso do PCB através de artigos sobre a realidade brasileira publicados em Auto-crítica e em La Correspondencia Sudamericana, e contatos epistolares visando organizar as bases para que o evento tivesse sucesso. Embora uma teoria da revolução brasileira viesse já amadurecendo, Astrojildo Pereira e toda a direção partidária aguardavam o retorno de Paulo de Lacerda e Leoncio Basbaum de Moscou para que, após ouvido seu relatório, fossem elaboradas as teses congressuais.

Em princípios de outubro, provavelmente, em reunião da CCE, Paulo de Lacerda apresentou o relatório da conferência dos comunistas latino-americanos que reorganizou o SGA/IC e do VI Congresso da IC. Paulo de Lacerda transmitia o alto conceito em que o PCB era tido pela IC e a aprovação de linha política que vinha sendo elaborada pelo grupo dirigente do partido. E explicava isso em função da "(...) homogeneidade que sempre reinou entre nós, foi a experiência adquirida à custa de lutas ásperas na ilegalidade, foi a constituição proletária de nossas fileiras" (67). Embora a IC, pela intervenção de Jules Humbert Droz, tenha aprovado e mesmo estimulado a formação do BOC e a aliança com a pequena burguesia, fazia, no entanto, algumas observações sobre a forma de realização dessa aliança, entre as quais a de não efetivar uma aliança orgânica, evitar qualquer forma de divisão do trabalho revolucionário, não participar de governo que fosse expressão da hegemonia pequeno-

(67) "Problemas comunistas brasileños" In La Correspondencia Sudamericana, no.8, 30-1-1929.

burguesa, além de não descuidar da organização dos assalariados agrícolas e dos pequenos camponeses. Outras observações de Jules Humbert Droz trazidas por Paulo de Lacerda demonstravam um grande desconhecimento da situação concreta do país, resvalando assim para a análise subjetiva, como a recomendação de "assumir logo a direção política do movimento por meio de nossas palavras de ordem políticas" (sic) e quando "(...) o movimento está sob nossa influência política, devemos proclamar a formação de soviets operários e camponeses (...)" (68).

Tendo presente o relatório da delegação chegada de Moscou e o projeto de teses para o I Congresso Comunista Latino-Americano, a ser realizado em Buenos Aires no ano seguinte, Astrojildo Pereira passou a, praticamente sozinho, redigir as teses para o III Congresso que, no entanto deveriam ser submetidas ao SSA/IC. Em reunião da CCE, realizada em 5 de dezembro de 1928, contando com a presença de 7 elementos mais Minervino de Oliveira e "Maurice", representando a SSA/IC, foram aprovadas as teses para descer às bases partidárias e, chegando a uma solução intermediária entre a proposta de Astrojildo Pereira, que queria a última semana de dezembro, e Octavio Brandão que preferia a primeira semana de janeiro, o Congresso foi convocado para a passagem do ano de 1928 para 1929. Foram marcadas reuniões sindicais para janeiro, tendo em vista a fundação da CGTB e decidiu-se aproveitar a visita do presidente americano Hoover para agitar a formação da Liga Antiimperialista.

O Congresso partidário foi finalmente realizado em Niterói

(68) Ibid.

entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Participaram 31 pessoas, entre as quais 10 da CCE que terminava seu mandato, 5 representantes do Rio de Janeiro, 2 de Pernambuco, 1 do Espírito Santo, 3 de São Paulo, 1 do Rio Grande do Sul, 1 de Campos, 2 da Juventude Comunista, 3 com voto consultivo e 3 assistentes. Em função, talvez, do atraso com que as teses desceram às bases, da precária organização ou da falta de recursos financeiros, o número de participantes foi menor que o esperado, já que não chegaram delegados da Bahia e Minas Gerais e dos 3 esperados do Rio Grande do Sul apenas 1 compareceu. Dos presentes, 16 eram operários, 6 empregados, 6 intelectuais e 3 diversos (provavelmente revolucionários profissionais), isso por profissão ou origem social; por instrução, 21 não passaram do primário, 5 tinham curso secundário e 5 superior; quanto à idade, 16 estavam entre 20 e 30 anos, 13 entre 30 e 40 anos e 2 com mais de 40 anos; e quanto à nacionalidade, 22 eram brasileiros natos e 9 estrangeiros (69). É certo que o Congresso contou com a presença de representantes da SSA/IC e do comitê pró Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA) e embora seja muito importante é possível somente hipotizar os nomes dos participantes no encontro. Importante porque nesse congresso tomou contornos mais nítidos o emergente grupo dirigente do PCB, que estava decidido a inserir o movimento operário no processo de desagregação da ordem oligárquica e desencadeamento da revolução burguesa. Desse grupo dirigente que se formava e entre os quais muitos estiveram presentes no III Congresso podem ser elencados: Astrojildo Pereira (jornalista), Octávio Brandão (farmacêutico), Paulo de Lacerda (jornalista), Fernando de Lacerda (médico), Leoncio

(69) Folha esparsa In ARCH, A 2-10 ASMOB.

Basbaum (médico), Cristiano Cordeiro (contador e advogado), José Casini (metalúrgico), Manoel Ferreira da Silva (gráfico), Mário Grazzini (gráfico), José Lago Mollares (garçon), que formavam o CC eleito e mais Plínio Mello (jornalista), Manuel de Souza Barros (advogado), Carlos Vilanova (contador), Aristides Lobo (advogado e empregado no comércio), Hermogenio Silva (eletricista e ferroviário), Minervino de Oliveira (marmorista), Roberto Morena (marceneiro), João da Costa Pimenta (gráfico), Everardo Dias (gráfico), João Freire de Oliveira (garçon), José Elias da Silva (funcionário público), Duvitiliano Ramos (gráfico), João Menezes (pedreiro), Theotônio de Souza Lima (fogueteiro), Júlio Kengen (tecelão), José Castano Machado (padeiro).

O primeiro e mais importante ponto da pauta congressual era sobre a situação política nacional e a posição do PCB, onde foram retomadas as análises de Astrojildo Pereira adaptadas às indicações do SSA/IC. Chegou-se às seguintes conclusões:

1- O Brasil é um país de tipo semi-colonial, economicamente dominado pelo imperialismo, ainda que politicamente "independente";

2- O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração das grandes massas camponesas;

3- O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país -principalmente da indústria pesada- é obstruído pelas forças de compressão imperialista;

4- Involuntariamente, no entanto, o imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento do que resulta a formação de núcleos industriais (como Rio de Janeiro e São Paulo) em que se aglomeram massas proletárias consideráveis;

5- A burguesia nacional, que até um certo momento (revolução de 1924) parecia poder desempenhar uma função revolucionária, capitulou completamente ante o

imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra que estão no poder;

6- Em virtude mesmo da capitulação da burguesia ante o imperialismo agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentuou-se mais e mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive das camadas mais pobres da pequena burguesia;

7- Dessa maneira certas camadas da pequena burguesia constituem um fator revolucionário de maior importância no atual momento, tendendo à aliar-se às forças revolucionárias do proletariado;

8- Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução a suas últimas conseqüências, nem sequer dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas;

9- Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já os movimentos revolucionários em preparação. Este apoio deve ser dado em base às seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução em sua primeira etapa: a) solução do problema agrário, confiscação da terra, b) supressão dos vestígios semi-feudais, c) libertação do jugo do capital estrangeiro" (70).

Assim, se confirmava as principais linhas da teoria da revolução democrático-burguesa e o projeto da política de aliança com a pequena burguesia, que vinha amadurecendo nos últimos anos, inclusive nos seus pontos frágeis como a ausência de uma política clara voltada para as massas populares agrárias.

Da subestimação do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na formação social brasileira, genericamente caracterizada como semicolonial, decorria a falsa proposição de que o golpe principal do movimento revolucionário deveria ser voltado contra a dominação imperialista e por isso se insistia na criação da

(70) "El III Congreso del PCB" In *La Correspondencia Sudamericana*, no.9, 30-1-1929.

Liga Antiimperialista, locus da aliança do proletariado com a pequena burguesia que o SSA/IC havia desaconselhado que se realizasse no BOC. O Brasil era visto como campo de disputa entre o imperialismo da Grã-Bretanha e o imperialismo dos USA dos quais setores das classes dominantes brasileiras eram expressão de interesses de um ou outro. A acentuação desse equívoco no correr do tempo foi fatal para a análise correta da correlação de forças sociais e políticas internas da qual decorresse uma política de alianças táticas na desagregação do regime oligárquico.

O debate sobre a questão sindical deixou claro que muitos problemas colocados pela oposição no início de 1928 continuavam sem solução. A FSRR continuava funcionando precariamente, pelo que Roberto Morena vinha sendo muito criticado por Astrojildo Pereira; além do que só a FSRR e a UGT/PE não seriam suficientes para formar a CGTB. A persistência do economicismo sindical, o sectarismo diante de outras tendências, a falta de dirigentes sindicais profissionalizados, a falta de uma política assistencial e cultural específica impediam o fortalecimento dos sindicatos. Notava-se a dificuldade em fazer penetrar o partido em algumas categorias de trabalhadores, como o de transportes.

No processo congressual iniciou-se o debate sobre a questão agrária e camponesa mas este estava tremendamente limitado pela carência teórica e de informações mais precisas sobre o campo brasileiro. Limitou-se a constatar o predomínio da grande propriedade e as condições de exploração do trabalho, sem no entanto determinar as relações de produção e as camadas sociais existentes. O Congresso, aceitando sugestão do SSA/IC, assumiu como palavra de

ordem "a terra a quem a trabalha" ou "terra aos camponeses", mas propondo um programa mínimo, a ser estudado, por cada região geoeconômica, tendo presente assim a diversidade regional do país. Embora também se falasse em "confisco de terra" para a resolução do problema agrário, não se explicitava qual a terra a ser confiscada e sob que forma de propriedade passaria aos trabalhadores do campo. Mesmo assim essa formulação sofreu alguma resistência entre os comunistas de Pernambuco e de São Paulo, os primeiros afirmando a impropriedade em se usar a expressão "camponeses" na qual os trabalhadores do campo não se reconheciam, e os segundos pensavam que a ação política devia visar atrair antes os colonos das fazendas (proletariado agrícola) e depois os pequenos proprietários, sendo mais realista, portanto, propor um programa de defesa dos direitos sociais e de condições de vida, o que por si só não mudava as relações de produção, embora pudesse levar a patamares mais elevados de luta política.

O entendimento do BOC como instrumento de ação política foi o mais amplo possível, predominando a concepção de que "o BOC é uma organização de massas, de frente única de todas as camadas do proletariado urbano e rural, dos camponeses pobres e da pequena burguesia proletarizada"; não há nem poderia haver referência a alianças entre organizações políticas já que estas não existiam estavelmente. Reconhecia-se porém que "até agora, o BOC tem concentrado todas as suas atividades no terreno eleitoral" e portanto estava longe daquele devido "(...) caráter mais profundo, de trabalho permanente, ampliando sua ação no seio das massas, em todos os terrenos da luta de classes, (...)" (71), realçando-se a

(71) "Sobre el BOC en Brasil" In La Correspondencia Sudamericana, no.12/13/14, maio de 1929.

necessidade de se criar comitês de fábricas e de penetrar no campo. A conjuntura política havia criado para o BOC duas funções que tendiam a se confundir: o de organizador de frente única das massas, propositor de alianças sociais e políticas e face legal do PCB; nessa confusão o BOC poderia limitar-se a ser um organismo eleitoral no qual o PCB se diluiria, caso a direção do BOC escorregasse das mãos dos comunistas. Nessa situação

"(...) o PCB (...) deve, ao mesmo tempo, desenvolver sua própria propaganda entre as massas, em seu próprio nome, com toda nitidez classista, sem subordiná-las às possibilidades legais de luta. Só assim o PCB será o núcleo central do BOC, (...)" (72).

O Congresso chamou atenção para a necessidade em se controlar a atuação do deputado federal Azevedo Lima, corroborando com as desconfianças de Astrojildo Pereira, que vinham desde as eleições para intendentes do Rio de Janeiro e antecipando a expulsão do parlamentar do BOC em março de 1929, quando este tornou público seu apoio à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República. Várias outras questões foram ainda consideradas pelo Congresso, como o Socorro Vermelho, a luta antifascista, que naquele momento tinha uma importância pouco perceptível na realidade brasileira, a questão esportiva, a questão da habitação e do inquilinato, que eram temas específicos. Decidiu-se no Congresso concentrar forças na construção do partido e do BOC em São Paulo, atendendo assim o apelo dos comunistas paulistas e explicitando a compreensão da importância fundamental de São Paulo para o projeto revolucionário. A oposição que havia se demitido em bloco do partido pediu reingresso, mas esse só foi aceito com a capitulação, i.é., com a dissolução do grupo,

(72) Ibid.

pedidos individuais de reintegração e aceitação das resoluções do Congresso apenas encerrado. Entre muitos outros voltaram Alcides Adett e José Caetano Machado.

Como desdobramento do congresso partidário realizou-se em seguida, no mesmo local, o I Congresso da JCB. Leoncio Basbaum fora, em janeiro de 1927, encarregado de reorganizar a Juventude Comunista, que estava definhando após o afastamento de Luiz Peres. Assim juntamente com Artur Basbaum, seu irmão, e os irmãos Manuel e Raul Karacik, começaram o trabalho de organizar estudantes e operários na Juventude Comunista. Em agosto, tendo sido aceito o pedido de filiação a IC da Juventude (KIM), foram escolhidos o jovem sindicalista Heitor Ferreira Lima e Benjamin Soares Cabello para ir à URSS estudar na Escola Leninista. Cabello não pode partir e foi mais tarde substituído por Mário Pedrosa que adoeceu na Alemanha, não chegando jamais ao destino. A JC publicou o Jovem Proletário, mensal, entre setembro de 1927 e março de 1928 quando foi suspenso em função da decisão de concentrar recursos do partido para o reaparecimento de A Classe Operária. A atividade da JC concentrou-se em atividades recreativas e educativas promovidas pelo Centro dos Jovens Proletários. Em 1928 Leoncio Basbaum participou do V Congresso Mundial da IC da juventude e quando da realização do III Congresso do PCB passou para o CC/PCB deixando a organização juvenil com cerca de 200 militantes, embora ainda fosse responsável do CC para a política juvenil.

B. a linha política do III Congresso do PCB e os congressos continentais

Na segunda metade de janeiro realizaram-se Conferências sindicais da FSRR e da UGT/PE como preparativos da fundação da CGTB, a qual deveria filiar-se a CSLA (73). O processo de construção da CGTB, iniciado em meados de 1926, encontrava-se em seus estágios finais, apesar da fragilidade das duas únicas federações sindicais existentes, a FSRR e a UGT/PE, e da existência de uma única federação nacional de categoria que era a FTGB.

A decisão de se fundar a CSLA foi tomada em dezembro de 1927, após algumas reuniões entre sindicalistas da América Latina presentes em Moscou. Heitor Ferreira Lima representou o Brasil nesse evento coordenado por Losowsky, dirigente da Internacional Sindical Vermelha (ISV), quando se procurou realçar a penetração imperialista dos EUA na América Latina e a necessidade de se contrapor à Confederação Operária Pan-Americana (COPA), ligada ao sindicalismo americano. Foi nesse momento que a IC começou a dar importância maior ao imperialismo dos USA até então relativamente subestimado. Logo após o IV Congresso da ISV, foi promovida a I Conferência Sindical Latino-Americana, entre 8 e 10 de abril de 1928, que contou com a presença de uma delegação de 3 brasileiros liderados por José Lago Mollares, quando então ficou decidido que dever-se-ia trabalhar para que a fundação da CSLA ocorresse em Congresso a ser realizado em Montevideu em maio de 1929. Com esse fito o comitê pró-CSLA, formado em Montevideu em 3 de setembro de 1928, com a participação

(73) "En Marcha hacia la primera central unica nel Brasil" In El Trabajador Latino Americano, no. 10/11, 31-1-1929 e 15-12-1929.

de Mário Grazzini, resolveu lançar uma revista quinzenal chamada El Trabajador Latino-americano, que começou a circular já a partir de setembro.

Os comunistas brasileiros, diante da pouca informação segura disponível, trabalhavam com a hipótese de que haveria no Brasil cerca de 250 sindicatos agregando 100 mil trabalhadores, dos quais metade no Rio de Janeiro; São Paulo, a maior concentração fabril do país, não contaria com mais de 10 mil sindicalizados. A realização em Catanduva, em 22 de fevereiro de 1929, da Conferência sindical, secretariada por Reis Siqueira, visando formar a FSR/SP, foi um passo a mais no sentido de ampliar as bases da CGTB a ser formada; ainda em fevereiro, Hersch Schechter foi enviado de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de reorganizar a CRT/RS.

Como os sintomas de crise da economia agro-exportadora estavam cada vez mais fortes, o terreno estava fértil para a promoção de greves reivindicatórias que os comunistas pretendiam politizar a fim de ampliar a agitação e ver fundada a CGTB num momento de ascensão do movimento operário. O sindicato dos padeiros do Rio de Janeiro proclamou estado de greve em 8 de abril reivindicando reajuste salarial. Embora dirigida pelos comunistas essa greve obteve apoio dos anarco-sindicalistas, consubstanciando assim a frente única preconizada pelos comunistas, o que facilitou uma rápida vitória dos trabalhadores, que atingiram seus objetivos. A falta de unidade entre comunistas e anarco-sindicalistas levou a greve da construção civil chamada para 16 de abril ao fracasso. A UOCC, de direção anarco-sindicalista, procurava atingir alguns objetivos salariais mínimos e tinha boas condições de alcançá-los, mas a UROCC, minoritária, de orientação comunista, pretendia que

movimento fosse mais politizado e se organizasse a partir de comissões de obras para lutar por objetivos mais avançados. A diferença de métodos e objetivos que impediu a unidade na luta levou essa greve à derrota depois de alguns dias.

O mais importante movimento grevista do período foi o promovido pela UTG/SP a partir de 23 de março com a duração de 72 dias e envolvendo cerca de 7 mil operários e suas famílias. O PCB pretendia que o movimento se generalizasse para outras categorias, o que não aconteceu, embora a solidariedade aos paredistas tenha sido das mais significativas. A greve foi deflagrada reivindicando melhoria salarial para os homens adultos, redução de horas de trabalho para mulheres e jovens aprendizes e aplicação da legislação social. Apenas iniciada, a greve foi declarada ilegal e a repressão policial se abateu sobre os gráficos sendo a CE/UTG/SP presa quase que imediatamente e chegando-se ao disparate de ser expedida ordem de prisão contra todos os grevistas. Formou-se então o Comitê de Defesa Proletária (CDP) que passou a dirigir a greve e a promover as ações de solidariedade. O partido mobilizou todos os recursos disponíveis para garantir o sucesso da greve, promovendo comícios e passeatas, angariando fundos, destacando-se então a grande manifestação de 25 de maio no Rio de Janeiro. Quadros sindicais foram enviados de outras regiões a fim de suprir a debilidade do PCB paulista, e assim Salomão saiu do Rio Grande do Sul para São Paulo já em fevereiro e juntou-se a Tejada, secretário regional do PCB/SP, para ajudar a coordenação da greve. Diante de algumas concessões feitas pelo patronato, da exaustão dos grevistas e da dificuldade em ampliar a greve para outras categorias, o CDP, para evitar a iminente cisão, decidiu por dar fim a greve.

Envolvido pelo clima criado com o desenvolvimento da luta dos operários gráficos de São Paulo foi realizado no Rio de Janeiro entre 26 e 30 de abril o Congresso constituinte da CGTB, exatamente dois anos após a fundação da FSRR, tendo o objetivo de lutar por melhorias econômicas, direitos políticos, cumprimento e expansão da legislação social e liberdade de organização dentro da fábrica (74). A CGTB nascia pretendendo ser a representante de 60 mil operários sindicalizados. Minervino de Oliveira foi nomeado secretário-geral, mas como tinha seu tempo ocupado pelo cargo de intendente, a direção efetiva ficou com Roberto Morena, enquanto Mário Grazzini se ocupava das relações com a ISV e o CSLA. No 10. de Maio foi anunciada pública e oficialmente a fundação da CGTB em manifestação de cerca de 10 mil pessoas na Praça Mauá; a FD/RJ promoveu na Praça 11 de junho a manifestação dos anarco-sindicalistas, e a corrente amarela optou por uma cerimônia religiosa celebrada por D. Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro, demonstrando o renovado interesse da Igreja Católica pela política e pela questão operária.

Entre 18 e 26 de maio uma delegação brasileira de 7 sindicalistas liderados por Mário Grazzini e Roberto Morena representou a CGTB no congresso de fundação da CSLA em Montevideo. O congresso presidido pelo secretário-geral da ISV, Losowsky contou com representantes de 15 países dos quais 10 com centrais operárias nacionais, que pretendiam representar cerca de 600 mil operários e camponeses da América Latina, mais da metade deles organizados no México. O congresso reconhecia a fragilidade do movimento sindical no

(74) "Manifiesto del comite pró-CGT" In El Trabajador Latino Americano, no.12/13/14, 28-2-1929, 15-3-1929, 31-3-1929.

seu conjunto, num momento de agudização da luta de classes no continente, uma acentuação da penetração imperialista e de uma renovada repressão estatal. A CSLA tinha a intenção de lutar contra a influência de organizações sindicais internacionais presentes na América Latina como eram a anarco-sindicalista Federação Operaria Regional Americana (FORA), a pró-americana COPA, além da Federação Ibero Americana que a II Internacional procurava articular.

Em seguida à fundação da CSLA, reuniu-se em Buenos Aires a I Conferência Comunista Latino-Americana, decisão que havia sido tomada na primeira reunião do SSA/IC reorganizado um ano antes. A delegação brasileira, só menor que a da Argentina entre as 14 presentes, era composta por Paulo de Lacerda, Leoncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim. O projeto de tese apresentado à conferência havia sido redigido também durante s preparativos do VI Congresso Mundial da IC pela comissão de programa para a América Latina da qual fez parte Paulo de Lacerda e havia já influenciado as formulações do III Congresso do PCB.

Nessa conferência coordenada por Jules Humbert Droz foram reafirmadas as diretrizes políticas gerais desenvolvidas pela análise da IC que nas suas linhas mestras percebia que a penetração do capital imperialista americano se acentuava em detrimento do capital inglês, o que, por sua vez acentuava a crise das ordenações oligárquicas e das economias agroexportadoras existentes no continente, criando uma situação potencialmente revolucionária. Na condição de países agrários e dependentes do imperialismo, a revolução na América Latina teria um caráter democrático burguês, por seu conteúdo econômico social, mas como a burguesia é um

desdobramento das oligarquias agrárias e o conjunto das classes dominantes se encontra associada ao capital imperialista, as forças motrizes da revolução só poderiam ser as massas operárias e camponesas auxiliadas pela pequena burguesia pauperizada, que como forma de poder político deveriam instaurar um governo operário e camponês. Essa perspectiva bastante genérica na sua formulação e flexível na atuação prática pecava por um grande esquematismo agravado com a subestimação do nível de desenvolvimento capitalista em alguns setores e regiões. O fato de não considerar as formas de Estado existentes no continente sustentados por blocos de poder de configuração diversa implicava uma limitação da política de alianças, exclusivamente referida às contradições antagônicas das formações sociais latino-americanas, impedindo assim alianças táticas momentâneas com frações das classes dominantes com objetivo de desarticular o bloco de poder existente. Embora afirmando que a realização do programa agrário e antiimperialista da revolução democrática burguesa só se efetivaria sob a direção do proletariado, as resoluções da Conferência convidavam os comunistas a não se abster de apoiar qualquer movimento de massas mesmo dirigido pela pequena burguesia, sem, no entanto, entabular qualquer tipo de aliança orgânica com essa pequena burguesia, como aparentemente era o projeto inicial do BOC no Brasil e como a realizada pelos comunistas venezuelanos que atuavam no Partido Revolucionário Venezuelano (PRV) e os cubanos que participavam no Partido Popular (PP). No entanto, a visão estratégica do PCB de aliança da classe operária com a pequena burguesia e de uma revolução em dois tempos, como a formulada por Octávio Brandão, foi implicitamente confirmada nas teses. Enfatiza-se que é decisivo "(...) o momento em que no

movimento de massas, a hegemonia passa das mãos da pequena burguesia às mãos do proletariado e seu PC" e que:

"(...) no curso de uma crise da revolução democrático-burguesa produzida pelas contradições em que entra o movimento revolucionário, no curso de um novo impulso de massas e de uma nova crise revolucionária aguda, que se realizará a hegemonia do proletariado e as condições favoráveis para o desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista" (tese 5) (75)

Rechaçando mais uma vez a idéia de "KMT" que vinha sendo proposta pelos brasileiros, a Conferência reconhecia no entanto a importância em se formar o BOC como expressão da aliança operário-camponesa, chamando porém a atenção para os riscos de se confundir partido e bloco. Foi também realçada a necessidade de se diferenciar claramente o partido do movimento sindical a fim de que não se comprometesse a luta pela unidade sindical.

Toda essa elaboração foi sendo feita de modo mais ou menos coletivo pelos comunistas da América Latina, muito frágeis teoricamente e com pouca experiência, motivo pelo qual achavam indispensável a orientação e coordenação dos órgãos dirigentes da IC para os quais apelaram mais de uma vez. Os congressos continentais de Montivideu e Buenos Aires ajudaram os comunistas brasileiros a avançar na teoria da revolução que vinham amadurecendo nos últimos anos confirmando a linha estratégia básica da aliança entre o proletariado e a pequena burguesia, mas chamando a atenção para a importância da questão agrária e da organização dos trabalhadores do campo, particularmente do proletariado agrícola de São Paulo.

(75) "Projeto de tesis sobre el movimiento revolucionario en la América Latina" In La Correspondencia Sudamericana, no.12/13/14, maio de 1929.

Astrojildo Pereira reafirmou a linha política que o PCB vinha levando, durante o X Plenun da CEIC (julho de 1929) para o qual havia sido eleito pelo VI Congresso Mundial da IC e fez notar o processo de fortalecimento do partido após o III Congresso. Desde antes da realização do Congresso estava já definido que Astrojildo Pereira e João Costa Pimenta deveriam embarcar para Moscou em fevereiro. Para Astrojildo, João da Costa Pimenta embora fosse portador de alguns vícios corporativistas seria o sindicalista mais indicado para dirigir a CGTB; mas após ter sido novamente criticado pelas insuficiências da política sindical do partido, durante o Congresso partidário, ele resolveu afastar-se dos cargos de responsabilidade, mesmo tendo participado ativamente da greve dos gráficos de São Paulo, deixando, portanto, de ir a Moscou. Além de Heitor Ferreira Lima, que em Moscou foi sua mais assídua campanha, Astrojildo Pereira encontrou-se também por lá com Josias Carneiro Leão que, assim como os comunistas do Nordeste, desde 1926, trabalhava por uma aliança a mais estreita entre os comunistas e a juventude militar.

Movendo-se em sentido convergente Paulo de Lacerda e Leoncio Basbaum, aproveitando da viagem para a Conferência comunista de Buenos Aires, procuraram Luiz Carlos Prestes, que estava ali estabelecido, a fim de novamente, a exemplo do que havia feito Astrojildo Pereira na Bolívia, propor-lhe a aliança entre o PCB e os combatentes da Coluna, inclusive a candidatura de Prestes à presidência da República pela legenda do BOC. Essa iniciativa foi decidida em reunião do CC/PCB em princípios de fevereiro e o encontro foi endossado por Mauricio de Lacerda, que mantinha boas relações com Prestes e era presidente da Liga Antiimperialista

fundada pelo PCB, e pelo dirigente comunista argentino Rodolfo Ghioldi, que vinha também mantendo contatos com Luiz Carlos Prestes. Não houve qualquer acordo imediato, pois Prestes para não tomar uma atitude isolada, deveria antes consultar outros líderes da Coluna, para então aprofundar a questão do programa. A insistência do PCB nessa aliança foi mais uma vez reafirmada com alarde pelas páginas de A Classe Operária por motivo de mais um aniversário dos "5 de julho", quando proclamou-se:

"... só uma força pode abater a dominação do imperialismo e da grande burguesia. Esta força é o proletariado. A classe média para libertar-se precisa aliar-se com ele. E ela o fará certamente realizando o terceiro 5 de julho." (76)

Após o retorno das delegações que participaram das conferências continentais de Montivideu e Buenos Aires o CC/PCB convocou para fins de julho o II Plenun partidário a fim de fazer o balanço da atividade político-organizativa desenvolvida a partir das diretrizes estabelecidas pelo III Congresso. Decidiu-se convocar um Congresso Nacional do BOC para novembro, tendo já em vista a agitação e propaganda para as eleições presidenciais que começavam a se avizinhar; discutiu-se a necessidade de se concentrar esforços na atividade sindical, através de ampla campanha de sindicalização e de formação de novas federações regionais, a fim de reforçar a CGTB. O PCB amadurecia para dirigir politicamente a classe operária no desenvolvimento da revolução burguesa (77).

Assim, em meados de 1929, o PCB havia conseguido

(76) A Classe Operária, 6-7-1929.

(77) "El último Plenun del CC del PCB" In La Correspondencia Sudamericana, no.18, 20-9-1929.

configurar um grupo dirigente relativamente homogêneo, embora muito centrado no Rio de Janeiro, em condições de se propor como direção política da classe operária e inseri-la como sujeito no processo de generalização da revolução burguesa em vias de se desencadear. A teorização do processo social em ato, levada a cabo pelo grupo dirigente do PCB deu-se de modo relativamente autônomo, já que não houve imposição da IC, mas também não produziu uma elaboração original, pois que embasada na parca literatura marxista presente no país, inclusive documentos da própria IC. Até esse momento as seções da IC contavam com um grau de autonomia bastante elevado, acentuado no caso da América Latina pelo desconhecimento reinante da realidade do continente e pela subestimação do seu papel revolucionário, associado a até recente subestimação do peso dos USA no sistema imperialista. Apesar da sua ambiguidade constitutiva, o BOC, como instrumento de organização das massas e como locus de atuação da política de alianças do PCB, conseguiu um certo grau de representatividade política, aproveitando o espaço político aberto pela fragmentação do sistema de alianças que dava consistência à dominação oligárquica.

A conjuntura no entanto apresentaria novos problemas que se encarregariam de demonstrar os limites do grupo dirigente do PCB, incapaz de resistir a onda repressiva derivada do agravamento da crise da dominação oligárquica, e, ao mesmo tempo manter-se impermeável as profundas modificações políticas e organizativas na IC advindas da instauração da ditadura staliniana na URSS.

CAPITULO II

O encontro entre a Internacional Comunista e a América Latina e
Brasil

1. introdução

Embora persistindo num certo "eurocentrismo", a IC marca um avanço e uma nova concepção em relação ao problema da "colonização" européia, posta em confronto com a política atuada pela Internacional Socialista (IS). No Congresso de 1904 a Segunda Internacional abordou essa questão (com grande atraso, se observarmos que essa havia sido fundada em 1889), retomando-a em 1907, quando vários países da periferia capitalista, através de rebeliões, tumultos e revoluções, fizeram-se lembrar da existência, além da continuidade do debate em torno da questão russa. Com maior ou menor ambiguidade, a IS afirmou sua posição que entendia a impossibilidade dos povos colonizados saírem por si só da situação de atraso e dependência em que se encontravam e que a presença européia era portadora de civilização e cultura; desse modo o movimento socialista europeu tendeu a capitular diante da visão de mundo da burguesia imperialista.

A defesa que Lenin fez do princípio de autodeterminação das nacionalidades do ex- Império czarista, mesmo tendo sido violentamente criticada por Rosa Luxemburgo, em nome da "ratio" política que a expansão da revolução era mais importante, serviu de princípio e fio condutor da posição da IC na questão nacional e colonial até que a preponderância staliniana efetivasse uma ruptura também nesse campo, ao adquirir um caráter instrumental, tanto na URSS quanto em relação às nacionalidades sob opressão imperialista.

A IC havia sido fundada em 1919 tendo presente a iminência da revolução proletária na Europa, mas já no seu II Congresso (julho

de 1920) os sintomas de refluxo da onda revolucionária eram claros, e em troca o Oriente tremia (Turquia, Pérsia, Índia), despertando maior atenção para essa área. As teses do II Congresso sobre a questão nacional e colonial afirmavam a necessidade de uma aliança antiimperialista, chamando a união do proletariado e da massa trabalhadora de cada país para abater os proprietários fundiários e a burguesia, única forma de suprimir a desigualdade nacional. A IC colocava assim a questão nacional dentro da questão da aliança operário-camponesa, que por sua vez adquiria uma dimensão universal. Abria-se aqui uma perspectiva de alianças sociais e políticas com vista à transformação revolucionária do mundo, de todo ausente na elaboração segundo internacionalista.

Não se deu sem acirrada discussão, no entanto, a inserção dessa nova problemática para a atividade revolucionária: o italiano Serrati, marcando uma continuidade com a tradição dos partidos socialistas, não via com confiança a possibilidade dos povos colonizados se erguerem sem que antes vencesse a revolução socialista na Europa; o indiano Roy por seu lado exacerbava o "asiocentrismo", defendendo a posição que o corte de matéria-prima e mercados da Ásia levaria o capitalismo imperialista europeu a uma crise insolúvel e à revolução; Lenin por fim defendeu uma posição mais flexível, que procurava associar o movimento operário europeu ao movimento antiimperialista dos povos oprimidos, numa aliança em que a proeminência poderia passar ora a um ora a outro elemento da equação.

Em setembro de 1920, 1892 delegados de 32 nações (muitas das quais iriam fazer parte da futura URSS) afluíram a Baku, para discutir em congresso o papel dos movimentos de libertação nacional

no processo revolucionário mundial e o papel das burguesias nacionais no movimento antiimperialista. No III Congresso da IC (junho-julho de 1921), a questão colonial, mesmo sob os protestos de Roy, ficou praticamente ausente, em função das novas possibilidades criadas pela situação alemã. Entretanto, Lenin reafirmou a importância da luta antiimperialista e Trotsky expressou suas dúvidas em relação às burguesias nacionais, nesse congresso marcado pela proposta de frente única, como inovação tática.

O Congresso das Organizações Revolucionárias do Oriente (janeiro de 1922) teve sua importância ampliada depois da assinatura do Tratado de Washington (novembro de 1921) que marcava um passo à frente na ocupação e divisão da China entre os países imperialistas. Nesse contexto, a presença do KMT e do PC da China colocam esse país asiático na órbita da IC. Note-se que o congresso não era somente de comunistas, demonstrando que a política da IC visava a constituição de frentes única antiimperialistas com o objetivo de realizar revoluções nacionais, mas o papel a ser desempenhado pelas burguesias nacionais nesse processo permanece sempre pouco claro, eludindo a questão da direção do processo, ali onde diz que "(...) a próxima etapa de desenvolvimento nesses países é a revolução democrática e a organização autônoma de classe do proletariado, (...)" (78). A forte tendência a reduzir a questão colonial à questão oriental teve seu ápice em novembro de 1922, quando da realização do IV Congresso Mundial da IC. Nesse encontro, para os povos do Oriente, enfatizou-se a necessidade da revolução

(78) "Tesi del Congresso dell'Organizzazione Rivoluzionarie dell'Oriente" In Aldo Agosti, La Terza Internazionale (Storia Documentaria), tomo I, vol.2, Roma, Editori Riuniti.

agrária (sem, no entanto, precisar o que fazer com a grande propriedade expropriada), acentuou-se também a necessidade de o movimento operário manter-se como componente autônomo na frente única antiimperialista, tendo em vista a conquista da democracia política; foi chamada atenção para o risco maior existente nas semicolônias de uma possível aliança da burguesia nacional com um ou mais imperialismos; a revolução colonial foi definida como de caráter nacional democrático burguês.

A importância da questão colonial e nacional esta correlacionada com a questão agrário-camponesa na elaboração da IC, por obra principalmente de Bucharin. Este entendia os países coloniais e semicoloniais como campo do mundo e daí a necessidade de uma aliança operário-camponesa à nível mundial, análoga àquela que se procurava construir nas repúblicas soviéticas através da atuação da Nova Política Econômica (NEP). A acentuar a importância da questão agrária e da aliança operário-camponesa para a IC estava o fortalecimento dos partidos camponeses na Europa oriental, que chegaram a realizar uma reunião em Praga (1921) tentando dar vida a uma Internacional Verde, o que estimulou a IC a formar o Kristintern (Internacional camponesa, que escassa importância teve na história da IC, embora tenha vegetado até 1937). Assim, a política de frente única formulada em 1921 e que levantava a palavra de ordem de "governo operário" transformou-se no III Plenun da CEIC (junho de 1923) em "governo operário-camponês", entendido como forma de transição para a ditadura proletária e como lembrança da necessidade de se manter essa aliança por longo período. Já em outubro de 1923, diante da necessidade de conter a ofensiva reacionária na Bulgária, por iniciativa de Dimitrov e Kolarov, o PC da Bulgária propôs à

União Camponesa, fortíssima organização de massa do campesinato, apenas apeada do governo por um golpe militar, a formação de um Bloco operário camponês.

O V Congresso Mundial da IC, retardado em função da morte de Lenin e finalmente realizado em junho/julho de 1924, centrou a análise da questão nacional e colonial na problemática da Europa balcânica, relegando para outro plano o Oriente, para não dizer de outros continentes, e ocupando-se primordialmente dos acontecimentos da falida insurreição de outubro de 1923 na Alemanha.

2. a revolução chinesa

A partir de 1925, em função do espolcar de uma série de movimentos nacionais antiimperialistas no Marrocos, Egito, Síria, Afeganistão, Pérsia, e principalmente na China, o interesse da IC voltou a se deslocar para a chamada retaguarda do imperialismo; esse renovado interesse explica-se pela "estabilização capitalista" nos centros imperialistas, e pelo apogeu da NEP na URSS. No relatório sobre a questão camponesa que Bucharin expôs no V Plenun da CEIC (abril de 1925) existe um esforço para entender o papel das várias camadas agrárias, tanto nos países imperialistas como nos coloniais no processo de transformação social e mesmo após a instauração do poder revolucionário, pensando um sistema de alianças sociais conformado em torno da classe operária. Com seu peculiar esquematismo, em maio de 1925, Stalin procurou diferenciar as revoluções antiimperialistas em tipos: assim, haveria países atrasados, como o Marrocos, em que a burguesia nacional seria

antiimperialista por ser o proletariado frágil demais; países mais avançados, como a China e Egito, onde a burguesia comercial seria aliada do Imperialismo, mas a burguesia industrial teria um papel a cumprir na luta antiimperialista; e, finalmente, países com um padrão significativo de desenvolvimento industrial, como a Índia, em que a revolução se faria desde o início sob hegemonia proletária.

Entre 1922 e 1926 a tendência foi o deslocamento do interesse da IC do médio para o extremo-oriental, da Turquia para a China. O KMT de Sun-Yat-sen havia se configurado como partido político em 1919, o PC da China fora fundado em 1921, e ambos estiveram presentes no Congresso das Organizações Revolucionárias do Oriente. Como principal assessor soviético de Sun-Yat-sen, Saul Borodin foi para a China em outubro de 1923 para ajudar a organizar o I Congresso do KMT realizado em janeiro seguinte com a participação dos comunistas, confirmando a aliança dos nacionalistas com o PCCh. O KMT instalara o governo nacional-revolucionário em Cantão, de onde contava ampliar sua influência com objetivo de unificar o país. A morte colheu Sun-Yat-sen, em março de 1925, quando esse procurava dar início à tratativas com os "senhores da guerra" (grandes proprietários agrários com forças armadas próprias) visando acordos para atingir seu intento com um mínimo de conflitos armados, mas essa esperança se mostrou vã.

Com grande eficácia e rapidez, no entanto, os comunistas promoveram a organização sindical do movimento operário: em 30 de maio passaram à ofensiva, desencadeando uma onda de greves nas empresas imperialistas de Xangai; a repressão das forças britânicas, apesar das inúmeras vítimas, fez com que o movimento se fortificasse e se espalhasse até Hong Kong. Assim, de junho a setembro a China

assistiu uma inédita movimentação operária, inicialmente com apoio da burguesia industrial chinesa, enquanto aquela se colocava como vetor antiimperialista, mas, antevendo os riscos para seus próprios interesses, a burguesia, tanto a industrial como a comercial, se deslocou para a direita, optando por uma posição de ruptura com os comunistas e declarando-se contrários à convocação do II Congresso do KMT, sem o conseguir no entanto. O II Congresso do KMT, por fim realizado em janeiro de 1926 reafirmou a aliança com os comunistas e expressou uma posição hegemônica da "esquerda" na composição da CCE (10 da "direita", 13 da "esquerda" e 7 comunistas).

Já em dezembro de 1925, quando da realização do XIV Congresso do PCUS, a posição dominante era a que se deveria frear o movimento operário chinês a fim de evitar uma precoce ruptura da frente nacional antiimperialista, o que facilitaria uma eventual intervenção militar direta por parte da Grã-Bretanha e outras potências imperialistas. Essa orientação foi reafirmada em março de 1926 no VI Plenun da CEIC, num documento redigido por Roy e aprovado por unanimidade, inclusive pela esquerda de Trotsky e Zinoviev. Enfatizava-se a necessidade de se transformar o PC da China num partido classista autônomo, evitando o "liquidacionismo de direita", que premia pela dissolução do partido no movimento de libertação nacional em geral, e o "extremismo de esquerda" que supunha poder saltar o estágio democrático revolucionário e passar diretamente à ditadura proletária, esquecendo o papel dos camponeses e que "no movimento nacional chinês de libertação, o problema mais importante é o dos camponeses" (79).

(79) "Risoluzione sulla questione cinese". In Id. ibid, tomo II, vol. 1.

No entanto, no ano apenas transcorrido, o número de comunistas passou de 6 a 60 mil e a revolução camponesa se desencadeara sob direção do partido -de Mao-Tse-tung e da fração que atuava no campo, para ser mais preciso- e assim o movimento de massas tendeu a ultrapassar os acordos de cúpula e os esquematismos estratégicos. Por outro lado, Chiang-Kai-chek, como chefe militar de Whampoa -academia militar do movimento nacional revolucionário- teve sua posição reforçada com a divisão do KMT em "direita" e "esquerda", pois seriam as armas a derimir a contenda. Sua opção esclareceu-se, porém, quando, junto com os próceres da "direita", participou da homenagem a Sun-Yat-sen nas Colinas Ocidentais, e com a prisão dos comunistas de Whampoa e dos conselheiros soviéticos, em março de 1926, medida essa, que, embora anulada, foi só o primeiro passo em direção à ruptura da coalizão nacional-revolucionária. Quando em 15 de maio de 1926, a direção do KMT, sob pressão de Chiang, se definiu pela limitação da atividade dos comunistas no interior da organização, Trotsky e Zinoviev defenderam a saída, mas Stalin, Bucharin, Borodin e a maioria do CC/PC da China optaram por permanecer, argumentando que o partido continuava livre para organizar o movimento operário e camponês, e, por outro lado, Cantão encontrava-se sob pressão militar de Wu-Pei-fu ("senhor da guerra" ligado ao imperialismo anglo-americano) estando em risco a sobrevivência do governo revolucionário.

Contra a opinião de Borodin, que era pelo fortalecimento local do poder revolucionário, em julho Chiang partiu para a expedição ao Norte, visando realizar a unificação nacional. O exército nacional obteve vitórias relativamente fáceis, pois as ligas camponesas e os sindicatos operários, controlados pelos

comunistas, prepararam o caminho, mas também porque Chiang recebeu a adesão de "senhores da guerra", o que fez com que sua posição sofresse uma ulterior guinada à direita: pela primeira vez setores do KMT se aliavam a camadas sociais representativas da China "tradicional".

Em finais de 1926, em Moscou, se desenrolou a XV Conferência do PCUS e, em seguida, o VII Plenun da CEIC; nesses dois encontros a luta interna na direção do partido soviético veio à tona com toda a força, e da questão chinesa foram retiradas boa parte das armas a serem esgrimadas. A utilização dogmática e instrumental do processo revolucionário chinês não ajudaram muito ao jovem partido comunista a desfazer o nó górdio da linha tática até então seguida. Trotsky defendia a safda dos comunistas do KMT pois, escamoteando completamente a questão agrária, privilegiava a análise do setor moderno da economia, enfatizando, portanto, a contradição burguesia x proletariado industrial, operando assim uma transferência do cabedal analítico das sociedades burguesas da Europa para o Oriente e exprimindo também a subestimação da questão camponesa na própria URSS. Stalin, embora desse importância à questão agrária, tinha sua análise baseada numa visão ossificada da concepção lenineana da revolução russa de 1905 e, nesse sentido, não percebida a maior debilidade estrutural da burguesia chinesa e a pesada presença imperialista, acabando por se aproximar de Trotsky pela via do "eurocentrismo". Em função mesmo da sua concepção do desenvolvimento socialista da URSS que dava grande importância ao campo, Bucharin era o mais capacitado para chamar a atenção para a insuficiente abordagem da questão agrária na China e da particularidade da formação social chinesa; enfatizava a prioridade da aliança operário

camponesa e da revolução agrária, em confronto com qualquer temporânea colaboração com camadas burguesas. Por outro lado, Bucharin pensava estar no governo de Cantão o embrião de um "Estado democrático pequeno burguês" (80). Os primeiros meses de 1927, de qualquer maneira, foram para o PCCh e para o CEIC um período de confusão e indefinição. É difícil separar o que é análise da realidade e o que é instrumentalismo quando Trotsky reafirma que a hegemonia operária no processo revolucionário chinês deriva do predomínio das relações capitalistas na economia, ou quando Bucharin refere-se elogiosamente ao Relatório sobre o movimento campones de Hunan de Mao-Tsé-tung, onde este define o campesinato como força motriz da revolução.

A capital do governo revolucionário foi transferida de Cantão para Wuhan em 10. de janeiro de 1927 e, em março, entraram a fazer parte do governo três ministros comunistas. O processo revolucionário continuava avançando... Em 21 de março, diante da aproximação das tropas de Chiang (ainda representando a coalizão nacional-revolucionária) desencadeou-se a greve geral em Xangai que levou à instauração do poder operário-popular. No entanto, quando o exército de Chiang entrou na cidade, com grande atraso em relação ao previsto, teve início a repressão anti-comunista (12/04/1927). Embora violentamente criticado pela esquerda do KMT e pelo governo de Wuhan, o massacre de Xangai já não permitia dúvidas sobre a opção de classe de Chiang.

O V Congresso do PCCh, realizado entre fins de abril de 1927 e princípios de maio, em Moscou, teve que fazer as contas com a

(80) "Tesi sulla situazione cinese" In id.ibid, tomo II, vol.1.

derrota do movimento operário nas grandes cidades e definir o papel do movimento camponês. O secretário-geral Chen-Tu-hsiu e o representante da IC, Borodín argumentavam a necessidade de ampliar a extensão territorial do movimento revolucionário, de preferência para as zonas urbanas, antes de radicalizar o movimento camponês, o que implicava certos compromissos com a propriedade agrária. Por outro lado, Mao e Roy pensavam que a radicalização das massas, mesmo sem contar com uma base territorial fixa, deveria preceder a unificação nacional. No VIII Plenun da CEIC, realizado logo em seguida, Trotsky e Zinoviev (que foi proibido de participar) insistiram para que se efetuasse a ruptura dos comunistas com o KMT, enquanto que Stalin e Bucharin, embora defendendo uma radicalização da luta camponesa, persistiam na defesa da aliança com a "esquerda" do KMT, a fim de evitar a reunificação desta com a "direita". Dito de outra maneira, procurava-se evitar que a pequena burguesia se alinhasse à burguesia, a qual já estava em bloco entregue aos braços do imperialismo, principalmente americano, que deixara de apoiar os "senhores da guerra", que fragmentavam o país, para apostar suas fichas em um governo nacional mais alinhado (ou seja, Chiang-Kai-chek).

Mas, enquanto se discutia em Moscou, os comandantes militares ligados à esquerda do KMT desencadeavam a repressão contra o movimento camponês; em junho e julho os sindicatos operários e as ligas camponesas foram desmanteladas. Os comunistas se retiraram do governo de Wuhan em 14 de julho de 1927, dois dias antes de serem expulsos do KMT. Nesse período de repressão, cerca de metade dos militantes comunistas foi eliminada. Em agosto, numa reunião do CC, com várias ausências, Chen-Tu-hsiu foi substituído na secretaria-

geral por Chu-chu-pai, este, como aquele, intelectual vindo do Movimento 4 de maio (que dera origem ao PCCh), tinha uma formação marxista européia e na sua análise o papel decisivo estava por conta da classe operária urbana sem a qual o movimento camponês não teria condições de atingir um desenlace revolucionário. Seguindo esse raciocínio o PCCh promoveu em dezembro de 1927, com a assistência do alemão H. Neuman e do georgiano Lominadze, a insurreição de Cantão, que, voluntarista e descoordenada, acabou numa sangrenta derrota. Desde setembro, por sua vez, o KMT havia se reunificado sob a liderança de Chiang, recém instalado no governo de Nanquim, a nova capital.

Mesmo tendo sofrido uma derrota terrível o PCCh não se vergou, mas foram necessários vários anos para o amadurecimento de uma nova orientação. Li-Li-san, eleito secretário-geral no VI Congresso partidário (julho de 1928), também realizado em Moscou, era favorável a continuidade da linha da ofensiva urbana, que teve o efeito de desagregar o que restava da organização partidária e dos sindicatos operários. Em janeiro de 1931 no IV Plenun do PCCh, num momento em que a centralização das decisões era completa, com a presença de Pavel Mif, enviado da IC, o grupo chamado dos "estudantes" ou "jovens bolcheviques" de Wang-Wing e Po-Ku passou a controlar o partido "oficial"; esse grupo afirmava que a burguesia chinesa, urbana e agrária, havia passado em bloco para lado do imperialismo e portanto era impossível qualquer aliança, derivando daí justamente a posição de hegemonia do proletariado no processo revolucionário, a ser conquistada através de uma tática militar ofensiva, baseada em posições sucessivamente ocupadas. Por sua vez, o grupo de Mao, que proclamou em 07 de novembro de 1931 a república

chinesa de operários e camponeses, defendia a possibilidade de alianças transitórias com o fito de ampliar o consenso nas áreas libertadas e, insistindo no caráter revolucionário do mundo camponês, defendia uma tática de guerra de movimento. Essa tensão de linhas táticas, mediadas por Chu-En-lai, resolveu-se em 1935 com a preponderância da tendência maoista. Nesse mesmo período, no KMT o poder pessoal de Chiang-Kai-chek se afirmava, aproximando-se sempre mais do grupo das "Colinas Ocidentais" (o grupo que logo após a morte de Sun-Ya-sen tratou de dar uma interpretação anticomunista de sua obra e herança).

Para além de sua importância histórica intrínseca, a revolução chinesa serviu de tema para o desenrolar da luta entre a "maioria" de Stalin e Bucharin contra a "oposição unificada" de Trotsky e Zinoviev no interior do PCUS, e acabou servindo como parâmetro para a concepção que a IC desenvolveu para todo o mundo colonial e semicolonial; a atenção dada pela IC à China foi secundada pela Índia, em função da capacidade elaborativa de Roy, pelo fato de aí haver um significativo movimento antiimperialista e por ser a principal colônia da Grã-Bretanha. Essa contingência fez com que a elaboração da IC encontrasse alguns limites sérios, escamoteando a diversidade das formações sociais existentes no mundo colonial e semicolonial, assim como as específicas estratégias revolucionárias e, conseqüentemente, as diferentes políticas de alianças sociais a serem empreendidas.

3. origens do movimento comunista na América Latina

Como fizera notar Jules Humbert Droz, no seu relatório sobre a América Latina, ao VI Congresso Mundial da IC (81), as relações da CEIC com o movimento comunista latino-americano tomaram corpo graças ao desenvolvimento próprio deste. O movimento comunista e a cultura marxista na América Latina brotaram de modo relativamente autônomo porque o desenvolvimento capitalista, gerando suas inerentes contradições, produziram um solo fértil para que isso ocorresse. Mas para que a IC e o movimento comunista da América Latina se encontrassem foram necessários alguns anos.

Em novembro de 1920, após o Congresso de Baku, a CEIC lançou um documento que dizia "Sobre a revolução na América. Apelo da CEIC à classe operária das duas Américas" (82), escrita sob inspiração dos comunistas dos USA, com um caráter extremamente geral e destinado a não ter repercussão alguma. Após o IV Congresso Mundial da IC, quando a América Latina foi completamente ignorada e a questão colonial foi reduzida à questão do Oriente, em janeiro de 1923 a CEIC lançou o primeiro documento especificamente dedicado à América Latina; o "Apelo da CEIC aos operários e camponeses da América Latina" (83) traz também a marca de sua inspiração: os americanos (dos USA) Foster e Pepper procurando chamar a atenção para a crescente importância do imperialismo norte-americano, ao qual a IC não vinha dando o peso devido. Nesse documento procura-se

(81) Relatório de Jules Humbert-Droz ao VI Congresso Mundial da IC, cit. in G. Perillo, "L'America Latina al VI Congresso dell'IC" In Movimento Operaio Socialista (Rivista Trimestrale di Storia e Bibliografia), no.2/3, 1970.

(82) In Aldo Agosti, op.cit., t.I, v.1.

(83) In idem, op.cit., t.1, v.2.

acentuar o papel dos USA e seu expansionismo em direção ao sul e a América Latina é tratada como um todo homogêneo cuja burguesia em sua totalidade é vista como aliada ao imperialismo americano na opressão às massas operárias e camponesas. Depois de acentuar a inconsistência organizativa do proletariado latino-americano, lembra que os comunistas dos USA "estão prontos e dispostos a ajudar vossa luta" (dos operários e camponeses da América Latina). A questão agrária não é ao menos lembrada e os partidos comunistas já formados são ignorados.

A atenção dedicada pela IC aos países da América Latina cresceu paulatinamente e foi produto do iniciado período de refluxo revolucionário na Europa, do início da edificação socialista na URSS em situação de isolamento, de transferência do eixo revolucionário para a China e outros países dominados pelo imperialismo e pelo crescente predomínio do imperialismo americano. Até 1925 a IC privilegiava nas suas análises a contradição imperialista anglo-francesa e as crises nas suas colônias, subestimando o crescimento do imperialismo norte-americano, daí a pouca ou nenhuma importância atribuída a América Latina. No decorrer de 1926, entre o VI e o VII Plenun da CEIC, foi feita uma avaliação mais realista do peso do imperialismo dos USA no mundo capitalista, mas ainda insuficiente. A ingerência americana na China (procurando aproximar-se de Chiang-Kai-chek) e a interferência nos assuntos internos de vários países da América Latina (México, Nicarágua, Panamá, e na contenda Chile X Peru) chamaram a atenção da IC para a robustez do imperialismo americano, que até então, apesar dos apelos dos comunistas dos USA, tinha sido desdenhado.

No VI Plenun da CEIC (fevereiro-março de 1926), na presença

de um delegado mexicano representando a América Latina, Zinoviev fez uma rápida referência a esse continente, notando sua importância contra o imperialismo dos USA. A delegação do Partido Operário da América (WPA) persistiu entendendo a América Latina apenas como periferia (ou quintal) dos USA, ignorando sua identidade histórica específica. O italo-argentino Victório Codovilla representou o movimento comunista da América Latina no VII Plenun da CEIC (novembro-dezembro de 1926) e, por incrível que pareça, sua intervenção não faz referência explícita ao movimento operário do continente, acentuando mais a importância em se apoiar os movimentos revolucionários da pequena burguesia, particularmente aqueles do Brasil e do México. As teses políticas do VII Plenun fazem referência aos Estados latino-americanos como importantes na progressiva evolução dos USA para uma posição de máxima potência (tese 5). Referências explícitas são feitas à situação do WPA, que embora débil, superou a luta de frações (tese 51), e ao PC do México convidado a superar sua tendência sectária, a estimular o movimento revolucionário pequeno burguês e a defender a independência nacional diante dos USA (tese 56). Quando aos países e partidos da América meridional, nem uma palavra (84).

As vésperas da realização do Congresso Antiimperialista de Bruxelas (10 a 14 de fevereiro de 1927) foi lançado um "Apelo da CEIC contra a ofensiva do imperialismo dos USA" (05 de fevereiro de 1927). Durante o congresso, que contou com a presença de forças políticas não-comunistas, decidiu-se pela formação de Ligas Antiimperialistas, como forma de ampliar as alianças sociais e

(84) Cit. in G. Perillo "L'America Latina al VI Congresso dell'IC" in Movimento Operaio Socialista (Rivista Trimestrale de Storia e Bibliografia), no.2/3, 1970.

políticas da classe operária e de se contrapor ao Panamericanismo, instrumento de penetração política e ideológica do imperialismo norte-americano. Entre 1925 e 1927, em geral, os partidos comunistas da América Latina procuraram estabelecer contatos com os partidos socialistas-reformistas e com partidos pequeno-burgueses (apristas e radicais) e mesmo com organizações da burguesia nacional, quando esta assumisse posições antimperialistas. A ruptura da APRA peruana com os marxistas, que viriam a constituir um partido socialista autônomo sob a direção de José Carlos Mariátegui, durante o Congresso de Bruxelas, marcou o início de um gradual estreitamento da política de frente dos comunistas.

Em maio de 1925, quando começou a funcionar o SSA/IC, em Buenos Aires, desmembrado do Secretariado Latino, por decisão da CEIC tomada logo após o V Congresso da Internacional Comunista, existiam partidos comunistas organizados em 6 países da América Latina. Na Argentina, onde havia um partido socialista organizado desde 1896, já em janeiro de 1918 articulou-se um partido socialista internacional que, cindindo com aquele, se referenciava pela Revolução de Outubro; em abril de 1920 aderiu a IC e em dezembro do mesmo ano passou a chamar-se Partido Comunista da Argentina (PCA); o grupo Clartê (Claridad), cindindo mais uma vez o PSA, aderiu ao novo partido em fevereiro de 1921. O VIII Congresso do Partido Socialista Uruguaio, que havia sido fundado em 1910, realizado em agosto de 1920, assistiu a vitória da tendência liderada por Francisco Pintos sobre Emílio Frugoni e decidiu pela adesão a IC; em abril de 1921 um congresso extraordinário ratificou a decisão e mudou o nome da organização para Partido Comunista do Uruguai (PCU). Num processo semelhante, o Partido Socialista Operário do

Chile, fundado em 1912 por Luiz Emílio Recabarren, decidiu em dezembro de 1920, no Congresso de Valparaíso, pela adesão a IC, decisão confirmada em janeiro de 1922, quando no seu IV Congresso o PSO do Chile passou a chamar-se Partido Comunista do Chile (PCCh).

Essas três seções da IC foram formadas em estreita colaboração entre si, bastando recordar que Recabarren fazia parte da primeira direção do partido argentino; a intensa fermentação intelectual do pós-guerra e a crise do pensamento socialista, cuja principal referência era Juan Justo, fez com que parte do movimento operário e da intelectualidade crítica da Argentina visse na versão lenineana do socialismo uma via de solução. O pioneirismo dos comunistas e o clima de liberdades democráticas predominantes na Argentina dos anos 20 ajuda a explicar o papel que o PCA cumpriu como centro organizador do movimento comunista no continente e também a maior influência direta da IC sobre esse partido.

Embora tenha encontrado maiores dificuldades em se organizar o Partido Comunista de Cuba, finalmente fundado em agosto de 1925, com participação determinante do estudantado, é também herdeiro direto de um partido socialista que, embora pequeno, existia desde 1904. Sob o impacto da revolução mexicana iniciada em 1910 e da revolução russa, as diversas e dispersas organizações socialistas convergiram em 1919 para a formação de um Partido Socialista Mexicano, transformado em dezembro de 1921 em PC do México, num processo em que a intervenção do comunista japonês Sen Katayama, enviado pela IC, foi decisiva. Em 1922 na cidade da Guatemala foi fundado o PC da América Central, que viveu sempre sob o risco de aniquilação física; no V Congresso Mundial da IC foi admitido como membro.

Rodolfo Ghioldi, dirigente do PC da Argentina e representante da IC passou pelo Brasil em fins de 1921 quando, em contato com Astrojildo Pereira tomou ciência da fratura da vanguarda anarco-sindicalista e do deslocamento de uma parte dessa em direção ao leninismo (85). O Grupo Comunista do Rio de Janeiro, formado por Astrojildo Pereira em 7 de novembro de 1921 foi o polo aglutinador de outros grupos similares existentes pelo país, encaminhando o congresso de fundação do PCB, realizado entre 23 e 25 de março do ano seguinte. A ausência de uma teoria e uma organização socialista estável, como ocorria no Cone Sul, foi responsável pela singular origem do PCB que surgiu de uma quase abrupta ruptura da vanguarda anarco-sindicalista do movimento operário, às voltas com uma séria derrota após três anos de intensa mobilização. O marxismo de versão lenineana parecia ser uma via de saída para o superamento dos limites que o movimento operário havia tocado, mas, embora tenha havido pouco debate para a efetivação da ruptura, a transmutação ideológica foi bastante lenta e manteve sob nova veste as influências maçônicas e positivistas que imbuíam alguns dos que optaram pelo comunismo. O papel da CEIC nesse processo foi praticamente nulo se descontarmos os contatos havidos com Rodolfo Ghioldi que, em nome da IC, mandou a saudação pela fundação do PCB. Antonio Bernardo Canellas foi delegado do PCB ao IV Congresso Mundial da IC (novembro-dezembro de 1922) quando o pedido de adesão foi recusado e o partido aceito apenas como simpatizante. A filiação do PCB a IC deu-se definitivamente apenas no V Congresso (junho-julho de 1924) quando Rodolfo Coutinho apresentou-se como delegado brasileiro; Astrojildo Pereira que inicialmente deveria representar

(85) Cartas de Rodolfo Ghioldi (1985) In ARCH A,2-16 (ASMOB)

o PCB teve que retornar ao Brasil, já que o congresso fora retardado em função da morte de Lenin.

Assim, com exceção do partido mexicano, todos os partidos comunistas surgidos antes de instalar-se o SSA/IC (dando-se por pouco relevante os menos de três meses que separam a instalação do SSA/IC da fundação formal do partido cubano), tiveram origem num processo de transformação que perpassava todo o continente e formaram-se por iniciativa de militantes revolucionários desses países. O VI Plenun da CEIC (março de 1926) tomou medidas para diminuir a precariedade do funcionamento do SSA/IC, e assim começou, a partir de abril, a ser publicada La Correspondencia Sudamericana, revista quinzenal. No entanto, em meados de 1927, a crise na direção do PC da Argentina, que centralizava o funcionamento do SSA/IC, limitou ainda mais os contatos do movimento comunista sul-americano com os círculos dirigentes da IC, que, por sua vez, tinham sua atenção atraída pelos graves acontecimentos na China e pelos sinais de instabilidade da situação européia.

4. a luta política na URSS e a IC

Quando Bucharin, durante o XII Congresso do PCUS (1923), chamou a atenção da importância para o desenvolvimento da URSS e de todo o processo revolucionário que possuíam as seções da IC da Alemanha, por um lado, e da China por outro, estava realçando uma realidade que se tornaria evidente nos anos seguintes, com ênfases alternadas.

O V Congresso Mundial da IC (junho-julho de 1924) deu

pouca atenção a China e outros países oprimidos pelo imperialismo, pois dedicou-se fundamentalmente a fazer um balanço da derrota do "outubro alemão" (1923). Visando preservar o grupo dirigente do PC da Alemanha e ao mesmo tempo manter o "otimismo revolucionário", operou-se uma guinada à esquerda. A formulação de "governo operário camponês" que havia surgido como uma palavra de ordem transitória, tendo em vista a atuação da frente única, com a intervenção de Zinoviev tendeu a ser entendida como sinônimo de ditadura proletária. E assim deveria ser se social-democracia e fascismo eram vistos como duas armas da burguesia (lateralmente começava a ser utilizada a expressão "social-fascismo"). Esse foi o congresso da "bolchevização" pois visou uniformizar as formas organizativas dos partidos comunistas segundo o modelo bolchevique, privilegiando as células por local de trabalho em detrimento das territoriais, mas permitindo sempre a existência de frações no interior dos partidos.

A conjuntura que se abriu depois da realização desse congresso assistiu a um deslocamento do Ocidente europeu para o segundo plano dentro das perspectivas revolucionárias dos comunistas, devido à fase de "estabilização capitalista" (que na realidade foi uma fase de intenso progresso técnico e acumulação de capital) alcançada pelos principais países capitalistas. Nesse período, a IC chegou a superestimar o potencial revolucionário do movimento operário inglês (greve dos mineiros) e o valor da existência do comitê sindical anglo-russo. As heróicas mas aventureiras insurreições operárias de Cracóvia (Polônia, 1926) e Viena (Austria, 1927), antes de serem prenúncios de uma nova onda revolucionária, como acreditava Zinoviev, significavam percalços no processo de reordenação da hegemonia burguesa na Europa.

Diante do isolamento da revolução na URSS colocava-se a questão do seu desenvolvimento socialista e da continuidade do processo revolucionário. A morte de Lenin coincidiu com o refluxo da revolução na Europa e o início do debate no PCUS sobre a continuidade da NEP. Esta havia sido colocada em prática a partir de 1921, após o fim da guerra civil e da intervenção externa, mas já em 1923 a "crise da tesoura", que obrigou o rebaixamento dos preços industriais para vencer a relutância dos camponeses em comercializar seus produtos, demonstrava a dificuldade em se estabilizar as relações do novo Estado com o campesinato arruinado pela guerra. Stalin, Bucharin, Zinoviev e Kamenev se uniram contra Trotsky, que ao que se acreditava deveria se tornar o novo expoente do Estado soviético, para evitar sua ascensão ao poder e para combater a teoria da "revolução permanente" elaborada em 1905-06 e agora retomada. Trotsky, intelectual de cultura européia cosmopolita, acreditava que a revolução deveria se internacionalizar rapidamente, isto é, chegar a Alemanha, e a URSS deveria partir para uma acelerada industrialização, tratando os camponeses com maior rigor, mesmo mantendo-se, por enquanto, nos quadros da NEP. Por outro lado, Trotsky criticava a crescente burocratização do aparelho partidário, sem perceber que essa se originava da militarização do Estado e da economia e da crescente identificação entre partido e Estado. Ao lado de Trotsky estava, entre outros, Preobrazansky, que enunciava sua "lei da acumulação socialista originária", argumentando que as concessões feitas aos camponeses inviabilizariam a industrialização do país.

Bucharin, que por diversas vezes polemizara com Lenin pela "esquerda", vinha gradualmente deslocando-se para a "direita"

até se transformar no mais lúcido defensor dessa linha. Em seguida à sua eleição efetiva para a direção política do PCUS no XIII Congresso (maio de 1924), entrou decididamente no debate sobre a questão do "socialismo em um só país", passando a elaborar uma estratégia para a construção do socialismo baseada no aprofundamento da NEP. Na intervenção sobre a questão camponesa no V Plenun da CEIC (abril de 1925) e depois no opúsculo A via ao socialismo e a aliança operário-camponesa Bucharin exprimiu com muita nitidez sua concepção estratégica. Com o refluxo revolucionário na Europa, os países coloniais e semicoloniais, ou seja, o campo do mundo, ganhava nova e fundamental importância, pois o imperialismo poderia ser atacado pela retaguarda por movimentos de libertação nacional aliados a URSS. Nessa perspectiva, a aliança operário-camponesa no interior da URSS via reforçada seu caráter estratégico, perscrutando uma longa época histórica. Bucharin, no limite, chegava admitir a existência de um socialismo atrasado na URSS, com um lento desenvolvimento industrial, diante da natureza pequeno-burguesa da imensidão agrária soviética. Num primeiro momento, ao que parece, Bucharin não dava muita importância à formação de uma nova burguesia agrária (kulacs), acreditando que com o desenvolvimento posterior essa seria "assimilada" ao socialismo. De qualquer modo Bucharin afirmava ser essencial a manutenção por um longo período da aliança entre a classe operária urbana e o campesinato "médio", principalmente, como maneira de se prescrever um desenvolvimento harmônico entre a indústria pesada, a indústria leve e a agricultura crescentemente mecanizada; essa seria a fórmula para superar a contradição cidade/campo a longo prazo. Em suma, Bucharin premia pela ampliação constante do consenso social, que exigiria também uma

verdadeira "revolução cultural". Mas para que a estratégia buchariana fosse vitoriosa, algumas condições eram necessárias, entre as quais a manutenção da "legalidade revolucionária" e uma persistente assistência do Estado às cooperativas e à pequena propriedade agrária. A nível internacional teria sido de grande ajuda se a revolução chinesa tivesse tido um fim menos trágico.

Stalin, ao que tudo indica, não tinha as idéias muito claras a propósito das questões teóricas em debate. Nesse momento, ajudado por seu latente "chauvinismo" que convergia para a teoria do "socialismo em um só país", Stalin se aliou às posições de Bucharin, com algumas diferenças que pareciam ser mais de tonalidade (como a posição sobre os kulacs e o ritmo da industrialização). Procurando manter-se no "centro" político, Stalin desempenhava, com extraordinária desenvoltura táctica o jogo político, de modo a manter-se no poder, que era seu objetivo supremo. Quando durante o ano de 1925, Zinoviev e Kamenev, sob pressão de suas bases operárias e partidárias de Leningrado, estavam se deslocando para a oposição, Stalin procurou se aproximar mais de Bucharin, reforçando a posição deste no interior da IC, o que lhe daria voz sobre os acontecimentos chineses.

A orientação de "esquerda" que Zinoviev vinha imprimindo a Internacional Comunista apostando na iminência de uma nova onda revolucionária no Ocidente, que não ocorreu, e sua aproximação com Trotsky, o qual via diminuir suas bases e seu prestígio na Europa, tornaram sua situação insustentável e seu afastamento da presidência da IC inevitável (outubro de 1926). Embora o cargo de presidente tenha sido suprimido, Bucharin passou a ser o principal dirigente dentro de um colegiado que incluía entre outros Togliatti, Droz,

Talheimer e Bela-Kun. Em fins de 1926, na XV Conferência do PCUS e no VII Plenun da CEIC, deu-se o embate decisivo entre a "oposição unificada" de Trotsky, Zinoviev e Kamenev e a "maioria" baseada na aliança temporária de Stálin com Bucharin. Enquanto isso no PC da Alemanha a "direita" de Thalheimer e Brandler havia encontrado um novo espaço político.

Embora os problemas da economia soviética não tivessem sido resolvidos, com a "tesoura" dos preços ainda aberta, o início de 1927 marcou o apogeu da linha buchariana. Porém, à persistente questão dos caminhos da NEP, vieram-se juntar, em maio, um isolamento maior da URSS, com a ruptura das relações com a Grã-Bretanha e o início da passagem da "esquerda" do KMT para o campo da contra-revolução na China. Assim, o VIII Plenun da CEIC reuniu-se sob uma renovada situação de ameaça a URSS, talvez artificialmente exagerada por Stalin. Isso deu margem a que o georgiano começasse a preparar o terreno contra Bucharin, com os sintomas de deslocamento a esquerda da IC, como foram as críticas desferidas por Thälmann no IX Congresso do PC da Alemanha (fevereiro de 1927) contra a esquerda social-democrata. Colhendo a oportunidade, Stalin também atacou a esquerda social-democrata, que tinha algumas posições próximas à direita comunista de Bucharin, no plano econômico, e criticou Trotsky que poderia convergir com Bucharin na questão da democracia. A aliança com Thälmann e a lógica tática seguida por Stalin nos anos seguintes levaria à falsa teoria do "social-fascismo" e a tática da "classe contra classe", máscara teórica para a implantação da ditadura stalineana.

Diante da situação de marginalidade, a "oposição

unificada" decidiu partir para a ofensiva em toda a linha no decorrer de 1927, insistindo na crise de fornecimento de cereais, no plano econômico, na crescente restrição da democracia operária e nas questões da revolução chinesa. Os erros táticos, que permitiram a acusação de fracionismo, fizeram com que a esquerda fosse definitivamente derrotada: em 27 de setembro Trotsky e Zinoviev foram excluídos da CEIC, em 25 de outubro excluídos do CC/PCUS; após uma tentativa de manifestação de rua em 7 de novembro foi decidida a expulsão de Trotsky e Zinoviev do partido, enquanto outros expoentes da esquerda foram excluídos do CC (Kamenev, Smilga...); finalmente Trotsky e Zinoviev foram expulsos da IC em 23 de novembro. O XV Congresso do PCUS, em dezembro, marcou a vitória definitiva da "linha leninista" e a readmissão de Zinoviev, após capitular. Paralelamente à derrota da "esquerda" avançava a gestação da linha da "classe contra classe": o apoio do Partido Socialista Polonês (PPS) à ditadura de Pilsudsky na Polônia e a "direitização" da social-democracia no Congresso de Kiel, antevendo sua futura participação num governo de coalizão com os partidos liberal-burgueses, deram argumentos para a esquerda do PC da Alemanha (Thälmann, Neuman e Remele) para partir para a ofensiva contra Brandler e Thalheimer; as tradicionais relações do PC da França com a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e do PC da Grã-Bretanha com o Labour Party foram rompidas com a busca de autonomia eleitoral por parte dos comunistas e o acirramento das críticas aos socialistas e trabalhistas, que como toda a Internacional Operária Socialista (IOS), deslizavam para a "direita" -esse foi o balanço feito pelo IX Plenum da CEIC (fevereiro de 1928).

5. o VI Congresso Mundial da IC e a América Latina

Em janeiro/fevereiro de 1928, diante da renovada resistência do campesinato, e principalmente da burguesia agrária (kulacs) em manter relações com a cidade, por julgarem-nas desiguais, sob a coordenação de Stalin, foram tomadas "medidas extraordinárias" de repressão contra os kulacs e o campesinato médio, com a aquiescência de Bucharin, mas com a condição que essas medidas fossem transitórias; esse cedimento pode ter sido fatal! Nos meses seguintes, na discussão sobre o planejamento do crescimento industrial, a linha de Bucharin foi abertamente colocada em dúvida, mas como o VI Congresso Mundial da IC dever-se-ia realizar a partir de julho, a suspensão das medidas repressivas e o aumento dos preços do grão, representaram uma trégua.

O VI Congresso exprimiu uma situação de compromisso advinda de um equilíbrio instável de forças no PCUS e da necessidade em se manter a aparência compacta da direção soviética e de toda a IC, na presença de representantes comunistas de todo o mundo; no entanto o ambiente tenso não passou despercebido. Embora tenha vacilado muito, Trotsky acabou concordando com seus seguidores da "esquerda", precedentemente derrotada (Zinoviev, Kamenev, Radek, Preobrazansky e outros), que tenderam a apoiar o "centro" de Stalin, cujo programa econômico era cada vez mais parecido com o seu, contra a "direita" de Bucharin, Tomsy e Rykov, que já se encontrava na defensiva. Visando fechar o cerco contra essa "direita", Stalin atacou a esquerda social-democrata como inimigo principal.

Mesmo limitados por uma conjuntura política adversa, o russo Bucharin e o alemão Thalheimer, dois expoentes da "direita"

que se destacavam na comissão de programa, conseguiram levar a cabo uma obra significativa, que vinha amadurecendo desde 1922, qual seja o programa da IC. Foi muito criticado devido sua extensão e detalhismo, mas as críticas mais pertinentes foram as de Clara Zetkin, que não via com bons olhos por exemplo a proposição: "a ditadura proletária da URSS constitui a força principal da revolução socialista internacional (...), a base de seu desenvolvimento" (86) que expressava uma tendência acentuada ao extremo nos anos seguintes a ver no Estado soviético a mola propulsora da revolução. Também apontava no programa a subestimação do socialismo como questão moral e do papel das massas femininas, o que indicaria um "economicismo", sempre presente em Bucharin, mas que Stalin levaria ao paroxismo, quando a cultura passou a ser vista como epifenômeno e como mero sinônimo de instrução.

O Congresso via na disputa interimperialista entre os USA e a Grã-Bretanha as raízes da inevitável guerra imperialista e anti-soviética. A exposição de Bucharin sobre a evolução do mundo de pós-guerra, geradora de muitos contrastes, fazia uma divisão em três períodos: 1) 1917-1923: crise revolucionária, 2) 1924-1928: reconstrução das forças produtivas do capitalismo e deslocamento do eixo revolucionário para a periferia colonial. 3) "terceiro período": edificação capitalista com avanço da trustificação e uma nova revolução técnica que implicava a emergência de um capitalismo de Estado (raciocínio esse que lembra a elaboração de R. Hilferding e do austro-marxismo) (87).

(86) In Aldo Agosti, op.cit., t.2, v.2.

(87) Ibid.

Outra questão de grande importância abordada pelo congresso foi a do fascismo: Togliatti, numa bem articulada exposição, insistiu na particularidade da formação social italiana, vendo o fascismo como uma forma específica dentro de uma tendência geral reacionária que não incluía a social-democracia, embora esta estivesse efetivamente se deslocando para a direita. Outros, como Thalman, entendendo o fascismo como uma etapa necessária da ditadura do capital financeiro, adentravam para o perigoso caminho de deduzir que o fascismo apressava o advento da revolução proletária. Decorrente dessa segunda visão é a perspectiva que o fascismo e a social democracia eram duas maneiras diversas de configuração do domínio do grande capital que tendiam a se assemelhar sempre mais: eis a raiz da teoria "social fascismo", cuja implicação só poderia ser a tática da "classe contra classe" (88).

O VI Congresso da IC, ao elaborar seu programa geral, sistematizou também a visão dos comunistas sobre o problema da revolução nos países coloniais e semicoloniais: depois de uma primeira colocação no II Congresso Mundial, a questão da revolução antiimperialista voltou à ribalta com a revolução chinesa e adquiriu contornos mais nítidos no debate de 1928. O relatório sobre a questão dos países coloniais e semicoloniais coube ao comunista finlandês Kuusinen, um não especialista, por assim dizer. Os debates se ocuparam, principalmente, como era de se esperar, da revolução na China, cujo partido realizava naqueles dias seu VI Congresso. Sobre a Índia estendeu-se uma polêmica, que era de caráter mais geral, se o imperialismo impedia ou estimulava a industrialização nas

(88) Ibid.

colônias; essa questão, que não foi resolvida naquele fórum, continuou pelas décadas seguintes a preocupar a militância comunista, e dependendo da resposta, a orientação estratégica e a política de alianças se configuraria em modo diverso, pois daí derivaria a colocação das burguesias nacionais no processo revolucionário. O Congresso expressou, no entanto, a opinião de que as formas coloniais travariam e condicionariam o desenvolvimento das forças de produção.

Além da China e da Índia, mereceram um espaço específico nas teses a Indonésia, a África do Norte e a América Latina. Para esta última, tomada quase que em bloco nas teses, mas inspirada na situação do México, se indicava que, além de ser terreno privilegiado da disputa interimperialista anglo-americana "A luta de libertação iniciada na América Latina contra o imperialismo dos USA se desenvolve em grande parte sob direção da pequena burguesia" mesmo porque

"a burguesia nacional, que forma uma pequena camada da população (exceto Brasil, Argentina e Chile) e que está ligada de um lado com o latifúndio, de outro com o capital dos USA, esta no campo da contrarrevolução" (tese 6). (89)

Nessas condições, agitando a palavra de ordem do "governo operário-camponês",

"na América Latina, os comunistas devem participar ativamente no movimento de massas revolucionário que luta contra o regime dos latifundiários e contra o imperialismo, mesmo onde esse movimento se encontra sob guia da pequena burguesia" (tese 40). (90)

(89) Ibid.

(90) Ibid.

Mesmo reconhecendo que "os países coloniais são atualmente o setor mais perigoso para o imperialismo mundial" o VI Congresso promoveu um grande esforço de generalização que foi condicionado pelo desenvolvimento da revolução chinesa, acabando por menosprezar a particularidade da questão das alianças em outras formações sociais específicas, ou dito de outro modo, eludiu o problema de como fazer política em condições concretas muito diferentes. Sintomático que as teses anunciassem "a estratégia e a tática comunistas na China, Índia e análogos países coloniais", traindo o laboratório político a partir do qual foi feita a generalização.

As teses faziam notar que a penetração do capital imperialista acelerava o desenvolvimento das relações de produção capitalistas nos países coloniais e semicoloniais na sua busca de mercados seguros de investimento e consumo. A aliança da classe "feudal" e do capital comercial desses países com o imperialismo reproduziam a situação de dependência. A revolução nas colônias e semicolônias foi caracterizada como democrático-burguesa e tem por objetivo a libertação nacional do jugo imperialista e a realização da revolução agrária, a fim de permitir o ulterior desenvolvimento econômico social. Se hipotizava um possível desenvolvimento não-capitalista e se acentuava a necessidade de equiparação das nacionalidades e sexos. Onde o grau de generalidade tendia a ficar mais arriscado era na descrição das classes e camadas sociais e seu papel político. Assim, a burguesia comercial ou "compradora", juntamente com os latifundiários, é considerada aliada do imperialismo, mas a burguesia industrial poderia desempenhar um papel nacional-reformista, e segundo sua influência nas massas poderiam em atos isolados que contestassem o imperialismo, receber

apoio dos comunistas. Como pequena burguesia, melhor seria dizer camadas intermediárias, inclui-se artesãos, pequenos comerciantes, intelectuais, população urbana pobre e campesinato; os primeiros dois grupos teriam uma postura tendencialmente conservadora ou utópico-reacionária, acentua-se as "vacilações" da intelectualidade, enquanto que os pobres da cidade tenderiam a apoiar o processo revolucionário do qual o campesinato é uma força motriz juntamente com a classe operária industrial e agrícola. A aliança dos comunistas com partidos e agrupamentos pequeno-burgueses era vista com grande desconfiança, recusando-se qualquer acordo político que comprometesse sua nitidez ideológica e organizativa.

Aos comunistas caberia fortalecer o fator subjetivo da revolução, ou seja, a organização partidária, entregando-se ao trabalho sindical, penetrando nas organizações camponesas e não se descuidando da questão feminina e da juventude. Informava-se que "não é aconselhável organizar partidos operário-camponeses" (cerca de um ano depois será terminantemente proibido organizar blocos operário-camponeses!). Mesmo longe da perspectiva sectária e esquerdista que prevaleceria após o X Plenun da CEIC (julho de 1929), o VI Congresso já expressava uma guinada a esquerda também na questão colonial, em relação aos congressos anteriores, com a condenação apriorística das burguesias nacionais e com o esvaziamento do papel revolucionário da pequena burguesia. Essa posição, no entanto, refletia mais ou menos fielmente o clima generalizado entre as delegações dos países coloniais e semicoloniais.

Como parte dos trabalhos preparatórios para o VI

Congresso, realizou-se, em junho, a conferência dos comunistas da América Latina com o objetivo de discutir o programa para esse continente e ao mesmo tempo reorganizar o SSA/IC. Desse conclave dirigido por Jules Humbert-Droz e Losovsky, tomaram parte 4 delegados da Argentina, 2 do Brasil, 1 do Chile, 2 da Colômbia, 1 do Equador, 3 do México, 1 do Paraguai, 1 do Uruguai e 1 da Venezuela, Cuba não se fez representar. Nessa ocasião os comunistas da América Latina puderam repassar a visão que tinham de seus países e seu continente em primeira pessoa, sem que fossem simplesmente considerados como reserva de caça do imperialismo dos USA. Nos acalorados debates específicos sobre a América Latina e, depois, sobre a questão colonial em geral, os delegados latino-americanos puderam livremente colocar suas posições divergentes. Paulo de Lacerda, em nome de toda a delegação continental, reclamou da pouca atenção que a IC, até então, vinha dando aos problemas da América Latina. O mexicano Carrillo chamou a atenção para a importância e a diversidade da questão agrária, não só em seu país, mas em todo o continente, o que dificultava algum tipo de generalização. O uruguaio Sala confirmava que o poder político em todos os países da América Latina estava em mãos do capital agrário, com as exceções do México e Argentina, e que o Brasil era o país em que o imperialismo britânico mantinha maior influência. A intervenção mais contundente, no entanto, foi a do equatoriano Ricardo Paredes que lucidamente acusou a tendência da IC a subestimar o grau de desenvolvimento das relações capitalistas no continente:

"É certo que não se pode colocar no mesmo plano o proletariado industrial e o proletariado agrícola, mas a concentração de um grande número de assalariados nos latifúndios constitui uma força muito grande. Por causa da subestimação da burguesia e do proletariado e da

superestimação da massa camponesa, todos os problemas desses países (da A.L. - nda) são apresentados somente do ponto de vista da repartição das terras e da luta contra o imperialismo" (91).

Ele propôs, nessa linha de raciocínio, que os países onde havia as classes sociais do capitalismo melhor configuradas fossem chamados de "dependentes", como era o caso do Brasil, Argentina e Chile.

As observações pertinentes de Ricardo Paredes de pouco adiantaram, já que o relatório apresentado por Jules Humbert-Droz em plenário não as incorporou. Esse relatório comete alguns evidentes exageros, transmitidos quase que certamente, pelos próprios delegados latino-americanos: assim, afirmar que o PCB se transformara num partido de massas e que dirigia o movimento sindical brasileiro, ou que o recém formado partido do Equador contava com 10.000 militantes era distorcer a realidade (o PC do Equador era um grupo dentro do partido socialista, em posição de direção, mas cuja adesão era feita coletivamente por aclamação, analogamente ao Labour Party inglês). O comunista suíço relata a crise do PC da Argentina e o extraordinário crescimento do PC do México (x10), além da adesão a IC do PC de Cuba, do PS do Equador, do PC do Paraguai e do Partido Socialista Revolucionário da Colômbia (o PS do Peru em formação relutava em aderir a IC). Acentuava a importância da América Latina, e em caso de passar a ser o principal "domínio colonial" da maior potência imperialista, os USA, pois até esse momento o que há é uma grande rivalidade entre os USA e a Grã-Bretanha pelo domínio dessa região. Embora com as reticências dos comunistas da América Latina,

(91) "Projeto de tesis sul el movimiento revolucionario en la America Latina" In La Correspondencia Sudamericana, no. 12/ 13/ 14, maio de 1929.

Jules Humbert-Droz reafirma o caráter "semicolonial" do continente, indicado nos astronômicos números dos capitais ingleses e americanos af presentes, cada vez mais deste último, mesmo persistindo o predomínio inglês no Brasil e Argentina. Esse caráter "semicolonial" se fundamentava na existência de uma economia essencialmente agrícola e na ausência de capitais nacionais, o que aliás não correspondia a realidade de Argentina, Brasil e Chile. E' criticada a idéia de que os conservadores representariam os latifundiários no plano político e os liberais seriam os representantes da burguesia industrial, os primeiros ligados aos interesses ingleses e os segundos aos USA. A importância social e política da pequena burguesia é realçada na sua função antiimperialista, diante da debilidade da classe operária, ocupada principalmente na indústria leve. O movimento revolucionário é caracterizado como sendo de tipo democrático-burguês em país semicolonial onde deve se cumprir a revolução agrária contra os grandes proprietários fundiários e a luta contra o imperialismo, objetivos que só seriam plenamente atingidos com a hegemonia do proletariado no processo revolucionário. Para se cumprir essa tarefa julga-se necessário a formação de um bloco de forças revolucionárias pelo proletariado industrial e agrícola, pelo campesinato sem terra e pela pequena burguesia revolucionária, organizando um bloco operário camponês que realizaria uma frente única ocasional com organizações revolucionárias da pequena burguesia. Existe um visível estreitamento da política de alianças e uma guinada a esquerda em relação a política dos comunistas latino-americanos nos anos passados.

A conferência dos comunistas da América Latina efetuou

também a reorganização do SSA/IC. A partir de agora o SSA/IC deixaria de estar tão concentrado na direção do PC da Argentina para evitar que uma crise, como a que havia ocorrido com a defecção de Penelon, afetasse o funcionamento de todo o organismo. Decidiu-se então que o SSA/IC reorganizado seria composto por 2 argentinos, 1 brasileiro, 1 uruguaio e 1 chileno. A primeira reunião foi realizada em 29 de junho quando reafirmou-se que se deveria trabalhar para a realização em junho do ano seguinte de um Congresso comunista latino-americano, em Buenos Aires, em seguida a um congresso sindical continental. Procurou-se aplainar o caminho, através do relançamento da revista quinzenal La Correspondencia Sudamericana e da revista sindical El Trabajador Latinoamericano, visando o fortalecimento das seções da IC e do movimento sindical. Aprovou-se também o projeto de tese da comissão de programa da IC para a América Latina formada por Carrillo (México), Cárdenas (Colômbia), Ricardo Paredes (Equador), Paulo de Lacerda (Brasil) e Leopoldo Sala (Uruguai), além, é claro, de Jules Humbert-Droz.

Esse projeto de teses seguiu basicamente as mesmas linhas de interpretação propostas no relatório de Jules Humbert-Droz, esmiuçando-o de acordo com a orientação geral do VI Congresso (92). As teses propostas assinalam como contradições fundamentais da época a existência da URSS, a emergência dos movimentos de libertação nacional, as lutas interimperialistas e a agudização generalizada da luta de classes. O "terceiro período" é apresentado para a América Latina como sendo uma fase de repressão do movimento de

(92) Ibid.

massas e quando as forças agrárias dominantes se adaptam a penetração imperialista, escudando-se em regimes ditatoriais, o que agravaria as contradições sociais. Nesse sentido

"(...) a grande propriedade agrária na América Latina representa cada vez menos uma forma de produção pré-capitalista feudal que dificulta a integração da produção agrária da América Latina no sistema capitalista imperialista mundial de produção. Pelo contrário, a grande propriedade agrária, (...), se incorpora cada vez mais no sistema de exploração capitalista imperialista (...). A luta contra o regime de grande propriedade agrária e contra o imperialismo, estão, pois, estreitamente ligados" (93).

Nos países como o Brasil, onde há uma burguesia industrial, essa é associada ao imperialismo e "sua luta contra os grandes latifundiários é sempre expressão da luta do imperialismo yankee contra o imperialismo britânico" (sic); esse equívoco simplificador traria desastrosas consequências para a ação política dos comunistas brasileiros e do Cone Sul, e para sua compreensão da realidade social na qual estavam imersos. De qualquer maneira, a tarefa dos partidos comunistas seria a de conquistar os trabalhadores dos setores chave da economia, ampliar a influência sindical e apontar a construção de partidos de massa. Tendo em vista a realização da revolução democrático-burguesa, agrária e antiimperialista, dever-se-ia trabalhar para a instauração de um "governo operário-camponês", produto da vitória da frente única nacional das forças revolucionárias, isto é, da aliança do proletariado com o campesinato e a pequena burguesia. A desconfiança em relação a pequena burguesia é visível não só na recusa em se fazer alianças "orgânicas", mas também na ênfase em que a questão da

(93) Ibid.

hegemonia proletária no processo deveria ser colocada desde o primeiro momento, o que significa dizer que embora o movimento de massa dirigido pela pequena burguesia devesse ser apoiado o mesmo não deveria ocorrer com um governo dirigido pela pequena burguesia (94).

A concepção política expressa no projeto de tese foi aprovada na I Conferência Comunista Latino Americana realizada em junho de 1929, na cidade de Buenos Aires, com a presença de 8 delegados da Argentina, 4 do Brasil, 3 da Colômbia, 3 de Cuba, 3 do Equador, 2 da Guatemala, 2 do México, 1 do Paraguai, 3 do Uruguai, com plenos direitos, e considerados simpatizantes estiveram presentes 2 representantes da Bolívia, 2 de El Salvador, 2 do Panamá, 2 do Peru e 1 da Venezuela, o Chile não enviou delegação (95). Jules Humbert-Droz, que, identificado com as posições da "direita", vinha perdendo espaços políticos, decidiu vir a América Latina, como representante da CEIC e defensor da linha do VI Congresso. Quando de seu retorno a Moscou, em julho, para participar do X Plenun da CEIC, Humbert-Droz tomou ciência da mudança de orientação política da IC com o aprofundamento dos aspectos esquerdistas e sectários embutidos nas resoluções do VI Congresso, o que implicou seu afastamento da CEIC no Plenun seguinte (abril de 1931) e de todos os postos de responsabilidade, culminando na expulsão do movimento comunista.

6. a implantação da ditadura stalinista na URSS e a IC

A trégua estabelecida no PCUS durante o VI Congresso foi já rompida em setembro quando da dura polêmica entre Bucharin e

(94) Ibid.

(95) Ibid.

Molotov (da corrente de Stalin), sobre a caracterização do "terceiro período". Para Bucharin, a crise capitalista era de crescimento e teria raízes na tensão entre países imperialistas em disputa pelo mercado mundial acabando por desencadear uma nova guerra; essa fase de capitalismo de Estado permitiria um maior controle da classe operária por parte da burguesia e a impulsionar a revolução seriam os movimentos de libertação nacional aliados à URSS. Molotov, por sua vez, defendia a tese catastrofista que a crise era de declínio do capitalismo e que o aumento do desemprego e da miséria aumentaria também as tensões sociais no interior dos países imperialistas, o que levaria a uma nova guerra como válvula de escape e a um embate entre as classes numa situação revolucionária. Bem, como esta não era uma simples questão acadêmica, politicamente teria maiores possibilidades de sair vitorioso na contenda quem conseguisse o consenso do PC da Alemanha e assim, para Stalin e Molotov a aliança com Thälmann, já definida no IX Plenun da CEIC, tornava-se crucial.

O PC da Alemanha vivia cronicamente em uma situação de luta interna sem princípios entre as frações de "esquerda" de Thälmann e Neumann, o "centro conciliador" de Ewert e Meyer e a "direita" de Brandler e Thalheimer, e um caso de malversação dos fundos do partido por parte de um militante de Hamburgo ligado a Thälmann serviu de pretexto para que esse fosse suspenso do cargo de secretário-geral, em 26 de setembro. Uma apressada reunião da CEIC (que não contou com a presença de Bucharin, Humbert-Droz, Manuisky e Bela-Kun, entre outros) em 5 de outubro reconduziu Thälmann a seu posto e ainda criticou violentamente os "conciliadores" e a "direita": foi o primeiro caso, de muitos que se seguiriam, de ingerência direta da direção da IC, contrariando decisões,

teoricamente soberanas, de uma seção. Em novembro, uma Conferência Nacional do PC da Alemanha confirmou a linha de esquerda, ou seja, a do "social-fascismo" e da "classe contra classe". Ao mesmo tempo diante da ameaça de demissão da "direita" um Plenun do PCUS aceitou uma situação ainda de compromisso. A emissão em 19 de dezembro de 1928, da "Carta aberta ao PC da Alemanha sobre os desvios de direita" (a primeira das muitas desse tipo emitidas pela CEIC) deu mão livre para a liquidação de qualquer tipo de oposição; em função dessa carta Bucharin afastou-se da CEIC que passou a ser dirigida por Manuisky e Kuusinen, alinhados na nova maioria que se formava ao redor de Stalin. Bucharin, coerentemente, pensava que a luta decisiva se travaria dentro do PCUS, pois na sua visão da Europa ocidental, não se deveria esperar grandes movimentos revolucionários por aí nos anos seguintes; na ótica de Stalin, por sua vez, a Alemanha era central e assim não deixou de apoiar decisivamente seus aliados, coisa que Bucharin se eximiu de fazer.

Ao iniciar-se 1929, Brandler e Thalheimer foram expulsos do PC da Alemanha, indo formar o PC da Alemanha de Oposição, e os "conciliadores" perderam os cargos de direção. Na URSS a situação se precipitou: Trotsky, que se encontrava exilado em Alma-Ata, foi expulso do país, pois Stalin temia que se articulasse a aliança entre Trotsky e Bucharin em torno do tema da democracia. O contato estabelecido entre Bucharin e Kamenev (um dos expoentes da esquerda) deu margem a que Stalin atacasse o líder da "direita" explicitamente pela primeira vez. O ataque não ficou sem resposta, mas enfim já era demasiado tarde -Bucharin acusou Stalin de querer promover a expropriação militar-feudal dos camponeses, de propagar o burocratismo e de dissolver a IC com sua intervenção em favor de

Thälmann. Na reunião do Plenun do CC do PCUS, em abril, após ter sido acusado de "desvios de direita" Bucharin foi afastado da direção da Pravda e oficialmente da IC; Tomsy foi afastado da direção dos sindicatos, onde se encontrava já em posição minoritária desde o congresso sindical de dezembro de 1928; Rykov perdeu o posto de presidente dos comissários do povo (primeiro-ministro). Logo em seguida, durante a XVI Conferência do PCUS, foi aprovada a "variante máxima" do plano quinquenal, que, aliás, foi redigido pelo mesmo Rykov. Precedida de uma grande campanha contra a "direita" no interior da URSS e na IC, em novembro foi decidida a exclusão de Bucharin da direção política do PCUS e aprovado o início da coletivização agrária. Tentando evitar a completa marginalização política Bucharin, Tomsy e Rykov fizeram "autocrítica" poucos dias depois: era a capitulação diante da linha stalinista. Em maio de 1930 decidiu-se apressar o ritmo da coletivização e partir para o extermínio dos kulacs o que teve o condão de desorganizar a produção agrícola e despertar a resistência dos camponeses através do terrorismo e da matança do rebanho. O essencial é que a propalada, mas sempre incerta aliança operário-camponesa estava rompida definitivamente, e o que restava era a ditadura do partido fundido no Estado.

No X. Plenun da CEIC (julho de 1929) é que o movimento comunista, até então praticamente na ignorância, tomou conhecimento da existência dos "desvios de direita" que perpassava quase todas as seções da IC. Nesse encontro, Bucharin foi formalmente condenado, após sofrer ataques de Thalman, Molotov criticou Humbert-Droz e Tasca, e Togliatti pediu "mais luz" diante do predomínio irreversível da intolerância, da impossibilidade do debate aberto de idéias e do suceder-se de medidas administrativas. A duplicidade na

interpretação do "terceiro período", existente no VI Congresso, desapareceu com o avantajamento da visão de Stálin e Molotov. O PC da Alemanha, por sua vez, no Congresso partidário de junho (realizado sob o clima emocional da repressão sofrida no 15. de maio, desencadeada com a cumplicidade do Partido Social Democrata) foi selada a derrota da corrente "conciliacionista" de Ewert e confirmou-se a linha de esquerda preconizada por Thalman, Neuman e Remmele, que convergia com as posições de Stálin.

Com isso a IC passou a prever o "terceiro período" coberto por uma nova onda revolucionária derivada da radicalização da classe operária, colocada diante de uma crise econômica e social sem precedentes. A polarização social no interior dos países imperialistas levaria ao desencadeamento da guerra anti-soviética. Nessa concepção, somente a revolução proletária poderia evitar a guerra e, nesse caso, a social democracia, que exercia influência preponderante na classe operária seria o principal inimigo, particularmente sua ala esquerda, pois com seu "pacifismo" e com a defesa das instituições liberal-democráticas, iludia as massas e garantia o domínio do capital financeiro. Como cada vez com maior frequência fazia uso de métodos repressivos tendia a se confundir sempre mais com o fascismo: era o "social-fascismo". A idéia de que o fascismo e a social democracia seriam duas armas alternas da burguesia para evitar a revolução socialista rondava a elaboração da IC desde 1924, mas foi só no X Plenun que a expressão "social fascismo" foi assumida em documentos oficiais, coincidindo com o predomínio incontestado de Stalin e como fim de qualquer forma de democracia no interior do movimento comunista. Desse modo, "o Plenun da CEIC impõe às várias seções da Internacional Comunista o reforço

da luta contra a social democracia internacional, esse extremo baluarte do capitalismo" e principalmente "(...) contra a ala esquerda da social-democracia que retarda seu processo de desintegração (...)" (96). A tendência, agora vitoriosa de Stalin e Thalmann via na social-democracia um "muro" a ser transposto no caminho da revolução, enquanto que a derrotada "direita" de Bucharin via na esquerda social-democrática uma "ponte" possível para parte significativa da classe operária em direção à revolução. O X Plenun chegou a conclusão que as tarefas fundamentais da IC seriam agora, o combate ao perigo de uma nova guerra e a defesa da URSS. Para levar a cabo essas tarefas seria de fundamental importância a exclusão de todos que discordassem dessa análise da crise capitalista e da orientação estratégica dela derivada. A política de alianças dos partidos comunistas ficou reduzida a nada com a tática da "classe contra classe" pois lutar pela frente única "pela base" não passava de um eufemismo com o fito de dar uma aparência de continuidade na tática política e para justificar o isolamento que os comunistas se auto-impunham. O isolamento dos comunistas e a agitação do perigo de guerra foram funcionais para que se desencadeasse a "revolução pelo alto" na URSS, num clima de "fortaleza assediada" que garantiu internamente um consenso social significativo.

A vitória da falsa teoria do "social-fascismo" fez com que fosse completada a subestimação do nazi-fascismo, partindo-se para a ofensiva em toda a linha, ou seja a "classe contra classe", já que se antevia o colapso iminente do capitalismo. Essa equivocada

(96) "Tesi del X Plenun sulla situazione internazionale e i compiti immediati dell'Internazionale Comunista" In Aldo Agosti, op.cit., t.3, v.1.

análise da realidade ajudava a explicar o caminho para a ditadura nazista na Alemanha somando-se aos erros da social democracia alemã, a qual defendendo a democracia-burguesa "tout-court" igualava os comunistas aos nazistas como anti-democratas. Para os nazistas tanto o Partido Social-Democrata como o PC da Alemanha eram partidos operários e marxistas, "anti-alemães" portanto. O PC da Alemanha via tanto os nazistas como os social-democratas como instrumentos do grande capital, concebendo a luta então entre ditadura fascista ou "social-fascista" e ditadura proletária, representada pelos comunistas, é claro. Abrindo luta contra a "burocracia sindical" social-democrata o PC da Alemanha procurava centrar sua ação sobre os operários não organizados e os desempregados. Recrutando, com grande flutuação, entre as camadas mais golpeadas pela crise, como os camponeses arruinados e os intelectuais proletarizados, a composição social do PC da Alemanha, como também de outros partidos comunistas da Europa tendeu a mudar, com a perda de influência nas fábricas.

A tendência ao deslocamento à esquerda da linha política da IC, iniciada, pelo menos, desde o VIII Plenun (maio de 1927) atingiu seu ápice com o X Plenun (julho de 1929), tendo se acelerado logo após o encerramento do VI Congresso, quando Stalin passou a apoiar seus aliados nas diversas seções. Esse processo ocorreu em paralelo com o estreitamento da democracia interna tanto nos órgãos superiores da IC como nos diversos partidos.

A linha ofensivista da "classe contra classe", embora não se possa dizer que derivasse da instauração da ditadura stalinista na URSS é certo que estava em estreita imbricação com essa. A vitória de Stalin fez com que se desencadeasse uma verdadeira

"revolução pelo alto" com a industrialização acelerada, a planificação e a coletivização forçada do campo, definida como "ofensiva socialista". Essa política econômica servia como atrativo para parte da classe operária e da intelectualidade da Europa e outras partes do mundo em direção aos partidos comunistas, já que se ignorava os horrores da repressão anti-camponesa e a exercida contra a intelectualidade técnica, com o início dos "processos" contra os fantasmáticos "partido campones" e "partido industrial".

Certamente o stalinismo não era inevitável, e como, embora sob certas condições objetivas, são sempre os homens a fazer sua história, também nesse caso poderiam tê-la concretizado em modo diverso. Isso para dizer que as diversas teorias sobre o stalinismo que privilegiam as condições econômico-sociais, a tradição cultural e outros, tem um valor explicativo, mas a raiz do regime stalinista não pode ser encontrada se não se analisa a ação política e a capacidade de previsão dos atores envolvidos. A perspectiva de Trotsky ficou presa na ambiguidade de se querer manter a "democracia operária" e ao mesmo tempo exercer uma forte ditadura sobre as massas camponesas, que seria necessária à industrialização acelerada. Embora Bucharin tenha deslocado ligeiramente à esquerda a perspectiva estabelecida em 1925, reconhecendo a necessidade de se controlar mais efetivamente a burguesia agrária e passando a enfatizar a aliança com os camponeses pobres em vez que com os médios, o fato é que o PCUS como um todo não conseguiu superar o tradicional desprezo anticamponês do movimento operário. Além disso sua proposta se ressentiu da pobreza de conhecimento técnico e sociológico (que não era possível ser obtido na situação de então) sobre a realidade soviética, que poderiam evitar as sucessivas

crises da NEP, originadas mais por deficiência na alocação de recursos disponíveis. No entanto, o que decidiu a derrota de ambas as propostas foram menos suas evidentes fragilidades teóricas e mais a incapacidade política em implementá-las. A falta de decisão em lutar pelo poder e os titubeios táticos, deram espaço a quem como Stalin, que mesmo sem contar com uma perspectiva teórica definida, mas com uma grande desenvoltura tática e ausência de ética política, tomasse a direção do processo, promovendo o desenvolvimento do socialismo na URSS, mas ao mesmo tempo efetuando uma ruptura teórica e prática com a concepção lenineana de ação política revolucionária.

7. a luta contra os "desvios de direita" do IC na América Latina

Apesar de Manuisky haver afirmado durante o XI Plenun da CEIC (março/abril de 1931) que as premissas da transformação da crise econômica em crise revolucionária amadureciam mais rapidamente nos anéis mais débeis do sistema imperialista mundial -China, Índia, Espanha e "alguns países da América Latina"- o fato é que após a vitória da linha da "classe contra classe" e da "teoria" do "social-fascismo" no X Plenun, a IC deslocou seu principal interesse novamente para a Europa. Isso coerentemente derivava da visão catastrofista da evolução dos países imperialistas de que estavam imbuídos Stalin e também a direção do PC da Alemanha. A derrota da linha bucharinista levou para um segundo plano a importância dos movimentos de libertação nacional nas colônias e semicolônias, que haviam sido relevados durante o período que Bucharin dirigiu a IC.

Do X (julho de 1929) ao XIII Plenun da CEIC (dezembro de 1933) o problema dos povos oprimidos pelo imperialismo foi poucas vezes tocado, mas a verdade é que em quase todos os países mais importantes nessas condições existiam partidos comunistas enquadrados nas diretrizes da IC, enredada nas malhas da ditadura stalinista. Os esforços de reflexão teórica sobre a realidade desses países foi paralisada, como de resto toda a reflexão crítica no interior da IC. Nos anos 30 impuseram-se fórmulas esquemáticas e genéricas que pouco tinham a ver com a multiplicidade das configurações históricas em tela, ficando, assim, a problemática da revolução nos chamados países coloniais e semicoloniais reduzida à luta contra o "feudalismo" e o "imperialismo", vistos abstratamente e conceitualmente congelados.

Esse processo tomou vigor a partir do X Plenun, que com sua concepção do "terceiro período", esperava a derrocada do capitalismo e o desencadeamento de movimentos revolucionários em todas as partes do globo, nos países coloniais inclusive, afirmando que "o antagonismo entre imperialismo e mundo colonial se faz sempre mais agudo nos maiores países coloniais e semicoloniais". Mas como o Plenun havia vislumbrado na tendência de "direita" do movimento comunista o principal inimigo interno, transportado o problema para o mundo colonial e semicolonial se atinava que

"também nos partidos comunistas dos países semicoloniais se torna necessária a consolidação da luta contra os desvios de direita no qual os elementos do oportunismo são portadores da influencia burguesa e pequeno-burguesa sobre o proletariado, obstaculando sua ação autônoma" (97).

(97) Ibid.

Uma vítima precoce do processo de depuração dos "oportunistas de direita" entre os comunistas dos países sob domínio imperialista foi o indiano Roy, que havia se solidarizado com Brandler e Thalheimer quando de sua expulsão do PC da Alemanha, embora na maior parte das vezes tenha se colocado à esquerda das posições majoritárias da IC.

Para os países coloniais e semicoloniais mais importantes foram enviados revolucionários profissionais da IC, como que rebaixados, que em um ou outro momento haviam se oposto à orientação de Stalin. Outra forma de intervenção direta da CEIC nos assuntos das diversas seções iniciou-se com o retorno a seus países de origem dos estudantes da Escola Leninista, enquadrados plenamente, assim se imaginava, na linha stalinista. Mais uma vez a China se prestou a ser o principal laboratório dessa orientação, com o envio de Pavel-Mif como assessor da IC, paralelamente à escolha do grupo dos "jovens bolcheviques" de Wan-Ming e Po-Ku para dirigir o PC da China.

Na América Latina o processo de intervenção iniciou-se em setembro de 1929, em meio a uma ampla campanha contra a "direita" no interior da URSS, com o envio de uma "Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita" (98). Esta começa por acusar os comunistas latino-americanos de "provincianismo" pela sua persistente subestimação dos problemas internacionais e retoma as conclusões do X Plenun. Lembra que os partidos socialistas vinham sendo incorporados progressivamente ao Estado burguês cuja tendência geral era o de fascistizar-se; este

(98) "Carta Abierta a los Partidos Comunistas de la America Latina sobre los Peligros de Derecha" In La Correspondencia Sudamericana, no.18, 20-9-1929.

fato aliado à colaboração dos social-democratas na repressão do movimento operário de inspiração comunista, os transformaria em "social-fascistas". Em contraposição estaria ocorrendo uma radicalização das massas que os comunistas deveriam dirigir. Nessa situação a luta interna contra a "direita" comunista e contra os "conciliadores", que tendiam a ver na esquerda social-democrata os aliados mais importantes, seria decisiva para a eficaz implementação da "nova tática na luta de massas". Análise efetuada pelo X Plenun incorria no grave erro de considerar que o Estado burguês em geral estava tomando formas fascistas, quando a ditadura fascista é uma forma específica de enfrentar a crise da hegemonia burguesa; daí decorria o outro erro de taxar a social-democracia de "social-fascista" por apoiar as instituições liberal-democráticas do Estado burguês. A análise de que estaria ocorrendo uma radicalização política das massas em face da crise capitalista era totalmente subjetiva.

A transposição dessa política para a América Latina deveria observar as "particularidades" do continente e assim se fazia notar que "(...) o papel dos partidos socialistas reformistas é desempenhado pelos partidos 'democrático'-burgueses e pequeno-burgueses (nacional-reformismo), (...)" e a fascistização dependeria do processo de unificação das burguesias nacionais, às quais aqueles partidos estariam ligados, com tal ou qual imperialismo. Ao apontar aquelas que seriam as "bases políticas da direita na América Latina" é desfechado um claro ataque a toda a linha política que vinha amadurecendo em relativa autonomia pela ação dos comunistas da América do Sul e especialmente pelos brasileiros. Essas "bases" estariam na

"1o. superestimação das possibilidades revolucionárias da burguesia nacional e da pequena burguesia, 2o. a ligação de muitos de nossos partidos com os partidos pequeno burgueses e a falta de uma tática independente de nosso partido enquanto tal, 3o. subestimação do caráter semicolonial do país e incompreensão do conteúdo agrário do movimento (...)" (99).

Mais concretamente a "Carta" atacava a tendência a ocultar o partido diante das massas e acusava "as degenerações oportunistas do BOC". O predomínio de posições "oportunistas de direita" faria com que os comunistas ficassem a reboque da "radicalização das massas", ainda mais que "(...) os perigos de direita tem uma base social em nossos partidos, quer dizer, que a grande maioria dos aderentes pertencem a camadas secundárias da produção e ao artesanato", e justificando "(...) que esta composição social de nossos partidos se liga ao desenvolvimento quase exclusivo dos mesmos nas grandes cidades parasitárias e influi grandemente na sua política, (...)". Essa pretensa explicação dos "desvios oportunistas de direita" reafirmava a incompreensão por parte da IC do processo de desenvolvimento capitalista nos principais países da América Latina e o papel que as cidades cumpriam (100).

A conclusão da "Carta" impunha a exclusão imediata das correntes de "direita", onde estivessem cristalizadas, e um intenso debate ideológico onde essas posições estivessem diluídas, após que seriam também tomadas medidas administrativas em relação aos que não capitulassem.

Quase que imediatamente após a emissão da "Carta aberta

(99) Ibid.
(100) Ibid.

aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de "direita" diversos partidos resolveram convocar reuniões plenárias ou congressos, a fim de se adaptarem às resoluções emanadas do X Plenun, assim como seguir as determinações da "Carta". O PC da Argentina, que havia a pouco realizado seu VIII Congresso, resolvendo os problemas que se arrastavam desde 1927, foi novamente jogado no turbilhão da luta interna; o PC do Uruguai discutiu a questão em plenun convocado para outubro; no PC do México as tendências sectárias de esquerda ganharam uma sobrevida; o PC do Chile vivendo sob intensa repressão estatal não conseguiu fazer qualquer reunião ampliada. Embora todos esses partidos tenham efetuado o que julgavam ser apenas uma correção de rota à esquerda, o PCB foi visivelmente o mais cauto na avaliação do X Plenun e da "Carta", feita em seu III Plenun, tendo procurado manter a unidade do grupo dirigente e a continuidade da linha política até então adotada.

Os meses que correm entre setembro de 1929 e maio de 1930 são muito importantes para a evolução do movimento comunista: nesse período a "direita" do PCUS capitulou, deixando a Stalin o monopólio do poder, e a todas as seções da IC foi imposta a subordinação à diretriz ofensivista estabelecida pela CEIC -muitos quadros dirigentes de diversos partidos que não se conformaram foram expulsos. Talvez o caso mais lampante de intervenção nos assuntos de partidos da América Latina tenha ocorrido no Peru. A elaboração teórica marxista produzida pela revista Amauta, dirigida por José Carlos Mariátegui desaguou na fundação de um partido socialista, em setembro de 1928; esse grupo tinha uma visão discrepante por vários pontos, daqueles estabelecidos pelo SSA/IC e resistia assim a assumir o nome de partido comunista e a aderir plenamente à

organização sediada em Moscou. Para vencer essa resistência foi enviado de volta ao Peru, em fevereiro de 1930, Eudocio Ravines que estava em Moscou; logo em seguida foi expedida pela CEIC uma "Carta aos comunistas peruanos" apelando para a imediata formação do Partido Comunista do Peru. Quando a morte colheu Mariátegui prematuramente, em abril, seu processo de marginalização era já irreversível, e um mês depois o partido socialista foi transformado em PC do Peru, seção da IC, sob direção de Ravines.

E' nesse contexto que se realizou, ainda em maio de 1930, em Buenos Aires, um Plenum Ampliado do SSA/IC para fazer o balanço da luta contra os "desvios de direita" e impor uma guinada decisiva na orientação dos partidos comunistas do continente. Esse Plenum foi coordenado pelo lituano August Guralsky, ex-aliado de Zinoviev, que substituiu Jules Humbert-Droz. Visando balizar a "segunda fase da bolchevização" ou "proletarização", decidida já na "Carta aberta" de setembro, a orientação amadurecida no Congresso continental do ano anterior, que respeitava a autonomia relativa dos partidos e a flexibilidade na aplicação da linha política geral, foi, de modo não explícito, submetida a violenta crítica. A "Tese política" (101) proposta ao Plenum acreditava que a crise capitalista, principalmente a dos USA, arrastaria "(...) a América Latina a uma nova época de guerras e revoluções, em função do agravamento da luta de classes, do aprofundamento da penetração imperialista e da capitulação das burguesias nacionais. Nesse processo ocorreria uma fratura na pequena burguesia, com uma parte

(101) "Las Tareas Actuales de los Partidos Comunistas de la América Latina" In La Correspondencia Sudamericana, no. extraordinário, junio de 1930.

dessa, semiproletarizada, se aliando à classe operária, e outra, mais acomodada, seguindo a opção da burguesia, acentuando a polarização social e política. Ao colocar "(...) a questão da luta contra o Estado, a serviço do capital estrangeiro (...)" subestima de modo gritante o grau real ou possível de autonomia das classes dominantes locais, com evidentes desdobramentos na política de alianças dos comunistas. Partindo do falso pressuposto que se criava uma situação revolucionária derivada da crise capitalista e de uma inexistente "radicalização das massas" se propunha que os comunistas tivessem "(...) todas suas atividades (...) orientadas para a revolução" e em direção da "(...) luta pelo poder operário e campones".

Se como "nossos partidos lutam na etapa atual da revolução, na maioria dos países da América Latina, por uma revolução agrária camponesa de massas, sob direção dos proletariado" não poderiam seguir à reboque da esquerda liberal já que esta não visava a "revolução operária e camponesa". Ora, essa perspectiva é uma clara ruptura com a orientação estratégica que vinha até então amadurecendo entre os comunistas de todo o continente, particularmente os brasileiros, que era o de privilegiar a aliança estratégica com a pequena burguesia urbana, o que vale dizer a esquerda liberal, a qual tinha sua própria concepção de revolução, assim como objetivos próprios, embora pouco nítidos. No entanto, a "Tese política" acusava os partidos sul-americanos, além de reboquismo, também de não observar o processo de diferenciação da pequena burguesia, da qual uma parte tenderia para a aliança com o proletariado e a revolução. Nesse caso o partido comunista se fortaleceria

"(...) somente lutando com todas suas forças contra os chefes da pequena burguesia revolucionária, arrancando as massas semi-proletárias, as massas camponesas e a pequena burguesia revolucionária da influencia do nacional reformismo" (102).

Era "mutatis mutantis" a transposição para a América Latina da lógica do "social-fascismo", que via na esquerda social-democrata o inimigo principal: para se conseguir a direção do movimento de massa dever-se-ia combater o aliado mais próximo como inimigo principal e forçar uma frente única "pela base"; a vida mostrou que essa tática originada de uma análise falsa e subjetivista da realidade só levou os comunistas aos isolamento e à derrota. Assim, como forma de se livrar da "influência política e ideológica da pequena burguesia revolucionária" os comunistas decidiram que o aliado com quem chegavam a se misturar passaria a ser o inimigo mais importante a ser batido e desse modo conseguir a direção das "massas revolucionárias do campo". Essa análise partia do pressuposto que haveria movimentos revolucionários agrários na América do Sul, o que era falso, e que tais movimentos estariam sob influência e direção da pequena burguesia revolucionária, o que evidentemente também era falso.

A ausência de análise concreta sobre a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina e nos seus diversos países explica as proposições subjetivas do Plenun e transmitem a impressão que o "modelo chinês" serviria para todos os processos sociais em países sob dominação imperialista. A supervalorização da disputa entre os USA e a Grã-Bretanha pela preponderância na América

(102) Ibid.

Latina fazia com que as "contradições externas" tivessem uma importância maior que as "contradições internas" a cada formação social, sendo isso compreensível em função do ponto de partida de toda aquela interpretação que era os riscos da guerra anti-soviética e a necessidade de defesa do Estado soviético diante de agressões, reais ou aparentes que fossem. Desse modo as frações das classes dominantes internas eram vistas como instrumentos diretos de um ou outro imperialismo, tendo sua autonomia relativa de interesses e sua ação política menosprezadas.

A exigência que os partidos comunistas se apresentassem sempre com seu próprio perfil e não procurando subterfúgios legais no trabalho político derivava do conjunto dessas análises equivocadas. Os comunistas que atuavam em partidos não-"bolchevizados", isto é, em estreita aliança com a pequena burguesia e que não usavam o nome de partido comunista, foram obrigados a reorganizar-se. Eram principalmente os partidos da América andina que desenvolviam uma política semelhante entre si e adequada às características sócio-políticas daquela região; assim, além do PS do Peru, também o PS do Equador, o Partido Socialista Revolucionário da Colômbia e o Partido Revolucionário da Venezuela, entraram em séria crise interna. No Brasil, a linha estratégica materializada no BOC foi violentamente atacada e esse dissolvido. Em todos os casos os dirigentes que não se adequaram à nova orientação ou os responsáveis pela implementação da anterior começaram a ser afastados.

B. efeitos da ditadura stalinista nos partidos comunistas da América Latina

O encontro entre a IC e o movimento social da América Latina foi um processo lento e tortuoso, pavimentado de incompreensões. Não se pode dizer que o movimento comunista na América Latina seja um produto da intervenção expansionista da URSS e da IC, como tão pouco se pode afirmar que os partidos comunistas tenham sua origem num desenvolvimento nacional da teoria marxista e tenham sido gerados de modo completamente autônomo. A revolução russa foi um fenômeno de repercussão universal que refletiu na crise moral e intelectual por que passavam as formações sociais da América Latina transformando-se numa referência para a cultura política associada ao movimento operário.

O processo de reconhecimento e aproximação iniciou-se logo após a vitória da revolução russa com o diálogo, inicialmente distante, tornando-se cada vez mais próximo. A rota da IC em direção da América Latina, de certo modo, passou antes pela China, impondo certo condicionamento sobre o entendimento daquele continente. Mas quando finalmente o encontro se efetivou estava configurada a ditadura stalinista na URSS e na IC.

Embora o regime stalinista tenha se originado do processo social interno da URSS não se pode dizer que a linha política correlata da IC consubstanciada na tática da "classe contra classe" tenha sido imposição imediata do stalinismo, tenha visto a relevância da luta interna do PC da Alemanha para a vitória daquela orientação e para o fim da democracia interna da IC. De todo modo, a concepção revolucionarista do "terceiro período" foi imposta a todo

o movimento comunista, independentemente de que situação concreta atuava cada partido, a tática do confronto de "classe contra classe" foi generalizada, e por toda a parte procuraram-se os correspondentes do "social-fascismo". Essa orientação permaneceu indiscutida na IC até o XIII Plenun (dezembro de 1933) quando o fascismo e movimentos reacionários análogos se espalhavam por todo o globo e, de outra parte, a repressão de massa contra os camponeses se atenuava na URSS, com a conclusão do plano quinquenal.

Assim, no momento que a crise econômica e política perpassava todo o continente, nos extertores dos anos vinte, o encontro com a IC, sob controle da ditadura stalinista, significou uma limitação nas possibilidades de inserção histórica autônoma da classe operária na América Latina. O Brasil era, por sua importância intrínseca derivada de sua extensão e seus recursos, o epicentro da crise continental, e daí a maior atenção e assistência por parte da IC à questão brasileira.

CAPITULO III

A intervenção do SSA/IC e a desarticulação do grupo dirigente do PCB

1. introdução

A crise das alianças sócio-políticas que davam sustentação à dominação oligárquica e que se arrastava desde 1922, havia em 1928 chegado a um ponto de não retorno. No entanto o entrelaçamento com a crise da economia do café, presente desde os albores de 1929, e com a crise mundial do capitalismo, irrompida como "crack" da bolsa de valores de New York, criou condições para a superação daquela forma de dominação social e articulação do poder na formação social brasileira.

O padrão de acumulação capitalista no Brasil estava centrado no capital agromercantil cuja base era a produção cafeeira assalariada ou semi-assalariada, mas que tinha o mercado de consumo e a fonte de financiamento situados no exterior. Esse padrão de acumulação tendeu a reforçar o poder da oligarquia (ou burguesia) agromercantil de São Paulo, o que significava a ruptura da aliança oligárquica inter-regional que estava na raiz das instituições políticas vigentes. Tal ruptura se efetivava pela política econômica do Estado que privilegiava a agricultura cafeeira e pela atração da força de trabalho, primeiro de Minas Gerais e Bahia e depois de todo o Nordeste, em direção às zonas cafeeiras de São Paulo. Por outro lado, o capital agromercantil gerou, com seu próprio desenvolvimento, o capital industrial, que ao final dos anos 20 tinha conseguido uma certa capacidade de reproduzir-se independentemente de sua matriz. Isso quer dizer que o padrão capitalista de acumulação agromercantil havia atingido seus limites, pois de uma parte não conseguia mais se reproduzir já que todo o valor acumulado era despendido na alimentação da fonte de

financiamento e, por outro, havia já criado as condições de sua própria superação, com o surgimento de uma pequena indústria de bens de produção.

A crise do café aprofundou as fraturas na oligarquia paulista, que vinham se manifestando desde a formação de uma oposição liberal organizada no PD (1926) e da opção da burguesia industrial pelo PRP (1928) como instrumento para a defesa de seus interesses. Começava haver uma diferenciação de interesses entre os grandes e os médios fazendeiros de café e entre as diversas regiões produtoras. Mais importante é que a oligarquia paulista não conseguia manter as alianças com as oligarquias de outros estados e que davam guarida a seu predomínio na federação. De modo menos acentuado a oligarquia mineira também começava a sofrer um processo de corrosão na sua unidade política advinda de uma diferenciação de interesses entre a agricultura do café e a pecuária. A expansão do latifúndio no Nordeste e início da migração para o Sudeste, assim como o fortalecimento de alguns interesses setoriais provocaram alterações nas bases tradicionais do poder político regional, mantido com a coação da força de trabalho e com o silenciamento das oposições políticas, quaisquer que fossem.

Seguindo um caminho inverso, em janeiro de 1929, o Congresso dos prefeitos do Rio Grande do Sul selou a unidade da oligarquia gaúcha, que vinha se processando desde o Pacto de Pedras Altas. Com a sustentação política do PRP e do PL, o governo de Getúlio Vargas conseguiu contemplar os interesses da agricultura, da pecuária, do comércio e da indústria criando instâncias corporativas por onde se expressavam esses interesses, e contando com amplo apoio das camadas médias. Nessas condições a oligarquia gaúcha pode

tornar-se o polo de aglutinação da oposição e encaminhar a formação da Aliança Liberal, oficializada em 17 de junho de 1929. Assim o conjunto da oligarquia gaúcha aliou-se à maioria da oligarquia mineira alinhada em torno de Antônio Carlos e colocou uma cunha no Nordeste ao conseguir o apoio da Paraíba. O recalcitrante PD/SP somente tendeu a apoiar mais decididamente a Aliança Liberal após o Congresso da Lavoura do Café (dezembro de 1929), tendo em vista a resistência de Washington Luiz diante dos apelos dos cafeicultores para enfrentar a queda de preços no mercado internacional. É possível que o lançamento oficial antecipado da candidatura Júlio Prestes, em julho, fosse uma tentativa de pelo menos reunificar as classes dominantes paulistas, respondendo imediatamente à formação da Aliança Liberal, mas se o objetivo da ação era esse, foi em vão.

As camadas médias urbanas, em busca de canais de participação política e premendo pela ampliação do estatuto da cidadania, tendiam a apoiar a movimentação política da oposição liberal organizada no PDN e da juventude militar rebelada. Porém as relações entre liberais oligarcas e os militares estavam em rota de colisão desde setembro de 1928 com a carta de Prestes a Paulo Nogueira, onde ficou claro a existência de visões diversas da "revolução". A tentativa de reconciliação com a conferência de Melo (março de 1929), articulada por Mauricio de Lacerda, fracassou e o programa de frente única das esquerdas, escrito pelo comunista Everardo Dias, não pode ser considerado. A Aliança Liberal era, ela mesma, uma configuração política que reunia velhas lideranças das oligarquias e uma nova geração que fazia do Rio Grande do Sul o laboratório político de um projeto de "revolução pelo alto", mas contava também com elementos em outros estados. Foi através desses

jovens, que viram a ser conhecidos por "tenentes civis" que se operou a aproximação da Aliança Liberal com a juventude militar. Assim, em outubro, em encontro entre Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes, este, apesar de não aceitar o comando militar da revolução, acertou o apoio da Coluna a Aliança Liberal, acordo do qual depois ele se dissociaria.

O discurso programático de Getúlio Vargas na explanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930, exprimindo as esperanças das camadas médias urbanas de ampliação dos direitos sociais e políticos e de amparo a setores até então marginalizados das oligarquias, deixou para um segundo plano as conspirações militares e deu maior peso à variável eleitoral. As eleições de 10. de março, escandalosamente fraudadas, como era a praxe do jogo político, aproximou novamente os militares das forças organizadas na Aliança Liberal e a variável militar da "revolução" voltou a ganhar ponderação. A defecção de Luiz Carlos Prestes e a morte de Siqueira Campos foi um duro golpe ao projeto de derrubada do regime, seguido ainda do recuo dos liberais oligarcas liderados por Borges de Medeiros. Foi a "revolta da Princesa", na Paraíba, um aspecto das fraturas na ossatura oligárquica, claramente estimulada pelo governo federal para enfraquecer João Pessoa, seguido do assassinato deste em fins de julho, que acendeu o estopim da deflagração do ato final da forma vigente de dominação oligárquica. A posse, em setembro, de Olegário Maciel, afinada com Antônio Carlos, no governo de Minas Gerais, fortaleceu as bases políticas da dissidência oligárquica e, em outubro foi iniciado o movimento que levaria Getúlio Vargas à presidência do governo provisório, em 3 de novembro.

A ampla coligação de forças unidas contra o regime, composta por grupos com interesses e projetos díspares, logo se rompeu. As oligarquias, procurando afastar seus aliados de véspera e recompor seu próprio poder, cedo retomaram seu liberalismo conservador, excludente e antipopular lutando por uma rápida constitucionalização do país, forma que vislumbravam para recompor a dominação oligárquica. Logo em abril de 1931 o PD/SP passou para a oposição, abrindo caminho para a reunificação das classes dominantes do estado; quase ao mesmo tempo rompeu-se a frente única gaúcha. A juventude militar que vinha paulatinamente se afastando de sua original perspectiva liberal, em sua maioria se impregnava sempre mais de uma visão autoritária e corporativista centrada no Estado, orientando sua ação em busca de uma indesvendável "revolução nacional". Os jovens militares e seus simpatizantes civis se organizaram em "clubes" e "legiões", dos quais o mais importante e o único a se estabelecer nacionalmente foi o Club 3 de Outubro, presidido pelo médico Pedro Ernesto. Com isso os impulsos liberal-democratizantes das camadas médias urbanas que levaram-na a respaldar o movimento de outubro ficou sem escoadouro político organizativo e o descontentamento acrescido pelos resultados da crise social e econômica iria procurar outras soluções nos anos seguintes, já que o intuito de buscar alguma forma de representação não podia ser bloqueado.

Nesse processo, a classe operária, com seu perfil social pouco definido, tendeu em grande parte a manifestar simpatia pelo movimento da Aliança Liberal, seguindo as posições de Mauricio de Lacerda e Evaristo de Moraes. Uma pequena tendência de "amarelos" anticomunistas se alinhou a Júlio Prestes e o anarco-sindicalismo,

coerentemente com sua concepção de luta social, permaneceu alheio a contenda. A tentativa do PCB apresentar-se como alternativa popular à Aliança Liberal na luta contra o regime falhou redondamente por falta de correlação de forças sociais e políticas menos desfavoráveis e pela inadequação da linha política que foi imposta pela IC ao PCB nessa importante conjuntura, facilitando assim a desarticulação de seu grupo dirigente.

2. o SSA/IC e o PCB

Astrojildo Pereira revela que os números 7 e 8 de Autocrítica, publicados no segundo semestre de 1929, enquanto ele se encontrava em Moscou, já indicavam uma pressão no sentido de mudar a linha do partido definida no III Congresso (103). É possível, a partir de desdobramentos posteriores, hipotizar que essa pressão a nível interno ao partido fosse articulada por Fernando de Lacerda aliado a alguns elementos da oposição de 1928, como José Caetano Machado, que haviam retornado às fileiras do PCB. Em agosto um artigo assinado por Abaeté Silva em O Solidário, de Santos, indicava já uma reviravolta tática decisiva em relação ao II Plenun partidário realizado apenas algumas semanas antes. Apelava-se para a luta de "classe contra classe" e pela apresentação de uma "candidatura revolucionária de classe" para as próximas eleições presidenciais (104). Os propósitos dos contatos de Paulo de Lacerda e Leoncio Basbaum com Luiz Carlos Prestes estavam assim contestados. É bastante provável, no entanto, que tal artigo tivesse sido

(103) Astrojildo Pereira. "A Formação do PCB" In Ensaio Histórico e Político, SP, Editora Alfa-Omega, 1979, p.133.

(104) O Solidário, 15-8-1929.

diretamente inspirado pelo SSA/IC já, de posse das novas diretrizes definidas no X Plenun da CEIC.

Como reflexo das resoluções desse plenun foi expedida a "Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita" e para, entre outras coisas, discutir esse documento, foi convocado para os últimos dias de outubro o III Plenun do CC do PCB (105). Iniciou-se aí o declínio do grupo dirigente que vinha tomando perfil mais claro desde 1927 em busca de uma forma de inserção da classe operária na desagregação da ordem oligárquica, tentando a unificação política dessa classe e procurando aliados. Assimilando as críticas contidas na "Carta aberta..." sobre os "desvios oportunistas do BOC" decidiu-se que o PCB deveria assumir sua própria fisionomia procurando "a qualquer preço" alcançar a hegemonia no movimento. A essa visão claramente subjetiva da realidade se se encara a correlação de forças sócio-políticas e principalmente a debilidade orgânica do PCB, acrescentava-se um deslocamento na definição das forças motrizes da revolução brasileira que "(...) seriam o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres" abandonando-se portanto a perspectiva de aliança estratégica com a pequena burguesia urbana, que deixava de ser vista como força revolucionária. Em nenhum momento essa mudança decisiva de orientação política é abordada de frente. E em decorrência dessa análise que se decidiu propor, nas eleições que estavam para se efetuar, programa e candidaturas próprias do PCB, por intermédio do BOC. O que se acabava de fazer era a opção pelo isolamento político,

(105) "Carta Abierta a los PCs de la America Latina sobre los peligros de derecha" In La Correspondencia Sudamericana, no.18, 20-9-1929.

já que as camadas médias urbanas tendiam a se identificar com a Aliança Liberal, assim como uma parte significativa do proletariado.

Após fazer um apelo para que se mantivesse um relacionamento mais estreito do SSA/IC com o PCB o Plenun abordou os "desvios de direita" no seio do partido. Foi criticada a atuação de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira no Conselho Municipal do Rio de Janeiro por preocuparem-se com a aprovação, seguindo o regulamento, de reivindicações imediatas da população, aliando-se para tal com Mauricio de Lacerda, este "culpado" de apoiar a Aliança Liberal e, portanto, a partir de agora inimigo a ser combatido com pertinácia. A corrente partidária que preferia evitar enfrentamentos inúteis com os órgãos de repressão do Estado, optando por concentrar energias na organização sindical e do partido, visando mudar a desfavorável correlação de forças que tinham diante de si, foi taxada de "reformista". Identificados com esses "desvios de direita", a célula 4R, de gráficos que trabalhavam no jornal conservador O Paiz foi expulsa do partido, marcando o início do predomínio da intolerância e do fim do debate democrático interno.

O CR/SP também foi criticado pela condução da greve dos gráficos ao mantê-la "clandestina" da população paulistana e por não conseguir generalizá-la a outras categorias. Nas questões organizativas decidiu-se pelo incremento das células nas grandes fábricas, pela preparação de um programa agrário e pela formação de comitês camponeses: essa era uma forma de apontar toda a debilidade do PCB nesses setores de atuação. A decisão de criar um Comitê Militar Revolucionário (CMR) ou comitê "anti-mil", i.é, anti-militarista, tomada nesse plenun quase nenhuma importância prática teve a curto prazo, apesar da oferta de armas feita ao PCB alguns

meses depois por Antônio Carlos do PRM. De qualquer maneira, apesar das expulsões imotivadas e da esterçada à esquerda, o III Plenun do PCB procurou evitar uma fratura de consequências imprevisíveis na direção partidária, mas acontece que a intervenção da IC estava apenas no início... (106)

Diante da gravidade da crise econômica no Brasil, em fins de novembro a CEIC resolveu convocar algumas reuniões com os brasileiros presentes em Moscou a fim de discutir a linha política do PCB na "situação revolucionária" que se apresentava. Nessas reuniões, presididas por Dimitri Manuisky, participaram os brasileiros Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima, Russildo Magalhães e Carlos Augusto da Silva (Lunin) e mais o lituano August Guralsky e o italiano Ruggiero Grieco, entre outros; a concepção amadurecida no III Congresso do PCB foi violentamente atacada, deixando a delegação brasileira em estado de perplexidade (107). O texto de Octavio Brandão O proletariado perante a revolução democrático pequeno burguesa, que havia sido publicado em Autocrítica no.6 de novembro de 1928, foi expressamente taxada de "menchevista" e "anti-leninista". As críticas, que em outras oportunidades haviam sido fraternalmente colocadas, de não valorizar a situação dos trabalhadores do campo e de andar a reboque da pequena burguesia, agora foram feitas de modo cáustico e sem admissão de contestação.

Como resultado dessas reuniões foi elaborada, em fevereiro de 1930 a Resolução da IC sobre a questão brasileira, quando

(106) "El III Plenun del CC del PCB" In Idem.

(107) Heitor Ferreira Lima. Caminhos Percorridos, SP, Ed. Brasiliense, 1982, p.102.

Astrojildo Pereira havia já retornado ao Brasil, e divulgada somente em abril através das páginas de A Classe Operária (108). A resolução fazia crer que em função da crise econômica, principalmente da agricultura cafeeira, havia se criado no Brasil "(...) as condições indispensáveis para um movimento revolucionário das massas operárias e camponesas" cujos sinais seriam as "(...) greves espontâneas de massas (...)" que vinham ocorrendo. Essa situação revolucionária em gestação seria

"(...) proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conserva feudal e escravagista" (109).

Mais através da IC, como se vê, de que pela elaboração própria dos comunistas brasileiros, começou a se impor a equivocada mas persistente interpretação de que a contradição feudalismo x capitalismo permeava a formação social brasileira, quando, naquela oportunidade o que ocorria era a crise de um padrão de acumulação capitalista baseado no capital agromercantil e que abria caminho para sua própria superação através da industrialização, ou como mais simplesmente havia dito Astrojildo Pereira, era a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial. As tais "greves espontâneas de massa" que ao fim de contas não eram tão de massa assim eram mais reflexo de uma desesperada resistência ao pioramento das condições de vida e trabalho que a criação de pressupostos para a revolução. Martelando os erros da Carta aberta aos PCs da América Latina... a Resolução insistia que o PCB deveria com sua própria

(108) A Classe Operária, 17-4-30.

(109) Ibid.

face dirigir toda a classe operária, ignorando assim a diversidade ideológica e organizativa do movimento operário brasileiro, a fim de conquistar a direção do processo revolucionário que se antecipava, fazendo uma análise subjetivista da correlação de forças existentes. Mas como na visão da IC o que impedia a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa não era a situação concreta e a disposição das forças sócio-políticas e sim a linha política até então adotada, que tinha na aliança estratégica com a pequena burguesia seu fundamento e no BOC sua materialização, esta teve que ser novamente atacada. Foi criticada a transformação do BOC numa superposição do PCB como segundo partido operário e o programa do mesmo que era ainda aquele do janeiro de 1927. Para encontrar-se preparado para as tarefas revolucionárias, na orientação da IC, o PCB deveria internamente lutar "(...) contra todas as espécies de tendências liquidacionistas que procuram destruir completamente ou diminuir seu papel revolucionário" e para tal "o partido deve depurar resolutamente os quadros de direita" (110). A Resolução da IC sobre a questão brasileira, a não ser pelo Bureau Político que percebeu o risco iminente por que passava, foi transcurada pelo coletivo partidário. Não passou despercebida a atitude da direção do PCB em preferir deixar cair no vazio o documento, de modo que foram, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, logo depois, recriminados também por esta atitude.

Em abril e maio de 1930, em Buenos Aires, realizou-se o Plenun Ampliado do SSA/IC, coordenado por August Guralsky, quando a discussão sobre a questão brasileira ocupou um papel proeminente. A

(110) Ibid.

delegação brasileira era formada por Astrojildo Pereira, que desde janeiro havia reassumido seu cargo na direção do partido, e por Octávio Brandão, que pela primeira vez se ausentava do país. Estavam também presentes em Buenos Aires, Plínio Mello, que desde o início do ano se encontrava em Porto Alegre com a responsabilidade de ali reorganizar o PCB e o BOC, acabando por ser deportado, e Aristides Lobo, que havia sido também deportado para o Prata, de São Paulo.

Plínio Mello, utilizando o pseudônimo de Pablo Osório, apresentou ao Plenun um relatório, ou melhor, dois, expressando sua opinião pessoal, como fez questão de frisar, sobre a situação nacional e sobre a situação do Rio Grande do Sul, que naquela conjuntura se revestia de particular importância (111). Analisando a conjuntura político-eleitoral nota que "o proletariado em geral, devido a debilidade política, principalmente orgânica, do PC, se absteve passivamente de participar na luta, (...)". A raiz da debilidade do PCB, Plínio Mello encontrava na concepção da luta de classes e na teoria da revolução que norteava o partido, que "(...) em vez de destacar o proletariado e a burguesia como classes sociais fundamentais da vida social do país, englobava proletariado, pequena burguesia e burguesia industrial, lutando todos igualmente contra os fazendeiros do café (...)", numa implícita referência crítica a Octávio Brandão. Outro motivo da debilidade do PCB, segundo Plínio Mello, era a persistente subestimação da importância de São Paulo, onde, justamente, a classe operária era mais significativa. O ponto mais importante levantado pelo relatório de Plínio Mello, diz respeito a Coluna Prestes não só pela análise da realidade mas pelos

(111) Informe de "Pablo Osório" sobre a situação brasileira (ao Plenun Ampliado do SSA/IC de maio de 1930) In ARCH A 2-11 (ASMOB)

desdobramentos imediatos para a ação política. Defendia a idéia que o PCB teria passado de um equívoco, o de superestimar a capacidade política da Coluna Prestes e que "(...) esse erro teve origem na falsa concepção de encarar a pequena burguesia como classe historicamente independente, (...), e fazendo, arbitrariamente, da referida Coluna, seu partido", a outro equívoco de, a partir do segundo semestre de 1929, com a Autocrítica no.7, menosprezar por completo a Coluna, rompendo as ligações políticas que existiam. Embora acreditando ser um erro identificar a Coluna Prestes como partido político da pequena burguesia, Plínio Mello retomava em outros termos a idéia de aliança orgânica com os jovens militares, defendido a seu tempo por Octávio Brandão. Argumentava que "(...) essa aproximação deve ser a mais íntima possível a fim de que possamos (o PCB) despertar a necessária confiança em tão problemáticos aliados" e que "(...) a hegemonia do PCB no processo revolucionário deve ser conquistada pela destruição da Coluna Prestes, como organização política e sua incorporação ao PCB como organização técnico-militar". A forma para proceder essa incorporação seria fazer com que Luiz Carlos Prestes e Siqueira Campos, os principais líderes da Coluna, aderissem ao partido, o que traria como efeito imediato e positivo a ampliação da influência e do prestígio do PCB junta às massas, além de criar as bases para a formação de um exército revolucionário. Para reforçar sua argumentação Plínio Mello fez uma longa citação de Trotsky, sobre a desagregação das forças armadas do Estado burguês.

Aristides Lobo, como se sabe, fora, juntamente com Plínio Mello, um dos mais importantes militantes comunistas em São Paulo, e já haviam ambos sido, em 1928, criticados pela direção nacional do

partido pelo apoio eleitoral ao PD/SP. O que Aristides Lobo procurou fazer, em conjunto com Luiz Carlos Prestes, que se esforçava para aderir ao movimento comunista, ao fundar a Liga de Ação Revolucionária, foi colocar em ato as teses de Plínio Mello sobre a incorporação da Coluna Prestes ao PCB como organização técnico-militar revolucionária. Como essas posições contrastavam com aquela que o SSA/IC vinha impondo, ocorreu que Plínio Mello e Aristides Lobo, o primeiro logo ao retornar ao Brasil após o término do Plenun Ampliado, e o segundo tomando ciência em dezembro desse ano, foram expulsos das fileiras do PCB por "desvios de direita", mas anteciparam muito da tática política realizada em 1935, quando então estariam em outra posição.

Nas sessões do Plenun o principal alvo das críticas, no entanto, foi Octávio Brandão, responsável de ser o mais importante teórico da concepção da aliança estratégica da classe operária com a pequena burguesia, não só no Brasil mas em todo o continente. Tanto é que a Revista Comunista, que após o Plenun substituiu La Correspondencia Sudamericana como órgão do SSA/IC, confirmava que

"as teorias mencheviques que desenvolvera o camarada Brandão, na qual afirmava que no começo a pequena burguesia tomaria o poder e durante o desenvolvimento da luta o proletariado conquistaria a hegemonia, estão muito expandidos na América Latina" (112).

Para evitar a expulsão, diante da saraivada de críticas, Octávio Brandão sentiu se obrigado a fazer uma pouca sincera "autocrítica". Também Astrojildo Pereira, vítima de pesadas críticas, como principal dirigente do partido, capitulou inapelavelmente e se ocupou de redigir a resposta do PCB às

(112) Revista Comunista, no.1, setembro de 1930.

imposições do SSA/IC declarando:

"A delegação brasileira manifesta-se completamente de acordo com a linha deste Plenun relativa à proletarização de nossos partidos e sua direção. Sobretudo para o PCB, que deve realizar uma reviravolta radical em toda sua política e seus métodos de trabalho conforme com a linha da Resolução da IC. (...). Praticamente esta proletarização deverá efetuar-se: por uma autocrítica severa dos erros e debilidades do partido decorrentes de uma linha política falsa, libertando-o definitivamente da ideologia pequeno burguesa que o tem dominado até aqui, (...) e por uma consequente modificação na composição social do CC, a ser renovado em próxima Conferência do partido, segundo um critério que assegure absoluta preponderância de proletários ligados diretamente às grandes empresas e provados pelos últimos combates de classe, (...)" (113)

Esta declaração, em linhas gerais, respondia às exigências do SSA/IC e baseava-se na Resolução do SSA/IC sobre as tarefas do PCB que reafirmava a esquemática visão de identificar a Coluna Prestes como "partido militar da pequena burguesia" e asseverava:

"somente uma ruptura enérgica, definitiva, com os grupos pequeno burgueses e uma luta sem quartel contra suas ideologias, seu programa e sua tática, constituem a condição prévia da formação de um partido proletário de vanguarda, (...)" (114)

Assim, no Plenun Ampliado do SSA/IC, de maio de 1930, completou-se a imposição ao PCB e a todo movimento comunista do continente, através de uma intervenção direta, da linha política que ficou conhecida como da "classe contra classe". Essa tática, cuja origem era a falsa teoria do "social fascismo" e que estava de algum modo entrelaçada com a instauração da ditadura stalinista na URSS, identificava no aliado potencial mais próximo o inimigo principal. O

(113) Resposta de Astrojildo Pereira às críticas sofridas no Plenun Ampliado do SSA/IC de maio de 1930 In ARCH A 2-11 (ASMOR).

(114) Resoluções do SSA/IC sobre as tarefas do PCB, maio de 1930 In Idem.

correspondente do "social fascismo" no Brasil foi encontrado na figura de Prestes e no "prestismo" que seria "(...) o adversário mais perigoso do PCB, porque ainda goza de popularidade, porque até agora tem grande influencia no Brasil, sobre as massas não experimentadas na luta revolucionária", segundo afirmava uma nota do SSA/IC de junho. Essa mesma nota indicava que "(...) o PCB deve desmascarar impiedosamente todas as vacilações da pequena burguesia, concentrando suas criticas especialmente sobre a esquerda deste e a fração mais radical" na mais cristalina lógica do "social fascismo" e, em decorrência, como "no PCB não há lugar para os agentes de Prestes e da Coluna o partido deve imediatamente tomar medidas contra os mesmos" indicava-se assim a ordem de expulsão contra esses elementos, "(...) proletarizando todo o partido desde a direção até a base (...)" (115).

Com o retorno da delegação brasileira de Buenos Aires promoveu-se, em 22 de junho uma reunião do CC para dar início a implementação das diretrizes impostas pelo SSA/IC. Na resolução do CC do PCB saída desta reunião afirmava-se que "o CC, depois de ouvir e discutir o relatório da delegação do partido ao Plenen do SSA, manifesta-se completamente de acordo com as resoluções ali tomadas" e também "(...) no que se refere à proletarização do partido e sua direção como condição necessária para a viravolta que o partido deve efetuar" (116). Mas o debate e seus desdobramentos estiveram longe de ocorrer na calma que a nota oficial procura fazer ver. Aqueles que mais se bateram pela continuidade da linha do III Congresso, a qual, segundo o próprio Astrojildo Pereira até maio argumentava, os

(115) Nota do SSA/IC sobre o PCB In Idem.

(116) Resoluções do CC do PCB, 22-6-1930 In Idem.

acontecimentos vinham confirmando a correção, foram afastados do CC eleito naquele mesmo congresso. A discussão passou mais pela linha política do que pela questão da composição social dos quadros dirigentes, pois apesar de serem operários, foram afastados o gráfico Manoel Ferreira da Silva e o metalúrgico José Casini; este inconformado com a inadequação da nova linha imposta afastou-se do próprio partido, embora tenha mantido sua militância sindical. Em função das críticas que havia sofrido em Buenos Aires a saída de Octavio Brandão do CC era quase certa e se confirmou, assim como Paulo de Lacerda, Leoncio Basbaum e Fernando de Lacerda também foram afastados dos principais cargos de direção (117). É difícil acreditar que a linha imposta pelo SSA/IC tivesse conseguido maioria no CC se Fernando de Lacerda, que recebia estímulo do próprio SSA/IC, e Astrojildo Pereira, convencido que a aceitação da nova orientação era um mau menor para o PCB do que o confronto com o SSA/IC, que teria imprevisíveis consequências, não tivessem lançado mão de métodos e argumentos que sua melhor formação intelectual permitia. Foi então, sob coordenação de Astrojildo Pereira e Fernando de Lacerda, composto um Bureau Político provisório encarregado de encaminhar uma Conferência Nacional a ser realizada em novembro. A partir dessa reunião "a depuração dos quadros de direita" acelerou-se e afastaram-se ou foram expulsos uma grande quantidade de elementos relativamente qualificados politicamente e que não conseguiram aceitar a dessarrazoada nova orientação.

A extinção formal do BOC, que vinha já sofrendo um processo de esvaziamento, marcou o fim de uma política de alianças que procurava unificar o movimento operário, iniciar a penetração

(117) Leoncio Basbaum. Uma vida em seis tempos, SP, Ed. Alfa-Omega, 1976, p.76.

entre os trabalhadores do campo, organizando-os e politizando-os, e manter relações privilegiadas com as camadas médias urbanas. Ora, o BOC atuava no sentido de trabalhar com alianças que ampliassem o espaço do movimento operário, no momento que a crise da formação social brasileira apontava para um novo padrão de acumulação de riquezas e para uma nova ordem institucional de cidadania ampliada. Com o isolamento e desarticulação do BOC a participação operária e popular nesse processo foi espontânea e desorganizada, pois a partir da intervenção da IC o PCB passou utilizar as eufemísticas propostas de "frente única pela base" ou "frente única de luta" para esconder sua recusa em entabular qualquer acordo político que não se identificasse com seu próprio projeto utópico, naquelas condições, de "aliança operário-camponesa" sob sua hegemonia.

3. o PCB e Luiz Carlos Prestes

A delegação brasileira a Conferência comunista continental de junho de 1929 voltara ao Brasil desalentada com os resultados dos contatos com Luiz Carlos Prestes e com a recusa deste em aceitar sua candidatura à presidência da República pela legenda do BOC. Tanto é que Leôncio Basbaum propôs que cessassem esses contatos, mas sua posição ficou em minoria e o II Plenun (julho de 1929) confirmou a linha do III Congresso que investia na aliança com a Coluna Prestes, vista como representante da pequena burguesia. Os contatos do PCB com o líder da Coluna foram mantidos diretamente pelo SSA/IC e por Josias Carneiro Leão, já retornado de Moscou, e que influenciou Luiz Carlos Prestes, em outubro, a romper com a Aliança Liberal, ainda que de modo ambíguo, no mesmo momento em que a maioria dos

comandantes militares rebeldes tendia a dar seu apoio tácito aos liberais.

Ocorria, no entanto, que uma parte significativa dos comunistas pensava que dever-se-ia, juntamente com a maioria da juventude militar, apoiar o movimento da Aliança Liberal, argumentando coerentemente que a maioria da pequena burguesia, a aliada estratégica da classe operária, segundo a concepção que os comunistas vinham elaborando, tendia a dar esse apoio. Essa era a opinião de Cristiano Cordeiro, Manoel de Souza Barros e da maioria dos comunistas do Nordeste, raciocinando que a vitória da Aliança Liberal abriria novos espaços políticos para a organização da classe operária e para a inserção do PCB. Entre os nomes mais significativos do PCB que eram por apoiar a Aliança Liberal estavam ainda Danton Jobim e os irmãos Pedro e Paulo Motta Lima. Este inclusive participou das caravanas eleitorais da Aliança Liberal ao Nordeste e subscreveu manifestos, que posteriormente serviram para justificar sua expulsão. Em fevereiro de 1930, Pedro Motta Lima, que era considerado um "militante secreto" do PCB, proferiu uma palestra cujo teor se afastava um pouco das posições oficiais do partido que apontavam na Aliança Liberal um instrumento do imperialismo americano, segundo esquemática e equivocada dedução do SSA/IC. O diretor de A Esquerda de seu lado dizia que "os políticos situacionistas servem-se do imperialismo anglo-americano para negociatas indecorosas, (...)" e que "o que o Brasil almeja como solução imediata é um governo nitidamente popular" como forma de lutar contra o risco, que ele vislumbrava, de recolonização. Criticando o fascismo e valorizando a democracia radical Pedro Motta Lima não esquecia de acentuar que "o General Luiz Carlos Prestes é o

alvo maior das esperanças populares, (...)" e que este teria um "programa" (118). O jornal A Esquerda, nas eleições legislativas de março apoiou o nome de Candido Pessoa para deputado federal pela Aliança Liberal.

Durante a campanha eleitoral, aproximadamente entre outubro de 1929 e fevereiro de 1930, a ambiguidade das posições políticas foi a tônica. As relações do PCB com Luiz Carlos Prestes e com a Coluna estavam recheadas de críticas, mas não se chegou à ruptura. A Coluna, procurando manter-se numa posição de olímpico destaque, objetivamente acabou sendo o carro chefe da campanha eleitoral da Aliança Liberal, que soube tirar proveito da grande popularidade de Prestes. Essa ambiguidade penetrou nas fileiras do PCB com uma parte de seus militantes se envolvendo na campanha da Aliança Liberal, convencidos que Luiz Carlos Prestes se orientava nessa direção. Após as eleições, o quadro tendeu a clarear-se quando a juventude militar e a Aliança Liberal retomaram os preparativos para se adentrar pela via das armas para a derrubada do regime, apesar do recuo dos velhos oligarcas. Em artigo publicado em A Classe Operária de 17 de abril, a direção do PCB fazia uma análise, pelo menos em sua primeira parte, bastante sensata, onde afirmava que "o que a situação política nacional apresenta de novo, neste momento, é o recuo da Aliança Liberal" e acrescentava que "a Aliança recuou para o terreno estritamente legal, onde a questão da eleição presidencial se deveria resolver de maneira pacífica, em benefício do candidato conservador" e que "a Aliança Liberal desiste da revolução porque tem medo dos resultados da revolução". Assim, o PCB notava as

(118) A Esquerda, 4-2-1930.

tentativas de recomposição das oligarquias havidas logo após as eleições, que deixaram a iniciativa dos preparativos para o movimento armado nas mãos da geração emergente na política que não tinha tantos pruridos legalistas e, na verdade, eram portadores de um projeto antiliberal. E' de se notar que esse artigo não faz referência à Aliança Liberal como "instrumento do imperialismo yankee", expressão que tomaria foros de chavão. De qualquer maneira o arremate do artigo é completamente irreal e voluntarista onde diz que

"a influência crescente do PCB entre as massas mostrou à Aliança que, na situação atual do Brasil, qualquer insurreição armada, da qual participem as massas, escapará das mãos dos liberais - mesmo dos liberais revolucionários da Coluna Prestes - e passará para as mãos do proletariado e, por conseguinte do PCB" (119).

Quando finalmente a insurreição ocorreu com alguma participação das massas o PCB esteve ausente...

Por sua vez, com seu Manifesto de maio Luiz Carlos Prestes rompia definitivamente com a Aliança Liberal e com seus agora ex-companheiros da Coluna. A reação imediata de Astrojildo Pereira diante do manifesto de Luiz Carlos Prestes foi de euforia, sentindo recompensados seus esforços de aproximação com o mais prestigioso líder da juventude militar. Num texto, sem título e sem data, manuscrito por Astrojildo Pereira a propósito de tal Manifesto, em sua primeira parte, reafirmava a existência de uma "situação revolucionária" no Brasil entrelaçada com um agravamento da contradição imperialista anglo-americana em função do que "agora, o General Luiz Carlos Prestes e com ele, provavelmente, uma parte dos

(119) A Classe Operaria, 17-4-1930.

outros chefes da Coluna, premidos entre o imperialismo e as massas, procuram romper com a Aliança Liberal, instrumento do imperialismo yankee, e colocar-se corajosamente ao lado das massas trabalhadoras". Embora Astrojildo Pereira confirme a visão simplista e equivocada sobre a Aliança Liberal induzida pelo SSA/IC, mais adiante afirma, não sem orgulho, que "(...) o documento em questão demonstra que a posição sustentada pelo PCB, durante as últimas campanhas políticas, tem sido em conjunto a única posição revolucionária justa" e acrescenta que "desde seu III Congresso, reunido em janeiro de 1929, que o PCB havia previsto a crise atual e traçado a perspectiva revolucionária que se desenhava nos horizontes políticos do país". Mais especificamente a respeito percebe que "o manifesto do General Luiz Carlos Prestes reconhece de ponta a ponta a justeza de nossa posição e de nossas palavras de ordem" realizando assim "(...) um passo corajoso a frente, em direção à revolução agrária e antiimperialista". Arrematando e exprimindo a posição do PCB garante que "sustentaremos e aliar-nos-emos a todas as forças realmente revolucionárias, que quiserem lutar de fato, (...), contra os imperialistas e a dominação feudal-burguesa, (...)" e dispondo-se a fazer "acordo para a luta" (120). Mesmo sendo visível um deslocamento à esquerda da linha do PCB, Astrojildo Pereira faz questão de reafirmar a continuidade da linha política, persistindo, segundo esse escrito deixa entrever, na proposta de aliança do proletariado com a pequena burguesia, ou dito de outro modo, do PCB com a Coluna Prestes, ou parte dela.

A ambiguidade da atuação do PCB entre o III Plenun

(120) Astrojildo Pereira, manuscrito (provavelmente de maio de 1930) In ARCH A 2-11 (ASMOB).

partidário e o Plenun Ampliado do SSA/IC pode ser explicada em parte pela resistência em assimilar as imposições da IC, como demonstram os textos supracitados, que se apresentam em acentuado contraste com Resolução da IC sobre a questão brasileira e também com o documento confidencial que davam as Indicaciones por la contestacion del PCB a la declaracion de Prestes do SSA/IC (121). Dessas indicações veio a posição oficial do partido e decorreu dos resultados do Plenun Ampliado do SSA/IC que definitivamente impôs uma guinada na linha política do PCB e rompeu com a orientação emanada do III Congresso. As diferenças entre o texto de Astrojildo Pereira, julgado insuficiente pelo SSA/IC como resposta a Prestes, e a resposta oficial do PCB, publicada em A Classe Operaria de 8 de julho de 1930, eram tanto de conteúdo como de tonalidade. O que para Astrojildo era positivo e digno de elogio, i.é., o reconhecimento por parte de Prestes da justeza das linhas mestras da teoria da revolução que o PCB vinha elaborando, na resposta oficial, inspirada diretamente pelo SSA/IC, tornava-se cáustica crítica pelas insuficiências. Astrojildo Pereira julgava extremamente positivo o processo de aproximação às posições do PCB procurando explicar a importância de o proletariado dirigir a revolução pois "só tendo por objetivo final realizar a revolução socialista é que é possível realizar até o fim, conseqüentemente, as tarefas da revolução democrático-burguesa (...)" do que derivava que "só o proletariado, apoiado nas mais largas massas laboriosas poderá dirigir, conseqüentemente, até o fim, a revolução agrária e antiimperialista" (122). Assim, Astrojildo Pereira implicitamente

(121) "Indicaciones..." In Idem.

(122) A Classe Operaria, 17-4-1930

afirmava que a classe operária deveria lutar pela hegemonia no processo revolucionário, impossível de ser conseguida aprioristicamente.

O documento vindo a público através de A Classe Operária afirmava que o Manifesto de Prestes seria "(...) a comprovação mais segura do aprofundamento da marcha para a esquerda, para a revolução das vastas massas dos campos e cidades" incluindo uma parte da pequena burguesia. Mas acusava-se essa parte da pequena burguesia que se estaria deslocando para a esquerda e que o Manifesto de Prestes estaria representando, de indevidamente desejar "(...) dirigir a revolução porque não salientam no manifesto que a direção da revolução agrária e antiimperialista tem de ser do proletariado" e que "(...) o governo dos conselhos operários, camponeses, soldados e marinheiros tem de concentrar em suas mãos todo o poder (...)". Como entendia-se que esse seria um modelo universal de revolução a acusação a Prestes era a de não colocar explicitamente a necessidade indiscutível da hegemonia do proletariado e do PCB no processo revolucionário (123). Ora, Astrojildo Pereira falava mais em princípios gerais e não formulava nas suas observações qualquer modelo de revolução aplicável em qualquer parte e que se eximia de analisar a situação concreta a cada momento. A nota do PCB, elaborada na verdade pelo SSA/IC, não se referia a debilidade organizativa e cultural da classe operária brasileira a qual o PCB se esforçava para propor um projeto histórico, mas que representava apenas uma das tendências políticas presentes no movimento operário

(123) Ibid., 8-7-1930.

brasileiro.

Uma entrevista de Octávio Brandão, publicada por O Jornal, ainda no mês de junho já antecipava o teor da nota oficial do PCB sobre o Manifesto de Prestes insistindo que "o manifesto não menciona o fundamental: a hegemonia do proletariado na revolução agrária e antiimperialista, a hegemonia do proletariado nessa próxima etapa da revolução brasileira" e ainda que "(...) só pode existir uma revolução agrária e antiimperialista sob a hegemonia do proletariado, nunca sob a liderança da pequena burguesia" (124). A capitulação diante das imposições do SSA/IC são bastante claras pois estas categóricas declarações contrastavam nitidamente com a concepção da qual o próprio Octavio Brandão era um dos principais tutores, e que previa a disputa da hegemonia no processo revolucionário entre a classe operária e a pequena burguesia e que, num primeiro momento, por questão de correlação de forças, a direção seria desta.

Logo após tomar conhecimento do Manifesto de Prestes o CR/PE providenciou sua confecção e distribuição sob forma de panfleto, entusiasmado com a aproximação de Prestes com as principais teses do partido. Em Santos, o mais importante comitê zonal de São Paulo, preocupado com o crescente prestígio de Prestes no mundo do trabalho procurava restringir essa influência depois do lançamento do Manifesto de maio, segundo orientação da direção nacional, quando veio a conhecimento o Manifesto de julho, provocando uma mudança de posição, pela qual, diz uma circular às células do

(124) O Jornal, 11-6-1930, cit. in John Foster Dulles, Anarquistas e Comunistas no Brasil, 2a.ed., RJ, Nova Fronteira, 1977, p.348.

comitê zonal de Santos, "(...) fica sem efeito as últimas recomendações que fizemos às células no sentido de que fosse aberta uma luta contra a influência de Prestes na massa operária" (125), já que agora ele havia desfeito as confusões do primeiro manifesto, reconhecendo a hegemonia do proletariado.

A reunião do CC de 22 de junho, havia já decidido convocar a discussão em todas as instâncias partidárias da Resolução da IC sobre a questão brasileira que fora eludida até então, e o documento crítico sobre o Manifesto de Prestes, além de colocar em pauta a questão da "proletarização" do partido. A partir de então a esperançosa expectativa criada pelo Manifesto de Prestes se transmuta em perplexidade e dismantelamento sistemático do partido, obrigado pelo SSA/IC a excluir de suas fileiras todos os "prestistas" e "aliancistas", eleitos inimigos internos. As expulsões advindas por motivos banais, como o de se faltar a reuniões ou não dar mostras de bravura em enfrentamentos com a polícia, que vinham já se sucedendo desde o começo do ano, se multiplicaram enormemente, acentuando o sectarismo político que era crescente.

Na impossibilidade de publicar novos números de Autocrítica, o Bureau Político (BP) do CC do PCB resolveu, sempre sobre pressão direta do SSA/IC, publicar uma Folha de discussão como suplemento da A Classe Operária. No seu no.1, datado de 29/07/1930 é reproduzida a Resolução do SSA//IC sobre as tarefas do PCB, gerada no Plenum Ampliado de Buenos Aires e uma Carta a todos os membros do partido que dizia que a Resolução exigia do partido uma completa

(125) In ARCH A 2-9 (ASMOB).

"viravolta", "mas a direção não soube até agora encaminhar a discussão deixando-a em terreno puramente formal", que "nenhuma instrução para a discussão foi enviada à base (...)" e como "(...) nenhuma autocritica séria tem sido feita, (...), significa que a direção tem tido medo de dizer a verdade ao partido"; implicitamente acusava-se a direção do PCB de resistir a aplicar a linha da Resolução da IC. Ainda segundo essa carta Plínio Mello, Cristiano Cordeiro, Souza Barros, Josias Carneiro Leão, Aristides Lobo e P. (?) "(...) são a expressão vinda a tona da lama oportunista que empesta o partido e devem ser combatidos sem piedade, com elementos estranhos ao proletariado e a sua ideologia" (126), o que praticamente significava a exclusão do PCB. Embora essa carta estivesse assinada pelo BP do PCB, é quase certo que tenha sido diretamente redigida pelo SSA/IC.

O clima de animosidade contra Luiz Carlos Prestes e o "prestismo" acirrou-se ainda mais após o lançamento de seu segundo manifesto, em fins de julho, propondo a fundação de uma Liga de Ação Revolucionária, considerado pelo SSA/IC um passo atrás em relação ao Manifesto de maio e não um passo adiante como haviam visto os comunistas de Santos. O SSA/IC afirmava que Prestes "(...) busca com a Liga Revolucionária, conservar a pequena burguesia na direção da revolução agrária" e que "a formação da Liga Revolucionária e a formação de um partido político que luta contra o PC, partido formado no Brasil pela classe mais revolucionária, e o único guia possível da revolução agrária". Prestes havia se aproximado

(126) "Carta a todos os membros do Partido" In Folha de Discussão, no.1, suplemento de A Classe Operária, 29-7-1930.

decisivamente das concepções que o grupo dirigente do PCB havia conformado nos passados anos, e com a LAR, entendido como "aparato técnico da revolução", simplesmente colocava em prática as idéias debatidas com comunistas brasileiros como Plínio Mello e Aristides Lobo. Mas agora a SSA/IC, que estava com sua direta intervenção, subvertendo o projeto político do PCB, afirmava que "a Liga Revolucionária fornece uma idéia falsa da revolução da pequena burguesia e, mais tarde, do campesinato e proletariado" (127); era justamente essa a perspectiva que o PCB tinha do processo social e político no Brasil.

Em 9 e 10 de agosto realizou-se no Rio de Janeiro um Plenun Ampliado do CC do PCB que contou com a participação de 23 militantes dos quais 10 do CC, 7 do CR/RJ, 4 da JC, 1 representante do SSA/IC e mais 1 convidado. Saul Borodin, antigo assessor de Sun-Yat-sen na China, fez a explanação de abertura, em nome do SSA/IC, reportando-se ao Plenun Ampliado do SSA/IC de maio e as suas conclusões. Reafirmava, entre outras coisas, que "o SSA/IC combate o perigo exclusivista, da teoria especial de cada país" descartando assim a possibilidade e a necessidade de serem analisadas as condições concretas de desenvolvimento capitalista em cada formação social, no caso o Brasil, negando sua particular configuração histórico-cultural e estabelecendo esquemas pré-concebidos como válidos para quaisquer países da área periférica do capitalismo imperialista. Exemplo nítido dessas idéias pré-concebidas, falsas e esquemáticas, mas nem por isso menos duradouras no pensamento

(125) Revista Comunista, no.1, setembro de 1930.

revolucionário brasileiro é a afirmação feita por Borodin que "a contradição entre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a base feudal e escravagista das relações de produção é o que cria a situação revolucionária atual", sem que se sinta a necessidade de demonstrar tal asserção, ao fim de contas equivocadas de ponta a ponta, mesmo se se considera a explicitação de Barodin dizendo entender simplisticamente que "feudalismo é o regime econômico dos grandes latifúndios". Partindo dessas falsas premissas o desenrolar do raciocínio é uma sequência de disparates como dizer que "em frente às massas da América Latina há duas saídas: agravação da situação atual ou revolução e poder soviético", ou ainda que "no Brasil, sem soviets não poderemos realizar a próxima etapa da revolução" e que para tal "o que é importante é separar o proletariado de todo o resto e fazer a frente única com os camponeses, com a pequena burguesia rural", esquecendo assim de toda a elaboração anterior dos comunistas brasileiros que propugnava a aliança preferencial com a pequena burguesia urbana (128).

A discussão sobre Prestes e o "prestismo" ocupou um importante segmento de tempo do Plenun. A intervenção de "Salústio" (pseud. não identificado) apoiado por "Angyo" (id.) e "SB" (Manoel de Souza Barros) sintetizou a posição minoritária, defendendo:

"Prestes se aproxima do PCB. A questão da LAR, segundo seu último manifesto, esta sera uma organização para controlar a ação dos revolucionários que não sejam filiados ao PCB. Ele quer que o PCB dirija a revolução. (129).

(128) Acta da sessão do Plenun Ampliado do CC do PCB (datilografado) In ARCH A 2,9 (ASMOB).

(129) Ibid.

Villar (José Villar) e Brazil (Alcides Adett Brazil de Mattos) estiveram entre os obreiristas e antiprestistas mais convictos: o primeiro afirmava que Prestes "(...) quer dirigir a revolução para vendê-la depois ao imperialismo" e, insistia o segundo, "o que ele quer é desagregar o partido em seu proveito"; "Machado" (José Caetano Machado, provavelmente, ou Leoncio Basbaum que também usou esse pseudônimo) confirmava dizendo que "sou contra qualquer ligação com Prestes". De qualquer forma coube a Barodin a palavra final dizendo que "se deveria tomar posição contrária a LAR e em seu lugar propor a formação de comites de operarios e camponeses onde se efetivaria a frente única" (130).

O relatório sobre a questão brasileira e a situação interna do partido foi exposto por Astrojildo Pereira, usando o pseudônimo de Pedro, e expressou de forma cabal a capitulação diante da interferência do SSA/IC nos assuntos do PCB, retomando vários passos da Carta a todos os membros do partido. Confirma a perspectiva de ver no Brasil, nada mais que um campo de disputa entre imperialismo britânico e o norte-americano através de seus "agentes", a Concentração Conservadora e a Aliança Liberal; observa que "Prestes é o representante de parte da pequena burguesia que não quer se vender ao imperialismo e quer continuar lutando, para o que procura apoiar-se nas massas"; aceita a "proletarização" exigida pelo SSA/IC e procura explicar a crise do PCB e de sua política afirmando "(...) que as bases desta crise estão no fato de que o PCB não tem sido, não é um partido do proletariado". Após acusar um retardamento na guinada imposta pelo SSA/IC, Astrojildo Pereira,

(130) Ibid.

quase que nun pedido de demissão do cargo de secretário geral, diz:

"(...) o novo rumo exige uma direção nova. Depois de hesitações, a atual direção compreendeu as suas faltas e os seus erros e vem declarar a esse ampliado do CC, aceitar qualquer posto que lhe for designado, e a apoiar a nova direção no sentido da resolução da IC" (131).

Ainda nessa sua intervenção, refletindo o clima da reunião Astrojildo Pereira criticou os comunistas do Nordeste, "com Cristiano Cordeiro à frente", por estarem a serviço de Prestes e acusou Souza Barros e Josias Carneiro Leão de resistência à Resolução da IC sobre a questão brasileira por defenderem abertamente uma estreita colaboração com Prestes. Apesar de elogiada por Saul Borodin a "autocrítica" de Astrojildo Pereira, não deixou-se de lembrar que era ele o principal responsável pelos "erros" do PCB já que estivera em Moscou e em Buenos Aires e estava, portanto, informado da mudança na linha política da IC no sentido da "classe contra classe": indiretamente Astrojildo Pereira estava sendo acusado de resistir à imposição da orientação do SSA/IC... (132). Esse Plenun Ampliado do CC/PCB serviu para esclarecer a posição de alguns dirigentes diante do "prestismo" e da conjuntura política nacional, aplainando o caminho para a convocação da Conferência Nacional.

Ainda no mês de agosto foi enviada uma Carta de informação a todas as regiões, zonas e células (133), dando conta das conclusões a que havia chegado este Plenun Ampliado do CC. Antes de

(131) Ibid.

(132) Ibid.

(133) "Carta de informação a todas as regiões, zonas e células" In ARCH A 2(10) ASMOB.

mais nada se reafirmava que "(...) as relações do nosso Partido e sua tática perante a Coluna Prestes constituem uma questão fundamental para todo o desenvolvimento de nosso Partido", que era outra forma de abordar a "(...) questão das relações do proletariado com a pequena burguesia revolucionária". Rompendo abertamente com toda sua elaboração teórico-política dos anos anteriores, o PCB se "autocriticava", afirmando ter consentido "(...) na ausência quase completa de uma linha proletária de classe" nas suas relações com a pequena burguesia pois "o Partido esperava a revolução pequeno-burguesa em vez de preparar nas massas a idéia de nossa revolução realizada pelas próprias massas", perdendo assim qualquer perspectiva revolucionária. Fazendo tábula rasa de todo o trabalho partidário anterior se afirmava "(...) que a questão das relações com a pequena burguesia é (...), um problema de criação de um partido de classe" cuja "(...) condição prévia, a questão das questões, está na separação de nosso Partido como tal de toda e qualquer espécie de prestígio". O que se estava dizendo é que o PCB precisaria ser "refundado". O documento reafirmava ainda a identificação entre pequena burguesia urbana e Coluna Prestes, esta vista como partido político daquela, culpada de querer "(...) ligar-se às massas rurais e dirigir-las na luta". Mas como na situação brasileira, na percepção do SSA/IC imposta ao PCB, a pequena burguesia estaria ligada à exploração capitalista, e os "capitalistas" ligados aos "feudais" e "imperialistas", a luta política deveria ser imediatamente anticapitalista e que não poderia ser dirigida, mesmo num primeiro momento, pela pequena burguesia. Assim o principal adversário da "hegemonia do proletariado" na "revolução agrária" seria precisamente a pequena burguesia, motivo

pelo qual se enfatizava a necessidade da "(...) mais completa separação ideológica e orgânica do prestismo", i.é, se propugnava a ruptura política entre a classe operária e a pequena burguesia, como então entendiam os comunistas.

Astrojildo Pereira foi enviado a São Paulo para assistir as conferências zonais de Santos, São Paulo, Cruzeiro e Sertãozinho-Ribeirão Preto e tentar reorganizar o CR/SP, que inexistia em meados de 1930. Na cidade de São Paulo havia poucos elementos, vigiados pela polícia e praticamente inativos, organizados em 4 células. Em Sertãozinho e Ribeirão Preto o trabalho legal, que se desenvolvera bem, foi desmantelado pela repressão, gerando pânico na militância, tornou conveniente a fusão dos comitês zonais em um só, agrupando uma dezena de militantes. A organização partidária resistia melhor em Cruzeiro, onde contava com 41 militantes. Em Santos, apesar das expulsões, havia mais de 90 inscritos, sendo, de longe, a mais importante organização do PCB em São Paulo, e em cuja conferência zonal se procedeu a expulsão de Plínio Mello, taxado de "prestista" e "trotskista", em função das conversas que vinha mantendo com Lívio Xavier (134).

O balanço que o BP do PCB fez da atuação dos comunistas de São Paulo nos anos anteriores foi demolidor. Realçando a importância de São Paulo observava-se que aí está "(...) o centro mesmo da crise brasileira", que "São Paulo é o centro da reação brasileira" mas que "(...) é também o centro do prestismo", i.é, onde a aliança com a pequena burguesia urbana e com os liberais teria ido mais longe, e

(134) Relatório de Astrojildo Pereira ao CC do PCB, outubro de 1930 In ARCH A 2,9 (ASMOB).

daf derivaria a debilidade do PCB. Criticou-se a retirada de candidaturas nas eleições em São Paulo e Ribeirão Preto, em favor do PD, a utilização das páginas de órgãos de imprensa de oposição como A Praça de Santos e O Combate, as desencontradas reações, em Santos, aos manifestos de Prestes, a condução dos movimentos grevistas e a passividade diante da revolta dos colonos nas fazendas de café. Como entendia-se que "o problema principal do partido neste período é o da independência ideológica e orgânica em relação à pequena burguesia, para tornar-se um verdadeiro partido de classe do proletariado" é indicado que "o partido deve desembaraçar-se de todos os agentes da Aliança Liberal e do prestígio em seu seio", assim como se deve combater a idéia de constituição da LAR, já que esta visaria a hegemonia da pequena burguesia no processo revolucionário. Uma idéia difundida entre os comunistas brasileiros, especialmente no seu grupo dirigente agora em crise, era que num primeiro momento a hegemonia no processo revolucionário seria da pequena burguesia pelo simples motivo que a classe operária não estava organizada sindicalmente e unificada politicamente, condições sem as quais não poderia almejar a direção do movimento e tão pouco propor uma alternativa de poder, devendo portanto passar por um processo de prévia acumulação de forças. Mas passando por cima de qualquer análise da realidade, a nova orientação imposta pelo SSA/IC, invertendo a proposição passava a defender "(...) que é somente sob o fogo do combate aberto a frente das massas operárias e camponesas que o partido poderá conquistar a hegemonia na revolução". Nessa asserção está também embutida a noção do PCB como único representante legítimo da classe operária, já que confunde hegemonia de um grupo social, o proletariado, com a direção

política, o PCB, no caso (135).

Ainda no mesmo mês de setembro, reunindo 53 elementos, realizou-se a Conferência Regional do Rio de Janeiro que promoveu o expurgo de "prestistas" e de "intelectuais" seguindo as determinações do SSA/IC. Uma carta de Manoel Gonçalves da Silva do CR/PE remanejado, ao BP/PCB diz estar de acordo com a "proletarização" da direção regional e afirma, o que é dificilmente crível, não haver "prestistas" ou "tavoristas" no partido, mas está informado do início do movimento militar para dentro de poucas semanas; numa missiva subsequente informa que a Conferência Regional de Pernambuco deveria iniciar-se em 29 de setembro para oficializar as mudanças na direção partidária, que a levaram praticamente ao desmantelamento (136). Diante do grande número de prisões em outubro, a Conferência Nacional marcada para novembro, em pleno apogeu da crise político-institucional pela qual o país passava, limitou-se a uma reunião para consagrar decisões já tomadas, como o afastamento de quase todos os intelectuais do CC e de Astrojildo Pereira do cargo de secretário-geral do PCB.

4. Luiz Carlos Prestes e o comunismo

O processo de aproximação de Prestes com o marxismo e o PCB ocorreu em paralelo à sua equiparação ao "social-fascismo", aqui identificado no "prestismo" e a taxaço de "desviacionistas de direita" àqueles que dentro do partido eram por uma colaboração a

(135) "Aos camaradas da Região de São Paulo", Rio, 20-9-1930 (documento datilografado do CC do PCB) In ARCH A 2,9 (ASMOB).

(136) Epístolas In idem.

mais próxima possível com o mais prestigioso comandante da Coluna. Do mesmo modo, Luiz Carlos Prestes começou a assimilar a teoria e o programa dos comunistas num momento de viragem tática, de emergência do stalinismo e de implantação da concepção da luta de "classe contra classe" que acabou por inviabilizar de imediato seu ingresso no PCB.

Luiz Carlos Prestes transferiu-se para a Argentina em fevereiro de 1928, apenas dois meses após o encontro com Astrojildo Pereira com quem teve acesso, pela primeira vez, a literatura marxista. Julgava Prestes que estando em Buenos Aires, capital de um país com instituições liberal-democráticas, poderia dedicar-se aos estudos, ter melhores condições de trabalhar e, ao mesmo tempo, permanecer menos afastado da movimentação política no Brasil e particularmente do Rio Grande do Sul, seu estado, que ganhava uma importância crescente na conjuntura. A atuação política de Luiz Carlos Prestes se deu especialmente através de entrevistas e manifestos. Em entrevista a Barreto Leite Filho, em abril, Prestes mostrava que começava a se afastar tanto do ideário liberal como da visão corporativo-militarista que imbuía a maioria de seus companheiros da Coluna ao vislumbrar a possibilidade de uma rebelião popular, propondo ainda uma frente única de oposição, que vinha se conformando na vida desde a luta contra a Lei Aníbal de Toledo (137). Mas em setembro, em carta a Paulo Nogueira Filho, Prestes explicitava as dúvidas que trazia em relação ao PDN, posição reafirmada em princípios de 1929 quando do encontro com Mauricio de Lacerda, em Santa Fé. As crescentes discrepâncias entre Prestes e os

(137) Entrevista de Luiz Carlos Prestes a Barreto Leite Filho In O Jornal, 6-4-1928, cit. in Dulles, op.cit., p.317.

liberais é que impediram um acordo global na conferência de Melo e a formação de uma frente única de oposição propugnada por ele mesmo um ano antes e para a qual o comunista Everardo Dias havia rascunhado uma proposta de programa. Com a formação da Aliança Liberal e o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas a expectativa em torno das posições de Luiz Carlos Prestes e da Coluna era muito grande e esse, através de declaração no Diário da Manhã, esclareceu não ter interesse nas "(...) competições das oligarquias bem como de alianças incompatíveis com as aspirações revolucionárias" (138), posição reafirmada algumas semanas depois ao jornalista Anibal de Barros Cassal do Correio da Manhã, a quem declarou:

"(...) na fase eleitoral que no momento o país atravessa, nele não intervimos, evitando alianças que julgamos desnecessárias e, portanto, prejudiciais às verdadeiras reivindicações políticas, (...)" (139)

A medida que aumentavam suas reticências em relação aos liberais e ao liberalismo Luiz Carlos Prestes se aproximava mais e mais da concepção teórica e prática dos comunistas. Em Buenos Aires Luiz Carlos Prestes teve acesso a documentos e programas dos partidos políticos argentinos, ideologicamente delineados, e principalmente pode ler os periódicos do PC da Argentina e do SSA/IC. Aparentemente o ponto de não retorno da mutação ideológica de Luiz Carlos Prestes foi atingido com a movimentação na capital argentina em torno da Conferência Comunista Latino-Americana e após o contato com os dirigentes do PCB, Paulo de Lacerda e Leoncio Basbaum. Apesar de não terem chegado a qualquer acordo político, foi

(138) Diário da Manhã, julho de 1929 cit. in Edgard Carone, O Tenentismo, SP, Difel, 1975, p.334).

(139) Correio da Manhã, 22-8-1929, cit. in Idem, p.335.

através deles que Luiz Carlos Prestes teve acesso aos mais esclarecedores documentos da literatura comunista produzidos naquele momento, tais como as teses do VI Congresso Mundial da IC, da Conferência Comunista Latino Americana e do III Congresso Nacional do PCB, além de "clássicos" da literatura marxista. No segundo semestre de 1929, quando a direção do PCB começava a se afastar de Luiz Carlos Prestes e os primeiros sintomas das guinada tática da IC, que vitimou o PCB, se faziam sentir, as vias de aproximação com Prestes ficaram por conta do dirigente do PC da Argentina, Rodolfo Ghioldi e de Josias Carneiro Leão, que a tempos cumpria o papel de ponte entre o PCB e a Coluna Prestes.

Em outubro, sob pressão de seus companheiros da Coluna, Prestes viajou secretamente para Porto Alegre a fim de encontrar-se com Getúlio Vargas, quando estabeleceu severas condições para dar apoio a Aliança Liberal ao mesmo tempo que recusava o comando do movimento militar a ser desencadeado em caso de burla eleitoral. Julgando fechado o acordo da Coluna Prestes com a Aliança Liberal, Mauricio de Lacerda procurou envolver também o PCB na ampla frente de oposições ao regime, quando, além da recusa dos comunistas, veio a tomar conhecimento da ruptura definitiva de Luiz Carlos Prestes com os liberais. Em carta confidencial ao capitão Silo Meirelles, datada de 22 de novembro, Luiz Carlos Prestes declarava que "dia a dia aumenta em mim a convicção de que os tais liberais desejam tudo menos a revolução..." e que em assim sendo, continua:

"(...) resta-nos um único caminho, (...) e consiste em levantarmos com toda a coragem uma bandeira de reivindicações populares, de caráter prático e positivo, capazes de estimular a vontade das mais vastas massas de

nossa paupérrima população das cidades e do sertão" (140)

Indicava já assim o caminho da redefinição de sua visão de mundo, mas os outros comandantes da Coluna resolveram não divulgar essa carta que causaria um impacto negativo, segundo pensavam, nas alianças políticas tão custosamente urdidas. Luiz Carlos Prestes voltou ainda a encontrar-se mais uma vez com Getúlio Vargas, em janeiro de 1930, apesar disso tudo.

Como Luiz Carlos Prestes permaneceu praticamente isolado nessa sua posição de ruptura, decidiu manter um silêncio cúmplice até o final do processo eleitoral, alimentando assim a ambiguidade da situação política do país. Em princípios de 1930 chegava a Buenos Aires August Guralsky (Rústico), para coordenar o SSA/IC, e que a partir de então passa a ter contato cada vez mais frequentemente com Prestes até o ponto de procurá-lo para dar os cumprimentos pelo que ficou conhecido por Manifesto de maio (141). Nesses meses de relativo silêncio Prestes procurou amadurecer suas idéias e, em abril, redigiu o Manifesto através do qual rompia definitivamente com a quase totalidade da juventude militar, que após a fraudulenta derrota eleitoral da Aliança Liberal, retomava os preparativos da conspiração militar para a derrubada do regime. Antes de tornar pública sua carta a Silo Meirelles de 22 de novembro e o Manifesto, Luiz Carlos Prestes convocou uma reunião dos comandantes da Coluna, através de carta, para renunciar a seu comando geral e expor claramente sua nova forma de pensar. De certa forma fez uma tardia autocrítica pelo clima de ambiguidade política reinante nas fileiras

(140) Carta de Luiz Carlos Prestes a Silo Meirelles, 22-11-1929, cit. in idem, p.336.

(141) Luiz Carlos Prestes "Como llegue ao comunismo" in Revista Internacional, 1973.

das oposições ao regime, dizendo que "depois de seis meses de conversas e promessas estamos hoje nas mesmas condições anteriores, (...)", e adiante, que "assumo inteira responsabilidade pelo erro cometido, tão contra minha vontade, (...)" (sic) (142). João Alberto e Siqueira Campos atenderam a convocação de Prestes e viajaram para Buenos Aires onde tentaram dissuadi-lo de publicar seu Manifesto, ou pelo menos retardá-lo, já que consideravam essa atitude intempestiva e seria incorrer num erro tático de graves proporções, prejudicando os contatos políticos em curso visando a ruptura da ordem institucional. O máximo que conseguiram de um Luiz Carlos Prestes inflexível foi retardar por alguns dias a publicação do Manifesto. Ao choque da defecção de Luiz Carlos Prestes do movimento da juventude militar agregou-se o da morte por afogamento de Siqueira Campos, em 10 de maio, em decorrência da queda no mar do avião em que retornava ao Brasil.

O Manifesto de Prestes saiu publicado na imprensa brasileira em fins de maio, tendo sido portador Emídio da Costa Miranda. Apesar de também estar endereçada "ao proletariado sofredor de nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável de nosso sertão (...)" na maior parte incapazes de ler, o Manifesto visava "muito especialmente aos revolucionários sinceros", i.é, a oficialidade jovem do Exército a quem propunha "(...) a necessidade de uma completa modificação na orientação política que temos seguido, (...)". Assimilando a análise do PCB, Prestes afirmava que o processo político brasileiro se dava

(142) Carta de Luiz Carlos Prestes aos comandantes da Coluna, datada de abril de 1930, cit. in Edgard Carone, op.cit., p.161.

em função da "(...) luta entre interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas por dois grandes imperialismos (...)" e para resolver as questões da revolução brasileira "contra as duas vigas mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos nossos golpes -a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano". Embora Prestes avançasse na procura das raízes do atraso social e cultural do país, as propostas de ação política que fazia eram completamente subjetivas e voluntaristas, como as que, aliás, vinham tomando conta do PCB. Defendia uma "insurreição nacional de todos os trabalhadores", que instaurasse um governo "(...) baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, (...)". Desconsiderando a impossibilidade total dessa proposta diante do baixo grau de organização do movimento popular e da sociedade civil, voluntaristicamente adendava que "a vitória da revolução, em tal momento, mais depende da segurança com que orientarmos a luta, (...)" (143). Luiz Carlos Prestes, ao romper com o ideário liberal que originalmente orientava a juventude militar, deslocando-se para o campo do marxismo stalinizado, rompeu também com os aliados liberais, o que não era uma decorrência lógica, e assim isolou-se no processo político, não participando da derrocada do regime e colaborando para a desorganização, tanto do PCB como do movimento militar e sua base social que nele se espelhava.

Assim como Luiz Carlos Prestes, também a maioria da juventude militar estava se afastando da matriz liberal de seu pensamento, se deslocando porém para uma concepção corporativista

(143) Manifesto de maio de Prestes In Diário da Noite, 30-5-1930, cit. in Maria Cecília Spina Forjaz, Tenentismo e Aliança Liberal, SP, Livraria Editora Polis, 1978, p.91-97.

inspirada em Alberto Torres, claramente demonstrada no Manifesto de Juarez Távora de resposta ao Manifesto de maio de Prestes, no qual propunha como solução para os problemas brasileiros "(...) um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigida em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos". Ao contrário de Luiz Carlos Prestes, que embora se aproximasse das raízes históricas da crise da formação social brasileira, apresenta propostas alheias a real correlação de forças sócio-políticas, Juarez Távora propunha a consecução de uma linha tática muito mais adequada ao momento político, defendendo que na frente oposicionista "deverá haver, assim, lugar em suas fileiras para o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador, para o civil e o militar, para o burguês e o proletário", insistindo que naquele momento "o essencial é que do esforço conjunto desses elementos resulte a transposição da máquina política, que ora nos desnorteia, (...)" (144). Ou seja, o fundamental era o fim daquele regime político que dava sustentação à dominação oligárquica, e que para tal deveriam ser efetuadas as mais amplas alianças, o que impedia, de imediato, a proposição de luta contra o imperialismo, sob pena de estreitamento da frente. A orientação de Juarez Távora estava mais ligada à realidade e por isso mesmo preponderou amplamente entre a oficialidade jovem, reforçando assim a perspectiva da "revolução pelo alto" em detrimento da revolução popular desejada por Luiz Carlos Prestes.

Mesmo tendo sido muito criticado oficialmente pelo PCB, Luiz Carlos Prestes continuou seu caminho em direção à nova

(144) Resposta de Juarez Távora ao Manifesto de Prestes. Cit. in Forjaz, op.cit., p.97-104.

ideologia e procurou, de boa vontade, assimilar as pesadas críticas que lhe foram endereçadas, sem no entanto perceber com clareza as divergências internas do PCB. Manteve contatos com Plínio Mello e Aristides Lobo, e nos debates com eles amadureceu a idéia de formação da LAR. Ainda nesse período Luiz Carlos Prestes chegou a encontrar-se com Mario Pedrosa que fora a Buenos Aires convidá-lo a colaborar na discussão sobre a questão agrária que o Grupo Comunista Lenine estava empreendendo, recebendo uma resposta negativa. Em fins de julho Luiz Carlos Prestes juntamente com Emídio da Costa Miranda, Silo Meirelles e Aristides Lobo lançaram oficialmente a LAR através de um novo manifesto redigido por Prestes, o qual repetia em linhas gerais os termos do Manifesto de maio, mas, assimilando as críticas que havia recebido dos comunistas, reconhecia a necessidade da hegemonia do proletariado e de seu partido, o PCB, seguindo a exigência que lhe fora feita pela entrevista de Octávio Brandão e pela nota oficial do partido a propósito de seu primeiro manifesto. A LAR tocava o papel de organizar as forças sociais potencialmente aliadas do proletariado no processo revolucionário, que Prestes e o PCB vislumbravam, ou seja, o campesinato e a pequena burguesia urbana. A função ambígua que Luiz Carlos Prestes atribuía a LAR, ao mesmo tempo "órgão técnico militar" da revolução, como pensava Plínio Mello, e polo de agregação da pequena burguesia, como temia a direção do PCB, fez com que o SSA/IC e a direção do PCB julgassem esse segundo manifesto um passo atrás em relação ao primeiro; August Guralsky procurou pessoalmente Luiz Carlos Prestes para tecer essas críticas. Com a posição frontalmente contrária do PCB e com o isolamento que Luiz Carlos Prestes se encontrava diante da grande maioria da juventude militar, os comitês locais da LAR a serem

formados no Brasil, mal saíram do papel, e uns poucos que aderiram à convocatória de Prestes, com o jornalista Barreto Leite Filho, se deslocaram para Buenos Aires. Ao mesmo tempo que era transformado no principal adversário do PCB, o "prestismo", o similar brasileiro do "social-fascismo", Prestes intensificou seus contatos pessoais com August Guralsky e, em outubro, seguindo conselho deste, dissolveu a LAR, em Montevideo, para onde havia sido deportado pela recém instalada ditadura militar argentina. Dissolvendo a LAR, Luiz Carlos Prestes iria procurar ingressar diretamente no PCB através de seu relacionamento com Aristides Lobo. Qual não foi a surpresa de Aristides Lobo quando, ao retornar ao Brasil em dezembro, tomou conhecimento de que havia sido expulso do PCB acusado de "prestismo" e "desvios de direita", a exemplo do que havia já ocorrido com seu antigo companheiro de CR/SP, Plínio Mello.

Como a nova maioria de "esquerda obreirista" recusasse o ingresso de Luiz Carlos Prestes no PCB, apesar da posição simpática do SSA/IC e dos seguidos escritos criticando a Aliança Liberal e seus antigos companheiros da Coluna, optou-se por levar o ex-comandante da Coluna para a URSS. Com essa finalidade veio de Moscou para encontrar-se com Prestes, Arthur Ernst Ewert, ex-líder da corrente "conciliacionista" do PC da Alemanha e que em princípios de 1930 capitulara diante do stalinismo e fora trabalhar diretamente na IC; na América do Sul passou a usar o codinome de Harry Berger. Essa decisão ficou fortalecida com a publicação, em 12 de março de 1931, de uma carta aberta de Luiz Carlos Prestes denominada Realidade Brasileira, onde ele se assumia definitivamente como comunista e se submetia à linha política vigente no PCB, que combatia ferozmente o "prestismo", inclusive no tocante à linguagem vulgar e pouco

científica. Prestes esmerou-se em criticar, tanto os primeiros passos do governo da Aliança Liberal, como a criação do Ministério do Trabalho e a política habitacional, mas principalmente em atacar seus antigos companheiros da Coluna, João Alberto, Juarez Távora e Miguel Costa, os jornalistas Rafael Correia de Oliveira e Pedro Motta Lima "(...) dois farsantes que (...) continuam dizendo-se comunistas, meus amigos e correligionários". Atacou a todos como "lacaio" do imperialismo e acusou-os de haverem se transformado nos "piores opressores do proletariado". Da mesma maneira atacou as "influências pequeno-burguesas", o "trotskismo" e o "social-fascismo", Aristides Lobo e Plínio Mello. Fez também uma retrospectiva "autocrítica" de sua própria trajetória, particularmente no que se refere a LAR, o que, aliás dificultou sobremaneira o ingresso do PCB de alguns elementos que se identificaram com Luiz Carlos Prestes em suas novas posições e que haviam aderido a LAR ou expressado sua simpatia. Após desferir ataques e críticas a tudo e todos, Prestes finalizava sua carta de adesão definitiva ao movimento comunista dizendo:

"a todos, pois, que me interrogam sobre as críticas ao prestismo, (...) só posso indicar um caminho - a Revolução Agrária e Antiimperialista, sob a hegemonia incontrastável do partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista" (145).

Alguns dias depois, reafirmando o teor dessa carta Prestes escreveu um apelo endereçado a soldados e marinheiros para que seguissem o caminho da revolução "(...) organizando os seus conselhos, (e para que) fraternizem com os trabalhadores" (146).

(145) cit.in Dulles, op.cit., p.376-379.

(146) cit.in Dulles, op.cit., p.379-380.

Finalmente, em 10. de outubro de 1931, Luiz Carlos Prestes e sua família embarcaram com destino a URSS, em companhia de Ewert. Em Bremen, na Alemanha, encontrou-se com Josias Carneiro Leão, expulso do PCB, agora cônsul, e que muito havia contribuído para aproximar Luiz Carlos Prestes do marxismo. Na URSS, Luiz Carlos Prestes trabalhou como engenheiro e, embora tenha assistido o XII Plenun (setembro de 1932) e o XIII Plenun (dezembro de 1933) da CEIC, não conseguiu seu intento de ingressar diretamente no PCUS, pois este estava com as admissões suspensas.

5. outras tendências do movimento operário

A intervenção direta do SSA/IC nos assuntos do PCB, colaborando decisivamente para a desarticulação de seu grupo dirigente, teve ainda, como efeito colateral a viabilização, pelo menos no eixo Rio-São Paulo, de uma "oposição de esquerda" inspirada internacionalmente nas posições de Trotsky, que de outra maneira dificilmente ganharia alguma consistência.

Rodolfo Coutinho, que já tivera algum contato com as idéias de Trotsky quando esteve na Europa em 1923-24, e Lívio Xavier fizeram parte da "oposição sindical" de 1928, que criticava a política sindical e a política de alianças implementada pela direção do PCB, e se demitiram do partido no desenlace daquele episódio. No mesmo ano de 1928 Mário Pedrosa foi enviado a Moscou para estudar na Escola Leninista, acompanhando Heitor Ferreira Lima. No entanto, quando se encontrava em trânsito pela Alemanha, Mário Pedrosa adoeceu e, enquanto convalescia, tomou conhecimento da luta no

interior do PCUS e aderiu às posições de Trotsky, desistindo assim de prosseguir viagem. Mantendo assíduo correspondência com Lívio Xavier e Rodolfo Coutinho, ajudou-os a evoluir seu pensamento em direção às concepções de Trotsky. Paralelamente, o professor Rodolfo Coutinho, influenciando alguns de seus alunos que pertenciam a JC, levou-os também para as posições que vinha assumindo.

Mário Pedrosa retornou ao Brasil em fins de 1929, quando havia já se iniciado o processo de intervenção do SSA/IC e a esquerdização da orientação política do PCB, e tratou logo de articular o pequeno grupo de simpatizantes das idéias de Trotsky existente no Rio de Janeiro. Daí originou-se o Grupo Comunista Lenine, que teve na Conferência Internacional da Oposição de Esquerda, realizada em Paris, em abril de 1930, seu ponto de referência. Uma das mais importantes decisões dessa conferência foi a explícita recusa de qualquer aliança com a direita do movimento comunista que tinha em Bucharin e Brandler seus expoentes, embora ainda reconhecesse na IC, agora sob controle staliniano, o instrumento fundamental da revolução mundial e da qual se colocava como fração de esquerda. Seguindo essa orientação o Grupo Comunista Lenine passou a editar a partir de maio o periódico A Luta de Classe. Justificando sua existência, em seu número inaugural afirmava que A Luta de Classe é, antes de tudo a consequência dialética de dois fatos a) uma situação objetiva favorável ao trabalho de agitação e organização de massas, b) o agravamento dos erros da direção do Partido Comunista", explicando mais adiante que:

"(...) A Luta de Classe significa e representa, (...), a necessidade imediata de uma luta sem tréguas, intransigente, enérgico, implacável, contra a burguesia e seus privilégios de classe - em primeiro lugar; e, em segundo lugar, contra todos os desvios ou deformações de

que a direção do Partido Comunista vem sendo, nestes últimos tempos, uma espécie de casa editora atacadista, com importação e exportação, diretas e indiretas" (147).

Numa clara alusão à crescente presença do SSA/IC. Frisava-se, no entanto, que o novo periódico, "não visa combater o PCB, porque o que urge é reintegrá-lo na linha que se traçou por ocasião de sua fundação" (sic). A crítica que o Grupo Comunista Lenine fazia de início era centrada na linha consubstanciada no III Congresso, acusada de ser uma visão "retalhista" e etapista da revolução.

Mas se o Grupo Comunista Lenine via sua razão de ser na orientação "oportunistamente de direita" do PCB, teve logo que fazer as contas com a espetacular guinada à esquerda que o Plenun Ampliado do SSA/IC estava impondo aos partidos comunistas do continente, assumindo muitas das posições da "fração de esquerda". A viagem de Mário Pedrosa a Buenos Aires, após tomar conhecimento do Manifesto de maio de Luiz Carlos Prestes, mostrou um desprendimento maior que o oficialmente assumido pelo SSA/IC e pelo PCB, mas mostrava o grande equívoco de supor que Prestes poderia ter alguma proposição mais lúcida sobre a questão agrária no Brasil. A reação do Grupo Comunista Lenine em relação a proposta de Prestes de fundação da Liga de Ação Revolucionária (LAR) foi, aliás, muito semelhante a do PCB, questionando que "se a sua Liga (de Prestes) acabar sendo um partido, uma organização política baseada na pequena burguesia agrária e citadina e em uma parte do proletariado, ele estará perdido para a revolução" (148).

A vaga antiintelectualista e a guinada à esquerda que, por

(147) A Luta de Classe, no.1, 1o. de maio de 1930.

(148) Ibid., no.4, agosto de 1930.

imposição do SSA/IC tomou conta do PCB, provocaram um sem número de expulsões ou voluntários afastamentos de quadros intelectualizados ou de lideranças sindicais capacitadas. Uma parte desses elementos, acusados pelo PCB de "desvios de direita" e "prestismo", foram reforçar o pequeno grupo articulado em torno de Mário Pedrosa. Um exemplo significativo, nesse sentido, é o de Aristides Lobo, que expulso do partido por haver articulado a LAR junto com Prestes. Depois do rompimento escreveu uma virulenta Carta aberta aos membros do PCB na qual atacava a direção eleita no III Congresso e sua linha política de aliança com a pequena burguesia, que ele, Aristides Lobo, tentara implementar na LAR, criticava violentamente Prestes com quem fundara a LAR, e acusava a direção do PCB de não estar "proletarizada", como havia exigido o SSA/IC, pois "(...) ainda estão na direção um ou dois pequeno-burgueses do antigo CC". E assim assumindo sua nova postura acreditava que "a oposição bolchevista-leninista de esquerda derrocará o aventureirismo" (149). As confusas e contraditórias idéias contidas nessa carta demonstram uma mágoa profunda, e os ataques a uma "burocracia" partidária simplesmente inexistente um erro, já que estava ocorrendo a desarticulação de um grupo dirigente em fase de maturação e não a cristalização de uma burocracia de partido. Esse equívoco, produto de um fetiche, permeou e limitou toda a elaboração política da "oposição de esquerda". Dalla Déa e João da Costa Pimenta afastaram-se definitivamente do PCB após o desenlace pouco satisfatório da greve dos gráficos de São Paulo. Embora muito amigo de Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta foi insistentemente acusado por ele de portador de vícios

(149) Cit. in Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs). Na Contracorrente da História, SP, Ed. Brasiliense, p.45-54.

corporativistas na sua prática sindical, e começou a aproximar-se da "oposição de esquerda" em fins de 1930, quando a maioria do Grupo Comunista Lenine se deslocou para São Paulo, em função do recrudescimento da repressão anticomunista no Rio de Janeiro. Ali juntaram-se a Lélia e Fúlvio Abramo, Azis Simão e outros.

Em 21 de janeiro de 1931, por motivo do 7o. aniversário da morte de Lenin, foi oficializada a existência da Liga Comunista, que de todas as maneiras recusava o epíteto de "trotskista" pelo qual era referida por seus adversários. A Liga Comunista insistia em se considerar fração de esquerda do PCB e não uma organização estranha a esse, e que seu objetivo era o de reestabelecer a liberdade de discussão dentro do partido que havia sido sufocada pela "burocracia". Imediatamente lançaram o no.1 do Boletim de Oposição, onde, num manifesto Aos trabalhadores do Brasil transmitiam o entendimento que tinham do movimento da Aliança Liberal, que diga-se de passagem não era fundamentalmente diferente da visão do PCB, embora mais sofisticado, já que se referia às contradições no interior das classes dominantes brasileiras e à luta dirigida pelo Rio Grande para acabar com o predomínio paulista na federação. Evitavam o esquematismo de ver na Aliança Liberal um "instrumento" do imperialismo americano em luta contra o imperialismo inglês como faziam os comunistas do PCB. A Liga Comunista julgava que o movimento aliancista fora feito com o fito de "manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, (...)", mas que, de qualquer modo, "a burguesia nacional tem de submeter, pois, a sua política à política dos grandes países imperialistas". Nessa condições se "(...) concita o proletariado a

lutar pelas liberdades democráticas e pela legalização de seu partido de classe, (...)", lutando também pela convocação de uma Assembléia Constituinte (150).

A intervenção do SSA/IC interrompeu a reflexão crítica sobre a realidade brasileira que, com muita dificuldade e sérios limites, o PCB, através principalmente de Octavio Brandão e Astrojildo Pereira, vinha levando avante, e impôs em seu lugar algumas esquemáticas generalizações que de modo algum poderiam dar conta da complexidade da situação histórico-política do Brasil. Desse modo, a mais consistente reflexão sobre a crise da formação social brasileira, naquela conjuntura, do ponto de vista marxista, foi realizada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier num Esboço de uma análise de evolução econômica e social do Brasil, redigido em outubro de 1930. Fizeram uma pioneira análise histórica, ausente na elaboração do PCB, onde notaram que a evolução econômica do Brasil deu-se "sob uma forma peculiar de feudalismo" e que "a classe dos pequenos proprietários (...) não pode se desenvolver na formação econômica do Brasil". Mas o grande avanço está na abordagem da burguesia e do desenvolvimento capitalista, indicando que "a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade" e ainda acentuando que "o formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista". Mário Pedrosa e Lívio Xavier entendiam que no final dos anos 20 o capitalismo nascido na agricultura cafeeira havia já se espalhado por todo o Brasil, ao mesmo tempo que se inseria na órbita da dominação imperialista da economia mundial, impedindo o desenvolvimento capitalista nos

(150) Cit. in Abramo e Karepovs, op.cit., p. 56-65.

contornos do Estado nacional. Em função disso é que "(...) a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista" agravada a situação pelo fato que "(...) as exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical". A continuidade do desenvolvimento capitalista exigiria então o fortalecimento do poder executivo e a centralização do Estado, o que estava em evidente contradição com a forma federativa do Estado vigente. Os expoentes da fração de esquerda, assim procuravam abordar os interesses concretos das classes dominantes brasileiras, possivelmente exagerando o nível do desenvolvimento capitalista brasileiro, mas se eximiam, para vantagem da análise, de bater na tecla de reduzir a situação brasileira a um campo de disputa entre o imperialismo inglês e norte-americano, como fazia o PCB, assimilando uma preocupação que em parte derivava da posição internacional da URSS. No entanto, o projeto histórico, expresso na conclusão do texto, é praticamente o mesmo do PCB, subjetivista e abstrato naquele momento histórico, propondo "a instauração da ditadura proletária e a salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético" (151).

Embora a Liga Comunista se considerasse a fração de esquerda do PCB e, por extensão, da Internacional Comunista, suas posições eram ambíguas e contraditórias. Seus estatutos vetavam qualquer acordo com a direita comunista, mas muitos de seus militantes foram excluídos do PCB pela direita e, embora sua

(151) Cit. in Abramo e Karepovs, op.cit., p.66-82.

concepção de política de alianças fosse muito estreita e se limitasse a uma frente única operária com apoio do proletariado agrícola seus quadros eram em grande parte intelectuais pequeno-burgueses que não encontravam espaço junto ao esquerdismo obreirista vigente no PCB. Em um ano de existência de A Luta de Classe a perspectiva da história do PCB também sofreu deslocamento: em maio de 1930 urgia, em relação ao PCB, "(...) reintegrá-lo na linha que se traçou por ocasião de sua fundação, (...)" e na "Crítica à Tese política para a Conferência Regional do PCB de São Paulo" se afirmava que o PCB só passara a ter existência real após 1924, quando foi aceito na IC, i.é, com Lenin já morto e Stalin desencadeando o "longo período de reação contra seu pensamento e obra" do qual Trotsky seria o principal fiador (152).

A atuação da Liga Comunista no movimento de massas concentrou-se no movimento sindical de São Paulo e, nesse, basicamente na UTG/SP. Embora os "trotskistas" apoiassem a formação da CGTB e as manifestações convocadas pelo PCB, a grande debilidade com que a articulação da central sindical vinha se processando, em decorrência mesmo da desestruturação do PCB, fez com que se ampliassem os contatos com a corrente anarco-sindicalista. Aproveitando as liberdades políticas, momentaneamente vigentes sob a interventoria de João Alberto, foi formado um Comitê Operário de Organização Sindical com o objetivo de reorganizar o movimento operário e rearticular a FOSP, o que veio a ganhar impulso em março, em função da realização da III Conferência Operária Estadual, que contou com a presença da UTG, representada por Aristides Lobo. O

(152) A Luta de Classe, no.1, maio de 1930 e Luta de Classe no.7, maio de 1931.

difícilmente evitável conflito entre a Liga Comunista e a CE/FOSP veio em agosto, quando os "trotskistas" foram expulsos em função de suas reiteradas posições pró-CGTB e pelas sequelas deixadas pela greve dos têxteis. Plínio Mello, expulso do PCB, passou a trabalhar no movimento sindical junto à Liga Comunista, embora jamais tenha-se chegado a uma completa identidade de pontos de vista, representando a UTG foi expulso da FOSP, dirigida por Herminio Marcos, acusado de querer levá-la para o terreno do partidarismo político.

Os anarco-sindicalistas foram, por uma questão de princípios mesmo, visceralmente contrários ao regime estabelecido com a vitória do movimento da Aliança Liberal, assim como o eram os comunistas. Os socialistas e a maior parte da tendência "amarela" do movimento sindical, por outro lado, deram, desde o primeiro momento, seu apoio a Aliança Liberal, inclusive com a colaboração de Joaquim Pimenta na plataforma eleitoral de Getúlio Vargas. Em função dessa orientação o periódico Vanguarda, geralmente associado a essa tendência, atacou vigorosamente o Manifesto de maio de Prestes, quando este anunciou publicamente sua ruptura com a Aliança Liberal (153). Após a vitória da Aliança Liberal, Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth se ocuparam na estruturação do Ministério do Trabalho encabeçado por Lindolfo Color, e da redação do decreto no.19770 de 19 de março de 1931 que criava o sindicalismo corporativo de Estado. A corrente "amarela" ofereceu a base social do sindicalismo de Estado às custas da negação de seu projeto social que vinha amadurecendo nos últimos anos da década de 20. Assim como os anarco-sindicalistas e os comunistas, também os reformistas

(153) A Vanguarda, 7-6-1930, cit. in Dulles, op.cit., p.345.

buscavam unificar a classe operária, mas com o fito de defender seus interesses imediatos, exercitando pressão sobre o Estado e as classes dominantes para que se ampliasse o estatuto da cidadania, sem, no entanto, colocar em questão a existência do capitalismo, como faziam seus adversários no interior do movimento operário. A emergência do sindicalismo de Estado excluía a pressão, negociação e contratação, já que anulava a autonomia do movimento sindical diante do Estado e da burguesia. Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth enfrentaram grandes dissabores ao defender, em palestras públicas, a nova forma de organização sindical, principalmente diante de comunistas e anarco-sindicalistas. Francisco Giraldes procurou articular o PSB/SP desde fins de 1930 com o objetivo de canalizar apoio popular para o interventor João Alberto, sem grande sucesso no entanto. Em meados de 1931, porém, a maior parte dos social-reformistas, diante da decepção com a política econômica e social, já haviam se afastado do Governo Provisório passando para a oposição, como haviam feito, por exemplo, Evaristo de Moraes e Maurício de Lacerda. Em São Paulo, cujo movimento sindical, com exceção da UTG/SP estava sob direção anarco-sindicalista, a corrente "amarela" conseguiu o controle da organização sindical de duas categorias muito numerosas como eram a construção civil e os têxteis, estes sob direção de José Righetti, aliado da Legião Revolucionária de Miguel Costa, o qual procurava subtrair o poder de João Alberto. A UOFT manteve, no entanto, sua posição pró-autonomia sindical.

6. a evolução interna do PCB e o movimento de massas

Embora a intervenção direta do SSA/IC na vida do PCB tenha sido de fundamental importância para a desarticulação de seu grupo dirigente em gestação, sem se observar seus limites intrínsecos e principalmente sua incapacidade de resistir organizadamente à repressão estatal, desencadeada contra o conjunto do movimento operário e popular, o quadro não se completa.

Acentuadamente em 1928 e começo de 1929 o movimento operário em geral, e o PCB com ele, vinha crescendo e se organizando, aproveitando as fraturas no bloco de poder oligárquico. Em junho, quando o confronto entre setores da classe dominante se mostrava dificilmente contornável com a configuração da Aliança Liberal, deu-se início ao ataque contra as organizações do movimento operário para evitar que esse continuasse avançando nos interstícios da desagregação do poder oligárquico. Começaram a ser fechados sindicatos e outras organizações operárias a partir de 6 de junho, com uma sucessão de detenções, inicialmente no Rio de Janeiro, depois em outros estados: foi invadida e fechada a gráfica de A Classe Operária, a sede do BOC foi também fechada seguidas vezes, uma reunião da CGTB foi interrompida pela polícia que prendeu 69 pessoas. A polícia de Vitória (ES) assaltou o CPP da Praia, onde estava sediado o BOC e deteve mais de 40 elementos. A Classe Operária no.62, já na clandestinidade, foi sequestrada em 3 de julho e preso qualquer eventual leitor desse órgão do PCB. Entre 7 de junho e 10. de julho a polícia teria efetuado 31 assaltos a 15 associações e detido cerca de 700 pessoas (154). Depois dessa

(154) A Classe Operária, 6-7-1929.

primeira maré, a repressão tornou-se sistemática por todo o país, com o fechamento de sindicatos, proibição de manifestações públicas ou reuniões, prisões indiscriminadas de militantes sindicais, repressão de movimentos grevistas, espancamentos e coibição da imprensa operária.

Os comunistas tendiam a ver na repressão uma questão apenas policial, sem notar que estava em ato uma política do Estado que precisava encontrar uma acomodação com a burguesia industrial, fortalecida na sua organização e na defesa de seus interesses. Do mesmo modo o Estado precisava atender, de uma forma conservadora, a reivindicação de cidadania ampliada por parte da classe operária e das camadas médias urbanas: ou seja, o Estado liberal-oligárquico deveria fazer as contas com a emergência das classes sociais do capitalismo, evitando uma irrupção revolucionária. Se em relação à burguesia, o Estado visava atenuar os conflitos com outros setores das classes dominantes, no que se refere ao movimento organizativo das classes subalternas a ação repressiva era desencadeada contra aqueles que, como os anarco-sindicalistas e comunistas, se encaminhavam para um projeto alternativo de organização social. Também se exercia, complementarmente, uma política de cooptação de uma parte da classe operária que, de um lado, recebia concessões, dentro da ordem, e, por outro, consagrava as divisões políticas existentes no movimento operário. Assim, muitos sindicatos fechados pela polícia, foram depois reabertos e entregues a sindicalistas "amarelos", que oferecendo assistência médica e lazer (que nas condições de vida e trabalho vigentes era muita coisa), conseguiram mesmo ampliar o quadro de associados. Por sua vez, os sindicatos combativos só ofereciam como perspectiva imediata, enfrentamentos com

as forças da ordem e perda do posto de trabalho. A política do Estado inviabilizou a já difícil, por seus limites corporativos e sectarismo persistente, unidade do movimento operário. No Rio de Janeiro, a principal base de sustentação da política governista no movimento sindical estava localizada na União dos Operários Estivadores e na Sociedade União dos Foguistas, que não deixando dúvidas sobre sua posição, juntamente com outros sindicatos, em agosto de 1929 notificavam:

"Exmo Sr. Dr. Chefe de Polícia - Neste momento acabamos de fazer entrega ao Exmo. Sr. Presidente da República, da moção de apoio incondicional, solidariedade do operariado brasileiro à medida acertada de repressão aos propagadores das doutrinas revolucionárias, (...)" (155)

Nessas condições a ampliação e o fortalecimento da CGTB, fundadas às pressas para fazer-se representar no congresso de fundação da CSLA em Montevideu, e emperneada em apenas duas federações regionais, a FSRR e a UGT/PE, ficou extremamente dificultada. Previa-se para o segundo semestre de 1929 a organização definitiva da CRT/RS e da FSRSP, as quais dariam um potencial de desenvolvimento significativo para a CGTB que estaria assim inserida nos principais centros operários do país. Reis Siqueira, secretário do Comitê intersindical pró-FSRSP propunha como tarefas fundamentais do movimento sindical paulista a organização dos ferroviários e dos camponeses (colonos das fazendas de café, na verdade) mas a repressão impossibilitou mesmo a realização do programado Congresso Sindical Regional. Mas o agravamento da crise cafeeira com suas sequelas de desemprego e achatamento salarial

(155) Cit. in Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall. A Classe Operária no Brasil, v.2, SP, Ed. Brasiliense, 1981, p.327.

criaram algum espaço para que pela primeira vez os comunistas constituíssem organizações no campo, necessidade que vinham reconhecendo com cada vez maior ênfase desde o III Congresso. Desse modo, realizou-se em Ribeirão Preto, em fevereiro de 1930, um congresso de fundação do Sindicato dos Operários Agrícolas e Colonos, cujas reivindicações iniciais se referiam à questão salarial e aos direitos sociais e trabalhistas mais elementares, sem avançar um programa de alteração da propriedade fundiária. A sessão pública de encerramento do congresso foi interrompida pela polícia, que efetuou várias prisões inclusive a de Minervino de Oliveira, em campanha presidencial pelo BOC. As dificuldades em se compor a FSRSP comprometeram também a organização do BOC e do PCB em São Paulo.

O CRT/RS e o BOC/RS haviam sido organizados em 1928 mas foram quase imediatamente desarticulados pela repressão policial. Em fevereiro de 1929, "Salomão" que vinha dirigindo o CR/RS foi enviado pelo CC a São Paulo para coordenar a greve dos operários gráficos e, em compensação, foram enviados de São Paulo para o Rio Grande do Sul o ex-estudante do Colégio Pedro II, Hersch Schechter, para definitivamente organizar a CRT, e Plínio Mello para presidir o BOC e apresentar-se candidato nas vindouras eleições federais. O comitê provisório da CRT teve que lutar muito para encontrar espaço num movimento operário onde predominava amplamente o anarco-sindicalismo e, por outro lado, o "amarelismo" estava quase ausente. Hersch Schechter foi deportado para o Uruguai em julho e foi substituído por "Geca". O PCB, sempre correndo o risco de se dissolver no BOC, num amplo trabalho de agitação passou de 40 a 400 militantes. Em janeiro de 1930 uma reunião ampliada do CR/RS decidiu pela

reordenação do BOC a base de adesões coletivas de sindicatos e organizações populares com o objetivo de ampliar a influência nas massas e preparar uma consistente base eleitoral. Com a decisão de centrar a campanha eleitoral principalmente em críticas a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal, a repressão brutal ao BOC iniciou-se de imediato, atingindo todo o movimento operário que, sem padrão organizativo para resistir, esfacelou-se (156).

O Conselho Municipal do Rio de Janeiro, eleito em outubro de 1928, inaugurou suas sessões em 3 de junho do ano seguinte. As vésperas, portanto, do desencadeamento da onda repressiva contra o movimento operário. Assim, a atuação dos intendentes do BOC, Octavio Brandão e Minervino de Oliveira, condicionada pela nova situação, desenvolveu-se sob um perfil defensivo, fazendo da tribuna do Conselho Municipal um fórum de denúncia contra a repressão e de propagação das posições do PCB nas mais variadas questões. As declarações de fé revolucionária contida nos discursos inaugurais de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira causaram profundo mal-estar na maioria conservadora da casa legislativa e também na 40. delegacia de polícia, responsável pela defesa da ordem social, e deram argumentos para o início imediato da busca e prisão de militantes sindicais ligados ao PCB. Em saudação a mais um aniversário do 5 de julho, Minervino de Oliveira, com apoio de Octavio Brandão e Mauricio de Lacerda, protestou contra a invasão da sede do BOC e o sequestro de A Classe Operária. No debate sobre a proposta de orçamento da Prefeitura, ocorrido em agosto, os intedentes

(156) Relatório de Pablo Osório (Plfnio Mello) no Plenun Ampliado da SSA/IC, maio de 1930 In ARCH A 2-11 (ASMOB).

comunistas apresentaram emenda derrotada tentando alocar recursos para a educação popular. Octavio Brandão e Minervino de Oliveira procuraram manter contato direto com aqueles cujos interesses pretendiam representar, participando na organização e animação de greves e promovendo comícios; participaram, por exemplo, no comício de 23 de agosto da Liga Antiimperialista, presidida por Mauricio de Lacerda mas engendrada pelo PCB. Desde agosto começaram a atacar a Aliança Liberal e com isso foram os intendentess do BOC progressivamente se afastando de seu aliado Mauricio de Lacerda e dos liberais do Partido Democrático, com os quais faziam frente comum contra os conservadores republicanos, até completar-se a ruptura em outubro, em áspero debate sobre as posições de Luiz Carlos Prestes. Ao aguçamento da repressão, o PCB respondeu com a esquerdização de sua linha política que advinha também do já iniciado processo de intervenção do SSA/IC, e com isso só fez agravar seu isolamento político. Dessa maneira viu-se facilitada a aprovação no Conselho Municipal, em 11 de dezembro, da proibição de se estampar no Diário de Debates daquela casa os pronunciamentos da bancada do BOC. Antes que o III Plenun do PCB desse início a guinada à esquerda, em 4 de setembro, Octavio Brandão reafirmou, talvez pela última vez de público, sua visão e do III Congresso do PCB do processo político brasileiro, pelo qual seria criticado por "desvio de direita" logo a seguir, dizendo:

"Luiz Carlos Prestes não é comunista. Deseja dar um passo a frente. Nós queremos dar dois. Mas para dar dois precisamos dar o primeiro passo. Durante o primeiro passo, apoiaremos a classe média e lutaremos pela radicalização do movimento". (157)

(157) Cit. in Octavio Brandão, Combates e Batalhas, SP, Ed. Alfa-Omega, 1978, p.370.

No III Plenun do PCB, Octávio Brandão, já acusado de ser portador de "desvios de direita" na sua atividade parlamentar, não foi escolhido como um dos componentes da chapa do BOC para competir nas eleições presidenciais e legislativas de março. O PCB decidiu lançar a candidatura do marmorista e intendente Minervino de Oliveira para a presidência, tendo o ferroviário de Campos, Gastão Valentin Antunes, para vice-presidente, além de candidatos ao Congresso Nacional do Distrito Federal e em 4 estados onde existiam organizações do BOC. No Distrito Federal foram propostos os nomes do estivador Fenelon José Ribeiro para o Senado, do jornalista Paulo de Lacerda e do gráfico Mário Grazzini para a Câmara Federal; no Estado do Rio de Janeiro, os nomes eram os do empregado do comércio José Francisco da Silva para o Senado, o tecelão Domingos Braz e o gráfico Duvitiliano Ramos para deputado federal; em São Paulo o gráfico Everardo Dias para senador e o empregado no comércio Aristides Lobos para deputado federal; no Rio Grande do Sul apareciam os nomes do jornalista Plinio Mello e do gráfico Adalgiso Py para deputado federal; o pintor Lourenço Justino, o metalúrgico Cícero Marques e o padeiro Miguel Archanjo apareciam como candidatos a deputado em Pernambuco (158). O I Congresso Nacional do BOC, programado para 6 de novembro para consagrar esses nomes teve sua sessão pública realizada em frente a residência de Octavio Brandão, já que a sede do BOC fora fechada pela polícia; mas aí também houve intervenção policial que efetuou cerca de 85 detenções. Para o dia seguinte, aniversário da revolução russa, o BOC havia convocado comício para a Praça Marechal Floriano para dar início a campanha

(158) A Classe Operaria, 15-2-1930.

eleitoral sob o mote "Votar pelo BOC é votar pela Revolução", que foi uma vez mais dispersada pela polícia, tendo sido conduzidas a prisão dezenas de pessoas, com outras tantas feridas, inclusive à bala. Esse foi o prenúncio de como se desenvolveria toda a campanha eleitoral: os comícios do BOC eram proibidos ou invariavelmente dispersados pela polícia e seus partidários detidos. Inclusive os candidatos do BOC foram presos, como foi o caso de Domingos Braz no Estado do Rio de Janeiro, preso em fins de janeiro, Aristides Lobo em São Paulo, deportado para o Uruguai, e Plínio Mello, também ele preso e deportado para o Uruguai antes mesmo das eleições. Também foram presos Minervino de Oliveira, Paulo de Lacerda e Mário Grazzini. Octavio Brandão, que estava escondido desde o encerramento do ano legislativo, foi preso no dia das eleições. Como afirmava uma nota da direção do PCB, "(...) o voto nos candidatos do BOC será um voto de princípio" (159), demonstrando que mais importante que os resultados eleitorais era o trabalho de agitação. A tendência já presente de agitar mais do que permitia a capacidade organizativa do PCB exacerbou-se na campanha eleitoral, com o suceder-se de enfrentamentos com a polícia que só poderia levar os comunistas a um isolamento ainda maior. Nessa situação, o BOC como instrumento de frente política estava definitivamente condenado e o processo de esvaziamento que vinha sofrendo pelo menos desde o III Plenun, em função da repressão estatal de um lado e de outro da esquerdização da linha política do PCB imposta pelo SSA/IC, acelerou-se.

A repressão e o isolamento político tornaram uma quimera o projeto do PCB de propor-se como alternativa popular numa conjuntura de clara bipolarização política em que as massas populares tendiam a

(159) Ibid.

seguir a coligação da Aliança Liberal. Na realidade o movimento de massas desde 1928 vinha avançando na esteira da desagregação do bloco de poder oligárquico e incorporar-se a Aliança Liberal, como bem percebera Cristiano Cordeiro, seria persistir nessa linha. A mudança na linha política, induzida pelo SSA/IC afastou o PCB do movimento de massas isolando-o politicamente e facilitando sua desorganização. A raiz desse isolamento estava na análise que o PCB fazia, absolutizando as relações da Aliança Liberal com o "imperialismo americano" e da Concentração Conservadora com o "imperialismo inglês", eludindo a margem de autonomia do Estado e da classe dominante brasileira. Quando o resultado das urnas emergiu com 0,9% para a chapa majoritária do BOC no Rio de Janeiro e com 2% para a chapa proporcional, Astrojildo Pereira procurou ainda fazer uma análise lúcida reconhecendo "(...) toda a debilidade política e organizativa de nosso partido comunista brasileiro" e que havia ocorrido "(...) uma derrota eleitoral do partido, (...)". Constatando o respaldo popular com que estava contando a Aliança Liberal, Astrojildo Pereira deduzia estar havendo "(...) um grande impulso das grandes massas para a esquerda, para a revolução, (...) " mas que "(...) as amplas massas estão ainda sob influência da Aliança Liberal, (...)". Da concentração dos votos populares nos setores mais a esquerda da Aliança Liberal, como Mauricio de Lacerda, Astrojildo Pereira concluía que "(...) as massas mostraram sua desconfiança em relação aos chefes da Aliança Liberal, buscando um pouco mais a esquerda"; o apoio tácito da Coluna Prestes a Aliança Liberal concorreu para reforçar eleitoralmente os setores mais a esquerda da Aliança Liberal. Essa análise poderia levar Astrojildo Pereira a deduzir que o BOC deveria haver se incorporado a Aliança Liberal, mantendo sua autonomia, e assim esvaziar ainda

mais as lideranças liberal-oligárquicas, reforçando a esquerda da coligação e criando espaço de manobra para defender o movimento operário da repressão sistemática. Mas da análise substancialmente correta dos resultados eleitorais Astrojildo Pereira tenta fazer ver ao PCB que

"(...) sua debilidade, sua falta política principal estão determinadas por uma luta insuficiente nas massas contra as ilusões da Aliança Liberal e contra seus demagogos de 'esquerda' (gênero Mauricio de Lacerda), e por sua crítica e luta insuficientes contra as oscilações, o programa e a tática da Coluna Prestes" (160).

Para que se chegasse a essa conclusão em detrimento da outra (que parece ter sido a posição de Cristiano Cordeiro, Danton Jobim, Josias Carneiro Leão e outros) colaboraram a esquerdização da linha política do PCB, a identificação mecânica da Aliança Liberal com o "imperialismo americano" e a crença voluntarista que " (...) a situação brasileira não tem objetivamente outra saída que a luta revolucionária das vastas massas" (161).

Enquanto se iniciava a prática de deportar para o interior os trabalhadores desempregados de São Paulo, após três anos de significativas manifestações no 10. de maio, nesse ano de 1930 a polícia do Rio de Janeiro proibiu o evento e ocupou previamente a Praça Mauá, o tradicional palco de reunião operária. A tentativa de realizar de qualquer modo a manifestação redundou na prisão de Minervino de Oliveira, Paulo de Lacerda, Fernando de Lacerda, Sadi Garibaldi, Laura Brandão e outros militantes mais (162).

(160) "Los resultados de las elecciones brasileñas" In La Correspondencia Sudamericana, no.26. 1-5-1930.

(161) Ibid.

(162) O Correio da Manhã, 2-5-1930, cit. in Dulles, op.cit., p.339.

A desagregação do PCB e a desarticulação de seu grupo dirigente, com os officios do SSA/IC, afastou ainda mais o partido do movimento de massas e pôs a nu sua frágil organização. Um exemplo cristalino pode ser observado nos acontecimentos da Paraíba, que culminaram com a morte de João Pessoa e mostravam uma faceta da crise da dominação oligárquica. Visando fortalecer a arrecadação tributária do estado e o comércio da capital, João Pessoa estabeleceu uma legislação com esse fim, mas que prejudicava os interesses oligárquicos do oeste do estado, acostumado a canalizar seu comércio para Recife. Na véspera das eleições presidenciais conformou-se a ruptura do interior do estado, agrupado em torno da liderança oligárquica de José Pereira da cidade de Princesa, contra João Pessoa. Como João Pessoa era candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, imediatamente José Pereira se alinhou à Concentração Conservadora e ao governo federal. Os conflitos armados se sucederam até 26 de julho, quando João Pessoa foi assassinado no Recife, dando origem a uma desordenada mobilização popular contra tudo que simbolizasse o regime, como jornais e a sede do Partido Republicano. Apanhados de surpresa os comunistas de Pernambuco resolveram enviar "Lamartine" (provavelmente trata-se do primeiro-secretário do CR/PE, Raimundo Carvalho) para o palco da explosão da ira popular. Após superar a dificuldade de conseguir dinheiro para o transporte, "Lamartine" chegou a Paraíba para constatar que o PCB praticamente não existia e que os poucos militantes eram completamente ignorantes, de modo que a situação de insubordinação popular não pôde ser aproveitada. Para dar idéia do despreparo dos simpatizantes do PCB, "Lamartine" conta que o rapaz em cuja residência se hospedou, perguntou entre outras coisas se Lenin morava em Pernambuco e se o PCB desejava que "estourasse a

monarquia". De acordo com a situação encontrada, "Lamartine" conseguiu imprimir um panfleto de restrita divulgação, onde apelava, em nome do PCB, para a organização popular na luta contra a oligarquia, mas evitando contrariar o forte sentimento de simpatia por João Pessoa (163). Por sua vez a posição oficial do PCB estampada em A Classe Operária se destacava completamente da realidade e pedia

"a luta revolucionária decidida contra os dois bandos, contra José Pereira e contra João Pessoa, contra Washington Luiz e contra a Aliança Liberal, contra os banqueiros de Londres (que açulam Washington Luiz e José Pereira) e contra os banqueiros de Nova York (que açulam a Aliança Liberal e João Pessoa)" (164).

A nota do PCB pedia ainda a instauração de um "governo operário e camponês, baseado nos conselhos de operários, camponeses soldados e marinheiros" na Paraíba (165). Na lógica da análise do PCB, José Pereira, o chefe político de Princesa, não passava de um instrumento direto do imperialismo inglês, embora possivelmente ele não soubesse a localização de Londres e dificilmente Princesa constasse na produção cartográfica inglesa.

A comparação entre a manifestação contra a guerra convocada pelo PCB para 10. de agosto com o espetáculo do sepultamento de João Pessoa no dia 7 de agosto demonstrou mais uma vez a dissociação da política do PCB com o direcionamento que seguia o movimento de massas. O comício do PCB, proibido pela polícia, reuniu algumas dezenas de pessoas que acabaram sendo dispersadas pela intervenção da Guarda Civil. Em compensação, uma verdadeira

(163) Relatório de "Lamartine" ao CC do PCB, 4-8-1930. In ARCH A 2,9 (ASMOB).

(164) A Classe Operária, 28-7-1930.

(165) Ibid.

multidão acompanhou pelas ruas do Rio de Janeiro os restos mortais de João Pessoa, configurando uma grande manifestação popular contra o regime, que se repetiu em São Paulo, sempre de forma espontânea e desordenada. A partir daí o movimento pela derrubada do regime avançou de modo inexorável, culminando com o início da sedição militar a 3 de outubro no Rio Grande do Sul, até o empossamento do governo provisório de Getúlio Vargas, um mês depois. O PCB, atravessando grave crise interna derivada da intervenção do SSA/IC, esteve ausente da cena, mas muitos comunistas que discordavam da nova orientação imposta ao partido e mais próximos do movimento social, participaram das manifestações populares. Vários comunistas mais conhecidos foram presos, entre os quais Octavio Brandão detido já em 3 de outubro; Astrojildo Pereira, por sua vez, conseguiu evadir-se.

7. o fim do grupo dirigente do PCB

O "jovem bolchevique" Heitor Ferreira Lima, tendo partido em outubro de Moscou de volta ao Brasil após três anos de estudos na Escola Leninista, desembarcou no Rio de Janeiro no último domingo de 1930, talhado para ocupar o cargo que até a pouco fora de seu amigo Astrojildo Pereira. De fato, numa reunião ampliada do CC convocada para compor o Bureau Político (BP), que acabou sendo formada por Fernando de Lacerda, Arthur Basbaum e Domingo Braz, aclamou-se Heitor Ferreira Lima como secretário-geral do PCB. Também participaram dessa reunião Sílvia, futura esposa de Leoncio Basbaum, José Caetano Machado, Constâncio Dulci e outros, além de Astrojildo Pereira que havia vindo de São Paulo e novamente foi

responsabilizado pelas deficiências do partido. Decidiu-se publicar em A Classe Operária uma lista de todos os que haviam sido expulsos do partido acusados de "prestismo" e "desvios de direita", o que não deixou de ser uma forma de delação. Entre esses nomes estavam Josias Carneiro Leão, Aristides Lobo, Reis Perdigão, Pedro e Paulo Motta Lima. A primeira proposta do novo secretário-geral, em defesa da palavra de ordem em favor da convocação de uma Assembléia Constituinte, foi recusada, tendo sido aceita a argumentação contrária de Astrojildo Pereira. Como primeira tarefa no movimento de massas ficou decidida a convocação de uma Marcha da Fome, em nome da CGTB, prática que vinha sendo utilizada pelos partidos comunistas de vários países. Inicialmente marcada para o dia 17, a Marcha foi cerceada pela polícia, mas realizou-se no dia 19 na Praça da Bandeira ocorrendo enfrentamento dos manifestantes com a polícia, que efetuou um grande número de prisões. Com resultados semelhante a Marcha da Fome foi realizada também em Santos. Estimuladas pelo Ministério do Trabalho, as organizações sindicais dos foguistas e dos estivadores, com o apoio de muitas outras, com o fito de denunciar e isolar os comunistas, promoveram alguns dias depois uma grande manifestação de apoio à política do Governo Provisório.

Minervino de Oliveira e Octavio Brandão saíram da prisão no início de fevereiro, compensando em parte as prisões de Fernando de Lacerda, Paulo de Lacerda, Roberto Morena e José Caetano Machado, a tempo ainda de participar da reunião de reorganização do CR/RJ para o qual Lourenço Justino (Lino) foi eleito secretário. Algumas semanas depois, em nome do Bureau Sul Americano da Internacional Comunista (BSA/IC) - assim passara a se chamar o SSA/IC desde outubro de 1930, quando da transferência de Buenos Aires para

Montevideu -, Ines Guralisky chegou ao Rio de Janeiro para controlar a atividade da nova direção do PCB, no sentido de censurar qualquer "desvio de direita" ou qualquer conciliação com "prestismo", além de observar os desdobramentos do movimento da Aliança Liberal. A orientação política pela qual Ines Guralisky veio zelar foi expressa num documento estampado na Revista Comunista que de início afirma, sem ver a realidade, que "(...) o golpe de Estado do Brasil não modificou em nada as relações de classe, nem nas formas políticas, nem na forma do poder". Como a questão política fundamental, na visão do BSA/IC, era a da hegemonia no movimento das massas operárias e camponesas, o antigo aliado estratégico vislumbrado, a pequena burguesia, transformou-se no principal inimigo nesse movimento de massas. Existiriam dois "partidos" pequeno-burgueses no início de 1931, um deles tendo os nomes de Josias Carneiro Leão e Plínio Mello como referência, se colocava como ala esquerda da Aliança Liberal; na realidade tratava-se da direita comunista excluída do PCB por insistir na continuidade da política de aliança estratégica entre a classe operária e a pequena burguesia. Eram acusados de haver optado pelo corporativismo fascista e ao mesmo tempo assumido a ideologia trotskista (sic). O segundo agrupamento, "representando o radicalismo pequeno burguês" orbitava em torno de Luiz Carlos Prestes e se opunha a Aliança Liberal. Este "partido" buscava a hegemonia no movimento popular agrário o que na prática significaria "(...) uma luta contra-revolucionária dirigida contra o proletariado e contra a futura revolução" (166). Essas críticas foram desferidas no momento mesmo que Luiz Carlos Prestes e muitos de seus simpatizantes procuravam se aproximar ou ingressar no PCB. Por outro

(166) Revista Comunista, no. 2/3, janeiro-fevereiro de 1931.

lado ver uma influência significativa de Prestes entre os trabalhadores do campo, incipientemente organizados, não passava de uma ilusão. Mas estavam presentes no PCB tanto elementos favoráveis à busca da ampliação de espaços dentro do movimento da Aliança Liberal, como simpatizantes de Prestes, o que transferiria para o interior do partido a luta de classes e radicalizaria a luta pela "proletarização" do partido. Presente de forma cristalina a característica predominante na política da Internacional Comunista para o "terceiro período", onde se impôs a lógica do "social-fascismo" que transformava o aliado potencial mais próximo no inimigo principal e ainda recusava qualquer tipo de política de alianças.

Numa reunião do CC, realizada em março, para discutir o significado da vitória da Aliança Liberal convocada por Ines Guralsky e que não contou com a presença de Heitor Ferreira Lima, de um modo geral prevaleceu a posição de que o movimento de outubro havia sido um golpe de Estado executado pelo Exército com o apoio de parte da pequena burguesia. Apenas Leoncio Basbaum, que havia recentemente retornado do Nordeste, procurou realçar o apoio popular que recebera a Aliança Liberal e o isolamento político a que ficaram reduzidos os comunistas. Mas apesar de sua posição destoante, Leoncio Basbaum foi reincorporado ao CC do qual havia sido excluído meses antes, quando se encontrava ausente (167).

Como o constante agravamento da crise econômica e social facilitava o trabalho de agitação dos comunistas, em fase de rearticulação partidária, no seio das massas populares, a polícia

(167) Leoncio Basbaum, in op. cit., p.97.

desencadeou uma ação preventiva no mês de abril, visando impedir as programadas manifestações de 10. de maio. Foram detidos em ocasiões diversas Leoncio Basbaun, Salvador Cruz, Augusto Besouchet e Homem de Mello que foram deportados para o Uruguai, e Laura e Octavio Brandão e Hersch Schechter que deveriam ser deportados para a Europa. Apesar das prisões a manifestação de 10. de maio mais uma vez convocada pelo PCB, com o apoio da Liga Comunista, para a Praça Mauá, realizou-se, mas não sem o previsível enfrentamento com a polícia, que havia de antemão proibido o evento. Foram presos, e posteriormente enviados para a Ilha Grande, Lourenço Justino (Lino) e o estivador José Desidério. Uma tentativa de manifestação foi realizada no Recife, mas também esta foi dispersada pela polícia. Justamente em São Paulo, onde o movimento operário autônomo contava com maior vigor, o 10. de maio passou praticamente despercebido em função do frustrado levante da Força Pública do estado no dia 28 de abril, que inviabilizou qualquer manifestação diante do estado de prontidão que foram mantidas as forças do exército.

São Paulo era o pólo aglutinador do poder político derrubado em outubro de 1930 e foi onde de início as liberdades democráticas mais se fizeram presentes, em função mesmo do grau de fragmentação das classes dominantes do estado e da participação do movimento popular na queda da ordem oligárquica. O interventor João Alberto, hostilizado pela burguesia paulista, procurou estabelecer uma base social nas camadas médias urbanas e na classe operária e, agindo nessa direção, deu permissão oficial para que o PCB se organizasse em São Paulo. O problema é que essa permissão foi dada em nome de Plínio Mello, Josias Carneiro Leão e Luiz Leal de Barros, todos eles já expulsos do PCB, de tal modo que a reunião por eles

convocada com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, que agora dirigiam o partido em São Paulo, não se realizou, além do que a linha política imposta pelo SSA/IC e que agora orientava o PCB não poderia aceitar uma legalidade assim conseguida (168). Da mesma maneira os "trotskistas" também criticaram a iniciativa da legalização. A repressão desencadeada pela polícia, controlada pelo Partido Democrático, contra o comício convocado para 7 de novembro, para comemorar o aniversário da revolução russa, inviabilizou definitivamente a possibilidade de o PCB ter uma atividade tolerada pelo menos em São Paulo.

No início de 1931 os esforços do PCB para fortalecer sua organização e forjar a CBTB em São Paulo poucos resultados haviam produzido, diante de indiscutível predomínio do anarco-sindicalismo. Até mesmo a direção das entidades sindicais do ramo hoteleiro o PCB perdeu por completo com a fusão do Centro Internacional de Santos com o Centro Cosmopolita de São Paulo, e na UTS/SP o PCB passou a ser uma corrente minoritária diante da Liga Comunista, de maneira que o comitê pró-CGT conseguiu insignificantes resultados.

Numa tentativa de dar novo fôlego ao PCB em São Paulo foi convocada para abril uma Conferência Regional, cujas teses foram redigidas sob estrita supervisão de Ines Guralsky e que reproduzia, em linhas gerais, o teor do artigo publicado na Revista Comunista. As teses, bastante frágeis, contraditórias e deslocadas da realidade, foram impiedosamente criticadas pela Liga Comunista, principalmente no que tange às contradições interimperialistas no Brasil, às

(168) Carta de Plínio Mello a J.F. Dulles, 20-7-1979 In Dulles, op.cit., p.433-37.

críticas desferidas contra as posições de Prestes que, como se notava, eram já a mesma do PCB, a idéia de se lutar de imediato pela instauração de um "parlamento soviético" e a descabida proposta de se aventar a secessão de negros e índios do Estado nacional (169). O fato de Astrojildo Pereira ter sido obrigado a se responsabilizar pela tese política da Conferência Regional, com a qual certamente mesmo com muito esforço ele não concordava e ao mesmo tempo ter pela enésima vez tido que fazer humilhante autocrítica diante da responsabilidade que lhe foi impingida de todos os erros e fracassos do PCB, fez com que pensasse seriamente em se afastar do partido, mesmo que temporariamente. Ainda em abril escreveu uma carta ao BP do PCB anunciando que deixava de colaborar nos periódicos O Tempo e O Homem do Povo, nos quais assinava com o pseudônimo de Aurelineo Corvo (170). O primeiro era um órgão que se identificava com a esquerda da Aliança Liberal e era propriedade de Rafael Correa de Oliveira, antigo aliado do PCB, e o segundo, onde Astrojildo Pereira se ocupava da coluna internacional, era produzido por Oswald de Andrade e Patricia Galvão (Pagú) que começavam a se aproximar da Liga Comunista. Cerceado em sua atividade de jornalista, acusado de colaborar com "prestistas" e "trotskistas", Astrojildo Pereira escreveu em seguida uma outra carta dando conta de seu afastamento do PCB. Essa carta, que foi vista pelo menos por Heitor Ferreira Lima e Leoncio Basbaum, foi enviada ao BSA/IC e amplamente utilizada por August e Ines Guralsky para justificar todas críticas anteriores de que Astrojildo Pereira havia sido alvo (171). E' possível também

(169) A Luta de Classe, no.7, maio de 1931.

(170) Carta de "Aurelineo Corvo" (Astrojildo Pereira) ao BP do CC do PCB, abril de 1931 In ARCH A 2,14 (ASMOB).

(171) Leoncio Basbaum, op.cit., p.109-110 e Heitor Ferreira Lima, op.cit., p.146.

que já então Astrojildo Pereira estivesse decidido a esposar Ines, filha de Everardo Dias.

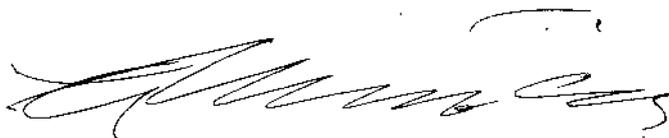
Depois da falida rebelião da Força Pública acentuou-se o declínio da interventoria de João Alberto e paralelamente recrudesceu a repressão contra o movimento operário autônomo e contra os comunistas, embora ainda se estivesse longe dos níveis atingidos no Rio de Janeiro. Assim Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda acabaram sendo detidos e deportados para o Rio Grande do Sul. Astrojildo Pereira logo que pode voltou e preparou sua transferência para Rio Bonito, sua terra natal, onde permaneceria alguns anos. Paulo de Lacerda, que já vinha apresentando sintomas de desequilíbrio mental, foi novamente preso pela polícia gaúcha, alguns meses depois, e após passar por três fuzilamentos simulados alienou-se definitivamente, sendo expedido para o Uruguai, onde permaneceu até 1934, quando a família foi buscá-lo para viver em Vassouras. Por sua vez, Laura e Octavio Brandão deixaram o Rio de Janeiro rumo a Bremen, na Alemanha, depois URSS, no dia 18 de junho, para um exílio de quinze anos, ao qual Laura não sobreviveria. O grupo de comunistas que desde abril estava na Casa de Detenção do Rio de Janeiro também em junho foi deportado para o Uruguai.

Em fins de junho o BP do PCB, para escapar ao cerco policial no Rio de Janeiro, decidiu transferir-se para São Paulo mas não antes que Ines Guralsky desferisse o último golpe contra o agora completamente desarticulado grupo dirigente do PCB. Com o fito de livrar-se de Heitor Ferreira Lima, amigo próximo de Astrojildo Pereira, e que atuava na secretaria geral com tolerância e flexibilidade, Ines Guralsky decidiu enviá-lo ao Nordeste, a fim de

assistir às várias conferências regionais programadas.

Assim, em meados de 1931, aquele grupo dirigente que começou a conformar-se a partir de 1927, estava desarticulado vítima da intervenção direta do SSA/IC, sob controle staliniano, e pela repressão policial desencadeada pelo Estado, a fim de defender os interesses do conjunto das classes dominantes no momento da desagregação da ordem oligárquica e generalização da revolução burguesa. A intervenção do SSA/IC impôs uma linha política que teve como resultado o isolamento político dos comunistas, limitando sua potencial inserção na classe operária e facilitando o trabalho de repressão por parte do Estado. Mas o grupo dirigente do PCB foi vítima também de sua própria fragilidade teórica e organizativa pois não conseguiu apreender particularizadamente as contradições da formação social brasileira, principalmente as inerentes às classes dominantes, não se preocupando sequer com o papel que cumpria à burguesia industrial. Essa deficiência dificultou o cumprimento da sempre propalada necessidade de inserir o partido nas fábricas, o que por sua vez acentuou sua fragilidade organizativa. Desarmada de uma organização política autônoma, a classe operária ficou disponível para que o Estado atuasse uma política de cooptação.

MARCOS TADEU DEL ROIO



A CLASSE OPERARIA NA REVOLUÇÃO BURGUESA

(A política de alianças do PCB, 1928-1935)

ensaio histórico-político

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Conjunto de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do prof. Dr.
Leoncio Martins Rodrigues Netto.

Campinas, SP - 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Capitulo IV

Do obreirismo à fusão com o prestismo

I. Introdução

As trocas de interventores em diversos estados, ocorridos no segundo semestre de 1931, mostravam que a oficialidade jovem do exército, que havia se apossado de parte das funções de governo do Estado, era incapaz de implementar uma ação política unificada, tendo em vista um projeto de superação da crise complexiva da formação social brasileira.

No entanto a crise da dominação oligárquica que vinha se desenvolvendo desde 1928, quando o padrão de acumulação de capital capitaneado pelo setor agromercantil cafeeiro havia atingido seus limites, vinha somente se agravando. A queda concomitante das importações e das exportações, associada à desvalorização cambial frente ao dólar e à libra esterlina, acentuou a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, de modo a exigir o encaminhamento de um novo padrão de acumulação de capital centrado na indústria. Para tal era necessário a ampliação das funções do Estado com a consequente criação de um funcionalismo público assalariado - as chamadas novas camadas médias urbanas - e o crescimento do proletariado industrial urbano. Desse modo poderia ser ampliada a base fiscal do Estado, ser estimulado o mercado interno e assim diminuir a dependência financeira e comercial do mercado capitalista mundial em fase de contração.

A fragmentação das oligarquias agrárias derivada da diversificação de interesses e do fim do predomínio político da oligarquia paulista, num momento que se iniciava a generalização das relações de produção capitalistas, ensejou uma progressiva

autonomização relativa do Estado frente aos interesses dos vários setores das classes dominantes. Assim, no geral, a política econômica do Estado procurou defender os interesses tanto da agricultura e do comércio, como da finança e da indústria, e, através da ampliação das funções do Estado, diminuir a conflitualidade entre as frações da classe dominante.

A autonomia relativa do Estado tendeu a aumentar mais ainda com a tentativa de restauração de seu predomínio por parte da oligarquia paulista, na mesma proporção que acentuava a fragmentação política do conjunto das classes dominantes do país. A oligarquia paulista, após o afastamento de João Alberto da interventoria, vislumbrou a possibilidade da restauração de seu predomínio, evidentemente que sob novas condições, lutando por outro lado por um interventor civil e paulista que garantisse sua autonomia de ação, e por outro exigindo a imediata elaboração de uma nova Constituição que garantisse uma reestruturação da dominação oligárquica sob sua direção, mas levando em conta o aumentado peso específico do Rio Grande, de Minas Gerais e do Nordeste.

A pertinácia dos paulistas em levar avante esse projeto restaurador e a resistência dos militares, ditos revolucionários, levaram ao conflito armado. Após a queda de João Alberto, foi indicado Plínio Barreto como interventor, o nome preferido pelo PD/SP, mas pressionado por Miguel Costa e sua Legião Revolucionária não chegou nem mesmo a tomar posse. O anódino Laudo de Camargo, empossado em seu lugar, também não suportando a pressão militar, renunciou para que assumisse o general Manuel Rabello. Isso acelerou a rearticulação da oligarquia paulista que optou pela via das armas para derrubada de Getúlio Vargas.

Em 13 de janeiro de 1932, o PD/SP rompeu oficialmente com o "Governo Provisório", o que estimulou a reorganização do PRP uma semana depois, abrindo caminho para a formação, em 16 de fevereiro, da Frente Única. Pelo menos provisoriamente a oligarquia e a burguesia de São Paulo reencontraram uma forma de reaglutinar suas forças, conseguindo ainda arrastar a parte majoritária das camadas médias urbanas e da intelectualidade jovem. Segura de seus aliados da Frente Única gaúcha (PRR-PL), que em março também romperia com Getúlio Vargas, e da fração da oligarquia mineira liderada por Arthur Bernardes, a Frente Única de São Paulo resolveu partir para a mobilização social iniciada com êxito em 25 de janeiro e continuada em 24 de fevereiro, por ocasião do aniversário da Constituição de 1891. No mesmo dia o "Governo Provisório" editou o Código Eleitoral, que de acordo com a plataforma da Aliança Liberal, ampliou o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos, garantindo ainda que esse seria secreto, além de criar uma até então inexistente Justiça Eleitoral. A reação dos militares e seus simpatizantes agrupados no Club 3 de outubro não se fez esperar e em represália, no dia seguinte foi "empastelado" o Diário Carioca, simpático à tese da constitucionalização imediata. Em decreto publicado em 14 de maio foi convocada eleições para a Assembléia Nacional Constituinte para 3 de maio do ano seguinte, numa aparente concessão à posição dos jovens militares favoráveis à continuidade da ditadura e à postergação da constitucionalização que, sabiam, beneficiaria a oligarquia. Essa manobra arriscada de procurar contemplar a exigência de convocação da Constituinte empalmada pela oligarquia paulista, e ao mesmo tempo protelá-la como queriam os militares tornou mais provável a eclosão do conflito armado, mas ao mesmo

tempo ampliou o grau de autonomia do Estado na condução da política econômica e perante as diversas frações das classes dominantes.

Afastado o general Manuel Rabello, Getúlio Vargas nomeou Pedro de Toledo, em 7 de março, como interventor, que embora civil e paulista, de início pouco representava a oligarquia paulista articulada na Frente Única. A mobilização de rua convocada pela Frente Única que acabou com o assalto à sede da Legião Revolucionária, agora transformada em Partido Popular Progressista (PPP), em 23 de maio, forçou a nomeação de um secretariado de governo de acordo com o desejo da Frente Única. Quando a oligarquia paulista conseguiu o afastamento do general Goes Monteiro do comando da II Região Militar (RM), o cenário para a insurreição militar contra o "Governo Provisório" estava pronto.

Um tanto precipitadamente o general Bertoldo Klinger deu início às ações militares por São Paulo em 9 de julho. Insuficientemente armado e com o porto de Santos bloqueado, São Paulo foi facilmente batido no campo de batalha em menos de três meses, já que a esperada adesão do Rio Grande, de Minas Gerais e do Mato Grosso, que poderia inverter o resultado da contenda, não aconteceu, pois as forças políticas dominantes desses estados chegaram a um acordo com o governo Getúlio Vargas. Derrotada militarmente, a oligarquia paulista conseguiu importantes posições políticas apesar de ter que assistir o exílio de alguns de seus próceres e aceitar a interventoria militar do general Waldomiro Lima, que no entanto estava impedido pela situação de tripudiar sobre os vencidos sempre dispostos a retomar a bandeira do interventor civil e paulista.

Com o término das ações militares tiveram início as articulações tendo em vista as eleições constituintes, derivando daí a formação de vários partidos que demonstravam mais o grau de fragmentação das classes dominantes que a transparência de interesses materiais antagônicos. A diversidade regional nas posturas políticas foi a tônica, mas genericamente pode-se afirmar que enquanto parte das oligarquias regionais procuravam conservar suas posições tradicionais de poder, outra fração, procurando reciclar-se, buscava alianças com setores emergentes na burocracia estatal para galgar novas posições de poder. Por sua vez, a juventude militar e seus simpatizantes civis que haviam se organizado em clubes e legiões com sua base social incerta e fluida e que tinham sua influência garantida por postos ocupados na máquina estatal, de acordo com a região e a situação política específica se aliaram com uma fração oligárquica contra outra ou então apelavam para as massas populares e o proletariado, assumindo uma fraseologia socialista.

O Congresso Revolucionário Nacional, realizado em outubro de 1932, definiu, na medida do possível, a linha de atuação dos chamados "revolucionários de outubro" (de 1930) com vistas às eleições constituintes, agora irreversíveis. Por um lado deram seu apoio ao Partido Republicano Liberal (PRL) de Flores da Cunha e seus desdobramentos fora do Rio Grande, e por outro foi fundado o PSB com seções estaduais formadas para dar apoio aos interventores e buscar atrair setores populares. No Nordeste a legenda da União Cívica Nacional de certo modo fundiu as duas linhas táticas. Um evento aparentemente pouco importante ocorrido nesse congresso mas que teria desdobramentos decisivos a curto prazo foi a ruptura

formalizada por Plfnio Salgado, que acabara de fundar a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Quando o resultado das urnas das eleições de maio veio à luz, assistiu-se em São Paulo uma avassaladora vitória da Chapa Única (PD/SP) da oligarquia reunificada, enquanto que no Rio Grande o PRL de Flores da Cunha, que unia frações da oligarquia com setores sociais e políticos emergentes de projeção nacional, derrotava a oligarquia tradicional articulada na esvaziada aliança PRR-PL. Por sua vez, em Minas Gerais o reorganizado PRM conseguiu vencer a duras penas outro setor oligárquico que se apresentou sob a sigla do PPM, sendo apoiado pela pouco influente corrente "revolucionária". Em importantes estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco a vitória coube aos locais PSD ligados às respectivas interventorias. No Rio de Janeiro a maioria dos votos foi dividida entre o Partido Popular Radical (PPR), herdeiro da oligarquia "nilista" e a União Progressista Fluminense (UPF) de inspiração clerical.

Sob pressão do Club 3 de outubro, aos deputados constituintes eleitos por voto proporcional acrescentou-se, em eleições realizadas em julho, a representação classista, escolhida por organizações patronais, profissionais e sindicais, antecipando o hibridismo liberal-corporativo da futura Constituição, mas que abriu brecha por onde a classe operária pode se fazer representar, embora muito escassamente. Solenemente empossada no dia 15 de novembro de 1933, a Assembléia Nacional Constituinte teve seus trabalhos dirigidos sob a presidência de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada do PPM. Uma das primeiras decisões aprovadas em plenário foi um decreto de anistia que beneficiou lideranças da insurreição da oligarquia paulista mas também militantes do movimento operário que

se encontravam encarcerados. A nova Constituição foi finalmente promulgada em 16 de julho de 1934, sem antes passar por uma tentativa de golpe do general Goes Monteiro que se reaproximava do Exército "hierárquico", suportar as interferências de Getúlio Vargas e seus ministros, e assistir a campanha difamatória dos integralistas. Antes de se autodissolver, a Constituinte ainda elegeu Getúlio Vargas como presidente constitucional de modo indireto e por um período de quatro anos.

A maioria da Assembléia Nacional Constituinte foi formada por frações oligárquicas imbuídas de um ideário liberal, democratizado por força da emergência das massas populares urbanas que, embora desorganizadas, fizeram sua presença impossível de ser ignorada. Os constituintes que se identificavam com a juventude militar propulsora do movimento de outubro e que formavam a minoria, tendiam a defender as formas corporativas de organização social que implicava uma detalhada legislação trabalhista.

A burguesia industrial por conta de suas organizações como a FIESP e outras e de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte continuaram lutando para restringir a legislação social ou transferir seus encargos ao Estado do qual pedia um decidido estímulo e proteção ao desenvolvimento industrial. Mas o fato é que a nova Constituição tendeu a consagrar um mercado de trabalho controlado pelo Estado já que a burguesia industrial, embora estivesse se fortalecendo no mundo da produção, não contava com força suficiente ou um projeto para manter a submissão da classe operária. Entre o sindicalismo único corporativo tutelado pelo Estado e o sindicalismo unitário autônomo defendido pelas tendências

mais combativas do movimento operário, a maioria liberal da Constituinte optou por uma legislação sindical autonomista e pluralista, que era também a proposta dos católicos, sem futuro no processo social e político que se delineava, e já golpeado antes mesmo de promulgada, por um decreto do "Governo Provisório" de 12 de julho, confirmando a legislação de 1931 e o sindicalismo tutelado ao qual dentro em breve a burguesia aderiria.

As classes subalternas na Constituinte tiveram pouca oportunidade de se expressar em defesa de seus interesses em primeira pessoa, pois o debate girou mais em torno do que as classes dominantes, desprovidas de um projeto hegemônico e enredadas em suas próprias contradições, deveriam fazer para manter o controle da força de trabalho. A classe operária, às voltas com o desemprego e o rebaixamento salarial, procurou defender suas condições de vida atuando sob intensa repressão política. O processo constituinte no entanto criou novos espaços de liberdades democráticas que permitiu a retomada da organização autônoma das classes subalternas contraposta à corporativização que vinha sendo imposta pelo Estado.

2. o obreirismo

O vetor do processo sócio-político brasileiro nos primeiros anos 30, até a promulgação da nova Constituição, foi dado pelos conflitos e contradições no interior do próprio bloco de poder, fragmentado mas em busca de uma recomposição que incorporasse a burguesia industrial e reconhecesse a nova correlação de forças entre as oligarquias regionais. Em relação às classes subalternas, foi colocado em ação um processo de corporativização das

organizações classistas que, conjungando repressão e cooptação, concedia uma cidadania restrita e tutelada à classe operária. Esse processo foi facilitado pela derrota que a classe operária havia sofrido nos anos anteriores, quando se viu desarmada de uma organização política que a dirigisse de modo autônomo no processo de desagregação da dominação oligárquica. A repressão estatal conjugada com a intervenção do SSA/IC no PCB e a imposição de uma linha política dissociada da realidade, desarticulou seu grupo dirigente que tinha um projeto em maturação de inserção da classe operária como agente no colapso da ordem oligárquica através de uma política de alianças, e isolou os comunistas da classe operária.

Em fins de junho de 1931, quando Heitor Ferreira Lima foi enviado ao Nordeste, rompeu-se o último elo de ligação com a direção de Astrojildo Pereira. Foi então escolhido para a secretaria geral do PCB, José Villar (Miguel), cuja maior "virtude" era ser de origem operária, e que fazia parte do CC desde um ano antes. O tom da orientação política, porém, era dado por Ines Guralsky e Fernando de Lacerda, o intelectual do antiintelectualismo, dando início ao período de predomínio do "obreirismo". Este emergiu do vazio teórico criado com a desarticulação do grupo dirigente agregado em torno de Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, dando margem ao retorno de aspectos utópicos e voluntaristas presentes na cultura anarco-sindicalista, como a inerência da consciência revolucionária na classe operária e o mito da greve geral revolucionária. Ligado a isso, houve ainda uma subestimação da dimensão do fazer político e do Estado, visto como entidade alheia à classe operária e ao mundo do trabalho. Por outro lado, essa revivescência de aspectos do anarco-sindicalismo na cultura dos comunistas se conjuminava com a

visão stalinista do marxismo imposta pelo BSA/IC, que tinha um ponto de vista instrumentalista da política e da cultura, subestimando fortemente a atividade teórica e intelectual. Assim, no "obreirismo" dos comunistas brasileiros sintetizou-se uma perspectiva "economicista-voluntarista" que entendia que no Brasil haveria um processo revolucionário em marcha em função da violenta crise econômica pela qual o país passava e que bastaria um grupo de homens ferreamente organizados e decididos para que as massas oprimidas cedo ou tarde seguissem sua direção. Nesse caso a ação política deveria em grande parte ser dedicada a desorganizar outras tendências, grupos e facções que também se reportavam às classes subalternas, já que estas estariam bloqueando o caminho da radicalização do processo revolucionário, além de os comunistas terem que ser os mais voluntariosos e intransigentes na luta de classes, visando sempre sua agudização. Daí os ataques constantes àqueles que sendo potenciais aliados políticos são encarados como traidores e inimigos que impedem a revolução. Segundo essa concepção, o PCB necessariamente dirigiria a classe operária e as massas camponesas no caminho da revolução agrária e antiimperialista ou então o fascismo seria inevitável. A luta de classes havia já sido transferida para o interior do partido o que exigia a exclusão sistemática de intelectuais de origem social pequeno burguesa, condenando-se assim, aprioristicamente, qualquer esforço de reflexão teórica. Como contraparte, a valorização da figura do operário foi composta como a de um predestinado.

Embora nem sempre a prática tenha coincidido com o discurso, é claro que o "obreirismo" em nada colaborou para o crescimento orgânico do partido e para a ruptura do isolamento

político. Nesse sentido, no segundo semestre de 1931, quando a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte se colocava com insistência crescente no debate político, era bastante lógico que o PCB recusasse essa bandeira de luta a qual considerava apenas um paliativo que favorecia a reaglutinação das classes dominantes, como aliás também pensavam setores majoritários da juventude militar aliancista. A orientação do PCB naquele momento constituía em preparar, através de greves e manifestações constantes, as bases para uma revolução popular, operária e camponesa, atuando quase que exclusivamente no movimento social, descartando qualquer política de alianças estratégicas ou momentâneas e localizadas que fossem. Essa tática de enfrentamento constante de certo modo facilitava o trabalho da repressão policial, causando grande número de baixas nas fileiras partidárias, além de diminuir o potencial de crescimento da organização. Por outro lado, o grau de combatividade e dedicação das poucas centenas de militantes era extremada pela perspectiva de uma vitória, produto mais de uma "crença" do que de qualquer análise científica da realidade. Assim, a cada golpe sofrido pela organização pela ação policial, havia o esforço para recompor as instâncias dirigentes, dando uma característica de grande instabilidade e mobilidade nos principais cargos de direção, dificultando desse modo a formação de um grupo homogêneo e eficiente.

Após o desmantelamento do CR/SP em meados de 1931, já em outubro Leoncio Basbaum e Augusto Besouchet de volta a São Paulo vindos do Uruguai, através de contatos pessoais, reconstituíram a direção partidária no estado promovendo em novembro uma Conferência Sindical e uma Conferência Regional que escolheu o próprio Leoncio

Basbaum como secretário regional. Por sugestão deste e com aquiescência do BSA/IC, o CC como um todo se transferiu para São Paulo, onde a repressão, apesar de agravada, ainda era mais branda que na capital da República.

Em meados de janeiro de 1932 realizou-se uma sessão plenária do CC/PCB a fim de recompor o órgão de direção. Dessa reunião que confirmou José Vilar (Miguel) na secretaria-geral, participaram, entre outros, Leoncio Basbaum, Salvador Cruz, Augusto Besouchet, Fernando de Lacerda, Encina de Lacerda, Francisco Natividade de Lira (Cabeção), Domingos Braz (Mauro) e Arlindo Pinho, pela JC. As divergências entre Leoncio Basbaum e Fernando de Lacerda polarizaram a reunião, na questão da política sindical e na questão dos intelectuais (172). O primeiro defendia uma política mais flexível em relação aos sindicatos oficiais, onde se poderia exercer alguma influência, e também em relação aos intelectuais de quem um obreirismo extremado defendido por Fernando de Lacerda desejava caçar o direito de voto nas decisões internas. Nesse Plenun do CC/PCB foi também votada "(...) por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor e renegado da causa do proletariado", acusado de manter boas relações com a esquerda aliancista e haver apregoado a aliança entre o PCB e a Coluna Prestes. Foi também confirmado o afastamento de José Casini, Minervino de Oliveira, Everardo Dias, João Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Carlos Villanova e Odilon Machado (173).

Nesse mesmo momento Heitor Ferreira Lima assistia e

(172) Leoncio Basbaum, op.cit., p.115.

(173) A Classe Operaria, 26-1-1932.

coordenava a Conferência Regional do PCB em Pernambuco, cujo secretário regional era então o carregador de açúcar José Francisco. Pouco antes os comunistas haviam participado de uma greve que paralisou boa parte do Recife. O movimento iniciado com a paralisação da Great Western Railway se estendeu a Tram Railway, cuja greve estava já decidida, e aos carregadores de açúcar e gráficos, onde os comunistas contavam com decisiva influência. Os patrões aceitaram negociar e o movimento chegou a bom termo para a organização sindical. Em seguida, Heitor Ferreira Lima deslocou-se para Natal, onde assistiu a Conferência Regional do Rio Grande do Norte e teve oportunidade de encontrar-se com o sapateiro José Praxedes, participante do "governo popular revolucionário" de 1935, e com Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), delegado de Mossoró, futuro secretário-geral do PCB. Terminada sua função em Natal, Heitor Ferreira Lima transferiu-se para Fortaleza, onde, a exemplo do Rio Grande do Norte, existia uma pequena e recente organização partidária surgida em 1930. Ali, Heitor Ferreira Lima encontrou a organização cindida entre intelectuais e operários, além de uma base de militares, praticamente secreta, organizada por Gregório Bezerra, e que não participou da Conferência Regional realizada em fins de maio. Em junho, na onda repressiva que se abatia por todo o país, Heitor Ferreira Lima foi preso quando se preparava para ir a Teresina, permanecendo detido até outubro, quando foi transferido para a Ilha Grande, onde iria encontrar-se com grande quantidade de companheiros (174).

De Pernambuco, retornou a São Paulo em abril de 1932, José

(174) Heitor Ferreira Lima, op.cit., p.157 e s.

Caetano Machado para reassumir seu posto no CC, do qual se afastara desde sua prisão no Rio de Janeiro, um ano antes. Alguns dias depois chegava também, em nome do BSA/IC, o jovem argentino Gonzales Alberdi, para informar-se melhor sobre os motivos da paralisação política do PCB naqueles primeiros meses do ano, gerada principalmente pelas divergências entre Leoncio Basbaum e Fernando de Lacerda. Essas divergências estavam a impedir uma melhor preparação para as manifestações de 10. de maio programadas para o Largo da Concórdia, no bairro operário do Brás, e que acabaram sendo impedidas pela intervenção preventiva da polícia, a qual deteve alguns militantes comunistas. Enxugado pelo fracasso das manifestações de 10. de maio e pela chegada, primeiro de Mário Grazzini, que estava em Montevidéu trabalhando na CSLA, e de Roberto Morena depois, que fora responsável pelo Nordeste durante certo período até ser detido em Alagoas, houve na primeira quinzena de maio numa reunião ampliada um rearranjo do BP e do CC/PCB. José Caetano Machado substituiu José Vilar na secretaria geral, Fernando de Lacerda foi afastado do BP e sua companheira Encina de Lacerda afastada do CC; Leoncio Basbaum ficou encarregado do setor de agit-prop do BP. A mudança mais importante porém foi no setor sindical que, com a presença de Mario Grazzini e Roberto Morena, abandonou de vez a idéia de formar sindicatos comunistas e optou pela formação de "frações vermelhas" em quaisquer sindicatos de categoria existentes, até mesmo os reconhecidos e orientados pelo Ministério do Trabalho.

Essas mudanças na direção e na política do PCB se deram em meio a um importante movimento grevista que atingiu diversas categorias de trabalhadores na capital paulista. Desde fevereiro vinham ocorrendo sucessivas paralisações em São Paulo, iniciadas com

o vitorioso movimento dos ferroviários da São Paulo Railway já com a participação de Roberto Morena, que custou a prisão de Fernando de Lacerda durante a realização de um comício. No mesmo mês os tecelões do Cotonifício Italo Brasileiro, sob direção da UOFT paralisaram o trabalho. Em abril foi a vez dos padeiros de São Paulo e dos bancários de Santos, que contaram com a solidariedade da Associação dos Bancários de São Paulo. Mas foi no mês de maio que as greves tenderam a se generalizar, englobando as categorias mais numerosas. Apesar do fracasso das manifestações do 10. de maio convocadas pelo PCB, com apoio da Liga Comunista (LC), já no dia seguinte os ferroviários São Paulo Railway e os operários em fábricas de calçados declararam-se em greve. No outro dia os vidreiros aderiram à greve enquanto que na São Paulo Railway o movimento se espalhava para Santos e Alto da Serra. Em seguida optaram por paralisar as atividades também os gráficos, dirigidos por Mário Grazzini e João da Costa Pimenta. Nos dia 10 de maio os trabalhadores do ramo hoteleiro entraram em greve, ao mesmo tempo que a UOFT, dirigida por José Righetti resolveu aderir ao movimento e integrar-se ao Comitê de Greve. Quando aos tecelões em greve juntaram-se ainda os trabalhadores da construção civil da União Beneficente dos Trabalhadores da Construção Civil (UBTCC) o número de grevistas subiu a cerca de duzentos mil. Houve ainda paralisações esporádicas e localizadas entre os padeiros, metalúrgicos e cigarreiros.

A parte as reivindicações específicas de cada categoria, naquele mês de maio o movimento operário como um todo levantou-se em torno da luta pelo cumprimento da legislação social como a Lei da Férias e Lei do Menor, assim como por melhores salários, limitação da jornada de trabalho a oito horas, reconhecimento dos comitês de

fábrica e particularmente pela abolição das Cadernetas de Trabalho, impostas pelo Ministério do Trabalho com apoio do patronato. A amplitude da greve foi garantida pela decidida adesão de todas as tendências do movimento operário favoráveis à manutenção da autonomia sindical, simbolizada pela luta contra a Caderneta de Trabalho. Nessa luta, apesar das persistentes divergências, empenharam-se, formando o Comitê de Greve, os anarco-sindicalistas da FOSP, o PCB, a LC e os reformistas autonomistas de José Righetti.

O movimento grevista começou a declinar quando a polícia invadiu a sede da UTG/SP para onde havia sido convocada uma reunião pública do Comitê de Greve, efetuando uma série de prisões entre as quais as de José Caetano Machado, Mário Grazini, Leoncio Basbaum e Roberto Morena, todos da direção do PCB. A realização dessa reunião era uma temeridade que terminou numa catástrofe para a recém reorganizada direção central do PCB, pois embora o movimento operário estivesse relativamente organizado e com elevado grau de combatividade, encontrava-se num crescente isolamento em função da mobilização reacionária das classes dominantes de São Paulo, que havia já envolvido a maioria da pequena burguesia na luta para recuperar os espaços perdidos no Estado nacional. Assim, o desencadeamento da repressão contra a liderança do movimento grevista era previsível, como previsível era também o amplo consenso social conseguido pela ação policial, proporcionada ainda pela presença de operários imigrantes na organização da greve, que facilitou a propaganda chauvinista da oligarquia paulista, ocupada nos últimos retoques para o desencadeamento da guerra civil. A despreocupação em ampliar alianças sociais e políticas juntamente com a prática de enfrentamento sistemático com os órgãos de

repressão provocaram não só a desarticulação da direção do PCB como de toda a organização operária no interior das fábricas.

O que restou da direção do PCB deslocou-se novamente para o Rio de Janeiro para ali, uma vez mais, reorganizar as forças. Numa reunião dos elementos disponíveis Duvitiliano Ramos (Freitas) foi eleito o novo secretário geral, formando o novo BP com Domingos Braz (Mauro), responsável pelo agit-prop e João Menezes (Cunhambebe), responsável pelo setor sindical, a quem se agregou Corifeu de Azevedo Marques, o único paulista desse grupo integrado por militantes originários do Estado do Rio de Janeiro. Fernando de Lacerda, apesar de estar com a saúde gravemente abalada, continuava exercendo forte influência na linha política do partido. Antes do final do ano Duvitiliano Ramos foi preso e Domingos Braz assumiu a secretaria geral do PCB.

Duvitiliano Ramos foi fazer companhia a algumas dezenas de outros líderes operários, comunistas ou não, que desde 1931 estavam sendo enviados para a Ilha Grande, com maior intensidade a partir de maio até fins de 1932. Entre outros foram para lá mandados, em ocasiões diversas, os dirigentes comunistas José Caetano Machado, Leoncio Basbaum, Mário Grazzini, Roberto Morena, Corifeu de Azevedo Marques, Hílio Manna de Lacerda, José Desidério, Heitor Ferreira Lima, além de muitos ativistas sindicais de origem imigrante, principalmente judeus. Numa das levas de presos chegou Antônio Maciel Bonfim (Miranda), que tivera seu pedido de ingresso no partido feita no início do ano recusada, provavelmente por ele, como declarado simpatizante da extinta LAR, ser taxado de "prestista". Em fins de novembro, Antônio Maciel Bonfim, José Caetano Machado e José Desidério conseguiram escapar da prisão com a conivência de

alguns soldados simpatizantes do PCB. José Caetano Machado voltou novamente para o Recife enquanto José Desidério e Antônio Maciel Bonfim se estabeleceram no Rio de Janeiro. Por intermédio de Domingos Braz, o professor primário e ex-sargento do exército Antônio Maciel Bonfim foi, além de aceito no PCB, quase que imediatamente agregado ao CC dando início à subreptícia mas rápida transição do "obreirismo" ao "prestismo" na composição da direção partidária.

3. o prestismo

Ainda em dezembro de 1932 alguns prisioneiros políticos começaram a ser soltos em pequenos grupos, entre os quais Leoncio Basbaum e Mário Grazzini, com poucas semanas de diferença, e logo reassumiram suas funções no CC/PCB.

Em princípios de 1933, a questão mais premente que a direção do PCB deveria abordar era o significado da recente guerra paulista e a perspectiva da eleição para a Assembléia Nacional Constituinte. Um artigo de Luiz Carlos Prestes, publicado no Brasil apenas no ano seguinte, resumiu aproximadamente as conclusões que os comunistas chegaram a propósito do conflito armado de 1932. Persistindo na visão reducionista da crise brasileira como subordinada à disputa interimperialista, concebia-se a rebelião de São Paulo como uma tentativa do imperialismo inglês de recuperar as posições perdidas em 1930 para o imperialismo americano, que por sua vez apoiaria o governo Vargas, estando este emperneado no Rio Grande do Sul e em Minas gerais. Procurando justificar a passividade do proletariado industrial paulista apontava-se o predomínio do anarco-

sindicalismo e dos "amarelos" entre a liderança sindical e a propaganda que os trotskistas vinham fazendo em prol da Assembléia Constituinte. Desse modo "o proletariado acreditou, (...), nas vantagens da convocatória imediata da Assembléia Constituinte e o proletariado foi arrastado atrás da burguesia pelas ilusões constitucionais" das quais "(...) foram os trotskistas os grandes propagandistas (...)". Pelo lado do "Governo Provisório", Prestes apontou o papel imobilizador do Club 3 de outubro e dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho, além da debilidade das organizações operárias autônomas, como responsáveis pela falta de ação da classe operária contra a guerra. Sobre o processo constituinte convocado nenhuma referência é feita (175).

Na interpretação do BSA/IC, a guerra paulista estava inserida no mesmo contexto da guerra do Chaco e da tensão entre Peru e Colômbia, todos conflitos relacionados com a disputa entre USA e Grã-Bretanha pelo controle da América Latina. Daí o encargo dado pelo CC/PCB a Leoncio Basbaum de procurar formar "Comitês de Luta contra a Guerra". Como as faixas mais politizadas do movimento popular estavam mais preocupadas com as eleições que se aproximavam e que eram mais palpáveis que os poucos prováveis novos conflitos armados entre setores das classes dominantes, Leoncio Basbaum teve pouco sucesso em sua tarefa. Assim, em princípios de março, violentamente criticado em reunião do CC que contou com a presença de representante do BSA/IC, Leoncio Basbaum acabou se afastando da militância partidária por cerca de três anos, já que possivelmente

(175) Luiz Carlos Prestes. "A Luta Armada de 1932" In Fernando de Lacerda et alli. A Luta contra o Prestismo e a Revolução agrária e Antiimperialista, no Brasil, RJ, Ed. Calvino, 1934.

era também contrário à participação nas eleições constituintes (176).

Apostando no agravamento das contradições no seio das classes dominantes e da disputa interimperialista pelo controle do Brasil, o PCB só podia ver com menosprezo a luta institucional que as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte colocavam na cena política. Se como por algum tempo ainda se discutiu na direção se o PCB deveria participar da eleição para promover agitação política ou se isso significaria conivência com a "ordem feudal-burguesa" não foi possível preparar devidamente a campanha eleitoral, que resultou em grande fracasso. Tendo sido recusado pelo TSE o registro do PCB, este disputou as eleições sob a sigla registrada de União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB). Cristiano Cordeiro, embora afastado das atividades estritamente partidárias, foi o único indicado pelo PCB que chegou perto de atingir o quórum eleitoral necessário. O PCB, no entanto, não ficou sem representação na Assembléia Nacional Constituinte, pois o estivador Alvaro Soares Ventura, suplente de um dos quatro representantes "classistas" eleitos por Santa Catarina fez-se porta-voz das idéias comunistas, após a morte do titular, quando já promulgada a Constituição. É provável, porém, que Alvaro Ventura tenha aderido ao PCB somente quando estava no Rio de Janeiro e a Assembléia Nacional Constituinte já instalada, não fazendo parte do agrupamento comunista no momento de sua eleição, em julho.

Ainda em junho, aproximadamente, em reunião para abordar o fracasso eleitoral, houve uma ampla reorganização da direção

(176) Leoncio Basbaum, op.cit., p.144-147.

partidária que marca o início do predomínio de elementos egressos do "prestismo" e o fim da instabilidade crônica na composição do CC. A nova direção estava composta, não sem ser surpreendente, por Antônio Maciel Bonfim (Miranda) na secretaria geral, recém chegado do Uruguai, onde completara um curso de formação política promovido pelo BSA/IC, Honório de Freitas Guimarães (Martins) como secretário de organização, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) como secretário de agit-prop, como ocupantes dos cargos mais importantes. Mário Grazzini era responsável pelo setor sindical, formado ainda por Corifeu de Azevedo Marques, José Medina e Heitor Ferreira Lima, este eleito quando ainda se encontrava detido na Ilha Grande. O grupo era completado por Adelino Defcola dos Santos (Tampinha) e Fernando de Lacerda, o fiador da mudança e da continuidade da direção comunista desde 1928 (177).

Essa nova direção conseguiu estabilizar-se, em parte porque a repressão política tendeu a diminuir com o início do processo constituinte que, paralelamente com a ampliação das liberdades democráticas, criou um espaço maior de ação política. Mas, por outro lado, o início da recuperação econômica, com a alta do nível de emprego, principalmente através da utilização da capacidade ociosa no setor industrial, diminuiu consideravelmente o número de greves e fez com que grande quantidade de sindicatos pedisse reconhecimento ao Ministério do Trabalho, principalmente em São Paulo, onde a tenaz resistência operária à corporativização havia sido quebrada. Mesmo assim, embora quase que só no papel, continuava existindo a CGTB que embora apregoasse a "frente única proletária",

(177) Heitor Ferreira Lima. "Mário Grazzini: militante operário" In Revista Novos Rumos, ano 1, no.3, 1986, p.105.

atacava impiedosamente outras correntes do movimento operário, os ministerialistas, os trotskistas, os anarco-sindicalistas e os reformistas. Nesse momento de refluxo do movimento operário autônomo realizou-se, sem muita repercussão, uma conferência da FSR/SP que pedia legalidade e autonomia. Continuava propícia a agitação nos quartéis com a persistência da crise da instituição militar, principalmente no Nordeste, onde as reuniões conspirativas se sucediam com a participação da maçonaria e cada vez mais dos comunistas. Em decorrência da efervescência política e cultural que perpassava o país, abriu-se para o PCB a possibilidade de atuar com algum êxito no meio estudantil, acabando por criar o "Comitê estudantil de luta contra a reação, o fascismo e a guerra imperialista", cujo órgão escrito em São Paulo era a Vanguarda Estudantil.

O movimento sindical autônomo começou a dar alguns sinais de revigoração após a instalação da Assembléia Nacional Constituinte com a ocorrência de algumas greves. Embora grande número de sindicatos paulistas tivessem pedido reconhecimento do Ministério do Trabalho, os comunistas não desistiram de concentrar esforços para inserir-se no movimento operário de São Paulo, particularmente no setor dos têxteis e dos ferroviários, dado sua importância numérica e posição estratégica. Ao redor de março Honório Freitas Guimarães (Martins) e Heitor Ferreira Lima (Barreto), seguidos de Mário Grazzini, foram enviados a São Paulo para dar execução às tarefas definidas. Ao mesmo tempo, o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ary Parreiras, procurando aproximar-se do movimento operário, permitiu a reorganização autônoma dos sindicatos que culminou na formação de uma FSR sediada

em Niterói. A partir daí Antônio Maciel Bonfim (Miranda), vislumbrou a possibilidade de realizar, a curto prazo, um congresso nacional da CGTB, mas os responsáveis pelo setor sindical foram contrários à idéia, procurando mostrar sua inviabilidade (178).

Durante o mês de maio os bancários do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos se mobilizaram reivindicando a criação de um Instituto de Aposentadorias e Pensões. Os comunistas participaram da articulação desse movimento com a presença destacada de Spencer Bittencourt no Rio de Janeiro e Alvaro Cecchino em São Paulo, assistidos por Heitor Ferreira Lima. Diante da rejeição de suas reivindicações, por parte dos banqueiros e do Ministério do Trabalho, no dia 5 de junho os bancários do Rio de Janeiro entraram em greve e os de São Paulo e Santos fizeram passeata, aderindo a paralisação ao tomarem ciência da repressão policial no Rio. Com a intervenção conciliatória do ministro Osvaldo Aranha, atendendo a pauta reivindicatória, a greve teve fim. A partir desse vitorioso movimento paredista, a influência dos comunistas entre os bancários cresceu rapidamente. Ainda no mês de junho todo o setor de transportes de Niterói declarou-se em greve sendo imitado pelas barcas que transitavam entre Rio e Niterói. Os grevistas pediam reajuste salarial e cumprimento da Lei de Férias. Mário Grazzini esteve representando os comunistas na direção da greve e, quando esta estava já definhando e os trabalhadores retornando a seus postos, recebeu orientação de Antônio Maciel Bonfim (Miranda) para proclamar soviets em Niterói - a ordem do secretário-geral caiu no vazio com o fim e a derrota da greve.

(178) Heitor Ferreira Lima, Caminhos Percorridos, SP, Ed. Brasiliense, 1982, p. 176 e s.

Em função da atividade do partido no movimento sindical, surgiu nesse primeiro semestre de 1934 uma diferenciação no BP. Os responsáveis pelo setor sindical Mário Grazzini, Heitor Ferreira Lima e Corifeu de Azevedo Marques tendiam a assumir uma posição cautelosamente realista diante das greves que vinham surgindo, acreditando que a reorganização do movimento sindical autônomo exigiria um trabalho lento e perseverante. Essa minoria mais à "direita" não por coincidência era sobrevivente do agrupamento formado em torno de Astrojildo Pereira. A maioria do CC liderado por Antônio Maciel Bonfim, por sua vez, pensava que dever-se-ia jogar de imediato no amadurecimento de uma situação insurrecional e para tal as greves deveriam ser levadas às últimas consequências sem se fazer concessões. A maioria de "esquerda" capitaneada por Antônio Maciel Bonfim veio juntar-se o argentino-alemão Guilherme Yolles Macário que desde março estava no Brasil, enviado por August Guralsky depois de ele haver tentado afastar Rodolfo Ghioldi da direção do PC da Argentina. Após serem criticados furiosamente em reunião da direção, numa reunião seguinte, tida como V Plenun, da qual provavelmente estavam ausentes cuidando das questões relativas às greves em andamento, Mário Grazzini, Heitor Ferreira Lima e Corifeu de Azevedo Marques foram afastados da direção, enquanto que José Medina, que também atuava na área sindical, compôs com a maioria. Essa reunião serviu também para preparar a Conferência Nacional do PCB.

Realizada entre 8 e 16 de julho a I Conferência Nacional do PCB promoveu, através de métodos anti-estatutários, a expulsão de militantes que já se encontravam afastados, como Leoncio Basbaum e dos responsáveis pelo setor sindical recentemente destituídos de suas funções. Corifeu de Azevedo Marques foi expulso mesmo não

estando presente na reunião que tomou essa decisão; Mário Grazzini e Heitor Ferreira Lima, também expulsos por unanimidade foram imediatamente readmitidos após haverem feito uma "autocrítica" formal "reconhecendo seus erros", embora não voltassem a ocupar cargos de direção e devessem procurar trabalho para sobreviver. Com essa decisão foram afastados mais dois dos últimos remanescentes do grupo dirigente forjado nos anos 20, restando apenas Fernando de Lacerda, que em breve viajaria para a URSS onde permaneceria por longos anos, e José Caetano Machado, que fizera parte da "oposição sindical" de 1928. Assim, se delineava uma nova direção imbuída de uma visão insurrecional, que promoveria a expansão do PCB para outras camadas sociais que não a classe operária, mas pouco contribuiria para forjar a organização operária nas fábricas, sem o que uma perspectiva revolucionária centrada nessa classe estaria inviabilizada. A fusão entre o prestígio e o stalinismo estava se completando. A Conferência escolheu um CC de 13 elementos com 6 suplentes que formaram um BP de 7 pessoas. É possível que deste CC fizessem parte Antônio Maciel Bonfim (Miranda) como secretário-geral confirmado, Honório de Freitas Guimarães (Martins) como secretário de organização, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) como secretário de agitação e propaganda, José Medina de Azevedo, responsável pelo setor sindical, e ainda Adelino Defcola dos Santos (Tampinha), Fernando de Lacerda, Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora), Francisco Natividade Lira (Cabeção), José Cavalcanti (Gaguinho), José Caetano Machado, Domingos Braz (Mauro), Oswaldo Costa, Eneida de Moraes Costa, Luiz Copelo, Elias Reinaldo da Silva (André), Pascácio Rio de Souza Fonseca; José Lago Mollares era representante do Brasil na

CSLA, em Montevideu, onde se encontrava também Roberto Morena (179). Para a Conferência Comunista Latino Americana a se realizar no mês de outubro em Moscou a delegação escolhida foi formada por Antônio Maciel Bonfim (Miranda), José Caetano Machado, Fernando de Lacerda e Elias Reinaldo da Silva (André).

O manifesto da Conferência Nacional foi lançado no mesmo dia da eleição pela Assembléia Nacional Constituinte de Getúlio Vargas para a presidência do país, inaugurando o período de legalidade constitucional, mas essa questão parecia não dizer respeito aos comunistas que agora deveriam preparar-se para a insurreição. O texto, ao que parece, redigido pelo próprio Antônio Maciel Bonfim, se se considera o estilo panfletário e nada científico, se exime no geral de apontar as contradições reais do quadro sócio-político que se abria com a promulgação da nova Constituição, limitando-se a generalidades. O documento aponta para a "crise do atual regime feudal-burguês" cujos beneficiários seriam "Os grandes proprietários de terras, os grandes capitalistas nacionais e os banqueiros estrangeiros, seus partidos e seus governos" - nota-se no entanto a penetração na economia brasileira de capitais japoneses e franceses, não regendo mais, portanto, a dualidade imperialismo americano x imperialismo inglês, pura e simplesmente. Sobre a nova ordem legal afirma-se que a "Constituição feudal-burguesa (...) legaliza todas as medidas de força, de fascistização e de preparação guerreira", desdenhando as possibilidades de organização autônoma do movimento operário e

(179) Lista efetuada a partir de cruzamento de informações obtidas em Davino dos Santos, Leoncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima e John Foster Dulles (ver bibliografia no final do volume), com margem de erro.

popular e da sociedade civil então abertas. A mais importante observação, equivocada aliás, do manifesto e que explica esse desdém pelos espaços de liberdades democráticas presentes, é aquela que diz que "a Conferência Nacional constatou a entrada do país numa crise revolucionária" e que nessa situação "o partido comunista e as organizações revolucionárias lutam pelo desencadeamento e vitória das greves pelas reivindicações imediatas" como tática para se aplainar o caminho da "revolução agrária e antiimperialista". Reconhece-se, no entanto, que o partido é fraco e limitado pela situação de ilegalidade. O fracasso de algumas das últimas greves é explicado pelas tentativas de acordo levadas a efeito pelas "comissões de greve". A base social e a força motriz da revolução estaria na "mais estreita aliança revolucionária dos operários e camponeses", que deveria, porém, estar ligada a soldados e marinheiros. Um dos mais gritantes equívocos dos comunistas brasileiros, naquele momento, está exposto no entendimento da "questão nacional" absorvida da concepção expressa pela Internacional Comunista: não vêem, os comunistas, que índios e negros brasileiros não são nacionalidades oprimidas com direito a secessão, mas componentes de uma sociedade pluri-étnica cuja formação histórica colonial e escravista explica a subordinação daqueles componentes étnicos, assim como o racismo. Da mesma maneira, ver nos cangaceiros "guerrilheiros que lutam pela emancipação do povo nordestino, nacionalidade em formação" faz parte do campo do absurdo. Em uma palavra, essa visão da "questão nacional" apontava para a fragmentação do Estado nacional brasileiro.

Ainda segundo o manifesto da Conferência Nacional, a

"revolução agrária e antiimperialista" vitoriosa deveria instalar o "governo operário e camponês" considerado sinônimo de "ditadura democrática, baseada nos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros". O programa de tal governo seria o de dar terra aos camponeses, acabar com o desemprego, dar habitação, cancelar as dívidas externas e expulsar os imperialistas, tudo isso tendo em vista a formação no Brasil de uma "União de Repúblicas Soviéticas de brancos, negros e índios". A tarefa mais imediata para se alcançar esse objetivo histórico seria a formação de "comitês de frente única de luta" (180).

Nessa visão "ofensivista" induzida pela concepção stalineana do "terceiro período" como crise insuperável do capitalismo, plantada num ambiente cuja cultura política via nos golpes de força voluntaristas a forma de fazer a história, como aquela consubstanciada no prestismo, se forjou uma síntese míope diante da questão da democracia como terreno mais propício para a luta da classe operária, não só para suas reivindicações econômicas mas também para propor-se como classe dirigente. A relativa subestimação do integralismo, que nem ao menos é citado no manifesto da Conferência Nacional, está relacionada à subestimação da questão democrática.

4. os excluídos do PCB

Com o predomínio do stalinismo no movimento comunista e a intervenção do SSA/IC nos assuntos do PCB, generalizou-se a prática de expurgos de "traidores", as "autocríticas" e o "reconhecimento de

(180) A Classe Operária, 1-8-1934.

erros". Essa prática autofágica serviu para manter a coesão interna do partido e aumentar a combatividade dos militantes, mas bloqueava por completo o debate democrático de idéias e impedia o crescimento orgânico. Tornou-se comum também a reafirmação insistente das expulsões, estigmatizando os que se afastavam do partido, taxados de "renegados". Assim, por exemplo, O Trabalhador do Brasil, órgão da CGTB, comunicava, em agosto de 1933, que "José Casini, renegado do proletariado, ex-membro da CGTB, foi expulso de suas fileiras, visto querer arrastá-la ao capitulacionismo, com suas idéias liquidacionistas. Expulso também do PCB, único partido do proletariado" como reafirmação da atitude tomada já no Plenun de janeiro de 1932, mesmo estando José Casini relativamente afastado das atividades partidárias desde que fora destituído do CC em junho de 1930 (181).

As acusações mais frequentes, desde que aquele Plenun confirmou sua expulsão, eram desferidas contra Astrojildo Pereira e o denominado "astrojildismo", identificado a nível internacional com a linha de "direita" de Bucharin e a nível nacional com a orientação estratégica da aliança entre a classe operária e as camadas médias urbanas. Foi reafirmada a exclusão de Astrojildo Pereira na Conferência Nacional de julho de 1934 e, ainda uma vez, no VII Congresso Mundial Internacional Comunista, em julho de 1935, quando o PCB informava de sua "enérgica luta contra a pobre linha menchevista de seu antigo secretário-geral, o renegado Astrojildo Pereira" (182).

(181) O Trabalhador do Brasil (órgão da CGTB), RJ, 1-8-1933.

(182) "Marques" na Tribuna do VII Congresso da IC em 28-7-1935. In La Correspondence Internationale, no. 94, 13-10-1935.

Afastado do PCB desde o segundo semestre de 1931, Astrojildo Pereira casou-se com Inês, filha de Everardo Dias, outro excluído do PCB, em abril de 1932, transferindo-se em seguida para Rio Bonito, sua cidade natal, a fim de cuidar de um negócio de produção e comercialização de bananas pertencente a sua família. Dedicou-se então ao estudo da literatura brasileira e principalmente à leitura de grande quantidade de textos de inspiração autoritária e fascista que se publicava no Brasil desde 1930. Embora estivesse sendo tratado com injustificável desprezo pelo PCB, Astrojildo Pereira jamais tomou uma atitude repulsiva em relação ao partido e ficou esperando um momento adequado para retornar à organização da qual havia sido o principal fundador.

Sua concepção do processo político, embora mais sofisticada e melhor elaborada, não era fundamentalmente diferente daquela que então predominava no PCB, isto é, também estava ancorada na concepção do "terceiro período" e do "social-fascismo". Entre novembro de 1933 e maio de 1934, ou seja, enquanto se desenvolviam os debates constituintes, Astrojildo Pereira redigiu o texto Campo de Batalha, revisado em setembro para publicação, onde exprimiu seu ponto de vista sobre a conjuntura brasileira (183). O ponto de partida é a inserção da crise da formação social brasileira na crise mundial do capitalismo afirmando que "o Brasil é apenas um setor do vasto campo de batalha política e social em que se acha o mundo empenhado, encarniçadamente, hoje mais que nunca". Astrojildo Pereira reafirmava a posição redutiva e isolacionista que o PCB havia tomado diante da Aliança Liberal, insistindo que "(...) o

(183) Astrojildo Pereira. "Campo de Batalha" In Ensaios Históricos e Políticos, SP, Editora Alfa Omega, 1979, p.189-212.

movimento aliancista visava essencialmente preparar um golpe reacionário contra a revolução das massas operárias e camponesas, que germinava e se desenvolvia no bojo mesmo da crise econômica", de modo que o movimento político-militar de outubro de 1930 teria sido uma "contra-revolução preventiva, golpe reacionário contra as massas operárias e camponesas, terror fascista contra o proletariado e sua vanguarda comunista". Tanto quanto o PCB, Astrojildo Pereira não entendia que o "descolamento" das massas populares da dominação oligárquica não criava por si mesmo uma situação propícia à revolução popular sob hegemonia da classe operária, já que a camada social que mais se fortalecia através da crise era a burguesia. Caracterizando o regime originado em 1930, Astrojildo Pereira afirmava que "O outubrismo brasileiro vem a ser para as massas operárias e camponesas, uma imitaçãozinha camuflada do fascismo italiano" em função da ausência de liberdades democráticas conjugada com a demagogia social exercida principalmente por intermédio do Ministério do Trabalho. A representação "classista" na Assembleia Constituinte foi também percebida como de caráter fascista assim como são atacadas as distorções no processo eleitoral que impediram a representação autônoma da classe operária. De forma que a Assembleia Constituinte configurou-se como fórum para o estabelecimento de um precário compromisso entre as frações da classe dominante. Mas se "para as massas operárias e camponesas, a nova Constituição e o novo Governo, como a velha Constituição e o velho Governo, serão sempre a Constituição e o Governo de seus opressores", transcura-se os espaços de liberdades democráticas abertos com o estabelecimento da nova ordem legal. Essa transcuração é decorrente da visão ofensivista induzida pela concepção do "terceiro período", da qual também

Astrojildo Pereira estava imbuído, e que não percebia a desfavorável correlação de forças sociais. Criticando a confusão e a demagogia dos partidos e tendências surgidas na esteira de outubro de 1930, Astrojildo Pereira conclui que "só o Partido Comunista, que é o partido de classe do proletariado revolucionário, pode guiar as massas na luta, nas grandes e pequenas batalhas. Porque o Partido Comunista é o único partido verdadeiramente anticapitalista" e, portanto, o único capaz de levar a classe operária para "o caminho da luta revolucionária das massas sob a direção do proletariado e sua vanguarda organizada em partido independente, para a instauração do governo operário e camponês". Conclui-se desse modo que as posições de Astrojildo Pereira em quase nada diferiam, nesse momento, das do PCB e da Internacional Comunista, e ainda assim era estigmatizado e vilipendiado por aqueles que deveriam ser seus companheiros.

Embora Leoncio Basbaum fosse contrário a qualquer aproximação com Luiz Carlos Prestes, também ele foi vitimado pela intervenção do SSA/IC no PCB, mesmo tendo resistido bastante à marginalização. Afastado do CC em novembro de 1930, mesmo estando ausente, na esteira da "proletarização", foi readmitido em princípios do ano seguinte. Escolhido como secretário-regional de São Paulo no segundo semestre de 1931, as posições de Leoncio Basbaum tenderam a ficar em minoria, enquanto aumentavam seus conflitos com Fernando de Lacerda, até que em março de 1932 foi obrigado a escrever uma carta ao CC "reconhecendo seus erros". Preso, juntamente com outros elementos do CC/PCB, esteve na Ilha Grande entre agosto e setembro de 1932. Reintegrado ao trabalho de direção em princípios de 1933, Leoncio Basbaum continuou sendo

minoria, até que em março, não suportando as pressões da maioria do CC, resolveu escrever uma carta acusatória dando conta de seu afastamento temporário do partido. Voltando-se para sua vida privada Leoncio Basbaum decidiu terminar seu curso de medicina que havia sido interrompido, enquanto o partido considerou-o "congelado".

Ainda antes de partir para Recife a procura de sua família, Leoncio Basbaum deixou para ser estampado, sob o pseudônimo de Augusto Machado, seu livro A caminho da revolução operária e camponesa, que, escrito entre março e julho de 1933, veio a público nos primeiros dias de 1934 (184). Apesar de limitado em suas fontes primárias e no embasamento teórico, este trabalho de Leoncio Basbaum é caso único de um dirigente do PCB que publicou um livro discutindo a crise brasileira e uma possível saída revolucionária. Leoncio Basbaum julga que após a extinção da escravidão "o Brasil, como todos os países da América Latina, é completamente dominado pelo latifúndio" onde predomina "um regime que se poderá rigorosamente chamar de feudal e semi-escravagista". Por outro lado, Leoncio Basbaum aponta o desenvolvimento capitalista no campo, indicando que "nas regiões mais próximas do litoral a produção agrícola foi aos poucos tomando uma forma capitalista de produção" chegando a conclusão que

"(...) o Brasil é dominado por vastos latifúndios e por uma burguesia agrária e proprietários feudais (constituindo um bloco feudal-burguês) cujo predomínio econômico lhes garante a posse do poder político nacional" (185).

Mesmo acrescentando que a burguesia industrial faz parte

(184) Augusto Machado. A Caminho da Revolução Operária e Camponesa, RJ, Editorial Calvino, 1934.

(185) Id. *ibid.*

desse "bloco feudal-burguês", apesar de interesses independentes, Leoncio Basbaum se exime de dizer que era justamente esse setor das classes dominantes que mais se beneficiava no vendaval da crise. Leoncio Basbaum não se esquece porém de acentuar a dependência do "bloco feudal-burguês" deixando "(...) o Brasil reduzido praticamente a uma semicolônia do imperialismo estrangeiro, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos".

Analisando a crise da formação social brasileira, Leoncio Basbaum conclui ser ela "(...) o resultado inevitável da contradição existente na sua própria estrutura econômica, crise aprofundada pela crise geral mundial do capitalismo e aguçada pela crise do café", explicando que

"a luta atual pois, luta surda, interna, é a existente entre o sistema feudal e o sistema capitalista, coexistentes, querendo destruir-se mutuamente mas não o podendo pela existência de fortes interesses vitais comuns" (186).

A presença imperialista é que justamente permitia essa unidade contraditória do "bloco feudal-burguês". Nesse contexto o movimento de outubro de 1930 configurou-se como um choque entre setores do "bloco feudal-burguês" ligados a diferentes países imperialistas divididos sobre a forma de resolução da crise. O apoio popular ao "demagógico" programa da Aliança Liberal e a incapacidade do PCB em criar uma alternativa revolucionária é explicada pelo fato de que "a sua direção seguia na realidade uma linha menchevista, de colaboração com a pequena burguesia". A vitória da "outubrada" só fez agravar a crise econômica e a luta entre os setores "feudal-

(186) Id. *ibid.*

burgueses" o que levou, como aponta corretamente Leoncio Basbaum, ao conflito armado de 1932. No momento em que escreve, Leoncio Basbaum aponta um reagrupamento dos grupos políticos empenhados na procura de uma "solução capitalista da crise"; mas haveria uma "solução revolucionária" da crise, aquela apontada pelo PCB, consubstanciada na "revolução operária e camponesa, agrária e antiimperialista", cujo programa seria:

"(...) a destruição de latifúndio, divisão da terra pelos que a cultivam, a expulsão dos imperialistas, anulação das dívidas externas, nacionalização das empresas imperialistas, e, em seguida, socialização dos meios de produção e transporte" (187).

De certa forma era uma antecipação do programa proposto pela ANL. Leoncio Basbaum faz questão de ressaltar ainda que:

"essa revolução não se fará por meio de golpes isolados de quartel, dirigidos por tenentes, generais ou outros caudilhos; mas por uma verdadeira insurreição das massas de todo o Brasil, (...)" (188).

Parece que Leoncio Basbaum estava intuindo o que ocorreria pouco mais de dois anos depois! A insurreição das massas operárias e camponesas capaz de realizar a "revolução democrática-burguesa" ou "revolução agrária e antiimperialista" sempre segundo Leoncio Basbaum deveria ser dirigida "principalmente contra o feudalismo, o latifúndio" mas também contra a burguesia com quem forma o "bloco feudal-burguês" e contra o "imperialismo, principal sustentáculo daquelas duas classes". Nessa situação "só uma classe pode dirigir a revolução: o proletariado" cuja principal aliança

(187) Augusto Machado, op.cit.

(188) Id. ibid.

deve ser realizada com "o proletariado dos campos e os camponeses". Desde que vitoriosa, a revolução operária é camponesa "imediatamente, sem solução de continuidade, pelo processo de propaganda e persuasão, irá iniciando a revolução proletária ou socialista, (...)", desta vez pensando com Bucharin contra Stalin. Acreditando no valor universal da organização do poder em soviets, Leoncio Basbaum realçava que "fundamentalmente o governo operário e camponês deve ser o mais democrático possível", mas quem vivesse da exploração do trabalho não deveria contar com direitos políticos, explicitando que "democrático quer dizer poder da maioria da população". No entanto, Leoncio Basbaum entende os soviets não somente como forma de organização estatal mas também como instrumento de luta pelo poder e "lôcus" de construção da hegemonia do proletariado, realizável se este "(...) souber conseguir a simpatia, a confiança e o apoio das massas". Claro que por hegemonia do proletariado entendia-se a direção do processo revolucionário em mãos do PCB, visto como partido único do proletariado.

Leoncio Basbaum constata a existência de grave e profunda crise do capitalismo mundial no qual o "fascismo (...) é um fenômeno natural da evolução histórica" e aparece como "o último esforço do capitalismo para evitar a revolução". Embora a situação de crise no Brasil fosse bastante grave, Leoncio Basbaum acredita que "a revolução não seria possível enquanto as massas esperarem a vinda de Cavaleiros da Esperança" e que para o proletariado atingir "uma sólida consciência de classe" é necessário

"desmascarar os sociais fascistas (tenentes 'revolucionários de Outubro', de 5 de julho, sociais democratas, socialistas, integralistas, trotskistas, miguel costistas, prestistas, etc.) gozando da confiança

das massas" (189).

A noção de social fascismo, como se vê, mistura aliados potenciais com inimigos, embaralhando os objetivos cotidianos da ação política e impedindo a definição de uma política de alianças.

No fim de seu livro, Leoncio Basbaum procura fazer uma abordagem da questão agrária no Brasil objetivando, numa primeira aproximação, distinguir a diversidade regional do país e as camadas sociais existentes no campo, a fim de estabelecer os inimigos irreconciliáveis do proletariado e aqueles com quem se deveria lutar para efetivar alianças. Entre os primeiros estariam os "grandes proprietários latifundistas, feudais e capitalistas" e entre os segundos os colonos e trabalhadores agrícolas e, em menor medida, o camponês pobre e o renteiro. Para finalizar, Leoncio Basbaum aborda a questão das raças e nacionalidades, repetindo o disparate do direito à secessão dos negros brasileiros, distorcendo a problemática nacional, embora perceba com clareza as manifestações da discriminação racial.

Como se percebe, Leoncio Basbaum expõem a orientação predominante entre os comunistas brasileiros, em suas linhas gerais, de acordo com a concepção do "terceiro período", e mesmo assim foi ferozmente criticado pela direção do PCB, tendo seu livro servido de argumento para sua expulsão na Conferência Nacional de julho de 1934. Em artigo publicado na Revista Proletária, Guilherme Yolles Macário refutou o livro de Leoncio Basbaum, criticando antes de mais nada o fato de ter sido publicado fora do controle da direção do partido e, tripudiando sobre a fragilidade da argumentação de

(189) Id. *ibid.*

Leoncio Basbaum, distorceu e simplificou suas conclusões (190). Guilherme Yolles Macário negava a existência de relações capitalistas de produção em qualquer parte do campo brasileiro, afirmando que o predomínio feudal é completo, assim como também criticava a diferenciação entre proletariado agrícola e campesinato pobre, introduzida por Leoncio Basbaum. Como a interpretação que o PCB fazia menosprezava o desenvolvimento capitalista na formação social brasileira, o fato de Leoncio Basbaum realçar os aspectos capitalistas no campo fez com que ele fosse taxado de "trotskista", já que, como se sabe, os trotskistas brasileiros em suas análises enfatizavam o desenvolvimento capitalista para deduzir a necessidade de se lutar de imediato pela revolução proletária socialista.

Leoncio Basbaum pretendia ainda escrever um outro livro, O PCB em ação, onde exporia a natureza de suas divergências com a maioria do DC/PCB naquele momento, já que em O caminho da revolução operária e camponesa essas questões são apenas tangenciadas. Jamais chegou a fazê-lo porém.

Tendo retornado ao Recife, Leoncio Basbaum decidiu dedicar-se às atividades comerciais junto da família, transferindo-se com esse fito para Maceió. Ali, enquanto cuidava de uma das Lojas Brasileiras, exercia esporadicamente a medicina e intelectualmente dedicava-se ao estudo da filosofia. Mesmo tendo sido expulso do partido, no segundo semestre de 1934 Leoncio Basbaum foi procurado pelos comunistas alagoanos, entre os quais Alberto Passos Guimarães, para colaborar na estruturação de uma Liga Anti-Fascista, no que

(190) Guilherme Yolles Macário. "O verdadeiro Caminho da Revolução Operária e Camponesa" In Revista Proletária, no.1, julho de 1934 e no.2/3, agosto-setembro de 1934.

assentiu. No final do ano, quando a Liga foi colocada na ilegalidade, Leoncio Basbaum foi preso por alguns dias, mas teve, em seguida, de transferir-se para Salvador onde permaneceu até 1939. Em Salvador voltou às atividades partidárias em meados de 1936, não tendo tido, portanto, participação efetiva na vida da ANL (191).

Desde 1926 Cristiano Cordeiro vinha realizando esforços para efetivar em Pernambuco a aliança estratégica da incipiente classe operária com a pequena burguesia urbana, para o que a convergência com a juventude militar era essencial. Mesmo com a esterçada à esquerda efetuada pelo PCB a partir da segunda metade de 1929 e de sua exclusão do CC em 1930, Cristiano Cordeiro continuou atuando na mesma direção e deu decidido apoio ao movimento da Aliança Liberal, que obteve em todo o Nordeste amplo respaldo popular. Afastado do partido, foi formalmente repreendido no Plenun partidário de janeiro de 1932.

Continuando a atuar uma política de frente, à revelia da direção nacional do PCB, para as eleições constituintes de 1933, Cristiano Cordeiro lançou-se como principal candidato da UOCB, sob a legenda "Trabalhador, ocupa teu posto", que, em Pernambuco tinha um caráter de frente entre os comunistas e a esquerda aliancista, já alijada de qualquer fatia de poder, além de contar com o respaldo do movimento sindical autônomo. A eleição de Cristiano Cordeiro foi impedida pela anulação fraudulenta de duas urnas. Na Plataforma eleitoral convocando os "Proletários, às urnas", Cristiano Cordeiro fazia um apelo ao proletariado para

(191) Leoncio Basbaum, op.cit., p.150-164.

"(...) seguir uma linha inconfundível de classe, lutando em defesa de um programa mínimo de reivindicações imediatas, capaz de interessar de fato às grandes massas trabalhadoras e espoliadas do Brasil" (192).

Declarava-se contrário à lei de sindicalização, pela distribuição da terra para os que a trabalham como forma de resolução da questão agrária, pela autodeterminação das minorias nacionais, os índios mais especificamente, pelo Estado leigo e pela liberdade de culto, pela lei do divórcio, pela igualdade política e pela representação proporcional, pela ampliação do direito de educação. Colocava-se ainda contra a saída antiproletária da crise que traz consigo perigos de guerra. Essa pauta era proposta

"(...) ao sufrágio do eleitorado proletário, compreendidos operários, pequenos e médios camponeses, pequenos comerciantes, funcionários, estudantes, auxiliares do comércio e intelectuais pobres" (193).

Por ocasião da jornada de 10. de maio de 1934, Cristiano Cordeiro proferiu uma palestra que expressava com clareza sua visão da realidade nacional e que não fugia muito da concepção predominante entre os comunistas, fazendo uma avaliação profundamente negativa dos resultados da "revolução de 1930". Após afirmar que "seus famosos postulados (da revolução de 1930) constituíram uma espécie de sistema hermético, só acessível aos eleitos e iniciados do Club 3 de Outubro" e que esta foi "uma revolução sem o povo, e quíça contra o povo - eis outro paradoxo, outro escândalo que só nosso atraso político pode permitir que se realize", Cristiano considera que

(192) "Proletários às urnas! In Memória e História, no.2, LECH, 1982, p.165-171.

(193) Ibid.

"O General revolucionário Luiz Carlos Prestes definiu com mais profundidade o movimento outubrista, chamando-o de contra-revolução preventiva, vale dizer, contra a verdadeira revolução das largas massas oprimidas e exploradas das cidades e do campo" (194).

Sobre a questão agrária, a democracia e o desenvolvimento capitalista no Brasil, Cristiano Cordeiro cita uma passagem longa do manifesto eleitoral do ano anterior, mas que exprime com lucidez os problemas de fundo presentes na formação social brasileira e aponta a alternativa possível:

"O latifúndio, que é a forma dominante de propriedade entre nós, tem entravado o desenvolvimento econômico e político do país no sentido de sua evolução democrático-burguesa. A burguesia brasileira parou a meio do caminho de sua missão histórica, qual seja a de realizar a democracia. A reação feudal, por um lado, e, por outro, a perspectiva da revolução social, imprimiram-lhe um movimento de retrocesso às formas antidemocráticas de governo. Daí o atual bloco feudal-burguês, a aliança de liberais e conservadores contra as conquistas democráticas defendidas hoje em dia pelo proletariado, cujo papel histórico é o de alargar e aprofundar cada vez mais a idéia de democracia, até substituí-la pela de socialismo, que é o regime que convém a uma sociedade sem privilégios de classes ou castas. Em lugar de uma democracia de classe, a democracia de todo o povo." (195)

Encerrando, Cristiano Cordeiro conclui sobre as classes sociais em luta antagônica na formação social brasileira, defendendo a idéia de que

"(...) do mesmo modo que se identificam os interesses dos imperialistas, dos capitalistas estrangeiros e da grande burguesia nacional e seus caudilhos, os da grande maioria da população brasileira se identificam com os do proletariado, em torno de cujo partido dirigente, deverá fazer uma frente inexpugnável nas futuras batalhas pela libertação nacional do jugo imperialista" (196)

(194) O Homem Livre, Recife, 22-6-1934.

(195) Ibid.

(196) Ibid.

Assim, Cristiano Cordeiro pensava, como a grande maioria da intelectualidade identificada com o marxismo na época, que as questões fundamentais do Brasil estavam na luta contra o latifúndio e na luta contra o imperialismo levada a cabo por uma frente que aglutinasse o conjunto das classes subalternas, realizando a democracia de todo o povo, sem passar pela já inviável democracia sob hegemonia burguesa.

Juntamente com Agostinho Dias de Oliveira, Cristiano Cordeiro foi enviado como delegado da Frente Única Proletária (FUP/PE) ao Congresso Nacional contra a Guerra, o Fascismo e a Reação que deveria realizar-se no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1934, no Teatro João Caetano, mas acabou sendo reprimido pela ação policial. Em princípios de setembro o CR/PCB/PE decidiu afastar-se da FUP e acabou não participando da Semana Anti-guerreira marcada para última semana de outubro, como parte da campanha eleitoral em curso. Cristiano Cordeiro, acatando a disciplina partidária, retirou sua candidatura a deputado estadual do Recife pela FUP. A minoria, entre os quais estava Aderbal Jurema, defendia a permanência do PCB na FUP, contra a posição de Agostinho Dias de Oliveira. A eleição resultou em esmagadora vitória do governista PSD. Em novembro um documento do CR/RJ criticava o CR/PE por haver se afastado da FUP, dando respaldo a posição de Cristiano Cordeiro. Ainda antes do ano acabar, em decorrência desses acontecimentos e do agravamento do estado de saúde de sua filha, Cristiano Cordeiro afastou-se das atividades partidárias, mas mesmo assim recebeu a visita de Silo Meirelles que comunicou-lhe as conclusões do III Congresso Comunista Latino Americano, realizado em Moscou. Cristiano Cordeiro discordou do projeto insurrecional ali elaborado, mas participou com

entusiasmo da ANL enquanto essa teve vida legal e se colocava como uma frente popular. Nas eleições de outubro de 1935, juntamente com mais dois companheiros foi eleito vereador pela chapa "Trabalhador, ocupa teu posto", mas não chegou a tomar posse pois foi preso em decorrência da insurreição aliancista de novembro, na qual não teve a mínima participação (197).

Como se vê, os mais importantes "excluídos" do PCB que não aderiram à corrente trotskista, apesar de estigmatizados não se afastaram do universo de pensamento predominante na cultura marxista de inspiração lenineana da época, embora haja a nítida impressão que Cristiano Cordeiro tivesse uma percepção maior da questão democrática como aspecto fulcral da luta pelo socialismo.

5. outras tendências do movimento operário

Desde que a linha do "terceiro período" passou a predominar no PCB, com a limitação extremada da política de alianças e o decorrente isolamento político, criaram-se espaços para que outras organizações de esquerda pudessem existir. É verdade que esse espaço foi objetivamente ampliado com o fortalecimento material relativo da classe operária derivado mesmo do avanço da transição capitalista. Mas do mesmo modo que o PCB não vinha conseguindo organizar e dirigir a classe operária, por falta de compreensão do processo e pela decorrente linha política equivocada, também nenhuma outra tendência do movimento operário conseguiu suprir essa lacuna e

(197) Depoimento de Cristiano Cordeiro a Ricardo Noblat, 12-8-1979 In Memória e História, no.2., p.81-88.

romper o isolamento político da classe operária e ao mesmo tempo manter sua autonomia organizativa.

A Liga Comunista, que se propunha como parte integrante do PCB, como fração opositora de esquerda, beneficiou-se da postura anti-intelectualista do partido servindo de guarida a intelectuais e militantes excluídos ou que não encontravam espaço de atuação diante do predomínio obreirista. Desse modo, com uma elaboração teórico política mais sofisticada, a LC desempenhou um papel de consciência crítica do PCB, sem jamais no entanto propor uma fórmula para romper o isolamento político da classe operária. Em março de 1932, a Liga Comunista realizou uma Conferência Nacional de Oposição, quando sistematizou toda a elaboração que vinha fazendo desde sua fundação (198). Procurando fazer uma análise mais específica da burguesia brasileira, algo que o PCB praticamente se eximia de fazer, os simpatizantes de Trotsky observavam que aos estados menores e mais atrasados do país interessava a manutenção da ditadura e a centralização do Estado nacional, enquanto às burguesias do Rio Grande, São Paulo e Minas Gerais interessava a constitucionalização com federalismo. Vislumbrava-se a possibilidade de um conflito armado, que de fato viria a ocorrer e que colocaria em jogo a unidade nacional. Os comunistas, por sua vez, deveriam levantar a bandeira de uma Constituinte democrática, denunciando o Código Eleitoral apenas promulgado, participando efetivamente das eleições e conjugando essa participação com a propaganda dos soviets. A LC acusava o PCB de apoiar na prática a ditadura outubrista por ser contrário à luta pela Assembléia Constituinte, e era por sua vez

(198) "Boletim de Oposição", no.4, maio de 1932 In Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs), op.cit., p.93-113.

passada de ver na guerra da oligarquia paulista uma luta revolucionária e popular.

Quando a guerra civil era já uma realidade, em julho, a LC, retomando as conclusões de sua Conferência Nacional, tomou a iniciativa de propor ao PCB a formação de uma frente comunista para lutar pela imediata convocação da Assembléia Constituinte e pelo cumprimento das promessas da oligarquia liberal, e preparar o terreno para a convocação de um Congresso de unificação dos comunistas onde as divergências fossem derimidas (199). É certo que estas propostas ficaram sem resposta, já que os trotskistas eram considerados pelo PCB não só adversários mas "traidores". A crítica desferida contra a política sindical do PCB estava de certa forma defasada, pois desde maio a nova direção do PCB havia desistido de fundar "sindicatos vermelhos" para buscar fortalecer as "frações vermelhas" nos sindicatos existentes. De qualquer maneira, além da LC costumeiramente apoiar as manifestações convocadas pelo PCB, nas greves de maio e junho ambos os agrupamentos participaram ativamente do Comitê de Greve.

Enquanto o PCB vacilava em tomar parte nas eleições para a Assembléia Constituinte de maio de 1933, a LC, que vinha sempre defendendo essa participação, lançou a candidatura de Aristides Lobo por São Paulo. Com o lançamento de Jonas Trombini e Atila Borges Dias pela legenda da UOCB, a LC retirou a candidatura de Aristides Lobo. Durante o ano de 1933 a LC centrou sua atividade na luta contra o integralismo, compreendendo pioneiramente o perigo que

(199) "Carta aos camaradas do PC" In idem, p.114-129.

representava esse movimento, quando o PCB ainda subestimava seu potencial reacionário. Com a ascensão do nazismo, concomitante com o debacle do PC da Alemanha e depois a intervenção da CEIC no PC da Tchecoslováquia, Trotsky definiu-se pela impossibilidade de se reformar a Internacional Comunista e, em agosto, fez a convocação para a formação da IV Internacional. Em decorrência disso a LC deixa de se considerar fração de esquerda do PCB para constituir-se em organização revolucionária autônoma, com o nome de Liga Comunista Internacionalista (LCI), que foi anunciada publicamente pela primeira vez no comício de 10. de maio de 1934, por Mário Pedrosa. Poucas foram as consequências práticas dessa mudança já que o crescimento da LCI continuou vegetativo, embora outros egressos do PCB tivessem aderido ao trotskismo. Com a decisão da LC francesa, em agosto de 1934, de entrar na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e a aproximação internacional dos trotskistas com a esquerda socialista, a organização dirigida por Mário Pedrosa passou a enfrentar séria crise de identidade e entrou em declínio relativo.

Um dos pontos mais altos da reflexão da LCI foi, sem dúvida, em contraponto ao PCB, sobre a questão nacional. Os trotskistas mostraram a importância da defesa da unidade nacional na luta antiimperialista, aspecto que o PCB não percebeu, mas ambos eludiram a questão nacional como questão de identidade cultural da nação (200).

Outra organização que, pretendendo se referir à classe operária e ao mundo do trabalho, se fortaleceu relativamente foi o PSB. Os socialistas, que haviam apoiado o movimento da Aliança

(200) Lívio Xavier. "Contribuição ao estudo da questão da unidade nacional" In O Homem Livre, SP, no.14, 19-9-1933.

eral logo passaram para a oposição e, após a guerra paulista, convergindo com a esquerda aliancista, cada vez mais marginalizada do centro do poder, optaram pela reorganização do PSB, com o fito de disputar as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Essa "esquerda aliancista" vinha defendendo a postergação indefinida da reconstitucionalização e a manutenção da ditadura com respaldo popular, ao mesmo tempo que se mostrava contrária a organização de um partido político de apoio ao programa da Aliança Liberal. O que aproximava os socialistas e a "esquerda aliancista" era a proposta de representação classista, isto é, o corporativismo que, imaginavam, seria uma forma de incorporar a classe operária e as massas populares ao processo político.

O embrião do PSB foi o manifesto-programa lançado em outubro de 1932 por Zoroastro Gouvea e que serviu de base de discussão do Congresso Revolucionário Nacional, realizado entre 15 e 24 de novembro seguinte. Esse congresso que contou com a presença do Partido Popular Progressista de Miguel Costa, Club 5 de julho, Club 3 de outubro, Legião Cívica 5 de julho e Centro 10. de setembro, definiu a fundação do PSB através de manifesto redigido pelo general Waldomiro Castilho de Lima, então interventor em São Paulo. Nas diferentes perspectivas que orientavam os manifestos, de um lado de Zoroastro Gouvea e de outro do general Waldomiro Castilho de Lima estava a raiz da vida conflituosa que o PSB levaria durante todo o ano de 1933. A direção nacional do PSB eleita pelo congresso estava formada por Pedro Ernesto, Francisco Giraldes Filho, Ilka Labarte, capitão Carlos Amoretty Osório, capitão Felipe Moreira Lima, capitão Luiz Cordeiro de Castro Afilhado e Juarez Távora, como se pode ver, uma maioria de jovens oficiais. O PSB adotou uma

estrutura organizativa confederada, com grandes diferenças entre suas secções estaduais (201).

O PSB/SP, organizado em congresso realizado em fevereiro de 1933, contou inicialmente com uma direção predominantemente de "esquerda aliancista", mas logo o conflito com o grupo de Zoroastro Gouvea e W. Belfort Mattos inviabilizou-a. Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de maio de 1933, o PSB/SP conseguiu eleger Francisco Giraldes Filho, Zoroastro Gouvea e Guaracy Silveira, num resultado significativo. As divergências internas entre os socialistas propriamente ditos e a esquerda aliancista impediram a realização do Congresso partidário marcado para 22 de julho, de modo que quando do primeiro aniversário do manifesto de Zoroastro Gouvea, em 4 de outubro, o Diretório Central do PSB/SP foi reorganizado. A nova direção foi formada por W. Belfort de Mattos, Francisco Giraldes Filho, Francesco Frola, Alberto Seabra, Rubião Meira, Zoroastro Gouvea, Justino Paixão e Carmelo Crispino, este como presidente da agremiação. A nova direção declarou-se seguidora da "doutrina de Marx" e decidiu a inscrever-se na Internacional Operária Socialista (IOS). Em decorrência dessas decisões, o deputado Guaracy Silveira abandonou o partido e aderiu a "Chapa Única por São Paulo unido". Finalmente, entre 10 e 12 de janeiro de 1934 realizou-se o Congresso do PSB/SP reafirmando seu novo perfil. A CE do PSB/SP escolhida em seguida ao Congresso foi formada por Carmelo Crispino, Francisco Giraldes Filho, W. Belfort de Mattos, João Cabanas e Francesco Frola. Com uma identidade política mais clara o PSB/SP teve condições de melhor se envolver na luta social e

(201) Socialismo, no.1, 10-3-1933.

de se empenhar no combate ao integralismo (202).

Quem de imediato repudiou os resultados do Congresso Revolucionário Nacional foi a delegação do Maranhão representando o Partido Socialista Radical dos Trabalhadores do Brasil, organizado e dirigido por Reis Perdigão, comunista expulso do PCB em 1930 por haver apoiado o movimento da Aliança Liberal. O manifesto-programa desse agrupamento, "considerando o movimento revolucionário do Brasil de tipo agrário e antiimperialista" propunha a socialização da propriedade privada e a organização de um Estado socialista (203).

Excluídas essas exceções, em nenhum outro estado o PSB configurou-se como uma organização que se referisse ao marxismo. Na Capital da República formou-se uma agremiação, o Partido Democrático Socialista (PDS) que com o correr do tempo foi sempre mais tomando um perfil ideológico liberal-democrático. O Partido Socialista Fluminense (PSF) organizou-se a partir de janeiro de 1933, segundo a orientação do Congresso Revolucionário Nacional (204), tendo em vista as eleições de maio, quando sofreu grande derrota. O congresso do PSF, realizado em julho não faz a menor referência ao socialismo. Ainda no Estado do Rio de Janeiro formou-se o Partido Proletário, liderado por Acyr Medeiros e Carlos Brandão. Embora tenha fracassado nas eleições de maio, elegeu um deputado na representação classista, enviando o sindicalista dos transportes Carlos Rodrigues Alves para a Assembléia Nacional Constituinte. O Partido Proletário (PP) apoiava o interventor Ary Parreiras e apregoava a implantação de um Estado socialista baseado no cooperativismo; fazia referências

(202) A Luta Social, no.9, 27-1-1934.

(203) Cit. in Edgard Carone, op.cit., p.460-467.

(204) Q 5 de Julho, 27-2-1933.

esporádicas ao marxismo no seu periódico A Lucta. No correr de 1934 tendeu a haver uma aproximação entre o PSF e o PP tanto por interesses eleitorais como para fazer frente ao crescimento do integralismo.

O Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD/PE) dirigido pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti era mais ligado a setores da classe dominante local, e no manifesto do congresso de julho de 1933, como era de se supor, não havia referência ao socialismo, embora defendesse uma plataforma relativamente avançada baseada no tripé democracia-parlamentarismo-federação. Não é de se esquecer que, com escasso sucesso, em vários estados através do Ministério do Trabalho organizaram-se partidos trabalhistas a fim de representar os operários ligados aos sindicatos corporativizados.

Lutando encarniçadamente para manter a organização autônoma da classe operária, sob a orientação de José Oiticica, Edgard Leunroth, Oreste Ristori e outros, os anarco-sindicalistas articulados na FOSP participaram ativamente no movimento grevista de maio e junho de 1932. Porém, a repressão que se abateu sobre o conjunto do movimento operário autônomo quebrou a espinha dorsal da coletividade anarco-sindicalista, que, embora mantendo hegemonia nas fábricas e sindicatos até meados de 1934, a partir daí só fez administrar um inelutável declínio. Num primeiro momento a perda de espaço dos anarco-sindicalistas se deu com a grande quantidade de sindicatos que se registrou junto ao Ministério do Trabalho, mas, com o reforçamento do movimento operário autônomo, a partir de meados de 1934, a perda de espaços se deu em benefício dos comunistas. O ressurgimento da imprensa anarco-sindicalista mais tradicional, A Plebe, em fins de 1932, e A Lanterna, em meados de

1933, não conseguiu reverter esse quadro de declínio. Entrementes os anarco-sindicalistas não deixaram de se desdobrar no combate ao integralismo.

6. fascismo e antifascismo

Em função da crise da formação social brasileira, assim como do pensamento liberal, desde meados dos anos 20 vinha ganhando certa força correntes intelectuais reacionárias, de caráter clerical, monárquico, organicista ou autoritário. Após 1930 essas tendências procuraram se colocar mais explicitamente no campo da ação política, tarefa facilitada e mesmo estimulada pela crise do bloco de poder dominante e pela disponibilidade ideológica das camadas médias.

Tendo como referência maior, a nível internacional, a ditadura fascista na Itália, Plínio Salgado conseguiu que confluíssem em torno de seu nome as diversas tendências e agrupamentos fascistas ou fascistizantes que vinham se multiplicando. Plínio Salgado, mesmo tendo se colocado contra o movimento da Aliança Liberal quando de seu retorno ao Brasil, em outubro de 1930, após haver-se encontrado com Mussolini, redigiu o manifesto da Legião Revolucionária, de Miguel Costa, do qual Astrojildo Pereira, a seu tempo, denunciou o caráter fascista, "óleo de ricino engarrafado com rótulo de guaraná", apesar do discurso da "brasilidade" (205). Ao mesmo tempo criou o jornal *A Razão*, que

(205) Astrojildo Pereira. "Manifesto da Contra-Revolução" In op.cit., p.175-187.

acabou sendo empastelado em 25 de maio de 1932. Quando do ápice da fragmentação das classes dominantes, em 1932, Plínio Salgado fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), logo em janeiro, embrião da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em fins de maio já estava redigido o manifesto de fundação da AIB, mas sua publicação foi retardada, em função da guerra paulista, até 7 de outubro. A convocação para a formação para um movimento de caráter fascista no Brasil ocorreu no momento que deveria se desencadear o processo constituinte, contra o qual imediatamente se colocou Plínio Salgado. Ao mesmo tempo, antecipando-se de algumas semanas o programado Congresso Revolucionário Nacional, Plínio Salgado procurou, além de dividir de antemão aquele Congresso, romper com certas tendências "modernistas" engendradas nos anos 20. Organizações que existiam localmente convergiram para a Ação Integralista Brasileira, como os casos da Legião Cearense do Trabalho, a União Pátria Nova, a Ação Social Brasileira e o Partido Nacional Sindicalista, assim como alguns grupos intelectuais.

A AIB se espalhou rapidamente pelo Centro-Sul do país entre as camadas médias urbanas, onde justamente o movimento operário era mais forte e as idéias socialistas mais difundidas. No Sul conseguiu amplo respaldo de grupos de imigrantes alemães e italianos estabelecidos em regiões agrárias. No Ceará e em Alagoas foi onde a AIB se estabeleceu com mais força entre os estados do Nordeste, tomando por vezes posturas antioligárquicas.

A primeira manifestação pública da AIB realizou-se em 3 de janeiro de 1933 nas dependências do Club Português de São Paulo com a participação de Plínio Salgado e Miguel Reale. Estimulados pela ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 24 de abril os

integralistas realizaram seu primeiro desfile em São Paulo, repetindo o evento dois meses depois em Teófilo Otoni (MG). Por estarem ainda fracamente organizados e por desprezo, a participação dos integralistas nas eleições constituintes de maio foi irrisória, mas muitas de suas teses foram incorporadas pelos deputados eleitos pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Os integralistas resolveram realizar seu I Congresso Nacional em 28 de fevereiro de 1934, em Vitória (ES), região de imigração alemã mas onde a AIB se organizou de modo relativamente tardio. Esse congresso decidiu que Plínio Salgado seria o Chefe Nacional, de quem emanaria todo o poder, e fez opção pela via insurrecional, desprezando por completo a Assembléia Constituinte então reunida. O projeto político, de acordo com suas bases sociais, era voltado para as camadas médias urbanas e para a pequena propriedade agrária, em ascensão social e descrentes do liberalismo. A AIB continuou a expandir-se, procurando ocupar as ruas e intimidar o movimento operário de inspiração revolucionária. Com o relativo fracasso do propósito de ocupação dos espaços públicos, com a intrusão de significativos aspectos de corporativismo na recém promulgada Constituição e a percepção de que setores da burocracia estatal, do governo e da burguesia também jogavam no estrangulamento dos espaços democráticos, os integralistas tenderam a mudar sua orientação estratégica. O II Congresso Nacional da AIB, realizado na cidade de Petrópolis, em março de 1935, fez a opção tática pela via institucional, o que permitiria uma aproximação com a burguesia e setores oligárquicos até então arredios ao integralismo, tendo se constituído então em partido político de caráter nacional. Por outro lado procuraram ampliar sempre mais sua influência, já grande, na alta oficialidade

do Exército e Marinha. Nas eleições de abril de 1935 a AIB elegeu João Fairbanks como deputado estadual por São Paulo.

Apesar do propósito contrário, o integralismo não se configurou como uma doutrina homogênea. Diferentemente de sua inspiração fascista original, o integralismo sempre esteve muito próximo do catolicismo conservador e seu projeto oscilava entre a idéia familiar-corporativa de Plínio Salgado e a sindical-corporativa de Miguel Reale e Olbiano de Mello. O anti-semitismo nunca foi forte na militância integralista e restringiu-se à influência de Gustavo Barroso. O integralismo combatia tanto o liberalismo quanto o socialismo, ambos de inspiração "materialista", segundo essa concepção reacionária do mundo (206).

A dificuldade do movimento operário de cultura marxista em compreender a natureza do fascismo e de deduzir a forma de enfrentá-lo facilitou seu sucesso e expansão, inclusive pelo Brasil. A direita social-democrática tendia a ver no fascismo um movimento pequeno-burguês que com sua vitória instauraria sua ditadura não só contra a classe operária mas também contra a burguesia, iludindo-se portanto com a ideologia fascista. O austríaco Otto Bauer, representante da esquerda-socialista, procurou dissociar-se dessa perspectiva, mas fez-lo só em parte. Acreditava que o regime fascista existisse somente na Itália e na Alemanha, países onde se formaram fortes movimentos de massas pequeno-burguesas e de "desclassificados" de todas as classes, estimulados pela intelectualidade desiludida com a democracia. A burguesia teria se

(206) sobre o integralismo ver, principalmente, Helgio Trindade, Integralismo: o Fascismo brasileiro na década de 30, 2a.ed., Difel, 1979, e José Nilo Tavares, Conciliação e Radicalização Política no Brasil, Petrópolis, Ed.Vozes, 1982.

servido do fascismo com o fito de destruir as conquistas do socialismo-reformista, e que uma vez estabelecida, a ditadura da pequena burguesia, esta se converteria em instrumento de dominação e defesa dos interesses do grande capital. Segundo Otto Bauer a vitória do fascismo seria possível numa situação em que a classe operária estivesse já derrotada ou na defensiva (207).

August Thalheimer, da direita-comunista, organizador do PC da Alemanha de Oposição juntamente com Brandler, como Otto Bauer também percebeu que o fascismo surgia de uma derrota prévia da classe operária, mas se expressava essencialmente como ditadura aberta do capital. O fascismo seria uma ampliação do domínio social da burguesia que em troca renunciaria ao domínio político com a autonomização do poder executivo entregue ao movimento fascista, composto de "desclassificados". Resguardando-se de incorrer numa análise formal, August Thalheimer acentuava que sob a forma comum fascista poderiam existir diferentes relações de classe e estágios diferentes de desenvolvimento capitalista. Assim, ao contrário de Otto Bauer, August Thalheimer julgava que também a Polónia e a Espanha (de Primo de Rivera) seriam fascistas, tendo portanto uma concepção ampliada do fascismo (208).

Um outro excluído da Internacional Comunista, Leon Trotsky, entendia que o fascismo constituía-se em uma ditadura do capital financeiro apoiado na pequena burguesia, utilizada para destruir todas as organizações operárias previamente debilitadas.

(207) Otto Bauer. "El Fascismo". In Otto Bauer et alii Fascismo y Capitalismo, Barcelona, Ediciones Martinez Roca, 1976, p.150-175.

(208) August Thalheimer. "Bonapartismo e Fascismo". In Il Fascismo in Germania, Milano, Jaca Book, p.25-47.

Thalheimer, para sua análise do fascismo, parte da abordagem marxiana do bonapartismo, mas conclui que aquele regime era produto da fase concorrencial do capitalismo, e o fascismo está relacionado ao capitalismo monopolista. A relação entre bonapartismo e fascismo que por sua vez faz Leon Trotsky, é um tanto confusa pois se indica os governos Brüning e Von Papen na Alemanha como bonapartistas, e não fascistas como fazia a Internacional Comunista, diz também que o fascismo italiano acabou numa "ditadura bonapartista, burocrática e policial" (209).

A exemplo de August Thalheimer, também Palmiro Togliatti apresentou ao VI Congresso da Internacional Comunista um relatório sobre o fascismo, ainda sem os condicionantes que a ditadura stalinista imporia depois a seu pensamento. Palmiro Togliatti antes de mais nada precavia seus interlocutores contra as generalizações abstratas na qual cairia depois a Internacional Comunista, confundindo a forma específica de reação que é o fascismo com reação capitalista em geral, e notava que o movimento das massas pequeno-burguesas se voltava também contra parte das antigas classes dirigentes, e assim não poderia ser completamente condicionada pela burguesia. De qualquer modo o fascismo no poder significaria a supressão das organizações autônomas das massas, particularmente da classe operária. Palmiro Togliatti insistia na relação existente entre o fascismo e a forma particular de desenvolvimento do capitalismo na Itália, negando que outras ditaduras reacionárias como eram a Hungria, Polônia e Espanha fossem fascistas, já que

(209) Leon Trotsky. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, 2a. ed., SP, LECH, 1979, p.149-158, 191-196, 280-285.

nesses países a social-democracia colaborava ou era tolerada pelo regime, algo que não ocorria na Itália. O fascismo italiano originado do movimento de massas pequeno-burguês, chegado ao poder se adaptara ao capitalismo e serviu de unificador das classes dominantes, corporativizando o Estado e subordinando a sociedade civil (210).

Essa análise lúcida de Palmiro Togliatti perdeu-se no interior da Internacional Comunista com a instauração da ditadura stalineana e com a vitória da falsa teoria do "social-fascismo". Elegendo a social-democracia como inimigo principal, além de acentuar a divisão da classe operária, passou-se a subestimar o perigo fascista, genericamente confundido com qualquer manifestação autoritária e reacionária. Stalin afirmava ser o fascismo uma organização de combate da burguesia, ativamente auxiliada pela social-democracia. Tentava igualar a democracia liberal burguesa com a ditadura fascista, ambas vistas como formas de dominação da burguesia, não se referindo à relação da burguesia com outras camadas sociais. Com esses erros metodológicos abria-se a estrada para pensar o fascismo como necessidade da evolução da crise capitalista, de onde derivaria que sua vitória, paradoxalmente, abriria o caminho da revolução socialista (211).

No XIII Plenun da CEIC, realizado em dezembro de 1933, após a ascensão do nazismo, portanto, procurou-se sair desse caminho

(210) Palmiro Togliatti. Opere Scelte, Torino, Einaudi editori, 1971, p.59-76

(211) Resoluções do X Plenun da CEIC (julho de 1929), XI Plenun da CEIC (março-abril de 1931) e XII Plenun da CEIC (setembro de 1932) In Aldo Agosti, La Terza Internazionale (Storia Documentaria), t.III, v.1.

ruinoso, anunciando que o fascismo representava a ditadura terrorista do capital financeiro com base de massa pequeno-burguesa. Mas, ainda paradoxalmente, afirma que a crise revolucionária se agravava e reconhecia que a ditadura fascista não era inevitável, embora a democracia pudesse se fascistizar, o que implicava a permanência do erro na interpretação do fascismo. A social-democracia vislumbrava já os sinais de recomposição do capitalismo, mas o triunfalismo de que estava imbuída a Internacional Comunista a impedia de ver a realidade, afirmando sempre que a crise capitalista não fazia mais que agravar-se. Diante da catastrófica derrota na Alemanha e do predomínio de regimes ditatoriais na Europa, não via mais que o amadurecimento da crise revolucionária. Em suma, a análise errada da crise capitalista como "crise geral", a equivocada teoria do "social-fascismo" que gerava uma equivocada compreensão tanto da social-democracia como do fascismo, e a linha política triunfalista e ofensivista objetivamente auxiliou na expansão do fascismo. Essa linha política consubstanciada na fórmula da "classe contra classe" só permitia a existência da frente única pela base, isto é, evitava qualquer acordo ou aliança permanente ou provisória e pressupunha a subordinação apriorística do movimento revolucionário à direção dos comunistas (212).

Foram essas noções que orientaram também a ação política do PCB, em particular na luta antifascista. O movimento fascista brasileiro, o integralismo, como seus congêneres europeus, era um movimento reacionário de massas pequeno-burguesas, mas numa formação social cujo desenvolvimento capitalista se encontrava em um estágio

(212) Resoluções do XIII Plenun da CEIC (dezembro de 1933) In Idem.

diferente. O fascismo e o nazismo surgiram da reação das massas pequeno-burguesas e camadas "desclassificadas" pelos efeitos da guerra e da crise capitalista contra o declínio social, enquanto o fascismo brasileiro é produto de uma situação de revolução burguesa em período crítico sem hegemonia burguesa na qual camadas médias em ascensão procuravam se inserir.

Os comunistas brasileiros, enredados nas concepções gestadas pela Internacional Comunista, tinham uma visão do fascismo como desenvolvimento inevitável do capitalismo, surgido mesmo das entranhas da democracia-burguesa. Mais ainda, os comunistas brasileiros pensavam que

"(...) o fascismo é um fenômeno que surge exclusivamente na sociedade capitalista, e, mais do que isso, apenas no período do capitalismo imperialista, do capitalismo financeiro, última etapa da dominação burguesa, (...)" (213)

Daf se concluiu que no Brasil não poderia existir fascismo propriamente dito por ser este um país semicolonial, mas apenas "métodos de reação fascista" utilizados por "grupos feudais e burgueses ligados ao capital estrangeiro" (214). Logo, tanto nos países imperialistas como no Brasil a luta deveria ser levada em bloco contra o conjunto das classes dominantes, que nessa fase histórica fazem uso do fascismo e de métodos fascistas para atingir seus objetivos reacionários. De modo que para o PCB não só o integralismo mas também a ditadura outubrista tinha caracteres de fascismo, por seus métodos, tanto que a Constituição de 1934 foi classificada pelos comunistas de "clerical-fascista" por seus

(213) Vanguarda Estudantil, no.1, novembro de 1933.

(214) Ibid.

aspectos corporativos e dispositivos repressivos, além das concessões à Igreja Católica. Especificamente sobre o integralismo o PCB interpretava que

"o integralismo surge no momento em que a pequena burguesia constata sua impotência para resolver o problema da liberação do Brasil do jugo das oligarquias feudais, dos regionalismos, do domínio do capital financeiro imperialista" (215).

Assim se consubstanciava uma "tentativa fascista em país semicolonial" (216). Como o fascismo, sempre segundo a interpretação comunista, esta intrinsecamente ligado ao armamentismo e à guerra, a luta contra um revertia sobre o outro.

Se como para o PCB a luta antifascista e anticapitalista tendiam a se confundir, nas condições do "terceiro período", e a orientação tática era a de construir a frente única pela base sob direção do partido, procurou-se constituir "organizações de massas". Já no segundo semestre de 1933 foi criado o "Comitê de luta contra a reação, o fascismo e a guerra imperialista" que ficou mais conhecido como "Comitê anti-guerreiro" fundado por Oswaldo Costa e Joaquim Câmara Ferreira. Esse comitê se referia ao chamado movimento Amsterdam-Pleyel, produto de duas conferências de intelectuais antifascistas realizadas respectivamente em junho de 1932 em Amsterdam (Holanda) e em agosto de 1933 em Pleyel (França). Essa organização se desdobrava em setores - militar, estudantil, sindical, mulheres- procurando aglutinar o movimento de massa sob controle do PCB numa frente única pela base, numa frente única de luta.

(215) Jornal do Povo, RJ, 9-10-1934.

(216) Ibid.

Por sua vez, os trotskistas da LCI se limitavam a ver apenas na AIB o movimento fascista brasileiro contra o qual deveria se articular uma frente única de organizações pelas liberdades democráticas, e, desde que a economia capitalista tinha um caráter mundial, viam como perfeitamente viável a vitória do fascismo no Brasil. A clara identificação de um inimigo comum é que deveria servir de pólo de aglutinação da frente única de modo que mesmo a luta contra a guerra não deveria ser colocada na mesma articulação política. Essas diferenças de concepção sobre o que representava o fascismo no Brasil e sobre a tática política para fazer-lhe frente dificultou o entendimento entre o PCB e a LCI, já envenenado pela exasperada luta ideológica entre os dois agrupamentos.

JÁ em janeiro de 1933 a Comissão Executiva da LCI, que era formada por Mario Pedrosa, Fulvio Abramo, Lívio Xavier, João da Costa Pimenta e Aristides Lobo, aprovava a proposta de se lutar pela formação de uma frente única antifascista em São Paulo. O PSB, que estava se formando, atinou de modo positivo. O periódico O Homem Livre, lançado em fins de maio, e que tinha, formalmente, a direção de Geraldo Ferraz, foi instrumento fundamental para que se levasse a bom termo a tarefa proposta. Em 10 de junho, véspera do 90. aniversário do assassinato do deputado socialista italiano Giacomo Matteotti, em manifestação pública realizada na sede da UTG/SP, foi proposta oficialmente a formação da Frente Única Antifascista (FUA), na presença de trotskistas, socialistas, anarco-sindicalistas e imigrantes italianos antifascistas. A FUA foi oficialmente constituída alguns dias depois, a 25 de junho, em nova reunião efetivada na sede da União Cívica 5 de julho e foi subscrita por organizações que podem ser divididas em cinco grupos: 1) o PSB, o

Grupo Universitário Socialista e a revista O Socialista, pela tendência socialista, 2) a União Cívica 5 de julho, Bandeira dos 18 e o jornal A Rua, herdeiros da esquerda aliancista, 3) o PSI, o Grupo Socialista Giácomo Matteotti, o Grupo Itália Libera, pelos imigrantes italianos antifascistas, 4) a LCI, a UTG e o jornal O Homem Livre, pela tendência trotskista, e 5) a FOSP e os jornais A Plebe e A Lanterna pelos anarco-sindicalistas. Estes últimos foram contrários à formação da FUA por tratar-se de organização de caráter "político". O PCB, convidado, não compareceu. Numa reunião subsequente ficou decidida a realização de uma primeira manifestação da FUA para 14 de julho, data símbolo da Revolução Francesa, e no espaço de tempo disponível tentar atrair novos aderentes. A União dos Profissionais do Volante, a Frente Negra Socialista e o periódico socialista Brasil Novo consentiram logo depois, mas as resistências maiores, previsíveis aliás, partiram do PCB. Os contatos dos representantes da FUA com o PCB foram feitos de modo indireto através de Arnaldo Pedrosa d'Horta e Noé Ghertel, militantes da Federação da Juventude Comunista. Quando enfim realizou-se na sede da Lega Lombarda a manifestação da FUA, além das organizações plenamente integradas compareceu o PCB como "observador".

O manifesto da FUA expressava claramente o predomínio da concepção dos trotskistas de se formar uma frente única de organizações, com a exposição de seus princípios básicos:

"1) Sob a denominação de Frente Única Antifascista coligam-se em São Paulo, sem distinção de credos políticos ou filosóficos, todas as organizações antifascistas, com estes objetivos comuns: a) combate às idéias, ao desenvolvimento e à ação do fascismo; b) luta pela mais ampla liberdade de pensamento, reunião,

associação e imprensa; c) reivindicação da garantia do ensino leigo e da separação da Igreja do Estado; d) formação de um bloco unitário de ação contra o fascismo. 2) Todas as organizações coligadas conservarão a sua plena autonomia e inteira liberdade de crítica. (...)" (217).

Em seguida a essa primeira e bem sucedida manifestação a FUA entrou em hibernação em função principalmente da crise pela qual passava o PSB, em busca de uma mais nítida identidade que o diferenciasse da tendência de esquerda do outubrismo. Em meados de setembro o periódico O Homem Livre fez um apelo para a reativação da FUA, mas em dez dias recebeu resposta de apenas três organismos: o Grupo Italia Libera, o jornal Brasil Novo e naturalmente a LC. Nos meses seguintes, diante do crescimento do integralismo de um lado e por outro da vigência de liberdades democráticas, no início da gestão de Armando de Salles Oliveira no governo de São Paulo, houve uma aproximação maior entre as tendências do movimento operário, visando alguma forma de unidade sindical e discutindo as formas de defesa diante da violência integralista. Dessas discussões surgiu a idéia da realização de um novo comício antiintegralista a ser realizado em 14 de novembro, oficialmente promovido pelo Centro de Cultura Social. Nas negociações, o PCB, representado por seu secretário de "agit-prop" Herminio Sacchetta, aceitou fazer a convocação junto com a LC e o PSB, este já tendo superado a crise, após a reorganização de outubro, além dos anarco-sindicalistas. Essa manifestação de cerca de mil antifascistas sofreu tentativa de dispersão por parte dos integralistas, os quais foram colocados em fuga. Diante do fracasso dos "camisas-verde" a polícia, que até então se mantivera impassível, ao final da reunião efetuou disparos

(217) O Homem Livre, SP, 14-7-1933.

e prisões contra elementos que dela participavam.

Diante da violência integralista disseminada, decidiu-se por uma contramanifestação, ao convocado encontro dos "camisas-verde", marcado para 15 de dezembro. Os integralistas recuaram para evitar o confronto aberto, mas os antifascistas confirmaram a manifestação marcada para a Lega Lombarda. O encontro iniciado por Noé Gherthel contou com a participação de mais de duas mil pessoas e foi convocado pelo Comitê Anti-Guerreiro de São Paulo, Federação Sindical Regional de São Paulo, Comitê Estudantil Anti-Guerreiro, Federação da Juventude Comunista, o periódico Vanguarda Estudantil, União Operário e Camponesa, Socorro Vermelho Internacional, todos "organismos de massa" ligados ao PCB, também signatário da convocação, e ainda a LC, a UTG e O Homem Livre pelos trotskistas, o PSB, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Universitário Socialista e Coligação Confederada pelos socialistas, e mais a União Sindical dos Profissionais do Volante, a União dos Operários em Fábricas de Tecido, e Brascor. A FOSP e o periódico La Difesa não subscreveram a convocatória mas participaram da manifestação (218).

A partir desse sucesso se aceleraram as negociações que vinham se desenvolvendo desde setembro, tendo em vista a formação da Coligação dos Sindicatos Proletários por iniciativa da LC e diante da qual o PCB manteve-se arredio. Ao mesmo tempo o CC/PCB, através de Eneida de Moraes Costa interveio no CR/SP tentando fazer ver que a participação do PCB na FUA contrariava a linha política do partido, de frente única pela base. Assim, por ocasião da convocada manifestação antiintegralista, marcada para 25 de janeiro no Largo

(218) Ibid., 14-12-1933.

da Concorrência, o PCB tornou público seu afastamento da FUA, manifestação essa que acabou sendo dissolvida pela Força Pública, embora o encontro não tivesse sido previamente proibido. Ora, o certo é que a direção nacional do PCB não discernia a especificidade da situação de São Paulo onde, diferentemente de outros estados, havia se constituído duas outras organizações de inspiração marxista, a LC e o PSB, com relativa inserção social, o que justificaria uma política de colaboração na luta contra o integralismo. Tanto é que houve séria resistência das bases partidárias ao afastamento da FUA determinado pelo CC/PCB. No dia seguinte a sede da UTG foi invadida pela polícia, quando se desenrolava uma palestra de Francesco Frola, logo após o cel. João Cabanas, que entrava no local, ter sido alvo de tiros disparados pela mesma polícia.

Sem a participação oficial do PCB, mas com a presença de comunistas, realizou-se no Palácio das Indústrias, localizado no Parque D. Pedro II, significativa manifestação de 10. de maio, convocada pela Coligação dos Sindicatos Proletários, que contou com a presença de cerca de três mil pessoas. Porém com o afastamento do PCB, e a relutância dos anarco-sindicalistas em participar mais efetivamente em uma frente política, a FUA entrou em fase de estagnação.

Durante todo o ano de 1934 a AIB vinha se fortalecendo, principalmente após seu congresso de Vitória. De acordo com a linha insurrecional ali definida, a AIB estabeleceu o objetivo de ocupar as ruas, como meio de condicionar o governo federal e desmoralizar a Constituição promulgada em julho. Peça decisiva dessa estratégia era a ocupação de espaços políticos definitivos em São Paulo, com o fito

de apagar de vez com os laivos de autonomia do movimento operário. Desse modo pareceu ideal aos integralistas comemorar o segundo ano de vida de sua organização com uma demonstração de força no dia 7 de outubro na Praça da Sé. Imediatamente, as forças representativas do movimento operário autônomo reiniciaram o processo de recomposição da FUA, tendo em vista o perigo iminente de ocupação das ruas pelos integralistas. As perlongas entre trotskistas e comunistas, no entanto, retardaram e dificultaram a unidade de ação, por fim imposta pela intervenção do socialista Francesco Frola e do anarcossindicalista Oreste Ristori, ambos imigrantes italianos cientes do resultado da divisão de forças diante do inimigo comum. A participação da LCI na refrega da Praça da Sé provocou, ainda durante os preparativos, uma crise nessa organização que redundou no afastamento de Aristides Lobo e alguns outros militantes que já vinham discordando da política, definida internacionalmente por Trotsky, de "entrar" no PSB, e que não concordaram também em promover um confronto aberto e armado com os integralistas. O PCB por sua vez procurando capitalizar o movimento político de condensação da frente antifascista lançou no dia 4 de outubro, quando as conversações já iam adiantadas, um apelo, transcrito por A Platea, dando conta que

"O secretariado do Comitê Regional de São Paulo do PCB dirigiu ontem à noite um convite ao PSB, ao PT à LC (trotskista), à Coligação dos Sindicatos Proletários, à FO, à CGTB, aos sindicatos autônomos, a todas as organizações populares anti-guerreiras, anti-fascistas e estudantis para uma demonstração sob a bandeira da frente única de combate ao fascismo, à guerra e à reação conservadora, no próximo domingo" (219).

No dia do confronto, quando os integralistas protegidos pela polícia, pretendiam colocar dez mil militantes na Praça da Sé,

(219) A Platea, 4-10-1934.

a ação coordenada de comunistas, trotskistas, socialistas e anarcosindicalistas, em contramanifestação, conseguiu dispersar a demonstração dos "camisas verde". Persistindo na organização confederada até no embate militar, cada uma das tendências se colocou em um ponto da praça, sendo que os trotskistas em número menor foram reforçados pela Federação da Juventude Comunista (FJC). É possível que durante a refrega tenha havido divisão entre as forças de segurança, com parte delas, sob influência de Miguel Costa e João Cabanas participando ao lado dos antifascistas. Ao fim do dia havia seis mortos e trinta e quatro feridos de ambos os lados. O acadêmico de Direito, espírita por formação e militante da FJC, Décio Pinto de Oliveira, morto com um tiro na nuca tornou-se símbolo da resistência antifascista. Feriram-se também durante a luta, entre outros, Mario Pedrosa e Cipriano Cruz.

Embora a FUA tenha sido articulada em São Paulo, sob a inspiração básica da LCI, ela era produto de um movimento de massas que ocorria em vários outros pontos do país, pressionando para a formação de uma frente antifascista. No sentido do processo social brasileiro, a FUA foi uma precursora da ANL, só que esta seria presidida por uma política de alianças que extrapolaria as classes subalternas e aquela era informada pela concepção de Trotsky de alianças restritas à classe operária e ao campesinato. A perspectiva do "terceiro período" que predominava no PCB não permitia também aliança mais amplas. Pode-se então dizer que houve uma mudança de linha e encaminhamento político na desarticulação da FUA e na construção da ANL, mas existe uma continuidade em termos de processo social das classes subalternas que resistiam à corporativização e à instauração da ditadura fosse ela conduzida por

Plínio Salgado ou Getúlio Vargas.

7. o PCB nos estados

A ausência de mediação na aplicação da linha política do PCB em São Paulo, que se manteve bastante ambíguo diante da iniciativa de organização da FUA, talvez tenha impedido um crescimento mais acentuado do partido no estado. Mas a verdade é que, principalmente a partir do segundo semestre de 1934, o PCB nunca fora tão forte em São Paulo. É que o trabalho centrado no movimento social, desenvolvido pela direção estadual que vinha se conformando há cerca de um ano, começava a dar alguns resultados palpáveis. O CR/SP estava formado pelo decorador de paredes Sebastião Francisco (Castro) como secretário-regional, por Antonio Fiesk (Salles) como secretário de organização, por Hermínio Sacchetta (Leonidas) como secretário de "agit-prop", pelo acadêmico de medicina Hílio Lacerda Manna (Luiz) responsável pelas finanças, o encanador Giacobbo Tolusso responsável sindical e mais o estudante de engenharia Joaquim Câmara Ferreira (Jurandir) e Leonor Petrarca; a FJC era dirigida por José Stacchini, Arnaldo Pedroso d'Horta e Noé Gherthel; da comissão "anti-mil" dirigida por João Raimondi faziam parte ainda Davino Francisco dos Santos e Euclides Krebs, um dos estrategistas da batalha da Praça da Sé. O PCB contava ainda com quadros capacitados em alguns sindicatos importantes como era o caso de Alvaro Cecchino entre os bancários, Alfredo Godofredo na Light, Hidilberto Martins de Queiróz, ferroviário de São Paulo Railway, Fernando Cordeiro no Sindicato dos Empregados do Comércio, Roque Trevisan e os irmãos Castellar: entre os têxteis, e Marcos

Andreotti, fundador do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Mantinha ainda estreitas relações com Américo Paulo Sesti do Sindicato dos Contadores e com o ferroviário da E.F. Sorocabana Ladislau de Camargo, do PSB, que depois aderiria ao PCB (220).

Apesar do fortalecimento relativo do PCB em São Paulo, a partir de meados de 1934, o fato de o partido haver se auto-excluído da Coligação das Esquerdas levou-o a sofrer uma séria derrota nas eleições para deputados federais e deputados estaduais constituintes, realizadas em 14 de outubro. Desde agosto vinham se realizando negociações entre as forças políticas ligadas ao movimento operário autônomo, tendo em vista as eleições. A aliança entre o PSB e a LCI respaldada pela Coligação dos Sindicatos Proletários, Liga Anti-Clerical e a maioria das organizações espíritas, selou-se com certa facilidade, mas a incorporação do PCB a esta frente, apesar das muitas negociações não se concretizou. Assim, numa eleição polarizada entre o Partido Constitucionalista e o PRP, a Coligação das Esquerdas conseguiu, com o terceiro lugar, eleger Romeu de Carlos Vergal, como deputado estadual. A UOCB, legenda sob a qual se apresentou o PCB, com fraco desempenho não elegeu nenhum representante. Mas mesmo com esse revés o PCB continuou se fortalecendo nos meses seguintes, em parte graças às dificuldades enfrentadas pela LCI com o afastamento de Aristides Lobo, e pelo PSB com a cisão provocada por Ladislau de Camargo. Esse sindicalista acabou aderindo publicamente às posições do PCB declarando:

"A situação geral exige imperiosamente que façamos uma

(220) Eduardo Maffei. A Batalha da Praça da Sé, RJ, Philobilion, 1984, p.63-67.

frente única de luta das massas proletárias e de todas as camadas oprimidas da população" (221).

E ainda que

"A frente única popular de massas e de luta corresponde hoje ao desejo cada vez mais ardente dos trabalhadores manuais e intelectuais, sem quaisquer distinções políticas" (222)

Criticando a aproximação orgânica entre socialistas e trotskistas dizia:

"Agonizante, o trotskismo brasileiro busca agora empolgar a direção do Partido Socialista, para sob o novo rótulo de PSB prolongar a existência da Liga Trotskista e continuar sua obra de desagregação" (223).

A política de frente única pela base, confirmada pela Conferência Nacional do PCB, foi aplicada com diligência na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro, cujo secretário-regional era então Pascácio Rio de Souza Fonseca. Dentro da tática estabelecida pelos comunistas o "Congresso nacional contra a reação, o fascismo e as guerras imperialistas", realizado em 23 de agosto, com representantes de vários estados, constituiu-se num evento importante, mesmo tendo havido repressão policial e enfrentamento na Praça Tiradentes. Nesse mesmo dia o PCB tornou pública sua posição diante das eleições que se aproximavam, chamando atenção para

"Os partidos e grupos feudal-burgueses, tanto os que estão no poder como os de 'oposição', fazem por toda a parte intensa propaganda de seus 'programas' e candidatos tapeadores. Ao lado deles, a burocracia sindical, reformistas, os trotskistas, todos os agentes das camarilhas dominantes nas fileiras do proletariado

(221) A Classe Operária, 16-3-1935.

(222) Ibid.

(223) Ibid.

desenvolvem também grande atividade no sentido de semear entre as massas novas ilusões na democracia burguesa e, desse modo desvia-las de suas lutas independentes por melhores condições de vida e de trabalho" (224).

E lembrando ter sido contra a Constituinte e a Constituição justifica:

"O PCB se apresenta justamente às eleições com o fim de transformar essa manobra reacionária numa mobilização de massas que luta pelo programa da revolução operário camponesa" (225).

Honório Freitas Guimarães (Martins) foi ainda mais explícito sobre o projeto comunista afirmando:

"(...) o caminho que apontamos ao proletariado e as massas populares é perfeitamente claro, não se presta a nenhuma confusão: intensificar as lutas (greves e demonstrações de rua) por suas reivindicações imediatas econômicas e políticas, ampliar essas lutas até derrubar violentamente as camarilhas dominantes, realizando a Revolução Operária e Camponesa e instaurando o governo dos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros" (226).

Como em outras regiões do país também no Rio de Janeiro havia uma tentativa de aproximação entre as diversas tendências do movimento operário tendo em vista a formação de uma frente política. Um papel importante nesse esforço de aproximação foi desempenhado pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB). Esse partido foi fundado em 4 de agosto pelos deputados Vasco de Toledo, João Vitaca, Waldemar Reidkal e mais Plínio Mello, José Casini, Euclides Sampaio, Orlando Ramos, Carlos Branco e Almerinda Gama, e propôs a articulação de uma frente que englobasse, além do PSPB, também a

(224) A Classe Operária, 23-8-1934.

(225) Ibid.

(226) Jornal do Povo, RJ, 7-10-1934.

LCI, o PSB, o PTB e o PCB (227). Este último concordou em abrir as conversações centradas numa frente única de luta que, avisava, não deveria se confundir com uma frente única eleitoral e recusou de antemão algumas proposições do PSPB, como a luta pela revisão da Constituição para garantir a laicidade do Estado e os interesses econômicos e sociais das massas, iniciativa popular na apresentação das leis e referendun, taxadas de "ilusões democráticas". Quando tudo indicava que o PCB disputaria as eleições sozinho, tendo como candidatos Alvaro Ventura e José Medina, uma reunião efetivada na sede da União dos Trabalhadores em Padarias, em 6 de outubro, a fim de rediscutir a proposta FUP houve um imprevisto acordo: o PCB conseguiu que o PSPB e a LCI aceitassem grande parte de suas propostas, incluindo a formação de uma brigada antifascista e a luta pela unidade e autonomia sindical. Em função dessas decisões, sob o argumento de que violavam a Constituição, o PTB e o PSB se retiraram das negociações, mas a "fração de esquerda" do PSB puxada por Júlio Cunha, Pedro Lafayette e Isnard Teixeira decidiram não só participar na legenda da UOCB como ingressar no PCB. Em Niterói e Estado do Rio de Janeiro ocorreu um processo semelhante quando a esquerda do Partido Proletário, que já havia participado com o PCB no "Congresso nacional contra a reação, o fascismo e as guerras imperialistas", também definiu-se, em outubro ainda, pela participação na frente articulada sob a legenda da UOCB e pela adesão ao PCB (228).

O manifesto-programa da UOCB, proposto para as eleições e acordado pelo PSPB, LCI e PCB reforçado pela esquerda do PSB e PP,

(227) A Platea, SP, 6-8-1934 e A Classe Operaria, RJ, 12-9-1934.

(228) Jornal do Povo, RJ, 11-10-1934.

além do conjunto do movimento sindical autônomo e outras organizações populares dizia:

"As organizações que constituem a frente única defenderão com todas as suas forças, inclusive com a participação ativa da greve geral no Distrito Federal e Niterói, a autonomia de todo o movimento sindical do país (...). As organizações abaixo assinadas lutarão por todas as formas pela existência pública e legal de todas as organizações sindicais e políticas do proletariado, dos estudantes e das massas populares, pela liberdade irrestrita de imprensa, de reunião, de associação, de greve, etc. Comprometem-se a assegurar essas liberdades através da mobilização das forças do proletariado e das massas laboriosas, com demonstrações e greves, até a greve geral. As organizações abaixo assinadas se comprometem a unificar suas forças na luta pela unidade sindical no Distrito Federal, de Niterói e de todo o país, na base da luta de classes e da libertação do movimento sindical da tutela do Estado reacionário (...). (...) pela transformação da ordem social vigente e instauração do poder soviético (...)" (229).

E' visível, portanto, o predomínio das posições do PCB e de sua estratégia insurrecional. A UOCB, com a coligação passou a contar com Alvaro Ventura, Vasco de Toledo e João Vitaca como seus representantes na Câmara Federal. O PTB e o PSB, sob a direção de Maurício de Lacerda e Maurício de Medeiros, se apresentaram nas eleições com o nome de FUP sob uma plataforma liberal-democrática.

Em Pernambuco, a política de frente única implementada pelo PCB vinha dando alguns frutos desde o processo eleitoral constituinte de 1933, quando setores da "esquerda aliancista", assim como a maioria do movimento sindical autônomo e a maçonaria, estavam alinhados junto ao PCB. Essa frente tendeu a soldar-se diante do crescimento do integralismo, de modo que em junho de 1934 foi formada a Ação Pernambucana Contra o Fascismo (APCF) dirigida por

(229) Ibid.

Carlos Mariz, Chagas Ribeiro, Epifânio Bezerra, Agripino de Queiróz, Luiz Leal de Barros, Anfilâquio Cavalcanti e Rodolfo Medeiros, cujo porta-voz passou a ser o seminário O Homem Livre. Nesse mesmo mês foi organizada a Frente Única Proletária (FUP) tendo as eleições de outubro no horizonte. Em reunião realizada em fins de julho foram escolhidos Cristiano Coutinho Cordeiro e Agostinho Dias de Oliveira como delegados ao "Congresso nacional contra a reação, o fascismo e as guerras imperialistas". A maioria do CR/PCB/PE decidiu, em princípios de setembro, pelo afastamento da FUP, pela não participação na programada Semana Anti-Guerreira, pelo estreitamento das alianças e pela participação isolada nas eleições. A minoria continuou participando da FUP, mas não impediu que a crise atingisse a APCF (230).

O PCB no Rio Grande do Sul, que estava praticamente inativo desde a última prisão de Paulo de Lacerda, concentrando as atividades no movimento sindical, em pouco tempo passou a ter algum peso, até que, em abril de 1934, arrebatou a direção da, reorganizada desde outubro, Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORS) aos anarco-sindicalistas. Em 16 de julho, já pensando nas eleições de outubro, foi organizada a Liga Eleitoral Proletária (LEP), instrumento da frente única operário-camponesa e frente única de luta, defendidas pelo PCB. No mês seguinte, ainda seguindo o desenho tático dos comunistas foi fundado o Comitê anti-guerreiro e antifascista do Rio Grande do Sul (231).

(230) O Homem Livre, Recife, junho a dezembro de 1934.

(231) A Voz do Trabalhador, Porto Alegre, julho a novembro de 1934.

Capitulo V

A política dos comunistas
e a gestão da alternativa nacional-popular

I. introdução

Graças à intervenção do Estado através do Departamento Nacional do Café (DNC) (fevereiro de 1933), a partir de 1934 a economia agrária cafeeira superou o risco iminente de insolvência, apesar das receitas de exportação continuarem baixas, obrigando a um esforço de diversificação de mercados externos. Em boa parte utilizando infra-estrutura já instalada na produção cafeeira, a cultura de algodão assistiu uma grande expansão, servindo de fonte de matéria prima para a indústria têxtil, cujo mercado passava a ser cada vez mais o proletariado industrial e as camadas médias urbanas e menos os trabalhadores do complexo cafeeiro. Mas, apesar da parqueza da base técnica e financeira é mesmo o setor da indústria de bens de consumo duráveis que guiaria o processo de acumulação de capital em um novo patamar dentro da formação social brasileira. A industrialização foi favorecida pela persistência da crise agrária, particularmente da economia de subsistência, agravada pelas secas na região nordestina que liberou força de trabalho excedente que veio engrossar o exército industrial de reserva e garantindo altas taxas de mais-valia. Aliás a importação de tecnologia que aumentasse a produtividade foi proibida segundo o interesse da própria burguesia. Por sua vez, o Estado se portava como regulador de força de trabalho industrial, garantindo a esta, através do corporativismo, uma cidadania tutelada e restrita e certas condições de vida que dificultava a aliança da classe operária com os trabalhadores do campo submetidos a extremas condições de exploração, única maneira de manter os privilégios da oligarquia agrária e possibilitar a recomposição do bloco de poder. Foi através do corporativismo que ao

mesmo tempo que se subordinava a sociedade civil emergente ao Estado criava-se também um espectro significativo de consenso social. Assim, o padrão de acumulação capitalista que se configurou após a crise do padrão agromercantil exigiu uma inaudita politização da economia com o papel propulsor da indústria e regulamentador da força de trabalho assumido pelo Estado.

Mas se a revolução burguesa no Brasil tomou esse sentido e essa forma, ela não estava estruturalmente determinada e sim resultou da ação de sujeitos políticos movendo-se numa situação de conflitos sociais acentuados, em que nenhuma força isolada conseguiu se impor e as alianças se mostravam fráguas. Nessas condições a autonomização relativa do Estado e o fortalecimento da burocracia estatal jogou um papel decisivo na definição dos rumos da revolução burguesa "passiva". Para que esse processo avançasse era importante que a Constituição promulgada em 1934 não se implementasse efetivamente no seu perfil liberal-democrático, pois abriria espaço para a aglutinação das classes subalternas e para a gestação de uma alternativa nacional-popular de desenvolvimento das forças de produção e do processo de acumulação. Desse modo, antes mesmo do fim dos trabalhos, a Assembléia Nacional Constituinte vinha sendo atacada e desautorizada não só por forças políticas revolucionárias como o PCB, que acusava sua composição quase exclusiva de representantes das classes dirigentes, mas também, e principalmente, pelo crescente movimento integralista, este em tendencial convergência com interesses alocados no Estado.

E' claro que a configuração do Estado ditatorial e a definição da via "passiva" de revolução burguesa não poderia chegar a termo sem que a movimentação política das classes dominantes

atuasse nesse sentido, principalmente as oligarquias "recicladas" e de nova geração. Em São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que fora nomeado interventor em agosto de 1933, na tentativa de reunificar politicamente as classes dominantes do estado, sobre as cinzas do Partido Democrático, da Federação dos Voluntários e da dissidência perrepista Ação Nacional Republicana, fundou em fevereiro de 1934 o Partido Constitucionalista, cujo discurso procurava conjugar o movimento aliancista de 1930 com o movimento constitucionalista de 1932. O Partido Constitucionalista era parte importante da estratégia da oligarquia paulista "reciclada" de voltar ao governo central, e assim Armando de Salles Oliveira passou a apoiar taticamente Getúlio Vargas indicando mesmo dois importantes ministros como Vicente Rao (ex-PD) para a pasta da Justiça e Macedo Soares para as Relações Exteriores, com a esperança de obter o apoio do presidente nas eleições futuras. O PRP conseguiu sobreviver com força ainda nas eleições de outubro de 1934 e, embora vitorioso, Armando de Salles Oliveira não conseguiu seu intento de tornar-se expressão única representativa dos paulistas. Processo semelhante ocorreu em Minas Gerais quando Getúlio Vargas nomeou Benedito Valadares como novo interventor, em função do falecimento de Olegário Maciel. Benedito Valadares venceu as eleições de outubro, sendo escolhido governador pela via indireta, como dispunha a legislação, mas a oposição de Arthur Bernardes continuou expressiva. Nos demais estados importantes da federação a vitória ficou por conta dessas oligarquias recicladas, cujos governadores, Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, Lima Cavalcanti em Pernambuco e Juracy Magalhães na Bahia apoiavam Getúlio Vargas, conformando ampla maioria no Congresso Nacional. Getúlio Vargas por sua vez precisava

do apoio das classes dominantes dos principais estados para evitar o latente fortalecimento autônomo da sociedade civil como um todo e especificamente do movimento operário e atingir o objetivo da instauração de um Estado autocrático.

Garantida a maioria parlamentar e o apoio dos governos estaduais, onde despontava o Partido Constitucionalista de Armando de Salles Oliveira, o governo central podia partir, com apoio da alta oficialidade do Exército, para o estrangulamento das liberdades democráticas e para o despedaçamento da Constituição. Para o Exército, instituição fundamental do Estado, ficava cada vez mais claro que somente através do estabelecimento da ditadura seria possível uma intervenção cirúrgica que permitisse a superação da crise que o afetava, realizando um expurgo na oficialidade intermediária e excluindo soldados influenciados pelo projeto de revolução social. Estando evidente o fortalecimento do movimento operário autônomo e já iniciadas as conversações que levariam à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), antes de finalizar o ano de 1934 o ministro da Justiça Vicente Rao e o líder do Governo na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes, estavam entabulando o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional (LSN). Esse anteprojeto chegou à Câmara dos Deputados em 26 de janeiro de 1935, gerando grande repulsa quando veio a público e fazendo com que fosse elaborado um outro anteprojeto através de Henrique Bayma que o apresentou em 11 de fevereiro. Após sofrer algumas emendas foi aprovada e promulgada a Lei no.38, dita LSN, em 4 de abril de 1935. A resistência e os protestos se generalizaram por toda a sociedade civil, inclusive setores oligárquicos e militares, estes envolvidos desde o ano anterior em luta por reajustes salariais que culminaram

na tentativa golpista do gal. Guedes da Fontoura, logo desarticulada.

A nomeação do gal. João Gomes Ribeiro para o ministério da Guerra em 7 de maio, em substituição ao gal. Góis Monteiro, juntamente com um abono salarial aos militares, serenou os ânimos, mas ao mesmo tempo, foi um passo a mais no preparo à repressão ao movimento popular e à depuração do Exército. Após a ilegalização da ANL, em 12 de julho, com base na LSN, a propaganda anticomunista intensificou-se, convergindo com uma eficiente ação policial, inclusive com a infiltração de agentes, utilizando métodos e informações passadas pelos serviços secretos da Grã-Bretanha e Alemanha, principalmente. A repressão generalizou-se após o fracasso das insurreições armadas de novembro, bloqueando sistematicamente os laivos de autonomia do movimento operário e da sociedade civil, tendo, no dia 26 de novembro, entrado em vigor o "estado de sítio", apesar dos protestos de Flores Cunha e da "minoridade parlamentar". Em dezembro o "estado de sítio" foi equiparado ao "estado de guerra" sendo prorrogado a cada noventa dias, com uma exceção (a chamada "macedada", que permitiu a soltura de grande número de presos políticos), até o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Em janeiro de 1936, por inspiração de Vicente Rao, fora criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, completando o arcabouço "jurídico" da repressão, em novembro foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional.

Nesse processo de destruição da Constituição de 1934, de repressão ao movimento operário, à intelectualidade democrática e às oposições políticas de inspiração marxista ou liberal democrática, a burguesia foi se convencendo da conveniência de se aceitar o

corporativismo que, se a obrigava a arcar com a legislação social, sancionava também a tutela estatal sobre a classe operária, disciplinando-a e mantendo sua subalternidade. Isso significou também que a burguesia se alienou, em favor do fortalecimento do Estado, de um projeto próprio que a elevasse ao papel de classe dirigente e hegemônica. As oligarquias de inspiração liberal deram ênfase a sua vertente excludente e antipopular, colaborando decisivamente para a instauração da ditadura estadonovista, de maneira que sob um Estado de exceção relativamente autonomizado em relação às classes dominantes e promotor de um projeto de acumulação acelerada foi possível a recomposição do bloco de poder. As Forças Armadas através da vitória da alta oficialidade, recompôs sua unidade, promovendo o expurgo de oficiais de baixa patente e de recrutas. O Estado promoveu ainda uma simbiose entre aparelho de repressão e aparelho de propaganda política.

O Estado nacional brasileiro ampliou também seu espaço de manobra no cenário mundial em relação aos países imperialistas, procurando diversificar tanto suas relações comerciais como as alternativas do jogo diplomático. Isso foi possível em função da contração do mercado mundial nesses anos de crise e principalmente pelo refluxo relativo da presença britânica no Brasil nos contornos da disputa interimperialista. Se o predomínio dos USA na economia brasileira era já incontestado em torno de 1935 é inegável também que os capitais alemães e japoneses se faziam presentes com certa evidência no arranque do processo de industrialização brasileira. Por sua vez a solução político-institucional vitoriosa no Brasil para a superação da crise de acumulação seguiu a tendência predominante a nível internacional. Na

Europa sucediam-se regimes políticos ditatoriais inspirados ou simpáticos ao nazi-fascismo, com a incapacidade dos regimes liberal-democráticos oferecerem soluções para a crise e ao mesmo tempo manter intocados os privilégios das classes dominantes. Depois da vitória do nazismo na Alemanha foi ficando claro que o embate se daria entre a opção democrática e a generalização do fascismo que levaria à guerra. Nesse sentido a Espanha tornou-se campo de enfrentamento entre as duas tendências presentes na arena internacional.

A tendência internacional vinha fortalecendo posições reacionárias e ditatoriais, inclusive no continente latino-americano, e apesar dos governos reformadores no México (1934) e Chile (1938), em lugar algum houve um deslocamento revolucionário das classes dominantes, que através de diferentes soluções conseguiram manobrar através da crise e manter seu poder, adaptando-se às novas condições de emergência das massas e de retração do mercado mundial. Mas mesmo assim existia embrionariamente no Brasil uma alternativa nacional-popular que poderia imprimir um desenvolvimento democrático da economia e da cultura que se inviabilizou principalmente pela debilidade da cultura política de seus agentes coletivos.

2. a Internacional Comunista e a política de frente popular

Tanto os comunistas quanto os social-democratas vinham subestimando o perigo que representava o movimento de massas fascista, e mesmo depois da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha

nenhuma das duas tendências do movimento operário acreditava que a ditadura nazista pudesse se estabilizar. Mas em ambas as organizações internacionais se tomou ciência da necessidade de se reagir com firmeza diante do ataque reacionário, embora pouca clareza houvesse de quais as medidas a serem tomadas, já que estava implícita a necessidade de revisão na orientação política dos comunistas e dos social-democratas. Não casualmente, a primeira reação partiu de uma reunião realizada em Paris em 6 de fevereiro de 1933, entre partidos que gravitavam à esquerda da IOS mas se aproximavam de algumas posições revolucionárias da IC, como era o caso do Partido Trabalhista Independente da Grã-Bretanha (ILP), Partido Operário Socialista Alemão (SAP) e Partido Socialista Italiano (PSI), que propuseram a colaboração entre comunistas e social-democratas na luta antifascista. Em 19 de fevereiro a IOS propôs à IC a abertura de conversações tendo em vista formas de combate ao inimigo comum, mas a resposta da IC foi reticente, mantendo sua linha de frente única de luta articulada em torno de objetivos concretos, coisa que a proposta da IOS não contemplava. Para que tal ocorresse a IC sugeriu que suas seções nacionais entrassem em contato com os partidos social-democratas tendo em vista a formação de uma plataforma comum de luta, o que era um indiscutível, embora pequeno passo em direção à unidade de ação.

Enquanto a ditadura nazista se fortalecia, passando por cima dos destroços das organizações operárias, as dificuldades de se entabular acordos entre comunistas e social-democratas se manifestavam em vários países. A Conferência da IOS, realizada em agosto, em função do balanço dos acontecimentos dos últimos meses, sofreu forte diferenciação, surgindo uma ala unitarista e

revolucionária; entre esses estavam o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Socialista da Austria (SPO) e uma fortalecida ala esquerda na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO). O surgimento dessa tendência de esquerda fez com que os trotskistas decidissem "entrar" nos partidos social-democratas. Os comunistas porém menosprezaram essa diferenciação persistindo, no XIII Plenun da CEIC, na visão da social-democracia como principal sustentáculo social da burguesia, o que era a essência do "social-fascismo", embora avançasse no reconhecimento do perigo fascista.

Por outro lado, a realização do XVII Congresso do PCUS entre 16 de janeiro e 10 de fevereiro de 1934, que ficou conhecido como o "congresso dos vencedores", significou uma atenuação na ditadura terrorista instaurada na URSS desde 1929. Os níveis de repressão anticamponesa e de utilização da força de trabalho, encarada como instrumento de edificação do socialismo e não como beneficiária da riqueza social, ameaçava a estabilidade do poder soviético, de modo que os críticos da coletivização forçada e da industrialização acelerada voltaram a ganhar espaço no partido, tendo suas posições defendidas por Kirov. Assim, Bucharin, Kamenev, Zinoviev, Radek e Rikov, embora não contassem com poder efetivo tinham suas idéias, através da brilhante oratória de Kirov, expressas no CC. Kirov emergiu como principal dirigente de Leningrado com auxílio de Stalin, quando este lutava para desalojar Zinoviev, então aliado de Trotsky. Agora no entanto ele surgia como ameaça ao poder absoluto de Stalin, o que justificava as suspeitas do envolvimento deste no assassinato de Kirov, ocorrido em 10. de dezembro de 1934, o que inclusive serviu de motivo para o desencadeamento da repressão contra a massa partidária, que se por

um lado garantiu o poder de Stalin por outro liquidou a grande maioria das direções do PCUS eleitas no XVII Congresso. A instauração da ditadura nazista na Alemanha fez com que a URSS considerasse um reorientamento de sua política externa, premendo por uma aproximação com a França e pela entrada na Sociedade das Nações, agora vista como possível instrumento de defesa da paz.

Ao mesmo tempo que em Moscou se desenrolava o XVII Congresso do PCUS, na França a conjunção das organizações reacionárias tradicionais, como a Ação Francesa, com as ligas fascistas como a Croix du Feu, promovia em 6 de fevereiro uma manifestação em torno da Câmara dos Deputados, visando um deslocamento à direita do governo, que era formado pela coalizão de radicais e socialistas. Apesar de dispersada pela polícia a manifestação atingiu seu objetivo de destituição do governo Daladier que foi substituído por um governo de "União Nacional" que englobava radicais e partidos conservadores. O PC da França convocou uma manifestação de repúdio para dia 9, que contou com a participação de muitos socialistas e que acabou em enfrentamento com a polícia, enquanto a SFIO havia já convocado uma greve de massa e manifestações para o dia 12. Quando o PCF na última hora aderiu à proposta da SFIO foi dado um grande passo para o sucesso do evento e para a unidade de ação contra o fascismo. No mesmo dia que milhões de operários franceses estavam em greve e dezenas de milhares se manifestaram pelas ruas, a classe operária austríaca iniciou, à revelia da direção do Partido Socialista Austríaco (SPO), uma insurreição defensiva contra os ataques que as organizações operárias e populares vinham crescentemente sofrendo desde o início do ano e que culminou com a destituição do prefeito socialista de

Viena. Após quatro dias de combates de rua a classe operária foi derrotada e instalou-se a ditadura "clerical-fascista" de Dollfuss.

Esses dois eventos, de sinais opostos, um mostrando a importância da unidade entre as tendências do movimento operário e outro chamando a atenção contra o "legalitarismo" na luta contra o fascismo, fortaleceram as alas de esquerda não só na SFIO e na SPD mas na IOS como um todo, desobstruindo gradativamente os canais de comunicação com os comunistas. Também começou a mudar o juízo sobre o fascismo: os social-democratas passaram a colocar em dúvida a noção que o fascismo fosse fenômeno específico de países de capitalismo retardatário e os comunistas perceberam a importância da defesa das liberdades democráticas. Um papel importante na direção da luta pela unidade da classe operária seria desempenhado pela intelectualidade democrática que passava a combater a barbárie fascista em nome da defesa da cultura, mas os principais responsáveis pela unidade de ação foram mesmo as bases dos partidos operários.

Enquanto que no encerramento de seu congresso o movimento Amsterdam-Pleyel emitia a "Carta pela unidade anti-fascista", o Congresso de Toulouse da SFIO, ambos realizados em maio, contou com a esquerda de Marceau Pivert e Jean Zyronski reforçada, mas que não passou de 1/3 dos delegados, sendo assim a unidade de ação com os comunistas recusada. O PCF, por sua vez, estimulado por uma carta da CEIC escrita por G. Dimitrov, aceitou a unidade de ação com os socialistas na sua Conferência de Ivry, realizada entre 23 e 26 de junho, provavelmente ainda com objetivos instrumentais, mas a proposição reforçou ainda mais a esquerda socialista, que fez aprovar no Conselho Nacional da SFIO, realizado em 15 de julho, por grande

maioria, a unidade de ação. O pacto de unidade de ação entre comunistas e socialistas foi finalmente assinado em 27 de julho. O colapso da SPD deu espaço a um fortalecimento relativo do PC da Austria e a criação de um partido socialista revolucionário, que juntamente com o "centro externo" da SPD na Tchecoslováquia se encaminharam para a unidade de ação na luta antifascista, linha adotada pelos comunistas austríacos no seu XII Congresso efetuado em setembro. Sob direta influência da situação francesa processou-se uma tortuosa aproximação entre comunistas e socialistas italianos cujos primeiros contatos diretos deram-se na segunda metade de julho até que foi subscrito em 17 de agosto o pacto de unidade de ação. A primeira proposta de unidade de ação feita pelo pequeno PC da Espanha ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) em março de 1933 caiu no vazio. No entanto a vitória eleitoral da direita nesse mesmo ano aumentou bastante o risco de uma solução reacionária para o conflituoso processo político espanhol, de modo que, em 12 de junho de 1934, o PC da Espanha voltou a propor uma trégua aos socialistas, principalmente à sua organização juvenil, mais susceptível às teses da esquerda revolucionária de Largo Caballero, e recebeu a contraproposta de formação das Alianzas Obreras. O PC da Espanha relutou em aceitar a idéia mas decidiu pela adesão em 12 de setembro, com o objetivo declarado de transformar as Alianzas Obreras em instrumento da frente única operária e camponesa, traíndo a persistência da linha política da frente única pela base.

Assim, em setembro de 1934, na Austria, Itália, França e Espanha, com maior ou menor decisão, comunistas e social-democratas lutavam unidos contra o fascismo. Nesses países o fascismo estava já instalado ou o risco de que viesse a fazê-lo era grande; eram países

em que a esquerda socialista era forte e conseguiu vencer a resistência de sua ala direita, contrária a elaboração com os comunistas, e onde estes tinham um certo peso político. A unidade de ação não foi possível nos países do norte da Europa, pois á predominava a direita social-democrata, a fragilidade dos comunistas era evidente e os riscos de ascensão do fascismo ao poder eram bem menores.

Quando em outubro de 1934 a Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (CEDA) conseguiu sua pretensão de fazer parte do governo espanhol, socialistas e comunistas chamaram a greve geral e a insurreição, batida quase que de imediato, com exceção das Astúrias, onde a unidade de ação era mais firme e englobava também os anarco-sindicalistas, garantindo a existência de uma "república socialista" por duas semanas. A insurreição asturiana deu novo impulso à unificação das forças operárias a nível internacional, estimulando um colóquio entre IC e IOS, que não ocorria desde 1922. Nesses mesmos dias, de modo surpreendente, o PCF propôs à SFIO a ampliação da frente antifascista aos radicais, o que significaria ampliar as alianças da classe operária em direção às camadas médias. A proposta foi repetida por Maurice Thorez no decorrer do Congresso radical de Nantes realizado no final do mês de outubro, iniciativa aprovada pela CEIC no final do ano. Os socialistas demonstraram uma certa perplexidade, mas se pronunciaram favoravelmente no seu Congresso de junho de 1935, quando a Frente Popular era já uma realidade, enquanto que os radicais tenderam a se dividir, mas sua ala esquerda, comandada por Daladier, conseguiu a maioria para aderir a Frente Popular. Nas eleições municipais de maio de 1935 a Frente Popular já funcionou na prática e a assinatura do tratado de

assistência franco-soviético facilitou a aproximação maior das forças da Frente Popular. No curso dos preparativos da festa nacional francesa de 14 de julho completou-se o parto da Frente Popular, que em manifestação unitária de rua congregou cerca de meio milhão de pessoas convocadas pelo PCF, SFIO, PRS, outros partidos menores, o conjunto do movimento sindical, organizações de intelectuais e de ex-combatentes. Seguindo de perto o processo político francês mas também como forma de barrar a repressão que se desencadeou após a insurreição das Astúrias e o reingresso da CEDA no governo, o PCE propôs em 2 de junho a formação de um bloco popular antifascista, que tendo por base as Alianzas Obreras, se estendesse ao campesinato e às camadas médias, ampliando assim as alianças até a esquerda republicana. Foi necessário porém vencer a resistência do arraigado obreirismo de socialistas e anarco-sindicalistas.

O XIII Plenun da CEIC havia decidido convocar o VII Congresso Mundial da IC para o segundo semestre de 1934 e em 28 de maio foi definida a pauta do Congresso e expedida a convocatória. A relativa moderação da ditadura stalinista que se seguiu ao XVII Congresso do PCUS permitiu um arejamento das idéias no seio da IC que pode abordar criticamente os acontecimentos europeus, o fortalecimento do fascismo em particular, permitindo que G. Dimitrov e P. Togliatti passassem a dar o tom da orientação política dos comunistas. Entre junho e agosto de 1934 reuniram-se as comissões preparatórias do Congresso Mundial da IC, onde foi discutida a reviravolta tática já em ato. Reconheceu-se que não se vivia em uma situação de crise revolucionária que tornasse viável a luta imediata pela revolução socialista. O momento exigia que o fascismo fosse

eleito como inimigo principal e que se articulassem alianças políticas tendo em vista a manutenção e ampliação das liberdades democráticas. Essas conclusões implicavam abjurar a falsa mas persistente teoria do "social-fascismo" que fazia com que os comunistas vissem nas forças sociopolíticas intermediárias seus inimigos principais, acabassem dividindo as forças do movimento operário ao atacar sistematicamente os social-democratas e desprezassem o valor das liberdades democráticas. Como eram previsíveis resistências à nova orientação e que de fato ocorreram, decidiu-se pela transferência do Congresso para o ano seguinte.

Os vários meses que se seguiram até a abertura do VII Congresso foram despendidos na tentativa de se superar as resistências à nova linha que se descurtinava, assim como em esforços para aprofundar a reflexão sobre o fascismo, com destaque para as Lições sobre o fascismo, proferidas por P. Togliatti no primeiro semestre de 1935 aos italianos que se encontravam na Escola Leninista de Moscou. O VII Congresso Mundial da IC realizou-se finalmente entre 25 de julho e 21 de agosto de 1935, momento em que a IC contava com 76 secções nacionais, das quais 19 consideradas simpatizantes; estiveram presentes 510 delegados. O discurso de abertura foi pronunciado pelo alemão W. Pieck que fez o balanço das atividades desenvolvidas pela IC desde o VI Congresso, impostando como sempre correta a orientação ditada pela CEIC e que as faltas seriam derivadas de problemas localizados de aplicação da tática comunista, não se notando traço de crítica a orientação até então seguida e que logo após seria revolvida por G. Dimitrov.

A relação de G.Dimitrov, A ofensiva do fascismo e as tarefas da IC na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo (232) representou o ponto mais alto da reflexão comunista desde que a ditadura stalinista havia sufocado o debate de idéias. G. Dimitrov retomou o fio da reflexão que havia já desenvolvido em 1923, quando propôs unir todas as forças democráticas para combater o golpe de Estado de junho de 1923 na Bulgária, através da articulação do BOC. Foi necessário desmontar toda a concepção do "terceiro período" que se havia imposto na IC após o X Plenun da CEIC (julho de 1929) baseado na idéia da social-democracia como principal base de sustentação do domínio social da burguesia, de que não haveria diferença substancial entre a democracia liberal burguesa e a ditadura fascista, ambas vistas como ditaduras de classe da burguesia. A conclusão lógica que se chegava era que a luta operária deveria ser imediatamente anticapitalista para a qual dever-se-ia organizar uma frente única pela base com o objetivo de instaurar a ditadura proletária sob direção dos comunistas. A crítica dessa concepção foi feita, no entanto, de modo apenas implícito, usando a tergiversação de que apenas a situação havia mudado, na verdade uma forma de resguardar o passado, a unidade do grupo dirigente da IC e a imagem de Stalin. Marcando essa relação com o passado G.Dimitrov iniciou sua fala citando a definição de fascismo consagrada no XIII Plenun da CEIC, e reiterando que "o fascismo é o poder do próprio capital financeiro" e que "o fascismo em política externa é o chauvinismo (...)". Chamava atenção para o fato de que a ditadura fascista instalada se adequava às características da formação social na qual se expressa mas que essencialmente

(232) In Aldo Agosti, op.cit., tomo III, v.2.

"a ascensão do fascismo não é uma simples troca de um governo burguês por outro, mas a substituição de uma forma estatal de dominação de classe da burguesia - a democracia burguesa - por outra: a ditadura terrorista aberta" (233).

O caminho estava aberto para se negar a concepção extremamente genérica e politicamente estéril que todo Estado é uma ditadura de classe e para demonstrar que a contradição que a realidade histórica do momento colocava era entre a democracia burguesa e o fascismo, isto é, entre duas formas de domínio social da burguesia, e se tratava de optar por aquela que criava melhores condições para a luta pelo socialismo. Significava também reconhecer que no momento a revolução proletária socialista não estava ao alcance da mão, mas antes pelo contrário, a classe operária se encontrava na defensiva diante do ataque fascista.

Procurando as razões do triunfo do fascismo, mesmo se esquivando de apelar para a tese do "social-fascismo", de resto já superada pela diferenciação feita entre democracia-burguesa e fascismo, G. Dimitrov responsabilizava fundamentalmente a social-democracia:

"o fascismo pode chegar ao poder, antes de tudo, porque a classe operária, graças a política de colaboração de classes com a burguesia praticada pelos chefes da social-democracia, se achava dividida, política e organicamente desarmada, frente a burguesia que desencadeava sua ofensiva. E os partidos comunistas não eram suficientemente fortes para levantar as massas e conduzi-las à luta decisiva contra o fascismo, sem a social-democracia e contra ela" (234).

A vitória do fascismo também podia ser atribuída ao

(233) Ibid.

(234) Ibid.

isolamento político da classe operária, que sem uma resposta política para o campesinato e para a pequena burguesia urbana, permitiu que essas camadas servissem de base social para o fascismo. G.Dimitrov fazia ainda notar que "em nossas fileiras (dos comunistas) existia um imperdoável menosprezo do perigo fascista, que ainda não se desvaneceu em muitos lugares", agravado pela generalidade com que era encarado o fenômeno fascista, fazendo com que até o New Deal rooseveltiano fosse taxado de fascista.

G. Dimitrov percebia claramente que na social-democracia vinha se processando uma diferenciação e clarificação de tendências, com a emergência de setores claramente revolucionários. Ora, isso provocou uma inversão na linha tática dos comunistas que passaram a ver na esquerda social-democrata, de inimigos principais, aliados principais - era a pá de cal na teoria do "social-fascismo". A unidade de ação entre comunistas e socialistas tendo em vista

"A defesa dos interesses econômicos e políticos imediatos da classe operária, sua defesa contra o fascismo, há de ser o ponto de partida e o conteúdo principal da frente única em todos os países capitalistas" (235).

Mas se a frente socialista-comunista nascia como uma tática defensiva, G. Dimitrov acrescentava que

"à medida que cresça e se fortaleça a unidade da classe operária, teremos que ir mais longe e preparar a passagem da defensiva à ofensiva contra o capital, dirigindo-nos para a organização da greve política de massas" (236)

Estava se esboçando assim uma nova estratégia de luta pelo poder. Na visão de G. Dimitrov a unidade operária deveria ser selada

(235) Ibid.

(236) Ibid.

com a construção da unidade sindical e não descartava a possibilidade da fusão dos partidos operários, desde que sob os princípios estabelecidos pela IC. A unidade da classe operária, sob qualquer forma, seria apenas a base de uma "ampla frente popular anti-fascista" a ser estendida ao campesinato e à pequena burguesia urbana, inclusive seus partidos representativos, proposta que significava uma grande inovação na política dos comunistas. A frente popular antifascista deveria englobar, a exemplo do que já vinha ocorrendo na França (e no Brasil), organizações populares de toda a espécie, juvenis, femininas, de intelectuais, de moradia, e outras. Diante da hipótese de os comunistas apoiarem um governo de frente popular, G. Dimitrov mostrava-se favorável, recuperando mesmo, em outros termos, a idéia lenineana de "governo operário camponês" como fase de transição e aproximação da ditadura proletária e não como expressões sinônimas como entenderam G. Zinoviev e Stalin.

Em seguida foi apresentado ao plenário do VII Congresso da IC por P. Togliatti o relatório A preparação de uma nova guerra mundial por parte dos imperialistas e as tarefas da IC (237). P. Togliatti ratificava o discurso de G. Dimitrov sobre a necessidade de se opor larga frente popular contra o fascismo, e, correlata a esta, promover também uma frente de "luta pela paz", antes considerada uma proposição "oportunista" mas agora vista como capaz de possibilitar uma aproximação com a social-democracia e agregar amplas massas. Também de acordo com o que havia dito G. Dimitrov, foi reafirmado uma vez mais por P. Togliatti que o principal foco de guerra partia da Alemanha nazista, eleita inimigo principal. P. Togliatti ilustrou as modificações das relações internacionais

(237) Ibid.

ocorridas nos últimos tempos, mais especificamente após a ascensão do nazismo, que colocara abaixo o sistema nascido com o Tratado de Versalhes e que explicaria as mudanças na política externa soviética. Quando a Alemanha se retirou da Sociedade das Nações e assinou o pacto germano-polaco ficou evidente que se formava um sistema de Estados fascistas que cedo ou tarde se voltaria contra a URSS. Esta, em contrapartida, assinou tratados de assistência recíproca com as remanescentes democracias-burguesas da Europa continental, a França e a Tchecoslováquia. As classes dirigentes da França e Grã-Bretanha por sua vez oscilavam entre recompor a triplíce aliança que precedeu a Ia. Guerra, para barrar a Alemanha ou canalizar a agressividade nazista contra a URSS. Ao único país socialista do mundo, cercado de um lado pela Alemanha e seus aliados, e pelo Oriente tendo que se preocupar com a ofensiva do Japão na China, não restava outra coisa que mudar seu sistema de defesa.

Embora a IC com seu VII Congresso tivesse recuperado a importância da questão nacional e da integridade dos Estados, ao mesmo tempo que procurava articular frentes populares antifascistas como tática de longo prazo, ficou claro que para a URSS e Stalin essa não passava de um movimento tático de curta duração que poderia ser novamente invertido desde que a situação assim sugerisse. A política de frente popular surgiu do processo social e político dos países da Europa ocidental, principalmente com a resistência do movimento operário ao ataque fascista e à tentativa deste de generalizar-se por todo o continente. Está claramente relacionada à política do Estado soviético mas é simplificar demasiadamente a questão afirmar que as frentes populares nasceram tão só de uma

manobra tática dos comunistas teleguiados de Moscou.

Com o VII Congresso da IC a política de frente popular tomou foros de orientação oficial, o que veio a dar-lhe novo estímulo, fazendo ceder paulatinamente as resistências no interior da IC que se manifestavam principalmente nas seções da Hungria, Bulgária, Iugoslávia e Alemanha. A partir de novembro D. Manuilski que havia desenvolvido importante papel em 1934 no estabelecimento da nova orientação, provavelmente sob pressão de Stalin, passou a cumprir um papel de freio na atividade de G. Dimitrov. Por outro lado, em reunião da IOS realizada em outubro, os partidos da Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca e Tchecoslováquia reafirmaram sua posição contrária a unidade de ação com os comunistas.

Entretanto na França a Frente Popular continuou avançando, quando, ainda antes de setembro a CGT (socialista) e a CGTU (comunista), em congressos paralelos, decidiram pela unificação sindical, que foi selada por fim no Congresso de Toulouse, em março de 1936. Com a vitória de sua ala esquerda, o Congresso radical, realizado em outubro de 1935, ratificou sua adesão à Frente Popular, mas só em janeiro retirou seus ministros do governo, provocando a necessidade de novas eleições. Ao mesmo tempo vinha a público o programa da Frente Popular antifascista, a esta altura composta por mais de uma centena de organizações partidárias, sindicais, intelectuais, de jovens, de mulheres, etc., todas as forças representativas da sociedade civil. As eleições que levaram a Frente Popular ao governo realizaram-se em dois turnos, em 26 de abril e 3 de maio de 1936, e logo em seguida desencadeou-se amplo movimento de massas, de greves e ocupação das fábricas. O governo dirigido pelo socialista Leon Blum assumiu dia 6 de junho, contando apenas com o

apoio externo do PCF, o qual procurava frear o movimento operário, como única forma de manter a amplitude da política de alianças e evitar o isolamento da classe operária, o que tornaria inevitável a vitória do fascismo. A verdade é que o movimento de ocupação das fábricas se movia dentro de reivindicações sindicais, sem criar órgãos que prefigurassem um novo regime, além de a presença do aparelho de repressão do Estado impedir que se colocasse de imediato a questão do poder. Isso significa dizer que na França não havia uma situação revolucionária, apenas o caminho do fascismo havia sido temporariamente barrado.

O mesmo impulso unitário avançava rapidamente também na Espanha até a configuração da Frente Popular em janeiro de 1936 formada pela aliança entre PSOE, PCE, Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), Izquierda Republicana (IR), União Republicana (UR) e Partido Sindicalista (PS). A Frente Popular saiu-se vitoriosa nas eleições de 12 de fevereiro e instalou um governo presidido por Azaña. Em março os sindicalistas comunistas confluíram na UGT e em julho comunistas e socialistas da Catalunha se fundiram no Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC). A vitória da Frente Popular acelerou o processo de revolução democrática que com fluxos e refluxos se desenvolvia desde 1931 na Espanha. O processo democrático revolucionário no entanto acabou sendo abortado pelo levante militar reacionário e pela intervenção nazi-fascista.

A relação do VII Congresso da IC a propósito dos países coloniais e semicoloniais, apresentada por Van Ming, se eximiu da tentativa de elaborar uma tipologia classificatória desses países, como havia sido feito nos anos 20, reconhecendo somente que a

diversidade de situações era muito grande e que caberia aos comunistas de cada país fazer a análise concreta (238). De modo geral, porém, a orientação ia no sentido de se promover a formação de amplas frentes nacional-populares antifascista e antiimperialista que poderia englobar setores burgueses cujos interesses estivessem prejudicados pela pressão imperialista. A cada partido caberia também a identificação de qual imperialismo seria o principal inimigo. O interesse maior da IC continuava sendo depositado na China, e não foi por acaso que um chinês se encarregou sobre a questão dos países dominados pelo imperialismo. Ocorre, no entanto, que desde janeiro de 1935, Van Ming e seu grupo haviam perdido o controle do PC da China para Mao-Tsé-tung, Chu-En-lai e Chu-Teh que passaram a atuar em quase completa autonomia perante a CEIC. Os comunistas chineses defendiam a mais ampla frente única nacional antijaponesa com o fito de, inicialmente, dividir o KMT e isolar Chiang-Kai-shek, mas a partir de meados de 1936 o projeto comunista incluía uma aliança até mesmo com a liderança do KMT em função antijaponesa. A frente nacional antijaponesa estava formada desde o início de 1937, alguns meses antes que a guerra sino-japonesa se generalizasse.

Na América Latina a política de frente popular também deu alguns frutos. Em Cuba, embora os comunistas tivessem participado ativamente da insurreição contra a ditadura de Machado, concluíram que o regime que emergiu era "social-fascista". Somente em princípios de 1935 estabeleceu-se a aliança dos comunistas com o partido autêntico, representante da pequena burguesia revolucionária. Em fins de 1934 havia se formado no Chile, como

(238) Ibid.

desdobramento da "república socialista" de 1932 um Bloco de Izquierda formado pelo Partido Democrático, Partido Radical-Socialista, Partido Socialista e uma dissidência comunista; o PC do Chile e o Partido Radical por motivos diversos não aderiram. A delegação do BSA/IC que se instalou em Santiago em maio de 1935 conseguiu a reunificação dos comunistas e sua adesão assim como a do Partido Radical ao Bloco Izquierda, configurando a Frente Popular sedimentada logo após com a realização do congresso de unificação sindical. Os bons resultados eleitorais da Frente Popular culminaram em 1938 com a vitória nas eleições presidenciais. Embora a Frente Popular chilena não tenha realizado grandes reformas estruturais, garantiu uma dialética democrática no processo político. No México o PCM passou a apoiar o governo de Lázaro Cardenas, atingindo a expressiva cifra de 20 mil militantes. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) é outro exemplo de aplicação da política de frente popular, a primeira a se configurar na América Latina e no mundo, padecendo por isso mesmo das sobrevivências da linha política anterior da "classe contra classe" agravada pelo excessivo peso de seu componente militar.

3. brasileiros em Moscou

Durante a maior parte do primeiro lustro dos anos 30 os brasileiros Octávio Brandão e Luiz Carlos Prestes estiveram na URSS, onde testemunharam as grandezas e misérias da "edificação socialista". Octavio Brandão, excluído da direção do PCB por suas posições de "direita" e banido do país pela polícia brasileira atravessou incólume os "expurgos" stalinistas graças a seguidas

"autocríticas". Em artigo publicado no começo de 1933, Octávio Brandão se referia ao "(...) período de desagregação motivadas pela linha direitista da antiga direção (...)" (239) da qual ele era um dos expoentes principais, passando então a defender plenamente a orientação imposta pelo BSA/IC de "frente única pela base". Luiz Carlos Prestes, por sua vez, enquanto trabalhava como engenheiro da construção civil, estudava também a teoria marxista, naturalmente através das lentes stalineanas, e assistia a encontros internacionais dos comunistas, principalmente da Europa mediterrânea e da América meridional, além dos XII e XIII Plenos da CEIC, como convidado. Em meados de 1933 publicou uma análise sobre a guerra paulista onde, embora reconhecendo a participação popular, incorria na visão redutiva da luta interimperialista entre USA e Grã-Bretanha (240). Outro artigo de Luiz Carlos Prestes sobre "A Luta dos camponeses brasileiros" foi publicado em abril de 1934, ratificando-se a ilusão de que fosse Luiz Carlos Prestes um conhecedor da questão agrária brasileira, pelo fato de haver atravessado o país a cavalo. Confundia o banditismo social rural com algum tipo de insurreição camponesa, e voluntaristicamente imaginava a possibilidade de o PCB canalizar revolucionariamente o cangaço (241).

Embora para a CEIC, Luiz Carlos Prestes já estivesse maduro para ingressar no PCB, seu pedido de ingresso foi uma vez

(239) Octavio Brandão. "O PCB diante das greves" In La Correspondence Internationale, no.13., 15-2-1933.

(240) Luiz Carlos Prestes. "A luta armada de 1932" In Fernando de Lacerda et alli, A Luta Contra o Prestismo e a Revolução Agrária e Antiimperialista, RJ, 1934.

(241) Luiz Carlos Prestes. "A Luta dos Camponeses no Brasil" In La Correspondence Internationale, no.34/35, 1934.

mais recusado em janeiro de 1934, mesmo tendo solenemente abjurado o "prestismo". Como o XVII Congresso do PCUS prorrogou o prazo durante o qual estaria fechado a novas adesões, também essa possibilidade ficou inviabilizada para Luiz Carlos Prestes. Assim, D. Manuïlski em nome da CEIC impôs o ingresso de Luiz Carlos Prestes no PCB em julho. O primeiro indício da aceitação de Luiz Carlos Prestes pelo PCB foi um seu artigo publicado em A Classe Operária falando sobre "O exército vermelho em 1934" (242), um assunto não partidário e de sua alçada profissional. Algumas semanas depois ainda A classe Operária anunciava, sem maiores comentários, que Luiz Carlos Prestes havia assinado a papeleta de filiação ao PCB (243); mas como mais claro sintoma de que havia resistências à aceitação de Luiz Carlos Prestes o no. seguinte do órgão oficial dos comunistas anunciava, subestimando o fato, que "por absoluta falta de espaço, deixamos de publicar nesse no. o manifesto do CC do PCB sobre a filiação de Luiz Carlos Prestes ao PCB" (244). Esse documento veio a público logo depois e foi lido na Câmara dos Deputados por Alvaro Ventura e, entre outras coisas dizia que o BP do CC do PCB havia decidido aceitar o pedido de filiação porque, diferentemente de seus ex-companheiros da Coluna, "(...) Prestes evoluiu para outra barricada. Submete-se às decisões do BSA/IC, estuda o marxismo-leninismo e começa a lutar contra o prestismo". E justificando a demora na sua aceitação pelo PCB afirma:

"as teorias direitistas-oportunistas, de que a revolução se faria a sombra da revolução democrático-burguesa, sob hegemonia da pequena burguesia revolucionária, que

(242) A Classe Operária, 1-8-1934.

(243) Ibid, 27-8-1934.

(244) Ibid, 12-9-1934.

entravaram, naquela época, a formação do partido do proletariado, impediram a evolução política mais rápida de Prestes" (245).

Conclui o documento lido por Alvaro Ventura:

"A entrada de Prestes nas fileiras do PCB significa um sério reforçamento da luta implacável contra as ideologias pequeno-burguesas hostis a hegemonia do proletariado e fortalece sua atual direção proletária, que está a frente da virada do partido, no sentido de ligá-lo às massas e suas lutas" (246).

Possivelmente como desdobramento do XIII Plenun da CEIC e como passo dos preparativos do VII Congresso da IC, em princípios de 1934 o BSA/IC realizou uma conferência sobre as questões do movimento comunista na América meridional, no Brasil de modo específico, que juntamente com o Chile eram os países onde a IC depositava maiores esperanças. Dessa reunião participaram possivelmente Luiz Carlos Prestes, Octávio Brandão e "Caboclo" (pseud. não identificado) entre os brasileiros, debatendo a natureza do "prestismo", repudiado formalmente por Luiz Carlos Prestes, e os possíveis caminhos da revolução brasileira. Mantida a concepção subjacente ao "terceiro período", Astrojildo Pereira foi novamente alvo principal das críticas e sobre ele foi imputada a responsabilidade pelo fraco desempenho do PCB (247).

Dando sequência a esse debate o BSA/IC elaborou um longo documento sobre "A situação dos camponeses no Brasil" (248),

(245) "O significado da entrada de Prestes no PCB" In O Homem Livre, RJ, 13-10-1934, transcrito de A Classe Operária.

(246) Ibid.

(247) Coletânea "Problemas Coloniais" citada por Dario Canale In José Nilo Tavares et alli, Novembro de 1935: meio século depois, Petrópolis, Ed.Vozes, 1985.

(248) "A situação dos camponeses no Brasil" In Revista Proletária, no.2/3, agosto-setembro.

demonstrando a importância que esse tema ocupava nas preocupações da IC, derivada das concepções vigentes sobre os países "coloniais" e "semicoloniais". Para o BSA/IC "(...) o Brasil é na realidade, um país semicolonial, dependente, um apêndice agrário e de matérias primas do imperialismo inglês e americano em particular", e mais, "o Brasil é um país de predominância colossal da grande propriedade agrícola latifundista semi-feudal, do Estado e da Igreja". Esses dois aspectos, precisamente, o imperialismo e o latifúndio entrelaçados organicamente condicionariam a forma do desenvolvimento capitalista brasileiro no campo, com a manutenção de "condições de exploração semi-feudal e semi-escravagista" dos trabalhadores agrícolas. Daí que "a liquidação da dominação das sobrevivências do feudalismo e da escravidão é irrealizável sem uma luta decisiva contra o domínio do imperialismo". Esse documento, pela primeira vez, definia o caráter da revolução como antifeudal e antiimperialista, fórmula que teria grande fortuna pelas décadas seguintes, sobrepujando as até então utilizadas "revolução agrária e antiimperialista" e "revolução operária e camponesa", como referências ao conteúdo e as forças motrizes da revolução democrático-burguesa no Brasil, sendo esta última expressão genérica. Dando-se, de modo indevido, por descontada a representação da classe operária industrial pelo PCB, apontava-se o proletariado agrícola como principal aliado dos operários fabris, mas insistia-se também que os pequenos e médios camponeses deveriam ser atraídos para a luta contra o "feudalismo" e o "imperialismo". Embora realçando a importância fundamental de selar-se essas alianças sociais reconhecia-se que "a penetração do PCB nos campos é inteiramente insignificante". Buscando uma explicação para esta situação o BSA/IC julgava que

"o fundamento desta debilidade se enraiza antes de tudo na antiga direção astrojildista do partido, na negação menchevista do papel dirigente do proletariado na próxima etapa democrática burguesa da revolução no Brasil (a teoria da preparação da revolução a sombra da revolução burguesa)" (249).

No entanto essa concepção não estaria inteiramente estirpada no interior do PCB, que deveria manter-se em guarda contra os "perigos de direita". O documento ainda aponta como "trotskista" a tendência "a superestimação do nível de desenvolvimento capitalista no Brasil" que levaria a subestimar o potencial revolucionário do campesinato (250).

Embora com vários aspectos corretos, a análise do BSA/IC insistia em ver o Brasil como uma China do ocidente, onde o processo revolucionário se desenrolaria por um processo análogo ao chinês, isto é, com grande peso propulsor do campesinato. Como a mudança social no campo se dava com menor rapidez, o painel pintado pelo BSA/IC era razoavelmente correto e aproximadamente o mesmo num arco de tempo maior. Isso mascarava os pontos onde a transição capitalista se manifestava com maior rapidez, isto é, nas cidades, na indústria e na forma do Estado. O processo de urbanização, em grande parte gerado pela crise agrária e da dominação oligárquica, avançava rapidamente, a composição da classe operária, que além de crescer numericamente se modificava com a presença cada vez maior de trabalhadores migrantes de baixa qualificação, em detrimento dos imigrantes de melhor qualificação. Assim, na verdade era o BSA/IC que subestimava o desenvolvimento capitalista no Brasil, além de não perceber os pontos onde a revolução burguesa se processava com mais

(249) Ibid.

(250) Ibid.

força. Como a atuação concreta do PCB continuava sendo mais eficiente no seio da classe operária urbana, cuja unificação política e direção continuava a buscar com pertinácia, as sugestões do BSA/IC sobre o trabalho no campo caiu num quase vazio, com a atuação em sindicatos de operários agrícolas continuando frágil e a fundação de ligas camponesas mal saindo do papel.

Quando da realização, em outubro de 1934, da III Conferência Comunista da América Latina, a CEIC havia já iniciado, entre junho e agosto, a reviravolta que iria se consubstanciar na política de frente popular. Como essa estrada não era fácil de ser aplainada, o VII Congresso da IC foi transferido sem que houvesse tempo hábil de se retardar os encontros continentais e regionais, já que muitas delegações estavam se deslocando para Moscou. A III Conferência Comunista da América Latina contou com a participação de 19 delegações, inclusive a brasileira, formada por, além daqueles que já se encontravam em Moscou, Antonio Maciel Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Fernando de Lacerda, José Caetano Machado e Elias Reinaldo da Silva (André) além de Silo Meirelles (251). A Conferência marcou o afastamento de August Guralsky da direção do BSA/IC, ao mesmo tempo que a CEIC procurava incutir nos representantes da América Latina a importância de se atuar uma ampla política de alianças que incluísse mesmo, dependendo da situação, setores burgueses contrapostos a dominação imperialista e

(251) O Plenum Ampliado do SSA/IC de maio de 1930 foi considerado a II Conferência, sucessiva a I Conferência (ou Congresso) de 1929. Heitor Ferreira Lima, in op.cit., p.184-185, diz lembrar que a delegação oficial brasileira era formada pelos cinco primeiros nomes, mas Cristiano Cordeiro, in op.cit., p.85-86, conta que Silo Meirelles lhe disse ter estado também ele em Moscou.

interessados na defesa de liberdades democráticas. A ausência de uma crítica consistente e nítida sobre a linha anterior, associada a concepção do "terceiro período", de frente única pela base, dificultou o entendimento e a implementação da nova orientação, dando margem a resistências sérias, como parece ter sido o caso do PC da Argentina. Assim, a delegação brasileira conseguiu adaptar a nova política de frente popular, ainda em seu início, às conclusões da I Conferência Nacional do PCB, lentamente enquadrada na estratégia insurrecional, subjacente a política de frente única pela base, e convencer os órgãos dirigentes da IC que a crise brasileira se encaminhava rapidamente para uma situação revolucionária. A definição pela linha insurrecional associada a política de frente popular foi provavelmente tomada em reunião do comitê "anti-mil" da IC com parte da delegação brasileira, prevalecendo a hipótese que a insurreição se daria no primeiro semestre de 1936. Por sugestão de G. Dimitrov a palavra de ordem do "governo operário-camponês" foi substituído pelo de "governo popular nacional revolucionário". Ficou decidido também que uma equipe de assessores seria enviada ao Chile e outra ao Brasil, justamente os países julgados com as perspectivas revolucionárias mais promissoras. Para o Brasil foram enviados Arthur Ernst Ewert e sua companheira Elise, alemães, Rodolfo Ghioldi e sua companheira Carmen, argentinos, Leon-Jules Vallée e sua companheira Alphonsine, belgas, Johann Graaf (Paul Gruber) e sua companheira Erika, alemães, e mais o polonês Marcos Yugman, o americano Victor Allen Barron e a alemã Olga Benário. Do ponto de vista da IC e da URSS, segundo as quais uma nova guerra imperialista, que se voltaria contra a URSS estava para acontecer, a ocorrência de movimentos revolucionários na retaguarda do imperialismo e de interesse crescente para o fascismo

internacional, como era o caso do Brasil, seria de grande importância estratégica para a URSS.

Os documentos preparatórios do VII Congresso da IC, produzidos no primeiro semestre de 1935, mantiveram-se ambíguos na passagem da orientação política que predominava desde 1930, para a linha de frente popular. Descrevendo a situação do PCB, esses documentos criticavam Astrojildo Pereira e elogiavam a direção consolidada na I Conferência Nacional, dizendo que "(...) a direção nacional do partido foi bastante aperfeiçoada, transformando-a numa organização centralizada, intimamente ligada às massas", embora seja mais uma vez lembrada a fragilidade dos comunistas em São Paulo e a ausência de inserção entre os camponeses (252). Apesar dessa notória debilidade do trabalho político dos comunistas entre os trabalhadores do campo, o Brasil é lembrado, nesses debates precedentes ao VII Congresso, como país de perspectivas revolucionárias a curto prazo, e que possivelmente seguiria o "caminho chinês", isto é, dar-se-ia uma grande ênfase a regiões economicamente periféricas, onde poderiam ser criadas "regiões soviéticas". A divergência maior estava na política de alianças e nos estágios da luta: a idéia da instauração imediata do "poder soviético" limitava as alianças do proletariado ao campesinato, enquanto que a luta pelo "poder popular revolucionário" está mais de acordo com a linha de amplas alianças que o VII Congresso iria consagrar. Indício que o PCB se identificava com a visão do processo revolucionário delimitado geograficamente é a reprodução do debate na Revista Proletária. Essa estratégia pressupunha a fragilidade do

(252) citado por Dario Canale In José Nilo Tavares et alli, op.cit., p.125.

aparato estatal, que no Brasil vinha, pelo contrário, se fortalecendo em meio os conflitos da transição capitalista (253).

Quando se realizou o VII Congresso da IC, o PCB foi representado oficialmente por Fernando de Lacerda, que na tarde de 9 de agosto apresentou seu relatório sobre a situação brasileira. Otimisticamente anunciava:

"No Brasil, hoje, a poderosa frente popular antiimperialista que se formou, ocupa um lugar central. Ela marcha em um ritmo acelerado, para ações de massa decisivas, a conquista do poder, a instauração de um governo nacional revolucionário" (254).

Seguindo com a analogia com a revolução chinesa, Fernando de Lacerda compara a ANL com o KMT de dez anos antes, como frente de várias camadas sociais, com a diferença que a ANL teria surgido de propostas originadas no seio do movimento operário. A ANL estaria ainda cumprindo importante papel na busca da unidade sindical e na luta antiintegralista. Fernando de Lacerda reivindicava para o PCB a iniciativa da formação da frente popular, e reconhecendo a atuação sectária dos anos anteriores diz:

"Nós não havíamos compreendido a importância da etapa da frente única nacional para atrair as massas para a revolução e para abordar as massas populares, penetrar mais facilmente entre os camponeses, consolidar nosso partido e conquistar enfim sobre a experiência das próprias massas, a hegemonia na revolução" (255).

Mas percebida a necessidade de se atuar uma política de amplas alianças tocava agora ao PCB cumprir "(...) a tarefa de fazer progredir a luta de massas do povo, de ampliar mais a frente

(253) Revista Proletaria, no.4, 15 de junho de 1935.

(254) La Correspondence Internationale, no.115, 4-12-1935.

(255) Ibid.

popular e de conquistar, no curso da luta, a hegemonia na revolução" e como desdobramento promover "(...) a entrada das mais largas massas camponesas nessas lutas". No entanto, Fernando de Lacerda reconhecia novamente o grande atraso do movimento camponês, sem o qual não poder-se-ia realizar uma revolução de grande envergadura no Brasil. Essas observações basicamente corretas de Fernando de Lacerda, são contraditas pelo "voluntarismo" revolucionário que leva-o a exagerar o peso do componente operário na ANL e o nível de luta social, além de subestimar o efeito da ilegalização sobre a política de frente popular (256).

No debate sobre a relação de W. Pieck, um outro brasileiro, possivelmente Octávio Brandão, na manhã de 28 de julho, entreviu com o pseudônimo de Marques. Como de praxe fez um breve histórico da atividade do PCB desde a realização do VI Congresso da IC, atacando antes Astrojildo Pereira e depois o sectarismo, para afirmar que desde a I Conferência Nacional e particularmente desde o III Conferência Comunista da América Latina, a linha partidária se desenvolvia pelo caminho correto, ocasionando um significativo crescimento no contingente partidário, que estaria entre 8 a 10 mil militantes. Mas incorrendo sempre no "voluntarismo" que distorcia a análise da realidade política do país, afirmava:

"No Brasil surgiu uma crise revolucionária, o país se prepara aceleradamente, em passo de carga, à batalha decisiva pela derrubada do governo de traição nacional, pela instalação do governo nacional revolucionário" (257)

"Marques" apontava a tendência equivocada em se ver, no

(256) Ibid.

(257) Ibid., no.94, 13-10-1935.

"governo nacional revolucionário" a "ditadura democrática do proletariado e campesinato" e não um estágio intermediário até esta, a exemplo aliás do que ocorria com a expressão "governo operário camponês", mas não por responsabilidade dos brasileiros (258).

Além da intervenção dos brasileiros presentes também G. Dimitrov no seu relatório se referiu à questão brasileira dizendo:

"No Brasil o PC - que através da formação da ANL criou a base certa para o desenvolvimento da frente única antiimperialista - deve empenhar todas suas forças para ampliar mais ainda essa frente, em primeiro lugar incluindo as massas de milhões de camponeses, bem como para criar destacamentos do exército popular revolucionário dedicados sem reservas à revolução; deve empregar todas as suas forças para que a ANL assuma o poder" (259).

A fala de Van-Ming também insistia na questão da amplitude da frente indicando que "O PCB está diante da tarefa de avançar no caminho iniciado - o de formar na frente única nacional- (...)", que deve contar com a presença ativa dos camponeses e assim

"(...) os nossos camaradas brasileiros irão ampliar a frente antiimperialista do povo, incluindo nela todos os aliados e companheiros de caminho, embora apenas temporários, entre eles também os partidos de oposição parlamentar" (260).

Todas as intervenções tinham em comum a insistência na necessidade da ampliação da frente nacional popular antiimperialista e na incorporação dos trabalhadores do campo na luta política, sem o que haveria sérias dificuldades para se levar adiante qualquer projeto revolucionário. A importância e a esperança que o Brasil

(258) Ibid.

(259) Citado por Dario Canale, in Tavares, op.cit., p.132.

(260) Ibid, p.133-134.

despertava na IC fez com que Luiz Carlos Prestes fosse eleito membro efetivo da CEIC pelo VII Congresso da IC, quando ele já se encontrava no Brasil.

4. as origens da ANL

Embora as expectativas da IC em relação ao Brasil fossem exageradas e a orientação política sugerida tivesse um caráter mais geral, incluída que estava numa estratégia mundial de resistência à guerra e ao fascismo, as origens da ANL são encontráveis nas próprias condições socio-políticas do Brasil.

O movimento operário autônomo, que desde princípios de 1934 vinha se recompondo, ganhou novo impulso após o estabelecimento da nova ordem institucional, que associava autonomia e pluralismo na organização sindical. De imediato, alguns sindicatos, que se encontravam sob tutela do Ministério do Trabalho, sob influência dos comunistas optaram pela autonomia, como foi o caso das categorias numerosas dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro. As greves setoriais que vinham ocorrendo, com pautas fundamentalmente econômicas, a partir de setembro, lentamente começaram a politizar-se, levantando palavras de ordem contra o integralismo. Greves espalçaram em setembro na Cia. de Força e Luz de Belo Horizonte e São Paulo, entre os padeiros de São Paulo e Santos, os ferroviários da Central do Brasil, e outros mais. A mobilização dos trabalhadores envolveu inclusive a direção reformista da Federação do Trabalho do Distrito Federal, que deu seu apoio ao II Congresso da Federação Proletária do Estado do Rio de Janeiro, programado para realizar-se

entre os dias 27 e 29 de setembro, mas que acabou sendo reprimido pela polícia. Paralelamente dever-se-ia realizar a Conferência Nacional de Unidade Sindical que havia sido sugerida pela FORS. Desde outubro de 1933 que a FORS havia sido reorganizada, inicialmente com a presença minoritária dos comunistas diante dos anarco-sindicalistas, mas desde maio de 1934 a FORS se orientava pela política dos comunistas. A CGTB, coordenada por Iguatemi Ramos, e que praticamente agregava somente os sindicalistas comunistas, se esforçava para o sucesso desses congressos e conferências tendo em vista a aplicação da política de frente única sindical preconizada pelo PCB e pela IC. Uma assembléia da Frente Única Sindical (FUS) que se realizava em 10 de outubro na sede do Sindicato Unitivo do Ferroviários no Rio de Janeiro, foi invadida pela polícia com saldo de mortos, feridos e detidos. A repressão se abatia também sobre os bancários, com a prisão de Antonio Cechino e Antonio de Freitas Guimarães do Sindicato Brasileiro dos Bancários, logo após a deportação para Uruguai de Augusto Besouchet e Henrique Cayre (261). Em geral, mesmo enfrentando forte repressão policial, sempre com o solícito auxílio das hostes integralistas, o sindicalismo autônomo se fortalecia e também se diversificava, com a organização de sindicatos católicos. É certo que a participação coligada de forças políticas representativas do movimento operário autônomo nas eleições de outubro, especialmente no Rio de Janeiro, fortaleceu a tendência unitária em detrimento do sectarismo e exclusivismo. Com o retorno da delegação brasileira a III Conferência Comunista da América Latina, o PCB assumiu, não sem transtornos e vacilações, essa linha unitária e de ampliação da alianças políticas para

(261) Jornal do Povo, 10-10-1934 e 12-10-1934.

resistir aos ataques do integralismo e do aparelho de repressão do Estado.

Em agosto de 1934, após a realização, que acabou em repressão policial, da I Conferência Nacional de Luta contra a Reação, o Fascismo e a Guerra Imperialista, iniciou-se a preparação da Conferência Estudantil, desdobrada daquela e marcada inicialmente para 23 de outubro mas acabou sendo transferida para 15 de novembro. Os organizadores conclamavam:

"Jovens trabalhistas, socialistas, comunistas, anarquistas, católicos e de todas as tendências políticas e religiosas, formemos uma poderosa frente única de luta para a conquista de nossas reivindicações mais sentidas" (262).

Além da juventude estudantil, também boa parte da intelectualidade se politizava, aproximando-se das posições do marxismo. Em geral, no ano 1934-1935 houve uma grande expansão do pensamento marxista entre a intelectualidade, com a divulgação mais intensa da obra de Marx, que diante da ofensiva do fascismo se aproxima do comunismo em chave antifascista e democrática. No entanto, a divulgação da teoria de Marx no Brasil continuava precária pois as publicações privilegiavam as obras "práticas" de Lenin e particularmente de Stalin, fazendo com que os intelectuais chegassem ao marxismo pelas lentes stalineanas a partir do já eclético pensamento filosófico brasileiro. Entre os intelectuais militantes de destaque que se identificavam com o marxismo estavam Caio Prado Jr., Alberto da Rocha Barros, Dyonélio Machado e outros, principalmente entre jornalistas e professores.

O ataque sofrido por uma manifestação antiintegralista no

(262) O Jovem Proletário, no.19, novembro de 1934.

Rio de Janeiro por parte de destacamento da polícia e da AIB, redundando em mortes, seguida pela descoberta do cadáver do jovem comunista Tobias Warchavski, deram um sério impulso para que se constituísse com força uma Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI) destinada a investigar as hipotéticas responsabilidades policiais na morte do jovem e as fontes de financiamento externo por parte dos integralistas. Começou assim um processo de aproximação entre todas as forças políticas que se opunham não só ao integralismo mas ao governo e mesmo o regime, que por sua vez começava a preparar a LSN. Uma manifestação da CJPI foi proibida por Filinto Muller em 22 de dezembro, quando o deputado Acyr Medeiros sofreu intimidações da polícia (263). O irônico é que, descobriu-se depois, Tobias Warchavski fora assassinado por seus próprios companheiros, convencidos que ele fosse delator de Adelino Deicola dos Santos (Tampinha), preso e deportado para o Uruguai, a exemplo de Heitor Ferreira Lima. A imprensa liberal, com destaque para O Homem Livre, A Pátria, A Nação e Avante no Rio de Janeiro e A Platea em São Paulo, desempenhou um importante papel na aproximação entre as forças do movimento operário e os liberais, o que na prática significava o fim do isolamento político que os comunistas estavam relegados desde o fim da década anterior. Esses jornais, despejando pesadas acusações contra o chefe policial Filinto Muller, sofreram seguidas apreensões e seus diretores tiveram que responder a intimidações. O Jornal do Povo, de orientação comunista, foi fechado pela polícia em outubro e seu diretor Aparicio Torelli sujeito a vexames e ameaçado de morte. Mas após as eleições de outubro, por sua vez, vinha se formando no Congresso Nacional uma oposição que

(263) Avante, 23-12-1934.

fazia convergir desde o "velho caudilho" Borges de Medeiros, o ex-presidente Arthur Bernardes, João Neves da Fontoura até a esquerda de Domingos Velasco, Abguar Bastos, João Mangabeira, Otávio da Silveira e Abel Chermont.

O anúncio da inscrição de Luiz Carlos Prestes no PCB foi o sinal para que vários seus simpatizantes civis e militares fizessem o mesmo, expandindo a composição social do partido para além da classe operária e aumentando seu peso político específico na sociedade. As questões salariais que agitaram as Forças Armadas em princípios de 1935 serviram para engrossar as hostes da oposição ao regime, do antifascismo e do PCB. A direção comunista vinha dando grande importância ao trabalho político entre os militares jovens, inclusive com publicações exclusivas para as Forças Armadas, como era o caso da União de Ferro dedicada ao Exército. O recrutamento tinha a importante característica de se manter secreta e o militar recebia orientação direta das instâncias partidárias superiores. Filiaram-se ao PCB, a maioria na esteira de Luiz Carlos Prestes, os militares Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, Silo Meireles, Ilvo Meireles, Francisco Moesias Rolim, Roberto Besouchet, André Trifino Correa, Henrique Cordeiro Oest, Carlos da Costa Leite, Ivan Ramos Ribeiro, Francisco Antonio Leivas Otero, Antonio Carlos Bento Tourinho, Apolonio de Carvalho, Dinarco Reis, Sócrates Gonçalves da Silva, Lamartine Correia de Oliveira, Alvaro de Souza, Davino Francisco dos Santos, José Maria Crispim, Gregório Bezerra, Giocondo Gerbasi Dias e Severino Teodoro Mello, entre tantos outros.

Assim, por iniciativa do PCB, entre novembro e janeiro desenvolveram-se negociações entre componentes da sociedade civil e

seus representantes, tentando fazer convergir numa frente popular o movimento operário autônomo, a juventude e a intelectualidade democrática e antifascista, a imprensa liberal, a juventude militar antifascista e pelo menos parte da oposição parlamentar, contra o integralismo e a legislação descricionária. Alguns dias antes da apresentação da LSN à apreciação do Congresso Nacional, em fins de janeiro, o acordo que daria vida a ANL era quase uma realidade, tanto que A Classe Operária anunciava, segundo o desejo do PCB, que "a ANL se propõe a realizar a aliança operário-camponesa contra a opressão latifundiária e imperialista" (264). O nome da nova organização recuperava a tradição liberal da antiga Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, anunciava ser uma organização de nível nacional e expressava a concepção de luta de libertação nacional da qual os comunistas estavam imbuídos. O programa da frente teve como ponto de partida o do PCB e, em suas linhas gerais estava já presente no Manifesto da Comissão Provisória de Organização da ANL, vindo a público no dia 10. de março. Nesse manifesto dizia-se:

"A ANL tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que as cultiva; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária" (265).

Apesar das perspectivas abertas na ampliação da política de alianças, em pleno mês de março, um artigo assinado por Miranda

(264) A Classe Operária, 24-1-1935.

(265) Marcha, no.4, 7-11-1935.

em A Classe Operária fala desarvoradamente em "pegar em armas, lutar de armas na mão desde já, defender palmo a palmo nossas terras, sítios e roças, casas e plantações, mulheres e filhinhos" (sic), fala de "guerrilhas multiplicadas por todo o país" e sobre o "caminho das Repúblicas Soviéticas do Brasil", numa clara ilusão de ótica e intrusão da linha de "classe contra classe" no período de gestação da política de frente popular. Em meio a um palavreado vazio, não diz nada sobre o estágio da organização sindical, a política de alianças, o integralismo, a articulação em ato da ANL, em suma sobre o que importava para o momento político (266).

Na atividades de massa, naqueles dias o PCB estava preocupado em criar empecilhos à realização do Congresso Integralista de Petrópolis, para onde foram enviados Heitor Ferreira Lima e José Pereira. Conseguiram organizar uma greve na Fábrica de Tecidos Cascatinha que se transformou numa manifestação antiintegralista, como de hábito reprimida pela polícia (267). Ainda em meados de março, como atuação da política de frente popular, foi lançado o Manifesto em prol da organização do I Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, cuja Comissão Provisória estava formada por Jorge Amado, Carlos Lacerda, Ivan Pedro Martins e Edmundo Moniz (268). Com tal fito foi projetada a revista quinzenal Juventude que teve seu número inaugural lançado no 10. de maio.

(266) A Classe Operária, 11-3-1935.

(267) Heitor Ferreira Lima, op.cit., p.198-199.

(268) O Homem Livre, RJ, 16-3-1935.

5. a expansão da ANL

A ata de fundação da ANL foi lavrada em 23 de março por personalidades bastante conhecidas por seu passado de luta e, embora alguns já estivessem em estreito contato com a direção do PCB, nenhum era notoriamente comunista. A primeira manifestação pública da recém organizada frente política realizou-se no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro em 30 de março, com a presença de cerca de 3 mil pessoas e serviu para apresentar a Comissão Provisória de Organização da ANL, encarregada de preparar para breve um congresso nacional de onde sairia o Diretório Central. Essa comissão estava formada pelo capitão-da-marinha Herculino Cascardo, presidente, recém chegado da Grã-Bretanha; o capitão-do-exército Carlos Amorétty Osório, vice-presidente, antigo dirigente nacional do PSB; o oficial da Marinha Roberto Henrique Sisson, secretário-geral; advogado Francisco Mangabeira; jornalista Benjamin Soares Cabello; médico Manoel Venâncio Campos da Paz. Entre os aderentes de primeira hora estavam ainda os capitães André Trifino Correa, Francisco Moésias Rolim e Henrique Cordeiro Oest, o coronel e dirigente socialista João Cabanas, o deputado Abguar Bastos e o estudante Ivan Pedro Martins. Reafirmando sua natureza de frente antiintegralista e antiimperialista foi colocado de público o programa básico da ANL em 5 pontos que se levados a cabo significaria a realização de uma verdadeira revolução democrática no país:

"I- Suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, (...); II - Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, (...); III- proteção aos pequenos e médios proprietários e aos lavradores, entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, (...); IV- Gozo das mais amplas liberdades populares

(...); V- Constituição de um governo popular (...)" (269)

Ainda nessa reunião, por proposição do estudante Carlos Lacerda, foi aclamado Luiz Carlos Prestes como presidente-de-honra da ANL. Toda a imprensa liberal deu destaque ao acontecimento, mas principalmente o periódico A Manhã, dirigido por Pedro Motta Lima e Osvaldo Costa, que viria a ser o órgão oficioso do movimento.

Dando sequência ao movimento paralelo e contraditório da formação da frente popular de um lado, e do sufocamento das liberdades democráticas de outro, em 4 de abril o Governo Federal promulgou a LSN. Em compensação o auto-intitulado socialista-progressivo, ex-presidente do extinto Club 3 de Outubro e médico Pedro Ernesto, empossado na prefeitura do Rio de Janeiro, declarava suas simpatias pela ANL, a qual, por sua vez, se instalou no que fora a sede do Club 3 de Outubro.

Em seguidas entrevistas ao jornal liberal-democrático O Homem Livre, de propriedade de Hamilton Barata, primo de Agildo, os dirigentes da ANL procuraram explicitar o caráter e os objetivos da organização. Herculino Cascardo, por exemplo, afirmava que "A ANL vai esforçar-se, dentro da ordem e da Constituição vigente, pela difusão das idéias de seu programa", que "nossa necessidade mais urgente é a da realização efetiva da independência econômica do povo brasileiro" e quando "realizado esse programa, (...), cada um dos membros da Aliança terá a liberdade de pugnar pelo regime político de sua predileção (...)" (270). Carlos Amoretty Osório, repisando essas idéias dizia que "A ANL nasce para lutar pela concretização

(269) Panfleto In ARCH A 2,9 (ASMOB).

(270) O Homem Livre, RJ, 6-4-1935.

real da democracia e de lutar dentro da Constituição e da ordem pela libertação nacional e social do povo brasileiro" (271). O capitão-de-exército Francisco Moésias Rolim, membro do DC/ANL e do PSD/CE afirmava que "aspira a Aliança a formar no espírito das massas populares, uma consciência antiimperialista e anti-latifundiária" (272). O que todos eles defendiam, em suma, era a oposição ao integralismo, o nacionalismo econômico, os ideais de democracia e o respeito a ordem constitucional.

Para difundir seu programa e estimular a organização, a ANL utilizava datas cívicas para a promoção de comícios. Assim, dia 21 de abril foi feita uma manifestação em homenagem a Tiradentes, naturalmente promoveu-se a tradicional manifestação de 10. de maio, e em 13 de maio foi reivindicada a memória do movimento abolicionista. Nesse último encontro Benjamin Soares Cabello procedeu à leitura de uma carta de Luiz Carlos Prestes endereçada a Herculino Cascardo aceitando a presidência-de-honra da ANL. Embora a carta estivesse datada de 25 de abril e subscrita de Barcelona, a verdade é que Luiz Carlos Prestes encontrava-se já no Brasil desde 15 de abril. Luiz Carlos Prestes (ou o CC do PCB) interpretava que a aclamação de seu nome significava que se queria "(...) dar a ANL um caráter antiimperialista, combativo, revolucionário". Como a carta era também endereçada "(...) a todo povo do Brasil, aos operários, aos camponeses, soldados e marinheiros, aos estudantes, aos intelectuais honestos, à pequena burguesia das cidades, (...)", supõe-se que essa seria a desejada base social da ANL. Corroborando com os objetivos básicos da ANL, Luiz Carlos Prestes dizia:

(271) Ibid., 13-4-1935.

(272) Ibid., 20-4-1935.

"Nela (ANL) quero combater, lado a lado, com todos os que não estando vendidos ao imperialismo, desejam lutar pela libertação nacional do Brasil, com todos os que queiram acabar com o regime feudal em que vegetamos e defender os direitos democráticos que vão sendo sufocados pela barbárie fascista ou fascistizante" (273).

Luiz Carlos Prestes denunciava que "A fascistização do governo de Vargas é um fato evidente (...)", declarando que "só as lutas de massa poderão realmente impedir o crescimento e a dominação do fascismo". Assumindo sua filiação ao PCB insistia que "a direção do proletariado é indispensável para a garantia e sucesso da luta que empreendem pela libertação nacional as grandes massas trabalhadoras do Brasil", estando insinuada que a direção do PCB dentro da ANL é também indispensável. Não foi esquecido que "No combate contra o feudalismo a tarefa imediata da Aliança é começar a organizar a luta dos camponeses e operários agrícolas (...)" para que fosse possível a "(...) instalação de um governo popular nacional revolucionário em todo o Brasil" (274).

A estruturação organizativa da ANL, analogamente a do PCB, estava baseada nos princípios do centralismo-democrático e da direção coletiva, cuja instância máxima seria o Congresso Nacional. Um núcleo de base da ANL poderia ser formado a partir de 10 pessoas agrupadas por identidade de interesses, fossem eles residenciais, profissionais, associativos, escolares, esportivos ou outros; esses núcleos poderiam ter caráter estadual em caso que se subordinariam diretamente ao Diretório Estadual. Os diretórios, municipal, estadual e nacional, seriam eleitos em assembleias ordinárias em que

(273) A Platea, 15-3-1935.

(274) Ibid.

estariam presentes representantes da instância imediatamente inferior, isto é, os núcleos de base elegeriam o DM juntamente com um secretariado composto entre 3 e 5 pessoas; os representantes dos DM e dos núcleos estaduais escolheriam o DE e seu secretariado e os DE e os núcleos nacionais escolheriam o DC da ANL e seu secretariado nacional (275). Formaram-se vários organismos de massa desdobrados da ANL e a ela coletivamente filiados e que tiveram sua origem, em grande parte, nos organismos de "frente única de base" que o PCB havia criado nos anos anteriores, como foi o caso dos organismos sindicais, de mulheres, intelectuais, jovens e negros.

Desde outubro de 1934 vinham se agilizando as atividades tendo em vista a realização de um congresso de unidade sindical, proposto por Roberto Morena. Como efetivamente organizados estavam somente a FQRS e a Federação Proletária do Estado do Rio, houve um esforço para realização de congressos estaduais de unidade sindical com resultado desigual, mas todos reunidos sob o signo da luta contra o integralismo e a LSN. Um comitê de organização do Congresso de unidade sindical foi formado no Rio de Janeiro em fevereiro de 1935. Nos estados nordestinos os resultados foram positivos, com a formação da FSR/PE, herdeira da UGT/PE, e da FUS/RN. Em São Paulo, onde havia a anarco-sindicalista FOSP e a CSP, articulada por trotskistas e socialistas, o congresso regional de unidade sindical patrocinado pelos comunistas teve um caráter minoritário e divisionista, contando com pouco apoio dos operários fabris e tendo sido organizado basicamente pelo Sindicato dos Bancários de São

(275) "Instruções para a organização de núcleos da ANL" In Edgard Carone. O PCB (1922-1943), v.1., SP, Difel, 1982, p.181-182.

Paulo, Sindicato dos Profissionais do Volante e Anexos e Frente de ação dos ferroviários da Sorocabana (276). Também no Distrito Federal o predomínio do "ministerialismo" enfraqueceu a tentativa de unificação do sindicalismo autônomo e político, com pouca adesão dos sindicatos oficialmente reconhecidos, apesar da simpatia da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

O Congresso de Unidade Sindical foi aberto em 28 de abril e na manifestação de 10. de maio na Esplanada do Castelo, diante de 20 mil pessoas foi anunciada a criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). Estiveram presentes no congresso representantes de 11 estados e cerca de 400 sindicatos; mas algumas delegações, como a Federação do Trabalho da Bahia, se retiraram antes do término, e algumas organizações representativas como a FOSP não participaram. Os principais propulsores do congresso foram os sindicatos de marítimos, bancários, gráficos, marceneiros e comerciários - como se vê a organização sindical nas fábricas continuava bastante atrasada. O encerramento cerimonial do congresso deu-se em 12 de maio no Teatro João Caetano, quando foi apresentada a direção central de 13 membros da CSUB, formada por uma maioria de comunistas, que manifestou a adesão formal a ANL. A orientação do congresso contou com sobrevivências sérias da linha da "frente única pela base" que pressupunha a direção do PCB no movimento, provocando a ausência dos sindicatos católicos, que não foram convidados, e a retirada de outros (277). O fato é que a fundação da CSUB herdeira da CGTB, representou apenas um passo no caminho da unidade sindical e um momento na defesa do movimento operário autônomo, mas estava

(276) A Plátea, 19-2-1935.

(277) Juventude, no.2, 15-5-1935.

muito longe ainda de atingir a plenitude desses objetivos, se se considera, por exemplo, a fraqueza da organização operária dentro das fábricas.

Em 16 de abril foi fundada a Liga de Defesa da Cultura Popular, estreitamente ligada a ANL, e que juntamente com o Club de Cultura Moderna, tornou-se pólo de agregação da intelectualidade antifascista. Entre outros aí se agruparam nomes como os de Rubem Braga, Brasil Gerson, Acrísio Viana, Genolino Amado, Benjamin Soares Cabello, Carlos Lacerda, Maria Werneck de Castro, Aníbal Machado, Milton da Costa, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Dionélio Machado, Alvaro Machado, Hermes Lima, Nelson Tabajara, Aparício Torelli, Mário Martins, Maurício de Lacerda Filho, Murilo Miranda e Virgínio Santa Rosa. Do Clube de Cultura Moderna, que publicava a revista Movimento participavam Elói Pontes, Jorge Amado, Valério Konder, Luis Werneck de Castro, Nicanor Nascimento e Carneiro de Melo. Concomitantemente se organizava a União Feminina Brasileira (UFB), lutando por igualdade social e de direitos entre os sexos. As principais dirigentes eram Maria Werneck de Castro, Catharina Landeberg, Nise Silveira, Priscila Motta Lima, Amanda Alberto Abreu. Continuava também o esforço para a formação de uma organização juvenil de massas ligada a ANL, tendo por núcleo a FJC, sempre com Ivan Pedro Martins a frente. A ANL assimilou várias seções do PTB, nascido com as benesses do Ministério do Trabalho, mas agora a ele se opondo, assim como amplos setores do PSD, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Paraná, que haviam sido formados pela esquerda da antiga Aliança Liberal, civis e militares, e que estavam agora em franca oposição ao governo de Getúlio Vargas. O PSB/SP, embora não tenha formalmente aderido a ANL, muitos de seus militantes,

individualmente o fizeram, e na luta antiintegralista formou-se uma frente comum. A organização da ANL nos quartéis foi logo colocada na clandestinidade com a desmobilização de militares feita em 11 de maio, com base na recém promulgada LSN, o que teve o efeito de estimular a prática conspirativa nas bases militares da ANL antes mesmo da organização ser colocada fora da lei.

Porém, está fora de dúvida que a espinha dorsal da ANL estava constituída pelo PCB, nem tanto pelo número de militantes, mas pela força de propulsão e pela influência ideológica. O PCB, que vinha crescendo desde julho de 1934, não teve condições orgânicas de assimilar e potencializar o significativo número de novos aderentes, entre os quais muitos militares empurrados aos braços do partido com a ilegalização dos núcleos militares da ANL e atraídos pela presença de Luiz Carlos Prestes. No apogeu da ANL é factível supor que cerca de 10% dos aliancistas fossem comunistas, isto é, o PCB contaria com cerca de 7 ou 8 mil militantes, o maior número de sua história até então, e havia extravasado sua origem operária e artesã, ampliando sua composição para as camadas médias urbanas e muito restritamente aos trabalhadores do campo. Em fins de maio realizou-se um plenário do CC do PCB que quase certamente contou com a presença de Arthur Ernst Ewert e Rodolfo Ghioldi além de, possivelmente, Luiz Carlos Prestes. Embriagados pelos frutos que tão rapidamente a ANL vinha produzindo e pouco afeitos a uma política de amplas alianças que exige movimentos no sentido de manter o consenso no interior da frente política, o PCB, com forte linha de continuidade com a linha definida na I Conferência Nacional, se equivocou fatalmente na análise da situação nacional e na compreensão do caráter da ANL. O PCB via possibilidade de a curtíssimo prazo transformar a crise

econômica, que aliás vinha sendo superada, em crise revolucionária, exagerando enormemente o grau de mobilização e politização dos movimentos grevistas e da classe operária, que só por aqueles dias havia composto uma ainda frágil CSUR. Via um movimento camponês de proporções e o estabelecimento de uma aliança operário-camponesa, algo que simplesmente não existia, a não ser no papel, além de a política social do Estado vir atuando com eficácia para evitar essa possibilidade. Ignorando os objetivos de seus aliados socialistas e liberais que compunham a frente, o PCB via na ANL um instrumento para a tomada do poder pela via insurrecional. Em função da perspectiva que a tomada do poder estava no horizonte, o PCB decidiu lançar a palavra de ordem de "Todo o poder a ANL", que era a síntese de toda essa análise equivocada e, traindo o viés golpista, se supôs que a insurreição poder-se-ia dar em meados de agosto.

Roberto Sisson, como secretário-geral da ANL, era o ponto de contato com a direção do PCB e ficou incumbido de levar às organizações do partido as conclusões do plenun e a determinação de se preparar a insurreição armada. Uma caravana da ANL, chefiada pelo mesmo Roberto Sisson partiu em maio para o Nordeste com a finalidade de fortalecer os núcleos existentes da ANL e criar outros; esteve em Vitória, interior da Bahia, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, São Luiz e Belém. No Nordeste a ANL estava articulada em torno do PCB e PSD em alguns estados, mas não naqueles em que este partido havia se composto com algumas frações oligárquicas e apoiava Getúlio Vargas, como era o caso da Bahia e Pernambuco, onde nem Juracy Magalhães nem Carlos de Lima Cavalcanti apoiaram a ANL, até pelo contrário. Embora assistisse um certo crescimento é indiscutível a fragilidade do PCB em todo o Norte e Nordeste, por cuja direção eram responsáveis,

desde fins de 1934, José Caetano Machado, Pascácio Rio Souza Fonseca e Silo Meireles que se alocaram no Recife para dali coordenar a ação dos comunistas na região. Transferido de Fortaleza, a eles iria juntar-se, em janeiro, o sargento Gregório Lourenço Bezerra, no trabalho de reorganização do CR/PE, mergulhado em profunda crise desde setembro de 1934, ocupando-se do setor "anti-mil" ou CMR. A ANL estava organizada no Recife desde abril e teve na Folha do Povo seu principal instrumento de divulgação.

No Rio Grande do Sul, o PCB, dirigido por Roberto Morena, desde princípios de 1935, vinha se fortalecendo lentamente desde 1934, com um bom trabalho no campo sindical, e tendo inclusive um dirigente estadual, o médico Mário Couto, sido assassinado no começo de 1935. A ANL no entanto demorou um pouco a se organizar, mas para tal teve que contar com a presença do capitão Agildo Barata, que começara a militar no PCB em fevereiro, ainda no Rio de Janeiro, e fora logo em seguida transferido para São Leopoldo, mantendo permanente contato com o major Carlos da Costa Leite, o responsável pelo trabalho "anti-mil" do PCB no Rio Grande do Sul. O Partido Republicano Liberal (PRL) do governador Flores da Cunha, que era produto da composição de setores "reciclados" da oligarquia com camadas sociais fortalecidas no pós-30, proclamava-se liberal-democrático e mantinha uma política de distanciamento do governo federal. Desse modo a ANL contou basicamente com a militância comunista tendo sua comissão provisória regional sido formada pelo médico e escritor Dyonélio Machado como presidente, pelo capitão Agildo Barata como vice-presidente, advogado Aparício Cora de Almeida como secretário geral e mais o advogado e jornalista João Antonio Mispel, o operário Pedro e o tenente Cícero Carneiro Neiva.

A exemplo do que já ocorria no Rio Grande do Sul, a AIB era bastante influente entre os imigrantes alemães e italianos em Santa Catarina e Paraná e a ANL não se estruturou senão muito fragilmente nesses estados; no Paraná o deputado federal socialista Otávio da Silveira foi a principal liderança da ANL. Em São Paulo, a ANL que era dirigida por Caio Prado Jr. e Miguel Costa, teve seu diretório regional provisório apresentado nos primeiros dias de abril, mas reproduzia os problemas do PCB ou seja uma limitada inserção nas fábricas e sindicatos. Mesmo assim vários diretórios municipais da ANL foram criados pelo interior do estado como foram os casos bem sucedidos de Santos, Cruzeiro e Bauru. Em Minas Gerais alguns diretórios da ANL conseguiram se implantar com alguma força, através do destacado trabalho de André Trifino Correa, como nos casos da capital Belo Horizonte, de Ouro Preto e da cidade operária de Juiz de Fora. Embora a ANL tivesse estabelecido núcleos em 17 estados, era na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro que contava com maior implantação e onde se encontrava cerca de 1/3 de seu contingente de inscritos. Nesses estados do Centro-Sul a ANL assumiu com maior nitidez seu caráter de frente política.

Embora trotskistas e anarco-sindicalistas fossem contrários à concepção política de frente popular que orientava a ANL, sempre estiveram ombreados a esta quando se tratava de unir esforços contra o integralismo. Os conflitos entre integralistas e antiintegralistas, já bastante frequentes, se multiplicaram ainda mais depois dos acontecimentos de Petrópolis, em 9 de junho, quando uma manifestação antiintegralista desencadeou sério conflito com os "camisas-verde" que resultou na morte do operário têxtil Leonardo Cantú. Em sinal de protesto os têxteis desencadearam uma greve

política, que se esvaziou em reivindicações econômicas não atendidas. Em 13 de junho um desfile da ANL em São Paulo acabou em choque armado com os integralistas, havendo entreveios de proporções também no dia seguinte. Dia 16 os integralistas atacaram a sede da ANL em Belo Horizonte, e assim os conflitos de rua ocorriam por toda parte.

A ANL passava a ser um ponto possível de convergência para agrupar o movimento operário autônomo, organizações antifascistas de imigrantes, a intelectualidade democrática, a oposição parlamentar, os jovens oficiais descontentes com os rumos do regime e da corporação militar, frações da burguesia reticentes ao corporativismo, e aquela parte das camadas médias urbanas imbuídas do ideário liberal-democrático, que era a principal base social aliancista. Havia uma tendência real à formação de uma ampla frente nacional popular e democrática, com o objetivo de lutar contra a subordinação da sociedade civil ao Estado, contra o corporativismo e o integralismo. A imprensa favorável a ANL também crescia, com A Platea, desde 10. de julho, passando a direção de Brasil Gerson e assumindo um perfil de quase porta-voz aliancista em São Paulo, como os comunistas a concebiam. No Rio de Janeiro, na data histórica de 5 de julho começou a circular o Terceira República, cujo símbolo era a foice e o martelo sobre o cruzeiro do sul, dirigido por Heitor de Almeida Filho, antigo redator do Avante. No número inaugural, apesar de afirmar a fidelidade a Constituição, paradoxalmente o editor trabalhava com o mito do herói libertador onisciente em que se havia transformado Luiz Carlos Prestes, o que tornava supérflua qualquer ordem legal. Escrevia o cursivista:

"Para Prestes administrar (o Brasil) é preciso que a

grande massa dos brasileiros a quem ele vai libertar, estude, medite e, sobretudo compreenda o alcance de seu manifesto de 26/05/30 para compara-lo com o de hoje 05/07/35. A massa deve obedecer como obedece um batalhão, sob a voz de seu reconhecido comandante" (278).

Em entrevista a esse mesmo jornal, Hercolino Cascardo reafirmava as diretrizes da propaganda aliancista, repetindo não ser a ANL comunista nem contrária a Constituição, mas como principal meta considerava que "A Aliança quer a libertação do Brasil. Quer anular as algemas do imperialismo" (279).

A ANL procurou aproveitar a passagem de mais um aniversário dos levantes de 5 de julho (de 1922 e 1924), promovendo manifestações por todo o país, precedidas de ataques policiais contra sedes de sindicatos na noite anterior. No Rio de Janeiro foi lido por Octávio da Silveira um manifesto de Luiz Carlos Prestes que serviria para jogar a ANL na ilegalidade. Luiz Carlos Prestes se reportava à rebelião da juventude militar nos anos 20, num apelo para que seus antigos companheiros da Coluna se juntassem a ele na ANL. Afirmando que "Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram através de lutas sucessivas que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus assecclas nos estados", descreve objetivamente uma situação revolucionária que simplesmente não existia. Acusava a penetração imperialista que colocaria em risco a unidade nacional dividindo o país em áreas de influência. Explicava que "(...) a divisão regional (que) tem suas origens no feudalismo e se agrava com a penetração imperialista" e que nessas condições

(278) Terceira República, RJ, 5-7-1935.

(279) Ibid.

"só as grandes massas trabalhadoras de todo o país, juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário antiimperialista, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país" (280).

Definindo o caráter da organização da qual era presidente de honra, continuava Luiz Carlos Prestes dizendo que "A ANL é, (...), uma vasta e ampla organização de frente única nacional" que luta pela "(...) criação do bloco, o mais amplo, de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, da ameaça fascista". Retomando o programa proposto em março mas colocando-o de modo mais particularizado Luiz Carlos Prestes defendia sua essência de "programa antiimperialista, anti-feudal e anti-fascista, programa que só o governo popular revolucionário realizará". Respalhado pela equivocada análise da situação brasileira feita pelos comunistas, que via o agravamento contínuo da crise econômica, concluía que "Marchamos, assim, rapidamente à implantação de um governo popular revolucionário, (...)" e que "a idéia do assalto (ao poder) amadurece na consciência das grandes massas". Finalizava o manifesto tornando pública a palavra de ordem de "Todo o poder a ANL" (281). A grande manifestação aliancista de 10 de julho no Recife foi a última na legalidade, já que no dia seguinte foi promulgado o decreto governamental, baseado na LSN, colocando a ANL fora da lei. O claro viés insurrecional embutido na conclamação de "Todo o poder a ANL" colocou-a contra a Constituição de 1934 e, com o afastamento dos liberais, implodiu a frente política.

(280) A Platea, SP, 6-7-1935.

(281) Ibid.

Luiz Carlos Prestes e o PCB não perceberam que, naquela conjuntura, a formação da ANL tinha um caráter tático defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado de instauração de uma ditadura com aspectos de fascismo. Dever-se-ia então lutar pela revogação da LSN, pelo desmantelamento do integralismo, pela laicização do Estado, contra os aspectos corporativos da Constituição e pela democratização do Estado e da vida política dentro dos marcos institucionais definidos em julho de 1934, como era propósito declarado de grande parte da direção da ANL. Para conseguir-se tais objetivos era necessário um período relativamente longo de acumulação de forças e de fortalecimento da sociedade civil, que permitisse a entrada das massas agrárias na política, ampliando o estatuto da cidadania e que se enriquecesse a criação cultural. A partir daí, o projeto democrático revolucionário embutido no programa da ANL poderia tornar-se uma estratégia ofensiva de ruptura com a ordem social existente, que propulsionasse o desenvolvimento das forças de produção capitalistas sob a direção de um Estado democrático, configurando uma alternativa nacional-popular. A intelectualidade que se aproximava do marxismo e do PCB parecia ter mais claro a necessidade de uma ampla política de alianças para que se colocasse a classe operária como sujeito autônomo da vida política nacional e para que se estabelecesse sua plena cidadania, condição para propor-se como classe dirigente. Retomava-se, em outras condições, por força do próprio processo sócio-político, as concepções elaboradas no final dos anos 20 pelo grupo dirigente do PCB e que deram vida ao BOC, embora isso não fosse de modo algum reconhecido. Desse ponto de vista, a ANL, por sua concepção de política de alianças pode ser olhada como continuadora

do BOC, e um desenvolvimento prático da teoria da revolução que lhe dava respaldo. A ANL é assim um genuíno produto do desenvolvimento das lutas sociais no Brasil, mas parece que, entre os comunistas, ninguém se deu conta do significado politicamente negativo da proposição de "Todo o poder a ANL".

6. a ANL na ilegalidade

Invadidas e fechadas as sedes da ANL, as manifestações de 14 de julho reprimidas, a greve política inteiramente fracassada, restou a interpelação do líder da minoria parlamentar deputado João Neves da Fontoura e o mandato de segurança impetrado por Herculino Cascardo, que acabou sendo definitivamente recusado em agosto. Enquanto isso, não se dando conta do que realmente havia ocorrido, e indicando a posição que o PCB assumiria, Luiz Carlos Prestes escrevia a André Trifino Correa dizendo:

"agora (...) precisamos trabalhar e passar com toda a energia da propaganda e da agitação para o período de organização fria e sistemática, de maneira a estarmos prontos no momento decisivo" (282).

Isto é, no momento da insurreição.

Na segunda quinzena de julho o CC do PCB realizou uma nova sessão plenária para fazer um balanço do acontecido desde maio, inclusive a situação de ilegalidade da ANL, que aliás foi subestimada. A resolução política do CC saída desse plenário encabeçada pelo apelo "Concentremos todas as nossas forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e

(282) Cit. in Stanley Hilton. A Revolta Vermelha, RJ, Record, 1986, p.58.

populares" carregava erros de fundo que marcavam a linha de continuidade com a orientação política proveniente ainda da concepção do "terceiro período" e apresentava paradoxos em função da introdução de elementos da orientação de amplas alianças. Assim que, contraditoriamente, constatando o crescimento da reação e do terror "(...) o CC discutiu a tarefa da realização de uma frente democrática de luta pelas liberdades e nossa participação nessas lutas" a fim de se defender, pode-se deduzir, para em seguida falar em:

"(...) levarmos para adiante o movimento revolucionário, dentro das perspectivas revolucionárias já traçadas pelo CC na sua reunião anterior, perspectivas em claras que nos abrem o caminho da realização da palavra de ordem de Todo o poder a ANL ou Governo Popular Nacional Revolucionário" (283).

Reconhecendo o aumento da ofensiva patronal, os comunistas viam em um novo ascenso do movimento grevista, que estava refluindo diante da ação combinada da repressão policial e das concessões do Ministério do Trabalho, a pedra de toque da insurreição popular que vislumbravam para breve. A explicação para a ausência de movimentos grevistas de massa era que persistentemente as frações sindicais comunistas faziam acordos de cúpula e de diretoria, não mobilizando a massa sindicalizada ou organizada dentro das empresas, além de, acusava-se, haver uma "subestimação da luta por reivindicações econômicas". A defesa de um "salário mínimo" levada adiante pela fração bancária foi acerbamente criticada. Quanto às lutas camponesas o CC também reconhecia que "nossa ação no campo ainda é muito débil" e que em função disso "devemos preparar os nossos quadros de dirigentes e ativistas no campo" a fim de organizar as

(283) Revista Proletária, no.5, RJ, agosto de 1935.

lutas armadas em nome do Governo Popular Nacional Revolucionário (284). Juntamente com o movimento grevista proletário e a guerrilha rural, as lutas populares urbanas formavam o tripé sobre o qual, na visão dos comunistas, se assentava a estratégia insurrecional. A valorização das lutas populares urbanas representa, inquestionavelmente uma perspectiva de ampliação das alianças sociais, articulando a luta da classe operária aos interesses das camadas médias urbanas. No entanto é para se questionar como os comunistas, mesmo observando a fragilidade de todas as peças que embasavam sua estratégia revolucionária, vislumbravam a insurreição revolucionária para breve. Essa expectativa, sem respaldo na realidade, segundo observações da própria resolução, é que provocava a minimização do fechamento da ANL como entidade civil, visto como um acidente de percurso, e colocava a aventada necessidade de se lutar por uma frente democrática apenas como um paliativo taticista.

Segundo as conclusões da sessão plenária do CC, o fechamento da ANL teria sido decorrência previsível do avanço do movimento revolucionário e não uma possibilidade vislumbrada pelo governo federal, a partir do erro tático de colocação da palavra de ordem "Todo o poder a ANL", que implicou a implosão da frente política. Os que pensavam assim eram acusados de "direitismo" e "astrojildismo". O que na realidade fez o PCB foi sacrificar a amplitude da frente política, que naquele momento de acumulação de forças era imprescindível, em troca de uma esperada radicalização da luta social, que não aconteceu, antes pelo contrário, abriu o caminho da inviabilização de uma possível alternativa nacional-popular.

(284) Ibid.

Paradoxalmente o PCB colocava, associada à palavra de ordem de "Todo poder a ANL", a necessidade de um Governo Popular Nacional Revolucionário, expressão de uma ampla frente única nacional popular, articulada em torno da luta contra o latifúndio e a dependência econômica dos centros imperialistas, e que incluiria a classe operária, o proletariado agrícola, o pequeno campesinato, as camadas médias urbanas e setores burgueses. No entanto, ao contrário do que acreditavam os comunistas, tal governo não estava na ordem do dia e não correspondia de modo algum à correlação de forças existentes. Além disso a proposta de um Governo Popular Nacional Revolucionário "com Prestes a frente", que significava a direção apriorística do PCB no processo, numa clara recaída na concepção do "terceiro período", inviabilizava a agregação da frente popular com fôlego suficiente para se propor como alternativa de poder.

Os ataques crescentes desferidos pelo PCB à liberal-democracia, assim como a proposta de "Todo o poder a ANL", a qual implicava a ruptura da ordem legal, afastou muitos liberal-democratas que se juntaram a ANL com o fito de defender as liberdades democráticas garantidas na Constituição de 1934 e vilipendiadas pelo governo de Getúlio Vargas. O jornalista Hamilton Barata expressou com transparência a desilusão desses liberais com o desenvolvimento dado a ANL, criticando o erro de orientação tática que teria sido o realce dado pelo DN da ANL a figura de Luiz Carlos Prestes o que "equivale a conferir a própria Aliança e a sua propaganda um tom e uma cor caracteristicamente revolucionárias e comunistas" o que disporia o governo "(...) a uma violenta ação de esmagamento da ainda incipiente organização da ANL". A posição de Luiz Carlos Prestes também teria implicado a divisão do movimento em

dois paralelos, o comunista e o das lideranças liberais e socialistas, com objetivos táticos diferentes. Um outro equívoco teria sido o de abrir luta em duas frentes, contra o imperialismo e contra o governo federal (285). Hamilton Barata tentou patrocinar a fundação de uma União Libertadora Brasileira (ULB) que agregasse as correntes liberais, mas o sucesso foi escasso. Com uma argumentação diferente Miguel Costa, importante liderança aliancista em São Paulo, escrevia a Luiz Carlos Prestes, em agosto, criticando a precocidade do lançamento da palavra de ordem de "Todo o poder a ANL":

"Vem o 5 de julho. Você, naturalmente pouco ou mal informado, supondo que o movimento ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou o seu manifesto, dando a sua palavra de ordem de 'Todo o poder a ANL'. Brado revolucionário, subversivo, só aconselhado nos momentos que devem preceder a ação. Grito que, para estar certo, deve ser respondido pela insurreição. (...). Mas tal ordem só deveria ser dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir." (286)

Luiz Carlos Prestes não deu ouvidos a essas conscienciosas palavras de seu antigo companheiro da Coluna.

Assim, a partir da ilegalização, a ANL se reduziu cada vez mais ao PCB e seus aliados mais estreitos. Por outro lado a irrealística expectativa dos comunistas de que espalhassem greves contínuas e massivas e que se iniciassem ações armadas no campo se frustraram. Pelo contrário, as greves além de diminuírem em frequência continuaram localizadas e com apoio restrito, e como eram dirigidas pelos comunistas tendo em vista a estratégia

(285) O Homem Livre, RJ, 13-7-1935.

(286) Cit. in Fernando Morais. Olga, Ed. Alfa-Omega, 1985, p.92-93.

insurrecional, frequentemente não atingiam os objetivos dos trabalhadores. Também no campo, embora a tensão social fosse alta, não se chegaram a formar as ligas camponesas propugnadas pelo PCB. Como no movimento social não vinha ocorrendo aquilo que o PCB esperava, a ação política dos comunistas passou a se desenvolver em duas direções diferentes: por um lado apelava às Oposições Coligadas no parlamento para

"formar também com todos os outros adversários do governo, e acima dos partidos, uma frente democrática que conquiste, para os brasileiros, o direito a liberdade que a Constituição lhes assegura e lhes dê, dessa forma, a possibilidade de lutarem por suas reivindicações mais urgentes" (287).

E por outro lado imprimia um ritmo mais acelerado no trabalho político nas Forças Armadas tendo em vista a preparação da insurreição. Uma carta de Luiz Carlos Prestes a Roberto Sisson, de setembro, mostra com clareza as dificuldades do PCB em implementar sua política conflituosa, ao mesmo tempo de amplas alianças e de conspiração com vistas a insurreição. Ciente da necessidade de se fazer política dizia Luiz Carlos Prestes:

"A nossa tarefa central, na direção do grande movimento libertador, é saber reunir, congregar, unificar todos aqueles que no Brasil queiram dar um passo conosco na luta pela emancipação nacional de nosso povo. A nossa vitória depende essencialmente de nosso sucesso em tal tarefa. Tudo para unificar, nada que possa separar. (...) ganhar para ANL todos os que sejam capazes de nos acompanhar, nem que seja por alguns dias somente" (288).

Chamava atenção para a necessidade de se ampliar a frente popular e fazer a ANL trabalhar com os deputados Barros Cassal e

(287) A Plátea, 9-8-1935

(288) Transcrito in Moisés Vinhas. O Partidão, SP, Ed. Hucitec, 1982, p.78-82.

Domingos Velasco, assim como lembrava a pouca influência na marinha onde se deveria tentar atrair Ary Parreiras e Protógenes Guimarães. E já que havia conspirações políticas por toda a parte Luiz Carlos Prestes pensava que "Naturalmente nós da ANL também devemos e precisamos conspirar" em sendo verdade que "ao poder, nós o sabemos, só poderemos chegar pela luta armada, pela luta insurrecional", o que não deixa de ser uma contradição com a proposta inicialmente colocada de frente ampla democrática, ou faz dessa uma mera manobra tática para se ganhar tempo necessário para o preparo da insurreição. Embora estivesse caminhando por essa trilha Luiz Carlos Prestes notava:

"Quanto aos golpes, já sabemos o que eles produzem e cometeríamos um crime se reduzíssemos a ANL a um centro de conspiradores a tramarem, longe do povo, com medo do povo, a luta pelo poder" (289).

E diferentemente da pressa e ansiedade que tomara conta da direção do PCB indicava que "(...) o essencial, o indispensável é mobilizar e organizar grandes massas, prepara-las pacientemente, através de lutas parciais, para grande luta final pelo poder". Luiz Carlos Prestes concluía que "Através das lutas parciais a ANL ganhará o seu verdadeiro caráter de massas e vencerá a ilegalidade, porque manifestará nas ruas a sua força", algo que o PCB não conseguira até então e a ANL também não conseguiria, exatamente em função da estratégia insurrecional adotada (290).

O fato é que a dura situação de clandestinidade somada à fragilidade da mobilização popular determinou uma situação de

(289) Ibid.

(290) Ibid.

isolamento da direção comunista nos preparativos da insurreição, que apesar das palavras em contrário tendia a se parecer cada vez mais com um golpe de força desferido a partir da influência do partido nos quartéis. O caráter conspirativo tendeu também a descolar a direção das bases do partido, restringindo o conhecimento dos detalhes técnico-militares e políticos ao BP, a alguns dirigentes regionais, às comissões "anti-mil" e a assessoria da IC. Numa situação assim, desnecessário dizer que o grau de democracia interna tendia a zero. E na expectativa da chegada da ordem para dar início à insurreição o risco de precipitação era grande, ainda mais com a crescente presença de militares com pouca experiência política, algo que, se não fosse uma contra ordem de última hora, teria ocorrido no Recife em princípios de agosto (291). De outra parte as bases partidárias, particularmente as frações sindicais recebiam fortes pressões do BP, sendo responsabilizadas pela ausência de uma mobilização social mais intensa. Essa pressão de cima, aliada a falta de participação na definição das diretrizes políticas do partido e a ansiedade gerada pela expectativa da insurreição, intuíam os militantes de base e regionais, com escassa ou nula chance de vitória, não poderia deixar de gerar dissensões internas. As divergências perceptíveis desde o lançamento da palavra de ordem de "Todo o poder à ANL" chegou a um ponto de ebulição em outubro, quando, em reunião do CC, foram tomadas medidas administrativas de expulsão. As bases gráficas e bancárias, esta já criticada na sessão plenária do CC de julho, eram os principais pontos de resistência à linha insurrecional a qualquer custo. Além de Mario Grazzini e Anibal Magalhães (Tupinambá) foram também afastados do PCB, se

(291) Gregório Bezerra, Memórias, 1a. parte, 2a.ed., RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1979, p.237.

orientando para posições dos trotskistas, Barreto Leite Filho, que teve cancelada sua recente admissão ao partido, Febus Gikovate, os irmãos Augusto, Lídia e Marino Besouchet, e ainda Edmundo Moniz.

Em fins de outubro, quando estava já muito próximo de romper com o PCB, o jornalista Barreto Leite Filho escreveu uma longa e esclarecedora carta a Luiz Carlos Prestes, explicitando suas divergências. De início apontava a confusão teórica e conceitual reinante entre os comunistas, antes de mais nada na questão do caráter da revolução que fora "agraria e antiimperialista", "operário-camponesa" e agora era "nacional-libertadora". Barreto Leite Filho não havia assimilado ou não estava de acordo com a amplitude das alianças propostas com a formulação de Governo Popular Nacional Revolucionário, especificamente com a inclusão projetada de setores da burguesia - dizia que se estava eludindo, o que era verdade, as relações da burguesia com o imperialismo e o latifúndio, tornando pouco clara a questão das forças motrizes da revolução. Fazendo uma digressão, acusava o sectarismo e o aventureirismo políticos vigentes nos últimos anos quando se levava greves até além do possível e se recusou alianças com outras forças políticas operárias, chegando às críticas a política comunista na ANL, quando, segundo Barreto Leite Filho, era de se temer a dissolução do partido no movimento aliancista com o decorrente comprometimento da autonomia política do proletariado, jogado a reboque do "bloco feudal-burgues" de oposição. Sobre a situação interna do PCB aponta a "desagregação ideológica, política e organizativa", a dissociação entre direções e bases, além do "baluartismo". Num momento de grande lucidez e mesmo de proeminência Barreto Leite Filho sintetiza a situação do momento:

"A nossa ascendência sobre o movimento de massas diminui de um modo nunca visto. O movimento campones, apesar de muita bravata que se conta, está em um atraso lamentável. E, segundo é corrente entre os militantes mais informados, o Partido prepara aceleradamente, através da mais incrível conspiração, um golpe militar paa dentro de poucas semanas. Das antigas grandezas, só uma coisa positiva resta: a armação militar para o motim. Mas esse motim não terá uma participação nem sequer deficiente das massas. (...). Trata-se de um golpe preparado à revelia das massas, (...)" (292).

Luiz Carlos Prestes não deu a devida atenção às observações do velho amigo, antes, desde outubro, em função de sua nomeação para o CEIC, ele se incorporara ao CC do PCB, embora participasse de sua primeira reunião só em novembro. Completava-se assim um longo e intrincado processo que iniciou-se com Luiz Carlos Prestes como possível aliado dos comunistas, passando pelo "prestismo" como principal inimigo, até o próprio Luiz Carlos Prestes juntamente com Antonio Maciel Bonfim (Miranda) e Honório Freitas Guimarães (Martins), militantes da extinta LAR, controlarem a direção do PCB. A intervenção da IC, orientada pela concepção taticista e esquemática do stalinismo, acabou compondo o quadro de modo a configurar uma direção prestista-stalinista no PCB, predisposta ao golpe voluntarista, mas indisposta com as questões da análise da realidade e que tinha sérios empecilhos para ver a intersecção entre democracia e socialismo, necessaria para por-se em prática uma política de alianças coerente e despida de taticismo. É certo porém que toda a cultura política brasileira não dava grande importância à questão da democracia, o que acabou facilitando a vitória ideológica do corporativismo e da perspectiva autocrática.

(292) Transcrito in José Nilo Tavares et.alii, op.cit., anexo 1, p.145-161.

Com o sentimento, sempre mais difuso de que o Brasil era parte de um mundo em crise, onde repercutiam os grandes embates sociais e político-ideológicos da época, continuava presente a consciência da possibilidade de uma alternativa nacional-popular, embora a correlação de forças estivesse terrivelmente desfavorável. Em princípios de outubro, depois de complexas e demoradas negociações, chegou-se, como forma legal de substituir a ANL, à constituição da Frente Popular por Pão, Terra e Liberdade, para cuja presidência foi escolhido Mauricio de Lacerda. Surgida em São Paulo pela atuação de Caio Prado Jr., logo a Frente Popular foi se articulando em outros estados, somando as oposições liberais e de esquerda. Tendo em vista as eleições marcadas para outubro e novembro essas articulações se aceleraram formando-se, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro a União Popular Autonomista Fluminense (UPAF) que reunia desde os comunistas até setores oligárquicos, no Espírito Santo apresentou-se a chapa "Pelos Liberdades Democráticas" e em Pernambuco voltou a "Trabalhador ocupa seu posto", que desta vez elegeu Cristiano Cordeiro e Elias Gomes como vereadores. No Rio de Janeiro, sempre em outubro, tendo Francisco Mangabeira como diretor, surgiu o semanário Marcha como órgão defensor da Frente Popular, contando entre seus redatores com expressivos nomes da jovem intelectualidade com eram os casos de Rubem Braga, Caio Prado Jr., Di Cavalcanti, Newton Freitas e Carlos Lacerda. No número inaugural afirmava-se:

"Marcha aparece para defender a liberdade, a paz e a cultura ameaçados pelo barbarismo fascista. Marcha é inimiga do integralismo. Marcha esclarece e divulga. Marcha lutará pela liberdade nacional e social do povo brasileiro" (293).

(293) Marcha, RJ, 16-10-1935.

Os comunistas e seus aliados mais próximos pregavam a depuração das "oposições coligadas" de sua ala direita representada por Arthur Bernardes e Borges de Medeiros, como maneira de aumentar a combatividade da luta parlamentar. Por outro lado se mantinha a tática da contramanifestação para bloquear a ocupação de espaços por parte do integralismo, de modo que o Congresso Regional da AIB marcado para os primeiros dias de novembro em Cachoeiro do Itapemirim (ES), ao qual Plínio Salgado desistiu de comparecer ao se opor para a mesma data um congresso antiguerreiro e antifascista, não se realizou. A Frente Popular convocou também manifestações contra a guerra de agressão do fascismo italiano contra a Etiópia. A recomposição em ato da Frente Popular conseguiu significativa vitória, embora apenas simbólica, ao fazer aprovar em 22 de novembro na Câmara dos Deputados um requerimento do deputado socialista católico Domingos Velasco, representando o grupo antiimperialista e antiintegralista, pedindo o fechamento da AIB. Poucos dias antes havia sido afastado do EMFA o general pró-integralista Pantaleão Pessoa, mas em compensação, o prefeito Pedro Ernesto, ciente dos preparativos insurreicionais da ANL, procurava se reaproximar de Getúlio Vargas. Este, por sua vez, cada vez mais próximo da alta oficialidade militar, decidiu apressar a depuração das forças armadas com o objetivo de diminuir o contingente e ao mesmo tempo acabar com as bases da ANL entre os militares.

7. insurreição e derrota

No início da noite de sábado, 23 de novembro, teve início a insurreição da ANL em Natal, capital do Rio Grande do Norte, para

surpresa, ao que parece, da direção nacional do PCB. A crise de dominação e a fragmentação oligárquica era mais grave no Nordeste, derivada de uma crise agrária cuja única válvula de escape era a expulsão da força de trabalho excedente para o Centro-Sul onde alimentava a industrialização. No Rio Grande do Norte se sucederam diversos interventores, sem que se conseguisse qualquer acomodação política, graças a oposição sistemática da oligarquia derrotada em 1930, articulada no Partido Popular, herdeiro do Partido Republicano. Em julho de 1933, foi nomeado interventor, Mário Câmara, do PSD, também ele originado da oligarquia agrária local que, diante da iminente derrota nas eleições marcadas para outubro de 1934 aliou-se ao grupo de João Café Filho, que tinha influência entre os trabalhadores, principalmente das salinas, formando então a Ação Social. As eleições foram transferidas para um ano depois diante dos seguidos conflitos armados entre as facções políticas. Mesmo beneficiado pela medida, Mário Câmara não teve condições de preparar o terreno a fim de travar embate eleitoral em posição mais favorável. Assim, em meio a assassinatos e distúrbios de rua foi finalmente eleito governador do Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes do PP, que contava também com maioria na Assembléia Constituinte estadual. Ao mesmo tempo que chegava a Natal o coronel Otaviano Pinto Soares para a chefia do 21o. B.C. e dar início à decidida depuração da tropa, o governador Rafael Fernandes tomava suas primeiras medidas administrativas, paralisando a construção em andamento de obras públicas, estradas e escolas inclusive, aumentando ainda mais o desemprego. Promoveu também o expurgo de funcionários públicos identificados com a administração anterior e dissolveu a Guarda Civil de 400 homens criada por Mário

Câmara.

Diante da iminente desmobilização de algumas dezenas de militares, que atingiria a estrutura organizativa do PCB, e diante de uma situação social e política insustentável no estado, decidiu-se pelo desencadeamento da insurreição. Tomado em poucos minutos o quartel do 21o. BC com os poucos oficiais presentes presos, os soldados e comandados pelos sargentos Quintino Clemente de Barros e Eliziel Enriques, secundados pela grande maioria dos cabos, entre os quais se destacou o nome de Giocondo Gerbasi Dias, marcharam para tomar os edifícios públicos da cidade. Enquanto isso Rafael Fernandes e grande parte dos dirigentes governamentais participavam de um evento de solenidade de formatura no Teatro Carlos Gomes, tendo, graças a resistência que a Força Pública ofereceu aos revoltosos, conseguido escapar para navios estrangeiros ancorados no porto. No domingo uma coluna marchou em direção às cidades próximas de Ceará-Mirim, Baixa Verde, São João de Mapibu e Canguaretama, estendendo assim o movimento revolucionário. As 10 horas da manhã de segunda feira, dia 25, foi aclamado o Comitê Popular Revolucionário, formado pelo funcionário público Lauro Cortez Lago como secretário do interior, pelo sargento Quintino Clemente de Barros como secretário da defesa, pelo estudante João Batista Galvão como secretário da viação e obras públicas, pelo sapateiro José Praxedes de Andrade como secretário do abastecimento e o carteiro José Macedo como secretário das finanças. Os primeiros atos do novo governo decretavam a destituição do governador Rafael Fernandes e a dissolução da Assembléia Constituinte estadual, assim como a redução no preço do pão e do transporte urbano. Embora o movimento tenha se realizado em nome da ANL e de Luiz Carlos

Prestes, a inicial facilidade da vitória explica-se pelo apoio tácito da Ação Social, principalmente dos cafeistas, e isto se manifestou claramente na composição do governo, com a presença de dois antigos quadros do governo de Mário Câmara, como eram Lauro Cortez Lago e José Macedo. Na quarta-feira, dia 27, veio a público o único número do "órgão oficial do Governo Popular Revolucionário", A Liberdade, estampado nas oficinas do A República, no momento em que 2/3 do território do estado estava em mãos dos revolucionários. A derrota, no entanto, era iminente diante do avanço das tropas federais que vinham de Fortaleza, da ameaça de bombardeio aéreo e do fracasso dos movimentos solidários do Recife e Rio de Janeiro. Preocupado com os saques e depredações que vinham ocorrendo

"o Comitê Popular Revolucionário faz um apelo a todos os camaradas em armas e ao povo em geral para que respeitem os adversários, na sua pessoa e propriedade, não cometendo excessos de qualquer natureza, guardando às famílias o máximo de respeito, procurando garantir os comerciantes, principalmente os pequenos" (294).

O movimento insurrecional de Natal, ao justificar sua eclosão, explicitamente reivindica ser a continuidade do movimento de 1930 lembrando que "Em 1930 conquistamos o poder à custa de sacrifícios das classes armadas auxiliadas pelo povo" mas que houve em seguida "(...) o disvirtuamento do programa do movimento de 30 (...)". Assim um novo movimento se justificaria, já que no Rio Grande do Norte "A situação ainda mais se agravou agora com a subida daqueles que antes da Revolução (de 1930) praticavam toda sorte de selvageria" e que "Os atos do governo que iniciou a 29 do mês passado (...) foram todos a demonstração evidente de seu reacionarismo enervante (...)". O movimento insurrecional de

(294) A Liberdade, Natal, 27-11-1935.

(295) Ibid.

Natal tem portanto seu principal motivo na volta ao poder da fração oligárquica desalojada em 1930, que com seus atos retaliativos conjugados com a depuração em ato nas forças armadas provocaram a precipitação do levante em preparação pela ANL. Os insurretos tinham ciência que só seriam capazes de estabilizar o novo poder local se o movimento se espalhasse pelo menos a outros estados nordestinos,² eludindo a especificidade da situação potiguar, julgavam ter sido apenas a "centelha" que incendiaria o "barril de pólvora". Transformando a esperança em certeza os aliancistas de Natal afirmavam que "Ao eco da metralha já responderam os companheiros da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Maranhão, os quais estão nas mãos dos nacional-libertadores". Acrescentavam que a insurreição havia atingido São Paulo e que a marinha havia também a aderido (296).

Mas se no Rio Grande do Norte a conjuntura específica explica e de certo modo justifica a insurreição, no Recife o erro de avaliação da situação política e os erros técnicos no correr da insurreição foram bem maiores. O primeiro equívoco dos comunistas foi o de não haver discernido a aludida especificidade da questão norte-rio-grandense e por consequência observar que a situação de Pernambuco era outra, onde o governo do PSD de Carlos de Lima Cavalcanti apoiava Getúlio Vargas e não havia uma fratura exposta no seio das classes dominantes. O PCB superestimou os positivos resultados da greve dos ferroviários da Great Western Railway, que paralisou parte do tráfego ferroviário do Nordeste e, no seu desenrolar, deu mostras de combatividade e capacidade de estabelecer alianças e relações de solidariedade com outros setores da população

(296) Ibid.

e principalmente com os soldados, ameaçados de desmobilização e vivendo sob péssimas condições de alimentação e alojamento. No entanto, o que era um promissor laboratório político estabelecido em Jaboatão e periferia do Recife foi tido pela direção do PCB como preparativo insurrecional generalizado.

Na noite mesmo de 23 de novembro, quando se iniciava a insurreição em Natal, houve uma tentativa de se mobilizar o maior número possível de quadros militares ligados a ANL ao mesmo tempo que se reunia o Comitê Militar Revolucionário (CMR) formado em Pernambuco por Silo Meireles, capitão Octacílio Alves de Lima, tenente Lamartine Coutinho, tenente Alberto Besouchet, sargento Gregório Lourenço Bezerra, José Caetano Machado e Pascácio Rio de Souza Fonseca. Apesar do desacordo de Gregório Bezerra, argumentando, com razão, que aos domingos os quartéis estariam vazios, assim como também seria difícil mobilizar as bases sindicais, decidiu-se por dar início a insurreição às 9 horas da manhã de domingo, 24 de novembro. O 29o.BC, alojado na Vila Militar Floriano Peixoto de Socorro amanheceu sublevado, mas enfrentando resistências e, sem conseguir ou lembrar de interromper as comunicações telefônicas, foram chamados reforços "legalistas" para tentar abafar a sedição. Saindo da Vila Militar, houve distribuição de armas a cerca de 3 mil populares, ferroviários na maioria, que aderiram ao movimento. Enquanto Silo Meireles e Alberto Besouchet marchavam para o interior, através de Jaboatão, tentando sublevar as cidades próximas, Octacílio Alves de Lima e Lamartine Coutinho buscavam atingir o centro do Recife onde deveriam juntar-se a Gregório Bezerra, que tinha a difícil tarefa de ocupar o QG da 7o. RM, a Secretaria de Segurança, o Palácio do Governo e a Central

Telefônica, isto é, os mais importantes edifícios públicos. O fato de ser domingo e de os aliancistas haverem criado uma expectativa muito acima da realidade redundou no isolamento de Gregório que praticamente sozinho tomou o QG da 7o.RM mas não encontrou os esperados operários para receber as armas, repetindo-se o ocorrido no Tiro de Guerra; ferido Gregório Bezerra acabou sendo preso no Pronto Socorro. Em Olinda a insurreição foi vitoriosa por poucas horas, mas a batalha decisiva travou-se mesmo no Largo da Paz, onde Octacilio Alves de Lima e Lamartine Coutinho se entrincheiraram e resistiram por cerca de 30 horas com a ajuda de populares, inclusive crianças e adolescentes que viviam nos mocambos do bairro de Afogados. Quando a esperada insurreição das tropas do 22o.BC da Paraíba e do 20o.BC de Alagoas não ocorreu, e estes foram enviados para esmagar o levante no Recife, a derrota era questão de tempo. Dia 26, Silo Meireles, Octacilio Alves de Lima e José Caetano Machado estavam presos; Lamartine Coutinho, juntamente com algumas dezenas de combatentes, entregou-se no dia seguinte; apenas Alberto Besouchet conseguira escapar mesmo estando ferido - estava terminada a insurreição da ANL no Recife! Havia uma base popular na insurreição, embora terrivelmente insuficiente, que poderia ter garantido a vitória, por momentânea que fosse, do movimento da ANL, se não tivesse havido tamanha descoordenação de forças e erros técnicos, como o de dar início ao levante em dia de domingo ou deixar de cortar as comunicações (297)

No domingo pela manhã do dia 24, a direção nacional do PCB

(297) Sobre o movimento insurrecional no Recife ver principalmente Gregório Bezerra, op.cit., p.228-250 (cap.10). e Paulo Cavalcanti, O Caso Eu Conto como o caso foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes, 1o.v., SP, Ed. Alfa Omega, 1978, p.139-158.

tomou conhecimento do iniciado movimento insurrecional no Nordeste, sem saber ao certo de suas dimensões e de seus resultados concretos. No entanto só se conseguiu reunir o BP sob responsabilidade de Antonio Maciel Bonfim e o CMR, sob responsabilidade de Luiz Carlos Prestes, no fim da tarde do dia seguinte, para debater a medida a ser tomada. Enquanto isso o Brasil amanhecera já sob "estado de sítio", previsto na Constituição, com todas as tropas aquarteladas em estado de prontidão, com Roberto Sisson e grande parte dos dirigentes da ANL detidos e com os movimentos armados do Nordeste em fase de recuo. Mesmo assim, acreditando que se pudesse desencadear um movimento grevista de proporções, associado a um movimento militar em várias guarnições da Capital da República, capaz de desferir um golpe decisivo contra o governo de Getúlio Vargas definiu-se pela extensão das rebeliões do Nordeste ao Centro-Sul, numa segunda onda. André Trifino Corrêa, alocado no 10o.BC de Ouro Preto, foi preso no dia 26 mesmo, não podendo cumprir a ordem recebida de Luiz Carlos Prestes de dar sequência a sublevação; Sebastião Francisco, em São Paulo, ciente da completa ausência de qualquer condição política ou militar para um movimento insurrecional optou, corretamente, por resguardar a organização partidária, não envolvendo-a numa aventura; Roberto Morena no Rio Grande do Sul tinha bastante claro que as derrotas de Getúlio Vargas no Congresso Nacional nas últimas semanas eram devidas à passagem de Flores Cunha para a oposição, o que tornava sem sentido dar início a uma insurreição contra um aliado potencial, além de o esquema militar da ANL, coordenado por Carlos da Costa Leite, estar bastante fragilizado.

No Rio de Janeiro, o esquema grevista coordenado por

Honório de Freitas Guimarães (Martins), completamente infiltrado por agentes policiais, foi neutralizado, chegando a se concretizar apenas na Fábrica Confiança, ainda no dia 26, prontamente reprimida. Agildo Barata, que em outubro fora transferido de São Leopoldo para o Rio de Janeiro optou por cumprir sua pena disciplinar de 20 dias a que estava condenado, no 3o.RI, devendo estar reintegrado à tropa no dia 28 de novembro. O dirigente da fração comunista ali era o tenente Francisco Leivas Otero, que contava com cerca de 30 militantes da ANL, dos quais menos da metade eram comunistas, isso num contingente de 1700 homens. Na tarde do dia 26, essa trentina de elementos recebeu ordens de Luiz Carlos Prestes para iniciar a insurreição na madrugada seguinte e que, após tomar o controle do quartel e do regimento, deveriam deslocar-se em três batalhões, o primeiro dos quais deveria controlar o arsenal da Marinha, o segundo, subdividido em dois destacamentos deveria bloquear a ação da Polícia Especial e da Polícia Militar, enquanto o terceiro batalhão deveria encaminhar-se para o Palácio do Catete, sede do Governo Federal, e ali aguardar novas ordens. Essas instruções eram completamente inexequíveis, diante da desfavorável correlação de forças, do estado de permanente prontidão das forças institucionais e do conhecimento prévio por parte da polícia dos movimentos dos insurretos. Além disso o 3o.RI encontrava-se na Praia Vermelha, entre três elevações e contava só com uma saída que bastava ser bloqueada, como de fato foi, para impedir o deslocamento dos aliancistas. Antes das previstas 3 horas da manhã de 27 de novembro, sob o comando dos capitães Alvaro Francisco de Souza e Agildo Ribeiro Barata e do tenente Francisco Leivas Otero iniciou-se a rebelião no 3o.RI que, a despeito da desigual correlação de

forças, foi tomado, mas diante da impossibilidade de romper cerco imposto pelo general Eurico Gaspar Dutra, viu-se obrigado à rendição às 13 horas do mesmo dia. O levante na Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos foi sufocada com ainda maior facilidade pois já ao cair do dia os capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira de Azevedo e os tenentes Dinarco Reis e Ivan Ribeiro, líderes da revolta, apresentaram a rendição diante do tenente-coronel Eduardo Gomes (298).

A declaração do "estado de sítio", pode-se dizer, foi o terceiro passo, em seguida à promulgação da LSN e da ilegalização da ANL, em direção ao estabelecimento de um Estado ditatorial que definiria a via "passiva" da transição capitalista na formação social brasileira. A bárbara repressão desencadeada pelo Estado, não só contra os comunistas, mas contra toda a sociedade civil que resistia ao projeto corporativo à via do desenvolvimento capitalista pelo "alto", inviabilizou a maturação de uma alternativa nacional-popular que se definisse em torno da questão democrática. Assim, independentemente de participação ou opinião sobre o levante da ANL, anarquistas, marxistas e liberais começaram a ser detidos massivamente. Antes mesmo de novembro terminar toda a direção da ANL estava presa e também os professores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Leonidas de Rezende, Hermes Lima, Edgar de Castro Rabelo e Luiz Frederico Carpenter; a repressão se abateu sobre os sindicatos e os jornais de oposição. Mesmo estando a organização da ANL e do PCB vitimados pela infiltração policial, que supostamente

(298) Sobre o movimento insurrecional no Rio de Janeiro ver principalmente Agildo Barata, Vida de um Revolucionário, cap.IX, 2a.ed., SP, Ed. Alfa Omega, 1978, p.251-300.

fora responsável pela precipitação do movimento no Rio Grande do Norte e facilitou o desmantelamento da rede clandestina no Rio de Janeiro, o problema é que a insurreição, precipitada ou não, tinha reduzidas chances de vitória e, o que é mais importante, a concepção de luta política e seu respaldo teórico estavam equivocados. Ao dar pesado acento à luta de libertação nacional os comunistas eludiam a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e o fortalecimento social da burguesia, além de não dar importância à questão da construção de instituições políticas democráticas.

Recusando-se a ver o grave erro em que haviam incorrido e a derrota de porte histórico que haviam sofrido, os comunistas supunham haver passado apenas por um contratempo, tanto que continuaram os preparativos para uma nova insurreição e Luiz Carlos Prestes preferiu continuar no Rio de Janeiro, em vez de se deslocar para algum lugar mais seguro. Essa situação de otimismo dos comunistas era ventilada tanto nos artigos publicados na imprensa da IC como na publicação clandestina O Libertador que sintetiza a percepção dos comunistas sobre o movimento, dizendo:

"a derrota momentânea e parcial desses primeiros combates armados precipitados da Revolução Nacional-Libertadora não significa nem derrota, nem o fim do movimento revolucionário do Povo Brasileiro em luta por sua libertação, (...). A revolução avança e nada deterá sua marcha (...)" (299).

Os efeitos da ação policial fizeram com que lentamente os comunistas fossem mudando suas perspectivas, mas com muita dificuldade em reconhecer suas próprias responsabilidades. As ilusões começaram a desmoronar com a prisão de Arthur Ernst Ewert

(299) O Libertador, no.2, RJ, janeiro de 1936.

(Harry Berger) e sua companheira em 26 de dezembro e logo seguida da detenção de Antonio Maciel Bonfim (Miranda) em 13 de janeiro. Rodolfo Ghioldi percebendo o perigo, diante da recusa da direção partidária em transferir-se para São Paulo, resolveu ir sozinho com sua companheira, mas foram presos antes de desembarcar e levados de volta ao Rio de Janeiro. Com informações arrancadas sob tortura foram presos Victor Allan Barron, Marcos Yugman e Leon Jules Vallee e sua esposa, além do responsável sindical do PCB, José Medina Filho. O desnorreamento começou a se apoderar da direção do PCB em fevereiro, levando-a a decisão extrema de eliminar Elvira Cupello Colonio (Elza Fernandes), jovem companheira de Antonio Maciel Bonfim (Miranda), que ludibriada, estava passando informações à polícia. Em seguida Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Honório de Freitas Guimarães (Martins) e Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora) viajaram ao Nordeste, ao tempo que Luiz Carlos Prestes e Olga Benario eram atingidos pelo cerco policial, em 5 de março.

Quando Getúlio Vargas havia já imposto ao Congresso Nacional o "estado de guerra", em base no qual foram presos o senador Abel Chermont, advogado de Arthur Ernst Ewert, e os deputados Octávio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e João Mangabeira, além do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, uma reunião dos remanescentes do CC do PCB, realizada em abril, decidiu pela retirada da palavra de ordem de "Todo o poder a ANL". Agora, com Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) como novo secretário-geral se iniciava uma guinada à direita na linha política do partido que pouco a pouco deixaria a questão agrária num segundo plano, passando a privilegiar o papel da burguesia como força motriz da revolução. Na verdade era apenas uma outra face do prestismo-stalinismo que

havia duradouramente se entranhado no PCB e cuja linha de continuidade se encontra na displicência e no taticismo com que encara a questão democrática, submersa no fetiche, no caso do Brasil, da "libertação nacional".

CONCLUSAO

A desarticulação da ANL significou a inviabilização da alternativa nacional-popular de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo pela via democrática, mesmo porque nem a burguesia nem a classe operária se constituíram em sujeitos sociais capazes de dar direção hegemônica ao processo de superação do padrão agromercantil de acumulação do capital e da dominação oligárquica na formação social brasileira.

A burguesia não foi capaz de articular um projeto que expraiasse a organização fabril e conformasse o conjunto do organismo estatal, pois para tal teria sido necessário tanto uma profunda renovação da cultura do liberalismo que rompesse com a tradição excludente da oligarquia, estimulando a plena expansão da cidadania, democratizando o Estado e a vida política. Isso implicaria a luta pelo fim do monopólio da terra e a redefinição da economia brasileira no contexto internacional. No entanto, a burguesia não pode e não quis romper com sua matriz social, a oligarquia agrária, tendo dado por fim ganho de causa às idéias corporativistas de Alberto Torres e Oliveira Vianna, que apontavam para uma forma de recomposição do bloco do poder, ao mesmo tempo que propulsionava o desenvolvimento da acumulação do capital centrada na indústria de bens de consumo duráveis. Desse modo, a revolução burguesa no Brasil se definiu pela via "passiva", com a ampliação das funções econômicas e reguladoras do Estado que ao liquidar a autonomia do movimento operário e subordinar a sociedade civil dava vazão também, através dos "departamentos" e "conselhos" criados pelo Estado Novo, às pressões e interesses contraditórios presentes na formação social, ao mesmo tempo que, gradativamente, construía a hegemonia burguesa por meio de intelectuais alocados no próprio Estado.

Mas se a burguesia não conseguiu materializar um projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista, tão pouco a classe operária foi capaz de dirigir o processo de desagregação da ordem oligárquica, na medida que não articulou em torno de si um sistema de alianças sociais e políticas cimentado por um projeto nacional popular centrado na questão da democracia e da generalização do estatuto da cidadania, que permitiria a criação de um mercado integrado. Isso não foi possível porque a cultura política subjacente ao mundo do trabalho não teve condições de focar adequadamente essa problemática; o anarco-sindicalismo não conseguiu extravasar as fronteiras da classe operária, ignorando a questão agrária e, por seus próprios pressupostos, desconsiderava as questões político-organizativas e institucionais; os social-reformistas, chamados de "amarelos", pretendiam apenas criar melhores condições de vida e trabalho dentro da ordem social existente sem contestar seus fundamentos e a subalternidade da classe operária. A única organização ligada à classe operária que teria condições, por seus princípios e concepção histórico-política universalizante, de trabalhar no sentido de um projeto nacional popular era o débil PCB. Uma semente desse projeto pode ser encontrada nas reflexões de Astrojildo Pereira e do grupo dirigente que se formava a seu redor entre 1927 e 1929, cuja atividade prática se materializava principalmente no BDC, procurando forjar um sistema de alianças sociais e políticas tendo em vista a superação da ordem oligárquica. Essa frágil semente se viu impedida de germinar pela reação oligárquica e pela intervenção direta do SSA/IC na vida do PCB, como desdobramento da instauração da ditadura stalinista na URSS. De

imediatamente houve uma interrupção da reflexão crítica sobre a realidade brasileira e um refluxo ao obreirismo, próprio do anarcosindicalismo, de onde se originaram muitos militantes comunistas. Em meio a muita instabilidade do organismo partidário e em decorrência da subordinação aos ditames da IC stalinizada aliada à progressiva aproximação de Luiz Carlos Prestes e seus seguidores, formou-se no PCB uma nova direção que sintetizava aspectos do stalinismo e do prestismo, cuja característica fundamental era o sufocamento do pensamento crítico.

Com a conformação do prestismo-stalinismo a teoria e a atividade intelectual passaram a ser subestimadas e encaradas por um viés manipulatório, sem ter em conta que apenas o pensamento crítico seria capaz de formular um projeto político cultural centrado no trabalho que daria substância a alternativa nacional popular. A política dos comunistas, assim, passou a se caracterizar pelo sectarismo que impede o debate e dificulta a formação de alianças, pelo voluntarismo que dispensa a análise da situação concreta e torna a ação política ato de pura vontade, pelo dogmatismo que torna superflua a reflexão já que existe resposta pronta para todas as questões, pelo vanguardismo que desconsidera o grau de organização e mobilização das bases sociais e pelo taticismo que dissocia os meios dos fins da ação política. Essas características distintivas do prestismo-stalinismo é que permitiram a passagem imperceptível da concepção do "terceiro período", que praticamente eliminava qualquer possibilidade de política de alianças, para a política de frente popular. A linha de continuidade da política da direção prestista-stalinista que se formou entre julho de 1934, quando Antonio Maciel Bomfim (Miranda) foi confirmado como secretário-geral e Luiz Carlos

Prestes foi aceito nas fileiras partidárias, e novembro de 1935 quando Luiz Carlos Prestes incorporou-se ao CC, estava na visão insurrecionalista do processo de transformação social.

Por obra da IC foi amadurecendo entre os comunistas brasileiros a perspectiva de uma "via chinesa" que privilegiava a luta pela libertação nacional contra a dominação imperialista. Essa visão, no entanto, não correspondia ao padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil e dificultava a conformação de alianças sociais tendo em vista a construção de instituições políticas democráticas, eixo da possível alternativa nacional popular. A insistência na questão da "libertação nacional" acabou subordinando os comunistas a uma visão "nacionalista" que, além de escamotear a questão da democracia política, desviava o foco da luta pela construção da hegemonia da classe operária na formação social brasileira. A linha insurrecional, centrada na questão da "libertação nacional", implementada pela direção prestista-stalinista do PCB, muito colaborou para a inviabilização da alternativa nacional popular, que por força do próprio processo social e político brasileiro voltou a germinar, em chave antiintegralista, em fins de 1934 e 1935, na forma da ANL. O projeto de alternativa nacional popular embutido no programa da ANL jogava com a previsão generosa que assim descrevia o "Brasil de amanhã":

"Usinas poderosas e grandes se levantam sobre nossas montanhas de ferro e nossas minas de carvão. Os altos fornos despejam milhares de toneladas de aço, transformados, posteriormente, em aviões, automóveis, rádios, navios, máquinas

O ouro, o níquel, o chumbo, o carvão, tudo quanto dorme em nosso sub-solo desperta pelo Homem e para o Homem.

O nosso gigantesco potencial hidro-elétrico, aproveitado por grandes 'centrais' fornece energia a poderosa indústria nacional.

As estradas rasgam o Brasil de Norte a Sul, de Leste a

Oeste.

E o Vale do São Francisco, as regiões do Amazonas florescem em toda a pujança de sua imensa riqueza.

Os milhões de trabalhadores dos antigos latifúndios são os possuidores das terras que eles próprios cultivam.

Os operários e os empregados, nas cidades, não vegetam mais, sub-alimentados e esgotados, em miseráveis casebres. Mas vivem em casas baratas e confortáveis, com salários e ordenados capazes de lhes permitirem uma existência digna e humana.

Os jovens trabalhadores não aparecem como simples apêndices da máquina, destinados à miséria, à ignorância e à mais abusiva exploração, mas têm escola e instrução, nos diversos graus e nas diversas formas - secundária, superior, técnica, profissional, etc. - absolutamente gratuitas, com material escolar gratuito, e meios de subsistência garantidos pelo Estado.

Os intelectuais já não se acham nesse papel de pau mandado dos imperialistas, com sua inteligência, sua cultura e sua personalidade aniquiladas e desprezadas. Porque a cultura está sob proteção especial do Estado. Porque milhões de brasileiros livres precuram avidamente as obras e criações da inteligência humana.

Os pequenos e médios proprietários, comércio a varejo não mais se vêem esgotados por impostos, ameaçados pelo fisco, pelos açambarcadores, pelos agiotas e pelos 'trusts'.

Milhares de hospitais e sanatórios se levantam, protegendo a saúde e a vida de todo mundo.

Os teatros, os cinemas, os clubes, as bibliotecas se multiplicam pelo país inteiro, para uma população alegre e feliz.

E as liberdades democráticas são uma realidade viva sem as leis de arrocho dirigidas contra o povo.

Mas o que é isso?

Sonho ou realidade?

Sonho hoje. Realidade amanhã.

A realidade luminosa do Brasil liberto da escravidão imperialista. (...)" (300),

O processo histórico não contemplou essa previsão pois no período crítico da revolução burguesa, no momento em que esta se generalizava, a cultura política brasileira, quer em sua vertente liberal, quer em sua vertente marxista, não conseguiu forjar um projeto democrático de desenvolvimento da economia e da cultura que mobilizasse a maioria da população. Para tal teria sido necessária a consolidação do pensamento crítico marxista na vanguarda operária

(300) Marcha, RJ, 7-11-1935

disposta a selar uma aliança estratégica com as camadas médias urbanas, norteadas por uma proposta democrática de inspiração liberal. O fato é que nenhum dos lados da equação se materializou e a previsão histórica intuída no final dos anos 20 por Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro foi derrotada, abrindo caminho para a consolidação da ordem burguesa no Brasil pela via "passiva".

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang. A Short History of the European Working Class, London, NLB, 1972
- ABRAMO, Fúlvio. "Frente Unica Antifascista" In Cadernos Cemap, ano 1, no.1, outubro de 1984
- e KAREPOVS, Dainis (orgs). Na Contracorrente da História, SP, ed. Brasiliense, 1987
- AGOSTI, Aldo. La Terza Internazionale (Storia Documentaria), 3t./6v., Roma, Editori Riuniti, 1974 a 1979.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, tese de doutoramento (mimeo), 1979
- ALVES, Vania Malheiros Barbosa. Vanguarda Operaria: Elite de Classe?, RJ, Paz e Terra, 1984
- AMENDOLA, Giorgio. Storia del PCI (1921-1943), Roma, Editori Riuniti, 1978
- ANDRADE, Regis de Castro. "Perspectivas no estudo do populismo brasileiro" In Encontros com a Civilização Brasileira no.7, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1979
- ANTUNES, Ricardo. Classe Operária. Sindicato e Partido no Brasil, SP, Cortes ed., 1982
- AURELIANO, Liana. No Limiar da Industrialização (1919-1937), Campinas, Unicamp, IFCH, (mimeo) 1976
- BADALONI, Nicola et alli. Política e História em Gramsci, RJ, ed. Civilização Brasileira, 1978

- BARATA, Agildo. Vida de um Revolucionário (memórias), 2a.ed., SP, Editora Alfa-Omega, 1978
- BARBOSA FILHO, Rubem. O Conceito de Populismo: uma revisão teórica, Dissertação de Mestrado na UFMG, Belo Horizonte, 1980
- BARROS, Alberto da Rocha. Que é o Fascismo?, RJ, Laemmert, 1969
- BASBAUM, Leoncio (pseud. Augusto Machado). A Caminho da Revolução Operária e Camponesa, RJ, Ed. Calvino, 1934
- Uma vida em Seis Tempos (memórias), SP, Editora Alfa-Omega, 1976
- História Sincera da República vol.2, 4a.ed., SP, Editora Alfa-Omega, 1981
- História Sincera da República vol.3, 5a.ed., Editora Alfa-Omega, 1985
- BATALHA, Claudio H. de Moraes. Le Syndicalisme "Amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930), Paris, 1986 (mimeo)
- BAUER, Otto et alli. Fascismo y Capitalismo, Barcelona, Ediciones Martinez Roca, 1976
- BEZERRA, Gregório. Memórias (primeira parte: 1900-1945), 2a.ed., RJ, Editora Civilização Brasileira, 1979
- BRANDÃO, Octávio. Combates e Batalhas (memórias), SP, Editora Alfa Omega, 1978
- BOFFA, Giuseppe. Il Fenomeno Stalin nella Storia del XX Secolo, Bari, Editori Laterza, 1982

- BUCHARIN, Nicolaj. Le Vie della Rivoluzione (1925-1936), Roma, Editori Riuniti, 1980
- BUCI-GLUCKSMAN, Christine. Gramsci e lo Stato, Roma, Editori Riuniti, 1976
- CANEDO, Letfcia Bicalho. O Sindicalismo Bancário em São Paulo, SP, Edições Símbolo, 1978
- CAPELATO, Maria Helena. O Movimento de 1932: a causa paulista, SP, Editora Brasiliense, 1981
- CAREDDA, Giorgio. Il Fronte Popolare in Francia (1934-1938), Roma, Editori Riuniti, 1977
- CARMAGNANI, Marcello et alli. Storia dell'America Latina, Firenze, Nuova Italia, 1979
- CARONE, Edgard. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 2a.ed., SP, Difel, 1975
- A República Velha I (Instituições e Classes Sociais), 3a.ed., Difel, 1975
- A República Velha II (Evolução Política), 2a.ed., SP, Difel, 1974
- A Segunda República, 2a.ed., SP, Difel, 1974
- A República Nova (1930-1937), 2a.ed., SP, Difel, 1976
- O Tenentismo, SP, Difel, 1975
- CARONE, Edgard. O PCB (1922-1943), SP, Difel, 1982

- CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol 9, SP, Difel, 1977
- CARR, Raymond (ed.). Estudios Sobre la República y la Guerra Civil Española, 2aed., Barcelona, Editorial Ariel, 1974
- CARR, Edward H. El Ocaso de la Comintern 1930-1935, Madrid, Alianza Universidad, 1986
- CAVALCANTI, Paulo. O Caso Eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes (memórias), 1o.vol., SP, Editora Alfa Omega, 1978
- CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado, SP, LECH, 1978
- CHILCOTE, Ronald H. PCB: Conflito e Integração, SP, Edições Graal, 1982
- CLAUDIN, Fernando. La Crisis del Movimiento Comunista, Paris, Ruedo Ibérico, 1970
- COLLOTI-PISCHEL, Enrica. La Rivoluzione Cinese, Roma, Editori Riuniti, 1965
- CORDEIRO, Cristiano et alli. Memória e História no.2, SP, LECH, 1982
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal, SP, LECH, 1981
- e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). Gramsci e a América Latina, RJ, Editora Paz e Terra, 1988
- DE DECCA, Edgar. 1930 O Silêncio dos Vencidos, SP, Editora Brasiliense, 1980

DE FELICE, Franco et alli. Stato e Capitalismo negli anni trenta,
Roma, Editori Riuniti, 1979

DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil, 2a.ed., SP,
Editora Alfa-Omega, 1977

DIAS, Giocondo. Os Objetivos dos Comunistas, SP, Novos Rumos, 1983

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945,
RJ, Editora Paz e Terra, 1978

----- "O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relações de
Classes" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III,
vol.10, SP, Difel, 1981

DONGHI, Tulio Halperin. Storia dell'America Latina, Giulio Einaudi
Editore, 1974

DRAIBE, Sonia Miriam. Rumos e Metamorfoses, Tese de Doutorado,
IFCH, Unicamp, 1980

DRUMMOND, José Augusto. O Movimento Tenentista: A Intervenção
Política dos Oficiais Jovens (1922-1935), RJ, Edições Graal, 1986

DULLES, John Foster. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935),
2a.ed., RJ, Nova Fronteira, 1977

----- O Comunismo no Brasil (1935-1945), RJ, Nova
Fronteira, 1985

ELLENSTEIN, Jean. Storia dell'URSS, Roma, Editori Riuniti, 1976

----- The Stalin Phenomenon, London, Lawrence and
Wisshort, 1976

- ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no Processo Político Brasileiro, SP, Editora Brasiliense, 1979
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, 2a.ed., RJ, Zahar Editores, 1976
- FAUSTO, Boris. "A Crise dos Anos 20 e a Revolução de Trinta" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.9, SP, Difel, 1977
- FORJAZ, Maria Cecilia Spina. Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930), SP, Livraria Editora Pólis, 1978
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 2a.ed., RJ, Editora Civilização Brasileira, 1976
- Scritti Politici, 3v., Roma, Editori Riuniti, 1973
- Gli Intellettuali, Roma, Editori Riuniti, 1975
- GRUPPI, Luciano. Il Pensiero di Lenin, Roma, Editori Riuniti, 1970
- Il Concetto di Egegemonia in Gramsci, Roma, Editori Riuniti, 1972
- HAJEK, Milos. Storia dell'Internazionale Comunista (1921-1935), Roma, Editori Riuniti, 1975
- HAUPT, Georges. L'Internazionale Socialista della Comuna a Lenin, Torino, Einaudi editore, 1978
- HERNANDEZ, Leila M.G. Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e Ação, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985 (Revisão)

- HOBBSAWM, Eric John. Revolutionaries, London, Quartet Books, 1977
- et ali Storia del Marxismo, tomo III, 2v.,
Torino, Einaudi editore, 1981
- HILTON, Stanley. A Rebelião Vermelha, RJ, Record, 1986
- HUMBERT-DROZ, Jules. L'Internazionale Comunista tra Lenin e Stalin
(memorie), Milano, Feltrinelli, 1974
- KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo, RJ, Graal editores, 1977
- A Democracia e os Comunistas no Brasil, RJ, Graal
editora, 1980
- A Derrota da Dialética: A Recepção das Idéias de
Marx no Brasil, até o Começo dos Anos Trinta, RJ, Editora Campus,
1988
- KOVAL, Boris. A Grande Revolução de Outubro e a América Latina, SP,
Editora Alfa-Omega, 1980
- História do Proletariado Brasileiro, SP, Editora
Alfa-Omega, 1982
- LACERDA, Fernando Paiva de et ali. A Luta Contra o Prestismo e a
Revolução Agrária e Antiimperialista no Brasil, RJ, 1934
- LEJBZON, V.M. e SIRINJA, K.K. Il VII Congresso dell'Internazionale
Comunista, Roma, Editori Riuniti, 1975
- LENIN, Vladimir Ilitch. Obras Escogidas, tomo I, Moscou, 1960

- LEVINE, Robert M. O Regime de Vargas: os Anos Críticos, 1934-1938, RJ, Editora Nova Fronteira, 1980
- LIMA, Heitor Ferreira. Caminhos Percorridos: Memórias de Militância, SP, Editora Brasiliense, 1982
- "Mário Grazzini: militante operário" In Revista Novos Rumos, ano 1, no.3, SP, Editora Novos Rumos, 1986
- LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil, 2a.ed., SP, Editora Alfa-Omega, 1977
- MAFFEI, Eduardo. A Morte do Sapateiro: a Saga dos anos 30, SP, Editora Brasiliense, 1982
- A Batalha da Praça da Sé, RJ, Philobiblion, 1984
- MALTA, Otávio. Os Tenentes na Revolução Brasileira, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1969
- MAO TSE TUNG. Mag Ise Tung (coletânea organizada por Eder Sader), SP, Editora Atica, 1982 (Grandes Cientistas Sociais)
- MEDVEDEV, Roy. Gli Ultimi Anni di Bucharin, 1930-1938, Roma, Editori Riuniti, 1979
- Stalin Sconosciuto, Roma, Editori Riuniti, 1980
- MELLO, João Manoel Cardoso de. O Capitalismo Tardio, 2a.ed., SP, Editora Brasiliense, 1982
- MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e Autocríticas, 2a.ed., RJ, Editora Vozes, 1982

MORAES FILHO, Evaristo de (seleção e introdução). O Socialismo Brasileiro, Brasília, Editora da UnB, 1981

MORAIS, Fernando. Olga, SP, Editora Alfa-Omega, 1985

MORENA, Roberto et alli. Memória e História no.3, SP, Editora Novos Rumos, 1988

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964), SP, Editora Alfa-Omega, 1984

PERILLO, G. "L'America Latina al VI Congresso Mundial dall'IC" in Movimento Operaio Socialista (Rivista Trimestrale di Storia e Bibliografia), no.2-3, 1970

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista, 4a.ed., Petrópolis, Editora Vozes/Cebrap, 1981

----- "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 1o.vol., SP, Difel, 1975

PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Histórico e Político, SP, Editora Alfa-Omega, 1979

PEREIRA, Astrojildo et alli. Memória e História, no.1, SP, LECH, 1981

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil, 2a.ed., RJ, Editora Paz e Terra, 1977

----- "O Proletariado Industrial" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 2o.v., SP, Difel, 1979

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política" In idem
- e HALL, Michael. A Classe Operária no Brasil, 1o.v., SP, Editora Alfa-Omega, 1979
- A Classe Operária no Brasil, 2o.v., SP, Ed. Brasiliense, 1981
- POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Dittatura: La Terza Internazionale di Fronte al Fascismo, Milano, Jaca Book, 1971
- PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira, SP, Editora Brasiliense, 1966
- PRADO, Maria Lfgia Coelho. A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934), SP, Editora Atica, 1986
- PROCACCI, Giuliano. Il Partito nell'Unione Sovietica (1917-1945), Bari, Editori Laterza, 1974.
- RAGIONERI, Ernesto. Il Partito Comunista Italiano e la Terza Internazionale (saggi), Torino, Einaudi editore, 1978
- RAMOS, Plínio de Abreu. Os Partidos Paulistas e o Estado Novo, Petrópolis, Editora Vozes, 1980
- REIMAN, Michal. La Nascita del Stalinismo, Roma, Editori Riuniti, 1980
- REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB, v.1, SP, Editora Novos Rumos, s/d
- RODRIGUES, Edgar. Novos Rumos (Pesquisa Social, 1922-1946), RJ, Edições Mundo Livre, s/d

RODRIGUES, Edgar. Trabalho e Conflito (Pesquisa, 1906-1937), RJ, Editora Arte Moderna, s/d

RODRIGUES NETTO, Leoncio Martins. Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização, SP, Editora Brasiliense, 1974

----- "O PCB: Os Dirigentes e a Organização" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.3, SP, Difel, 1981

----- "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)" In idem

SAEZ, Décio de Azevedo Marques. O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira, Campinas, Unicamp, IFCH, 1971

----- "Classe Média e Política no Brasil (1930-1964)" In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, v.3, SP, Difel, 1981

SANTOS, Davino Francisco dos. A Marcha Vermelha, SP, Saraiva S/A, 1948

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça, RJ, Editora Campus, 1979

SEGATTO, José Antonio. Breve História do PCB, SP, LECH, 1981

SOBOLEV A. et. alli. A Internacional Comunista, 3v., Lisboa, Edições Avante, 1976

SODRE, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira, 4a. ed.,
SP, LECH, 1978

----- O Tenentismo, Porto Alegre, Mercado
Aberto, 1985 (Revisão)

----- A Intentona Comunista de 1935, Porto
Alegre, Mercado Aberto, 1986 (Revisão)

SPRIANO, Paolo. Storia del Partito Comunista Italiano, Sv., Torino,
Einaudi editore, 1967/1975

TAVARES, José Nilo. Conciliação e Radicalização Política no Brasil,
Petrópolis, Editora Vozes, 1982

----- et alli. Novembro de 1935 Meio Século
Depois, Petrópolis, Editora Vozes, 1985

TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil, 2a.ed., SP, LECH,
1981

THALHEIMER, August et alli. Il Fascismo in Germania (Analisi Svolta
dal KPD-O, 1928-1933), Milano, Jaca Book, 1977

TOGLIATTI, Palmiro. Opere Scelte, Roma, Editori Riuniti, 1974

TROTSKY, Leon. A Revolução Permanente, SP, LECH, 1979

----- Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, SP, LECH,
1979

TRINDADE, Hégio. Integralismo: o Fascismo Brasileiro na Década de
30, 2a.ed., SP, Difel, 1979

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato, 2a.ed., SP, Difel, 1979

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, 2a.ed., RJ, Editora Paz e Terra, 1978

VINHAS, Moisés. O Partidão: a Luta por um Partido de Massas, (1922-1974), SP, Editora Hucitec, 1982

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Os Liberais e a Crise da República Velha, SP, Editora Brasiliense, 1983

WEFFORT, Francisco. Sindicatos e Política, Tese de Livre Docência à FFLCH/USP, 1972

WOOLF, Stuart J. Il Fascismo in Europa, Bári, Laterza, 1975

ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): Na Busca das Origens de um Marxismo Nacional, SP, Global editores, 1985

----- "Os comunistas em Céu Aberto: A experiência do Bloco Operário no Brasil" In Revista Novos Rumos, no.4, SP, Editora Novos Rumos, 1986

Fontes primárias consultadas

Boletins

- 1) Boletim do Bureau Sul Americano da IC, Buenos Aires (em português), no. 14/15, 10./5/1931
- 2) Boletim da Federação Operaria de São Paulo, S.Paulo, no.1, 1931
- 3) Boletim Interno do Socorro Vermelho Brasileiro, Região de S.P., no.2, outubro de 1935
- 4) Boletim Mensal Regional do PCB, RJ, 1928, no.1 - no.2 - no.3
- 5) Folha de discussão (editado pelo Bureau Político do PCB), RJ, no.1, agosto de 1930

Revistas:

- 1) La Correspondence Internationale, (órgão da IC)

no. consultados

1930: 6 - 9 - 14 - 22 - 26 - 30 - 40 - 55 - 68 - 86 - 95

1932: 76

1933: 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 12 - 13 - 17 - 19 - 23/24 - 25/26 - 27/28
29/30 - 31 - 32 - 33/34 - 35/36 - 39/40

1934: 1/2 - 12/13 - 15/16 - 33 - 34/35 - 38/39 - 40/41 - 56/57 -
69/70

* os números sublinhados contém informações sobre o Brasil

1935: 7/8 - 11/12 - 13/14 - 26/27 - 30/31 - 36/37 - 42/43 - 54/55 -
62/63 - 94 - 95/96 - 115 - 116/117 - 122/123

1936: 1 - 7 - 10 - 13 - 23

2) La Correspondencia Sudamericana, Buenos Aires, órgão de Secretariado Sul Americano da IC)

1a. época - no.1 a no.31, 1926 e 1927

2a. época - no.1 a no.26, 1928 a 1930

3) Estudos (revista do PCB), no.1, novembro de 1970

4) Juventude, RJ, ano I, 1935, revista quinzenal dirigida por Ivan Pedro Martins

no. 2 15/5/1935

5) Revista Comunista, revista do Bureau Sul Americano da IC, Buenos Aires (na verdade, Moscou), 1930-1931

no. 1 - 2/3 - 4/5 -

6) Revista Proletaria, RJ, 1934-1935,

no. 1 - 2/3 - 4 - 5

7) Socialismo, Revista Mensal, 1933-1934,

dirigido por Francisco Frola

no.1 e 2 (1a. fase) e 1 (2a. fase)

8) El Trabajador Latino Americano, (órgão da CSLA), revista quinzenal de informação sindical, Montevideo, 1928-1930

no.1 a 35 (coleção completa)

9) Le Stato Operaio, anno X, no.7, Parigi, luglio, 1936

Periódicos

- 1) Avante, (diário nacional socialista), RJ, 1933-1935, dirigido por Augusto Pamplona e Mauro Carneiro
no.1 - 8 - 373 - 381 - 387 - 388 - 390 - 391 - 392 - 400 - 505
- 2) O 5 de Julho, (órgão revolucionário tradicional), Niterói, 1932-1933-1935, dirigido por Antonio Bernardo Canellas
no.82 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 97 - 98 - 100 - 102-107 - 127 - 128 - 130 - 131 - 132 - 134 - 135 - 137 - 138 - 139 - 141 - 143 - 145 - 149 - 168 - 231
- 3) A Classe Operaria (órgão oficial do PCB), RJ, 1928-1936, dirigido por Octavio Brandão (até 1931)
no. 1 - 2 - 3 - 4 - 63 - 65 - 85 - 86 - 89 - 92 - 93 - 94 - 96 - 97
7 - 132 - 164 - 167 - 169 - 192 - 196 - 197 - 201 - 198 - alguns números foram publicados em S. Paulo e a numeração nem sempre é subsequente.
- 4) O Combate, diário de S. Paulo, fundado por A. Rangel Pestana, consultado o ano de 1928
- 5) A Esquerda, RJ, dirigido por Pedro Motta Lima, ano 4 - no.649 - 4/2/30
- 6) O Homem Livre (órgão da Ação Pernambucana contra o fascismo), Recife, 1934,
no. 1 a 22 (coleção completa)
- 7) O Homem Livre (órgão antifascista), S. Paulo, 1933-1934, dirigido por Geraldo Ferraz
no. 11 - 14 - 15 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22

- 8) O Homem Livre, RJ, 1933-1936
dirigido por Hamilton Barata
no. 15 - 18 - 23 - 56 - 63 a 90 - 102 - 111 - 114 - 116 a 119
- 9) O Homem do Povo, S. Paulo, 1931
dirigido por Alvaro Duarte
no. 1 a 8 (coleção completa)
- 10) Jornal do Povo, RJ, outubro de 1934
diário dirigido por Aparicio Torelli
no. 1 a 6 e 8
- 11) O Jovem Proletário, Rj, editado pelo CC/JCB
1928: no. 5 - 6 - 8
1934: no. 19
- 12) O Libertador, Vitória (ES), 1935
dirigido por Gilbert Gabeira
no. 38 e 40
- 13) O Libertador, RJ, 1936
no. 2 e 3
- 14) A Liberdade, Natal (RN), ano 1, no.1, 27/11/35
- 15) A Lucta, (órgão do Partido Proletario do Est. do Rio),
Niterói, 1933, dirigido por Jefferson Menezes Alvès
no. 10 - 11 - 12 - 14 - 18
- 16) A Lucta de Classe, (órgão do Grupo Comunista Lenine), RJ,
1930-31
no. 1 - 4 - 7

- 17) A Luta Operária (órgão da CSLA) (em português), 1931, no.1
- 18) Luta Social (órgão do PSB/SP), 1933-1934
dirigido por Zoroastro Gouvea
no. 4 e 9
- 19) Marcha, RJ, 1935
dirigido por Francisco Mangabeira, Rubem Braga, Caio Prado Jr., Di
Cavalcanti, Carlos Lacerda e Newton Freitas
no. 1 - 4 - 5
- 20) A Nação, RJ, 1927
dirigido por Leonidas de Resende
no. 270 a 457 (coleção completa)
- 21) A Pátria, RJ
dirigido por Antenor Novaes
no. 4687 - 21/04/1935
- 22) A Praça de Santos, diário dirigido por Rafael Correa de Oliveira
consultados os no. de setembro e outubro de 1928
- 23) A Pátria, diário de S. Paulo dirigido por Pedro Cunha
1934-1935
- 24) O Socialista (órgão do conselho de propaganda do PSB/SP), 1933
dirigido por Gomes Rosa
no.1 e 2
- 25) O Solidário, Santos (SP), 1927-1929
dirigido por Antonio Simões de Almeida
no. 47 - 49 - 78

- 26) O Tempo (órgão da Revolução), diário de S. Paulo, no.203 -
26/8/31, dirigido por Rafael Correa de Oliveira
- 27) Terceira República, RJ, 1935
dirigido por H. de Almeida Filho
no. 1 e 6
- 28) O Trabalhador do Brasil, (órgão da CGTB), RJ,
no.8 - 10./8/1933
- 29) União de Ferro, (órgão do PCB nas Forças Armadas), no.28
(13/10/32) - no.150 (março/1935) - no.152 (agosto/1935) -
no.153 (novembro/1935)
- 30) Vanguarda Estudantil (órgão do Comitê estudantil anti-guerreiro
e anti-fascista), S. Paulo, 1933-1934
no. 1 - 2 - 3 - 4 - 5
- 31) A Voz Comunista, redigido por Adalgiso Py, no.1 - 26/7/1927
- 32) A Voz do Trabalhador (órgão da Federação Operária do Rio Grande
do Sul), Porto Alegre, 1933-1934
no. 1 - 43 - 44 - 48 - 49 - 50 - 52 - 55 - 56